



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

**Brasília
MARÇO/2013**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

Unidades Consolidadas:

- Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM
- Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA Javari/AM
- Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo
- Coordenação Regional da Funai Xavante/MT
- Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT
- Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT
- Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT
- Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM
- Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC
- Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA
- Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL
- Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS
- Diretoria de Administração e Gestão – DAGES
- Diretoria de Proteção Territorial - DPT
- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AcadeBio - Academia Nacional de Biodiversidade
AHE - Aproveitamento Hidroelétrico
ALAP - Área de Limitação Administrativa Provisória
APA – Área de Proteção Ambiental
APIZ - Associação do Povo Indígena Zoró
APL - Arranjo Produtivo Local
APOINME - Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste Minas Gerais e Espírito Santo
ARPA - Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ARPINSUL - Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul
ARPIPAN - Articulação dos Povos Indígenas do Pantanal
Art. - Artigo
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
ATIX - Associação da Terra Indígena do Xingu
BR - Rodovias Federais
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEF - Caixa Econômica Federal
CEPAC/UNB - Centro de Pesquisa e Pós-graduação das Américas da Universidade de Brasília
CEV - Centro de Exposição e Vendas
CFT - Comissão de Finanças e Tributação
CGAM - Coordenação Geral de Gestão Ambiental
CGE - Câmara de Gestão Estratégica
CGE – Coordenação-Geral de Educação
CGETNO - Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento
CGGAM – Coordenação-Geral Gestão Ambiental
CGGP - Coordenação Geral de Gestão de Pessoal Territorial
CGIIRC - Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recente Contato
CGLIC - Coordenação Geral de Licenciamento Ambiental
CGMT - Coordenação Geral de Monitoramento
CGOF - Coordenação Geral de Orçamento e Finanças
CGPC - Coordenação-Geral de Promoção de Cidadania
CGPDS - Coordenação geral de promoção dos Direitos Sociais
CGPIMA – Coordenação-Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente
CGU – Controladoria-Geral da União
CNATER - Conferência Nacional de ATER
CNIS - Cadastro Nacional de Informações Sociais
CNJ Conselho Nacional de Justiça
CNMP - Conselho Nacional do Ministério Público
CNPI - Comissão Nacional de Política Indigenista
CNPIR - Conselho Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
COGER - Coordenação de Gênero e Assuntos Geracionais
COGETI - Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação
COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

CPF - Cadastro de Pessoal Física
CPMA - Comitê de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
CR - Coordenação Regional
CRAS – Conselho Regional de Assistência Social
CTL - Coordenação Técnica Local
CVRD - Companhia Vale do Rio Doce
DAGES - Diretoria de Administração e Gestão
DAP - Declaração de Aptidão Produtiva
DAP I - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
DEA - Despesas de Exercícios Anteriores
DEM/MT – Partido dos Democratas/Mato Grosso
DF - Distrito Federal
DN – Decisão Normativa
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOE – Diário Oficial do Estado
DOU - Diário Oficial da União
DPDS - Diretoria de promoção ao Desenvolvimento Sustentável
DPF - Departamento de Polícia Federal
DPT – Diretoria de Proteção Territorial
DRP - Diagnostico Rápido Participativo
DSEI - Distritos Sanitários Especiais Indígenas
ECAM - Equipe de Conservação da Amazônia
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM - Exame Nacional de Ensino Médio
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FENAFRA - Feira Nacional de Agricultura Familiar
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPE - Frente de Proteção Etnoambiental
FUNAI - Fundação Nacional do Índio
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GASMAT – Revendedora de Gás Natural LTDA
GATI - Projeto Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas
GEAP - Fundação de Seguridade Social-,
GEF – Fundo Internacional para o Meio Ambiente
GIZ - Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit
GPS – Sistema de Posicionamento Global
IBAMA- Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMbio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil
IEPÉ–Instituto de Pesquisa e Formação Indígena
IES - Instituições do Ensino Superior
IMIBI - União das Mulheres Indígenas do Baixo Içana
IN – Instrução Normativa
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPI - Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISA - Instituto Socioambiental
LOA – Lei Orçamentária Anual
LT - Linha de Transmissão
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MD - Ministério da Defesa
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC – Ministério da Educação
MI - Museu do Índio
MJ - Ministério da Justiça
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME - Ministério de Minas e Energia
MPF - Ministério Público Federal
MPOG - Ministério do Planejamento e Gestão
MPS - Ministério da Previdência Social
MS - Ministério da Saúde
MT - Estado do Mato Grosso
OCI - Órgão de Controle Interno
OE - Objetivo Estratégico
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
OPAN - Operação Amazônia Nativa
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PAC - Programa de Aceleração do Crescimento
PACIG - Programa de Apoio às Comunidades Indígena Guarani
PAD - Projeto de Assentamento Dirigido
PADC - Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação
PBA – Projeto Básico Ambiental
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria
PCH - Pequenas Centrais Hidroelétricas
PCPR - Relatório de Prestação de Contas da Presidência da República
PDPI - Programa Demonstrativo para Povos Indígenas
PGF - Procuradoria Geral Federal
PGPM-Bio - Programa de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade
PGTA - Plano de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas
PIN - Posto Indígena
PL - Projeto de Lei
PLOA - Projeto de Lei Orçamentária
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNGATI - Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNSB - Plano Nacional da Sociobiodiversidade
Port. – Portaria
PPA – Plano Plurianual
PRES - Presidência da FUNAI
Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RANI - Registro Administrativo de Nascimento de Indígena
REDD - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação
RG – Relatório de gestão
RPMA - Redes Locais de Planejamento, Monitoramento e Avaliação
SAF - Sistema Agro Florestal
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SDH - Secretaria de Direitos Humanos
SEAD – Setor Administrativo da UJ
SEAS - Serviço de Assistência Social Indígena da UJ
SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos
SEDUC- Secretarias de Educação Estaduais
SEGAT - Serviço de Gestão Ambiental e Territorial
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SESAI - Secretaria Especial de Saúde Indígena
SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIASI - Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa
SICONV - O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SII - Sistema Indigenista de Informação
SIOP - Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar
SNJ - Secretaria Nacional de Juventude
SPM - Secretaria de Política para as Mulheres
SPU - Secretaria de Patrimônio da União
SRH/MP Secretaria de Recursos Humanos/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
STI – Sistema de Terras Indígenas
SUS - Sistema Único de Saúde
TAC - Termo de Ajuste Conduta
TAKINA - Assembléia das Mulheres Indígenas do Mato Grosso
TC - Termo de Cooperação
TCU – Tribunal de Contas da União
TI - Terra Indígena
TMI - Taxa de Mortalidade Infantil
TNC - The Nature Conservancy
TO - Tocantins
UFC - Universidade Federal do Ceará
UG - Unidade Gestora
UHE - Usina Hidroelétrica
UJ – Unidade Jurisdicionada
UNEMAT - Universidade Estadual de Mato Grosso
UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIR - Universidade Federal de Rondônia

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado.....	14
Quadro3.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Interno da UJ.....	26
Quadro A.4.1 – Programa de Governo constante do ppa – Temático.....	32
OBJETIVO 0943 - (DPT).....	34
OBJETIVO 0945 - (DPDS/DPT).....	44
OBJETIVO 0948 - (DPDS).....	54
OBJETIVO 0949 - (MUSEU DO ÍNDIO).....	59
OBJETIVO 0950 - DPT e DPDS.....	60
OBJETIVO 0951 - (DPT).....	61
OBJETIVO 0952 - (DPDS).....	62
OBJETIVO 0953 - (DAGES).....	65
Quadro 4.1.3.1 – Iniciativas de programa temático de responsabilidade da UJ.....	69
INICIATIVA 0403 - (DPDS).....	69
INICIATIVA 0406 - (DPT).....	69
INICIATIVA 0408 - (DPT).....	71
INICIATIVA 040A - (DPT).....	71
INICIATIVA 040B - (DPT).....	71
INICIATIVA 040R - (DPDS).....	72
INICIATIVA 040S - (DPDS).....	72
INICIATIVA 040T - (DPDS).....	73
INICIATIVA 040U - (DPDS).....	73
INICIATIVA 040X - (DPDS).....	74
INICIATIVA 040Y - (DPDS).....	74
INICIATIVA 040Z - (DPDS).....	75
INICIATIVA 0411 - (DPDS).....	75
INICIATIVA 0413 - (DPDS).....	76
INICIATIVA 0414 - (DPDS).....	77
INICIATIVA 0415 - (DPDS).....	77
INICIATIVA 0416 - (DPDS).....	79
INICIATIVA 0421 - (DPDS).....	80
INICIATIVA 0422 - (DPDS).....	80
INICIATIVA 0423 - (DPDS).....	81
INICIATIVA 0424 - (DPDS).....	82
INICIATIVA 0425 - (DPDS).....	82
INICIATIVA 0426 - (DPDS).....	83
INICIATIVA 0428 - (DPDS).....	84
INICIATIVA 0429 - (DPDS).....	84
INICIATIVA 042A - (MUSEU DO ÍNDIO).....	85
INICIATIVA 042B - (MUSEU DO ÍNDIO).....	86
INICIATIVA 042C - (MUSEU DO ÍNDIO).....	88
INICIATIVA 042D - (CGGE).....	89
INICIATIVA 042E - ((DPDS).....	89
INICIATIVA 042F - (DPT).....	90
INICIATIVA 042G - (DPDS).....	90
INICIATIVA 042H - (DPDS).....	91
INICIATIVA 042I - (DAGES).....	92
INICIATIVA 042J (PRESIDÊNCIA).....	92
INICIATIVA 042K - (DAGES).....	93
Quadro 4.1.4.1 – Ações vinculadas a programa temático de responsabilidade da UJ.....	94
AÇÃO VINCULADA (PRESIDÊNCIA) 13D7.....	95
AÇÃO VINCULADA (DAGES).....	95
AÇÃO VINCULADA (DPT).....	96

AÇÃO VINCULADA (DPT)	96
AÇÃO VINCULADA (DPDS).....	97
AÇÃO VINCULADA (DPDS).....	99
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO).....	99
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO).....	100
AÇÃO VINCULADA (DPDS).....	101
AÇÃO VINCULADA (DPT)	102
AÇÃO VINCULADA (DPT)	102
AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO).....	102
AÇÃO VINCULADA (DPDS).....	104
AÇÃO VINCULADA (DAGES).....	106
AÇÃO VINCULADA (DPT)	107
Quadro 4.1.5.1 – Programa de Governo constante do PPA – de Gestão e Manutenção.....	108
Quadro 4.1.6.1 – Ações vinculadas a programa de gestão, manutenção e serviços de responsabilidade da UJ.....	113
Quadro 4.2.1.1 – Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ.....	118
Quadro 4.2.2.1.1 – Programação de Despesas Correntes.....	118
Quadro 4.2.2.2.1 – Programação de Despesas de Capital.....	119
Quadro 4.2.3.1 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	120
Quadro 4.2.4.1.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos Originários.....	121
Quadro 4.2.4.1.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários.....	122
Quadro 4.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	124
Quadro 4.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	125
Quadro 5.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	127
Quadro 5.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	128
Valores em R\$ 1,00.....	128
Quadro 5.3.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	130
Quadro 5.3.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios.....	133
Quadro 5.3.3.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes	134
Quadro 5.3.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	135
Quadro 5.3.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	136
Quadro 5.4.1.1.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)	137
Quadro 5.4.1.3.1 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador.....	138
Quadro 5.4.1.4 – Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica).....	140
Quadro A.5.12 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)	141
Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	142
Quadro 6.1.1.1.1 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12	143
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro).....	144
Quadro 6.1.2.1.1 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12.....	145
Quadro 6.1.2.2.1 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	145
Quadro 6.1.3.1 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores	146
Quadro 6.1.4.1.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro.....	148
Quadro 6.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.....	148
Quadro 6.1.7.1.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	149
Quadro 6.1.7.1.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007).....	150

Quadro 6.1.7.1.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac.....	150
Quadro 6.1.7.2.1 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007).....	150
Quadro 6.1.7.3.1 – Atuação do OCI sobre os atos submetidos a registro.....	151
Quadro 6.2.1.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada.....	152
Quadro 6.2.2.1 – Relação dos empregados terceirizados substituídos em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizados.....	152
Quadro 6.2.3.1 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados.....	158
Quadro 6.2.4.1 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	159
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	159
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	160
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	161
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	161
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	162
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	163
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	163
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	164
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	164
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	165
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	165
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	166
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	167
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	167
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	168
Quadro A.6.17 - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	168
Quadro 6.2.5.1 - Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	170
Quadro 6.2.6.1 - Composição do Quadro de Estagiários.....	181
Quadro 7.2.1.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União..	185
Quadro 7.2.2.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	190
Quadro 7.2.3.1 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ.....	192
Quadro 8.1.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada.....	197
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - FUNAI - SEDE - UG – 194035.....	199
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011.....	200
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PAULO AFONSO - UG – 194018.....	202
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019.....	203
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PASSO FUNDO - UG – 194027.....	204
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042.....	205
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR MÉDIO PURUS - UG – 194048.....	207
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR INTERIOR SUL - UG – 194061.....	208
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077.....	209
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis - CR PONTA PORÃ - UG – 194085.....	210
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR VALE DO JAVARI - UG – 194007.....	212
Quadro 9.1.1 – Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – CR NORTE DO MATO GROSSO (COLÍDER) - UG – 194036.....	213
Quadro 9.2.1 – Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	215
Quadro 10.1.1.1 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	219

Quadro 10.1.2.1 - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	222
Quadro 10.1.3.1 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	224
Quadro 11.1.4.1 - Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício.....	234
CGGE.....	253
Quadro 11.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício não refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada.....	272
Quadro 1.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual	276
Quadro 4.2.1 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	331
Quadro 5.2.4.2.1.1 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	334
Quadro 5.2.4.2.2.1 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	334
Quadro 6.2.1.1 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores– RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	336
Quadro 6.3.1.1 – Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	337
Quadro 6.3.2.1 – Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	337
Quadro 6.3.3.1 – Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	338
Quadro 6.3.4.1 – Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	338
Quadro 6.3.5.1 - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	339
Quadro 10.1.1 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	343
Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	344
Quadro 12.2.1.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada. – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	346

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS	14
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO	14
INTRODUÇÃO	16
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA FUNAI	19
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL DA FUNAI	21
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	22
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS	22
2.1 . PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	23
2.2 INDICADORES	23
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	24
3.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA	24
3.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	26
3.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	28
3.4 CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU... ..	28
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	32
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ	32
4.1.1 <i>Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</i>	32
4.1.2 <i>Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ</i> ...	34
<i>Análise Situacional</i>	35
Metas da Gestão Territorial e Ambiental	36
4.1.4 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	94
4.1.5 <i>Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ</i>	108
Medidas de Gestão da DAGES	109
4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA	118
4.2.1 <i>Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ</i>	118
4.2.2 <i>Programação de Despesas</i>	118
4.2.2.1 <i>Programação de Despesas Correntes</i>	118
4.2.2.2 <i>Programação de Despesas de Capital</i>	119
4.2.3 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa</i>	120
4.2.4 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	121
4.2.4.1 <i>Execução da Despesa Com Créditos Originários</i>	121
4.2.4.1.1 <i>Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários</i>	121
4.2.4.1.2 <i>Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários</i>	122
4.2.4.2 <i>Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação</i>	124
4.2.4.2.1 <i>Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação</i>	124
4.2.4.2.2 <i>Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação</i>	125
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	127
5.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	127
5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – MUSEU DO ÍNDIO	128
5.2.1 <i>Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores</i>	128
5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	130
5.3.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	130

5.3.2	<i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	133
5.3.3	<i>Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes</i>	134
5.3.4	<i>Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i>	135
5.3.5	<i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i>	136
5.4	SUPRIMENTO DE FUNDOS	137
5.4.1	<i>Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos</i>	137
5.4.1.1	Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral	137
5.4.1.3	Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	138
5.4.1.4	Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ.....	140
5.4.1.5	Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	141
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS ...	142
6.1	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	142
6.1.1	<i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	142
6.1.1.1	Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada.....	143
6.1.1.2	<i>Qualificação da Força de Trabalho</i>	144
6.1.2.1	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade	145
6.1.2.2	Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade	145
6.1.3	<i>Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada</i>	146
6.1.4	<i>Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas</i>	148
6.1.4.1	Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria	148
6.1.4.2	Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada	148
6.1.6	<i>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	149
6.1.7	<i>Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação</i>	149
6.1.7.1	Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC.....	149
6.1.7.2	Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico	150
6.1.7.3	Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos.....	151
6.1.8	<i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	151
6.2	TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS .	152
6.2.1	<i>Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão</i>	152
6.2.2	<i>Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público</i>	152
6.2.3	<i>Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados</i>	158
6.2.4	<i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada</i>	159
6.2.5	<i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</i>	170
6.2.6	<i>Composição do Quadro de Estagiários</i>	181
8.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	182
7.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	182
7.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	185

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial.....	185
7.2.2 <i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros</i>	190
7.2.3 <i>Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ</i>	192
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	197
8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	197
8.1.2 <i>Análise Crítica</i>	198
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	199
9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	199
9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA.....	215
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	219
10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	219
10.1.1 <i>Deliberações do TCU Atendidas no Exercício</i>	219
10.1.2 <i>Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</i>	222
<i>Aguardado resposta da Corregedoria</i>	222
10.1.3 <i>Recomendações do OCI Atendidas no Exercício</i>	224
10.1.4 <i>Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</i>	234
10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	266
10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93.....	267
10.3.1 <i>Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93</i>	267
<i>Análise Crítica</i>	267
10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	269
<i>Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV</i>	269
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	271
11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	271
11.1.1 <i>Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos</i>	271
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	272
11.2.1 <i>DECLARAÇÃO COM RESSALVA</i>	272
CONCLUSÃO	273
NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	274
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	276
1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	276
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	277
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	278
2. INTRODUÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	278
3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	279
3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	279
3.1) <i>Responsabilidades institucionais</i>	279
3.1.1) <i>Competência institucional</i>	279
3.1.2) <i>Objetivos estratégicos</i>	280
3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	285
3.2.1) <i>Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida</i>	285
3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES	292
3.2.2) <i>Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão</i>	292
4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	331

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	334
5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa	334
5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários	334
5.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	334
5.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	334
5.2.4.2.3 Análise crítica.....	335
6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	336
6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	336
6.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	336
6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	337
6.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	337
6.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	337
6.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VICENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	338
6.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	338
6.3.4.2 Análise Crítica.....	339
6.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	339
10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	343
10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	343
11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	344
11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	344
11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	344
11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	344
11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	344
12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	346
12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA.....	346
12.2.1 Declaração Plena	346
13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	346
18. RESULTADOS E CONCLUSÕES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	346
18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012 – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	346
18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA	347

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Fundação Nacional do Índio				
Denominação Abreviada: Funai				
Código SIORG: 000173		Código LOA: 30202		Código SIAFI: 194088
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo		CNPJ: 00.059.311/0001-26		
Principal Atividade: Administração Pública Geral			Código CNAE: 8411-6/00	
Telefones/Fax de contato:		(61) 3313-3500	3500 (61) 3313-3700	Fax: (61) 3226-8782
Endereço Eletrônico: funai@funai.gov.br – presidência@Funai.gov.br				
Página na Internet: http://www.funai.gov.br				
Endereço Postal: Setor de Edifícios Públicos Sul, Quadra 702/902, Projeção “A”, Edifício Lex, Asa Sul, Brasília-DF, CEP 70.390-025				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM	00059311006590	194007	ativa	120210
Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA	00059311004032	194018	ativa	88104
Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo	00059311001289	194019	ativa	87621
Coordenação Regional da Funai Xavante/MT	00059311000983	194029	ativa	88135
Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT	00059311006167	194031	ativa	87956
Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT	00059311006752	194036	ativa	88054
Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT	00059311006833	194042	ativa	88117
Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM	00059311007481	194048	ativa	108028
Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC	00059311005942	194061	ativa	87791
Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA	00059311005780	194074	ativa	87987
Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL	00059311004628	194077	ativa	87910
Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS	00059311005004	194085	ativa	87608
Diretoria de Administração e Gestão – DAGES	00059311000126	194035	ativa	87501
Diretoria de Proteção Territorial - DPT	00059311000126	194151	ativa	87876
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS	00059311000126	194152	ativa	87847
Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas				
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas				
<ul style="list-style-type: none">• Constituição de 1988 – especialmente o Capítulo VIII - Dos Índios – que é um marco fundamental do direito dos povos indígenas• Lei de Criação da Funai - da Lei n.º 5.371 de 5/12/1967 em substituição ao SPI.• Lei n.º 6.001 de 19/12/1973 - Estatuto do Índio• Decreto 5051/04, que ratifica a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho• Decreto n.º 7.778, de 27/07/2012, publicado no Diário Oficial da União de 30/07/2012, aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Nacional do Índio.• Decreto n.º 1.775, de 08/01/1996, dispõe sobre procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas.				
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas				
<ul style="list-style-type: none">• Portaria Nº 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012, definição e aprovação de seu Regimento Interno da Funai e sua estrutura organizacional;• Portaria No 1.746/PRES, de 28 de dezembro de 2012, institui a sistemática de planejamento, monitoramento				

- e avaliação Funai;
- Portaria Nº 849/PRES, de 04 de agosto de 2009, regulamenta o acesso de estudante indígena ao ensino superior;
 - Portaria Nº 744/PRES, De 01 De Agosto de 2007. Regulamentação Para Concessão De Apoio Financeiro A Indígenas;
 - Portaria Interministerial Nº 127, DE 29 de maio de 2008 que estabelece normas relativas às transferências de recursos da união mediante convênios e contratos de repasse.
 - Portaria 1.682/2011, 8 de Dezembro de 2011, estabelece as diretrizes e critérios para a concepção e execução de ações de proteção territorial e etnoambiental em terras indígenas.
 - Portaria Nº 180/PRES/FUNAI, de 27 de fevereiro de 2009, que regulamenta a concessão de certidão a indígenas como extrativista artesão.

Manuais e publicações relacionadas às atividades das Unidades Jurisdicionadas

- Manual De Promoção Ao Etnodesenvolvimentoem Terras Indígenas. Diretoria De Assistência, Coordenação Geral De Desenvolvimento Comunitário, 2008.
- Instrução Normativa Nº 001/2012 regulamenta procedimentos para o processo de acompanhamento e licenciamento ambiental.
- Instrução Normativa Nº 004/2012 retifica disposições da IN 001/2012.
- Acordo De Cooperação Técnica, Julho De 2009, Entre Ministério Da Previdência Social E A Fundação Nacional Do Índio (Funai) Visando A Realização Da Inscrição E Comprovação Da Atividade Da População Indígena Brasileira Como Segurado Especial.. A Funai É Responsável Pela Inclusão E Certificação Dos Dados Relativos Aos Indígenas No Cadastro Nacional De Informações Sociais (CNIS).
- Instrução Normativa Nº 45 INSS/PRES, De 06 De Agosto De 2010, Regulamenta Que O Indígena Pode Ser Enquadrado Como Segurado Especial.
- Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de abril de 2012, que disciplina a emissão de Atestados Administrativos e Declaração de Reconhecimento de Limites de Terras Indígenas.
- Instrução Normativa nº 003/2012, de 20 de fevereiro de 2012, que disciplina o pagamento de indenização pelals benfeitorias derivadas de boa fé em terras indígenas.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas

Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas

Código SIAFI	Nome
194088	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
19208	FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
194007	19208
194018	19208
194019	19208
194029	19208
194031	19208
194036	19208
194042	19208
194048	19208
194061	19208
194074	19208
194077	19208
194085	19208
194035	19208
194151	19208
194152	19208

INTRODUÇÃO

Este Relatório contempla os atos de gestão praticados pela Fundação Nacional do Índio-Funai, referente ao exercício financeiro de 2012, está estruturado em conformidade às disposições contidas na Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012. As informações foram elaboradas para destacar as principais atividades realizadas pela Funai ao longo do exercício de 2012, incluindo as atividades desempenhadas pelas Coordenações Regionais indicadas para apresentarem suas atividades no presente relatório de Gestão consolidado. Estão também inclusas neste RG a execução das ações relativas à Renda do Patrimônio Indígena (RPI).

Destaca-se como realização da Funai, no exercício de 2012, as iniciativas e ações de garantia aos povos indígenas da plena ocupação e gestão de suas terras; de implantação e de desenvolvimento da política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas; da promoção de acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania; da preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas; da articulação das políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas; da promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato em situação de extrema vulnerabilidade física e cultural; promoção do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, destacando-se, ao final, a definição de seu Regimento Interno e a normatização da modernização de seu processo de gestão administrativa.

A seguir estão indicados os itens requeridos pelo Anexo II do anexo II da DN TCU nº 119/2012 que não se aplicam à natureza jurídica da UJ e que não constam do presente documento.

- 3.3. Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal. *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- QUADRO 4.2.2.3.1 – QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA
- 6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
- 6.1 Reconhecimento de Passivos
- 6.1.1 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro 6.1.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- 6.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”
- Quadro 6.4.1.2.1 – Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)
- 6.5.10 Fiscalizações Realizadas pela RFB
- Quadro 6.5.10.1 - Ações da RFB
- 6.5 RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- Quadro 6.5.1.1 – Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- 6.5.2 Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.5.14 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- 6.5.3 Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoa Jurídica e Física
- Quadro 6.5.3.1 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Físicas

- Quadro 6.5.3.2 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia – Pessoas Jurídicas
- 6.5.4 Beneficiários da Contrapartida da Renúncia Tributária - Pessoas Físicas e Jurídica
- Quadro 6.5.4.1 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Físicas
- Quadro 6.5.4.2 – Beneficiários da Contrapartida da Renúncia – Pessoas Jurídicas
- 6.5.5 Programas Orçamentários Financiados com Contrapartida de Renúncia de Receita Tributária
- Quadro 6.5.5.1 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- 6.5.6 Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro 6.5.6.1 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- 6.5.7 Comunicações à RFB
- Quadro 6.5.7.1 - Comunicações à RFB
- 6.5.8 Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro 6.5.8.1 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- 6.5.9 Declaração de Situação de Beneficiários de Renúncia Fiscal
- 15. INFORMAÇÕES SOBRE AS CONTRATAÇÕES DE CONSULTORES NA MODALIDADE “PRODUTO” - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- QUADRO 15.1 - CONSULTORES CONTRATADOS NA MODALIDADE “PRODUTO” NO ÂMBITO DOS PROJETOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM ORGANISMOS INTERNACIONAIS
- 12.3 PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO -
- 14. DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DAS DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 16. AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 17. INFORMAÇÕES SOBRE OS CONTRATOS DE GESTÃO CELEBRADOS - (Item 38 da Parte B do Anexo II da DN 119/2012) - *Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.*
- 17.1 AVALIAÇÃO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO PELA UNIDADE JURISDICIONADA
- Quadro 17.1.1 – Identificação dos Termos de Parceria vigentes no exercício
- 17.2 VALORES REPASSADOS EM RAZÃO DE TERMOS DE PARCEIRA FIRMADOS
- Quadro 17.2.1 – Demonstração dos valores mensais repassados no exercício em razão de termo de parceria
- Quadro 17.2.2 – Dados agregados dos Termos de Parceria de exercícios antecedentes ao de referência
- 17.3 ESTRUTURA DE ACOMPANHAMENTO DOS RESULTADOS DOS TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS
- Quadro 17.3.1 – Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)
- Quadro 17.3.2 – Demonstrativo das prestações de contas apresentadas no exercício
- 17.4 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS OBTIDOS COM A PARCERIA

- Quadro 17.4.1 – Demonstrativo dos indicadores pactuados com a Entidade Parceira
- 19.1 – ÍNTEGRA DO PARECER DA AUDITORIA INDEPENDENTE - Justificativa: não há conteúdo a ser declarado para o exercício em referência.

1.2 Finalidade e Competências Institucionais da Funai

A Fundação Nacional do Índio – Funai é uma fundação pública instituída em conformidade com a Lei no 5.371, de 5 de dezembro de 1967. Desde 1989 está vinculada ao Ministério da Justiça com jurisdição em todo o território nacional. Por ditame constitucional, compete à Funai proteger e promover os direitos dos povos indígenas, em nome da União; garantir o cumprimento da política indigenista do Estado brasileiro, baseada nos princípios do reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições dos povos indígenas; no respeito ao cidadão indígena, suas comunidades e organizações; na garantia ao direito originário, à inalienabilidade e à indisponibilidade das terras que tradicionalmente ocupam e ao usufruto exclusivo das riquezas nelas existentes; na garantia aos povos indígenas isolados do exercício de sua liberdade e de suas atividades tradicionais sem a obrigatoriedade de contatá-los; na garantia da proteção e conservação do meio ambiente nas terras indígenas; na garantia de promoção de direitos sociais, econômicos e culturais aos povos indígenas; e na garantia de participação dos povos indígenas e suas organizações em instâncias do Estado que definam políticas públicas que lhes digam respeito. Compete ainda à Funai exercer o poder de polícia em defesa e proteção dos povos indígenas.

A FUNAI é dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por três Diretores e pelo Presidente, que a preside. A Fundação está estruturada em três Diretorias, sendo duas finalísticas, de acordo com sua área de atuação: a Diretoria de Proteção Territorial (DPT), Diretoria de Promoção dos Direitos Sociais (DPDS) e Diretoria de Administração e Gestão (DAGES), além do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

A Diretoria de Proteção Territorial (DPT) atua coordenando as ações de planejamento, coordenação e implementação das políticas de proteção territorial; realização de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas; realização da demarcação e regularização fundiária das terras indígenas; monitoramento das terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por populações indígenas, incluídas as isoladas e de recente contato; proteção aos grupos isolados e recém contatados; implementação das políticas nas terras ocupadas por populações indígenas de recente contato; aprovação das informações e dados geográficos que compõem cada terra indígena e o processo de regularização fundiária; disponibilização de informações e dados geográficos; implementação de ações de vigilância, fiscalização e de prevenção de conflitos em terras indígenas e retirada dos invasores; e coordenação das atividades das Frentes de Proteção Etnoambiental.

À Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável (DPDS) compete o planejamento, coordenação, implementação e monitoramento das políticas para o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas; a promoção de políticas de gestão ambiental para a conservação e a recuperação do meio ambiente; a promoção do etnodesenvolvimento; a promoção e proteção dos direitos sociais indígenas; o monitoramento das ações de saúde das comunidades indígenas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde; e o monitoramento das ações de educação escolar indígena realizadas pelos Estados e Municípios, em articulação com o Ministério da Educação.

A Diretoria de Administração e Gestão (DAGES) atua na execução de atividades relacionadas com os sistemas federais de Recursos Humanos, de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira, de Contabilidade, de Informação e Informática, de Serviços Gerais, e de Organização e Inovação Institucional.

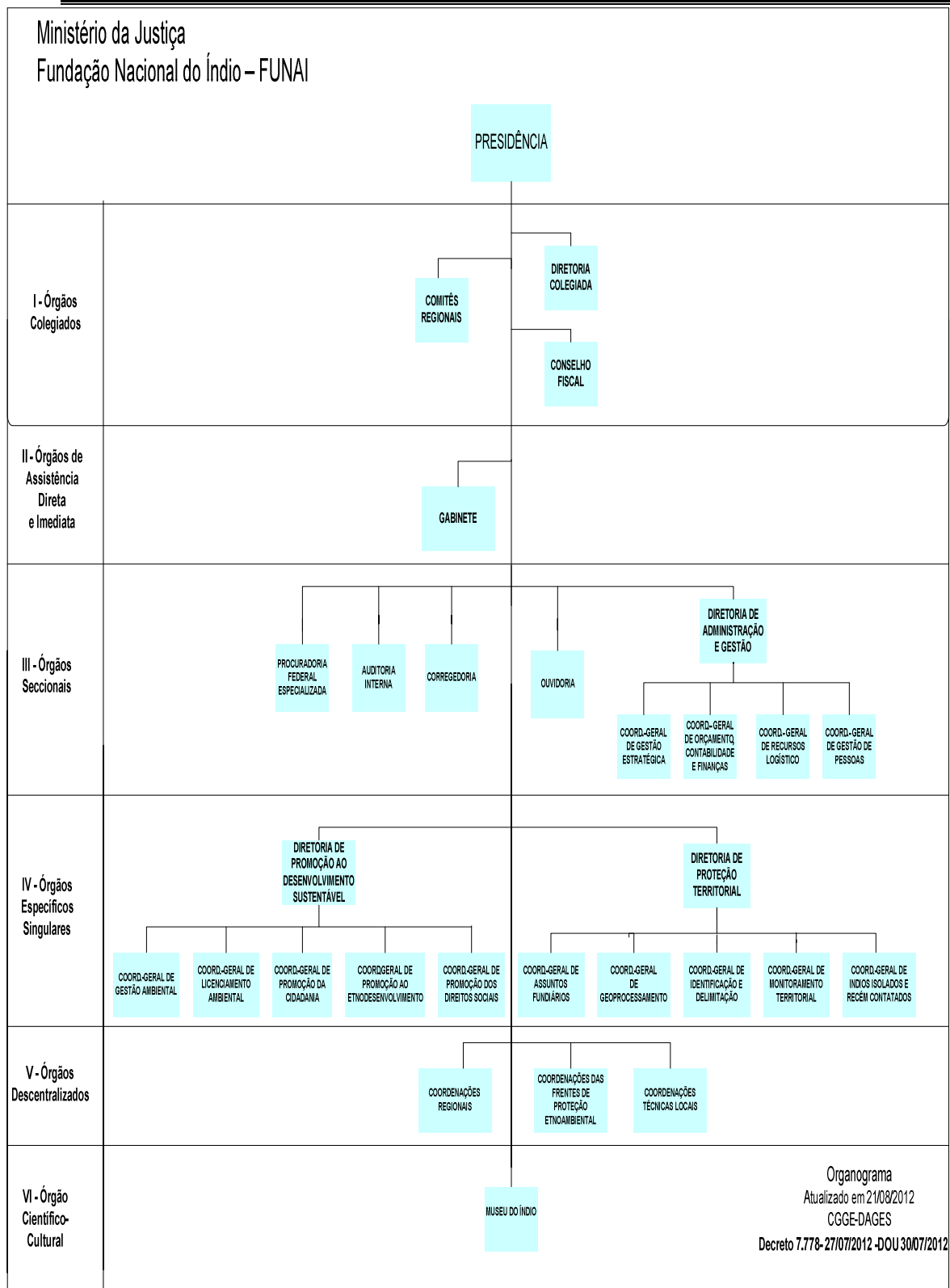
Compete também à FUNAI, por intermédio do Museu do Índio, resguardar as manifestações culturais representativas da história e tradições das populações étnicas indígenas brasileiras, bem

como coordenar programas de estudos e pesquisas de campo, nas áreas de etnologia indígena e indigenismo e divulgar estudos e investigações sobre as sociedades indígenas; executar a política de preservação, conservação e proteção legal dos acervos institucionais-etnográficos, textuais, imagéticos e bibliográficos com objetivo cultural, educacional e científico, dentre outras.

Uma importante fonte de consulta dos anseios das comunidades indígenas e instância de deliberação foi a instituição de Comitês Regionais para cada Coordenação Regional. Esses comitês são compostos por representantes da Funai, representantes indígenas locais e de órgãos e entidades da administração pública federal de atuação local.

No ano de 2012, a FUNAI deu especial atenção à adequação de sua estrutura organizacional com a definição e aprovação de seu Regimento Interno, pela Portaria N° 1.733/PRES, 27 de dezembro de 2012.

1.3 Organograma Funcional DA Funai



1.4 Macroprocessos Finalísticos

Em 2012 concentrou-se esforços na construção e publicação do regimento interno da Funai, por meio da portaria nº1.733, de 27 de dezembro de 2012, em substituição ao anterior datado de 21 de dezembro 1993. A definição dos macroprocessos finalísticos será objeto de ação a ser desenvolvida em 2013.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Em 2012 concentrou-se esforços na construção e publicação do regimento interno da Funai, por meio da portaria nº1.733, de 27 de dezembro de 2012, em substituição ao anterior datado de 21 de dezembro 1993. A definição dos macroprocessos de apoio será objeto de ação a ser desenvolvida em 2013.

1.6 Principais Parceiros

A Funai mantém parcerias com órgãos públicos, tendo em vista o cumprimento de sua missão constitucional, sobretudo no que tange ao acesso das comunidades indígenas aos programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família do Governo Federal. Com esse propósito, procedeu a integração de suas bases cartográficas da FUNAI com o Incra e o IBGE e integração das bases de dados do Sistema de Informação da Atenção da Saúde Indígena da Funasa (SIASI), com o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). No intuito de garantir a proteção das terras indígenas, foram estabelecidas parcerias com a Força Nacional e o Ministério da Defesa. Em 2012, foram realizadas três operações Ágata com o propósito de reduzir a incidência dos crimes transfronteiriços e ambientais, bem como coibir as ações do crime organizado, além de intensificar a presença do Estado Brasileiro na faixa de fronteira e incrementar o apoio à população local, em especial, às populações indígenas. As operações foram realizadas pelas Forças Armadas Brasileiras, em coordenação com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Foram realizadas 19 ações para a retirada de invasores, monitoramento, fiscalização e controle de ilícitos, em parceria com a Polícia Federal, IBAMA, Força de Segurança Nacional e ICMBio.

Com o objetivo de promover o Desenvolvimento Sustentável e os Direitos Sociais dos Povos Indígenas, a Funai empreendeu grandes esforços na área da gestão ambiental na construção da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental em Terras Indígenas - PNGATI, instituída por meio do Decreto nº 7747 de 05 de junho de 2012. A FUNAI coordenou, com o apoio do projeto Carteira Indígena, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a implementação do Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, que contemplou 32 terras indígenas em todos os biomas do Brasil.

Com relação a programações de cunho ambiental demandadas pelos povos indígenas em 2012, com apoio da Embrapa, foi realizada a implantação do Sistema Agro Florestal – SAF na aldeia Mapuera; participação em reunião de avaliação qualitativa do Programa ICMS-Ecológico no estado de Mato Grosso do Sul. Além dessas ações de parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) na gestão de mosaicos na Academia Nacional de Biodiversidade, AcadeBio, nos Conselhos de Mosaicos das Terras Indígenas Xacriabá – MG,

Tumucumaque e Waiãpi, assim como a formalização junto ao MMA da inclusão da Terra Indígena Parque Tumucumaque e Waiãpi no Mosaico AM – Norte do Pará.

Destacam-se os esforços para adequar e ampliar o acesso dos Povos Indígenas às políticas públicas de desenvolvimento rural sustentáveis, que resultaram na criação da DAPI - Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para Indígenas; na elaboração da Chamada Pública do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) para 3.000 famílias indígenas; Termos de Cooperação com a EMBRAPA, para promoção e proteção da agrobiodiversidade indígena, e com o MDS, para apoio a projetos do SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar (SISAN) - em benefício de 1.082 famílias indígenas. Na área da segurança alimentar e nutricional, foram distribuídas, em parceria com a CONAB, cerca de 5.347.000 kg de alimentos para mais de 65.200 famílias indígenas, totalizando 219.998 cestas de alimentos. Cabe destacar, ainda a implementação de ações em parceria com instituições como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Destaca-se os esforços da FUNAI para adequar e ampliar o acesso dos povos indígenas às demais políticas públicas do governo federal, como o Bolsa Família, o PRONAF, o Luz para Todos e o Minha Casa Minha Vida.

2.1 . Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

No início do ano de 2012 houve a tentativa de construção de uma sistemática unificada de planejamento estratégico no âmbito da FUNAI que previa a consolidação de um único plano de ação da Fundação para o exercício, a fim de favorecer os processos de monitoramento e avaliação de suas ações. A sistemática consistia na elaboração de Planos de Trabalho pelas Coordenações Regionais e de Planos de Ação pelas Coordenações Gerais da sede com a utilização de formulários padrão dispostos em um banco de dados, tendo como referência os objetivos traçados para o PPA 2012-2015. Não obstante os esforços empreendidos, as unidades alegaram dificuldades de operacionalização da metodologia, o que inviabilizou a consolidação do Plano de Ação, conforme inicialmente previsto. Assim, as funções de planejamento e acompanhamento da execução das ações foram desenvolvidas com a utilização de instrumentos próprios no âmbito de cada Diretoria.

Porém, perseguindo o propósito de adotar as práticas de planejamento em conformidade com o que estabelece a Decisão Normativa 119/2012, cabe enfatizar a institucionalização do novo modelo de gestão da Funai por meio da Portaria nº 1.746, de 28 de dezembro de 2012, que será implantado no decorrer de 2013. Este modelo de gestão partiu do alinhamento dos objetivos estratégicos da instituição Funai aos objetivos estratégicos do Ministério da Justiça, com foco na gestão por resultados. Estabelece a classificação dos objetivos em 04 grandes eixos que são agrupados por subeixos e os instrumentos plano de ação e planos de trabalhos que serão construídos de forma participativa com toda a instituição. Prevê ainda como modelo de governança a criação da câmara de gestão, do comitê de monitoramento e avaliação e avaliação e das redes locais de planejamento, monitoramento e avaliação.

2.2 Indicadores

A FUNAI utiliza o seguinte indicador para mensurar o atingimento das metas : número de terras indígenas com ocupantes não índios extrusados no processo de indenizações de benfeitorias de boa-fé e número de terras indígenas em operações de extrusão invasores. O índice de referência,

apurado em 31/10/2011, era de 382 TIs,. A Fórmula de cálculo utilizada é a seguinte: número de terras indígenas regularizadas (415) menos número de terras regularizadas (33) com a presença de ocupantes ou invasores não indígenas.

No exercício de 2012, houve iniciativa da FUNAI para atingimento do indicador de terras regularizadas e da posse plena em 4 Terras Indígenas (TI) com o pagamento da indenização das benfeitorias de boa-fé e a retirada dos ocupantes não índios, além das ações de fiscalização e extrusão de invasores, dentre elas podemos citar as TIs Apyterewa/PA, Yanomami/RR, Krikati/MA e Maraiwatsede/MT. Nessa última, a FUNAI realizou em 2012, com o apoio de outros órgãos do Governo Federal (INCRA, Polícia Federal e Rodoviária, Força Nacional de Segurança Pública, Secretaria Geral da Presidência da República, Ministério da Defesa) a completa extrusão dos invasores. A referida TI foi regularizada para o povo Xavante, em 1999, mas, por impedimento judicial, a FUNAI encontrava-se impossibilitada de retirar os invasores. Com a finalização do processo de desintrusão, os indígenas estão na posse plena de suas terras. Para 2013, as terras regularizadas que a Funai pretende trabalhar para retirada de ocupantes e invasores serão a TI Awa/MA, Alto Rio Guama/PA, Paumari do Lago Maraha/AM e a continuidade dos processos de desintrusão das TIs Pankararu/PE, Entre Serras/PE e Apyterewa/PA.

Fatores externos podem interferir no processo de extrusão de não indígenas das TIs, tais como a resistência de invasores não indígenas em sair das TIs, a judicialização dos processos de regularização fundiária, o contingenciamento de recursos e o reduzido número de servidores especializados no processo de regularização fundiária. Esses fatores podem ocorrer e, normalmente, resultam em ações que se desenvolvem por um longo período.

O tema indicadores é considerado prioritário no conjunto de medidas a serem realizadas para a implantação do novo modelo de gestão, instituído pela portaria 1.746 de 2012, prevista para o exercício de 2013.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Estrutura de Governança

A estrutura organizacional da FUNAI contempla os seguintes órgãos seccionais com vistas a governança e autocontrole da gestão: Auditoria Interna; Corregedoria e Ouvidoria.

A Auditoria Interna tem por competência realizar auditoria de avaliação e acompanhamento da gestão, sob os aspectos orçamentário, financeiro, contábil, operacional, pessoal e de sistemas, objetivando maior eficiência, eficácia, economicidade, equidade e efetividade nas ações da FUNAI, conforme o plano anual de auditoria interna; avaliar os procedimentos administrativos e operacionais quanto à conformidade com a legislação, regulamentos e normas; avaliar e propor medidas saneadoras para eliminar ou mitigar os riscos internos identificados em ações de auditoria; realizar auditoria de natureza especial, não prevista no plano de atividades de auditoria interna, e elaborar estudos e relatórios específicos, quando demandado pelo Conselho Fiscal ou pela Direção da FUNAI; examinar a prestação de contas anual da FUNAI e da renda do patrimônio indígena, e emitir parecer prévio; estabelecer planos, programas de auditoria, critérios, avaliações e métodos de trabalho, objetivando maior eficiência, eficácia e efetividades dos controles internos; elaborar o plano anual de auditoria interna e relatório anual auditoria interna, assim como manter atualizado o manual de auditoria interna; coordenar as ações para prestar informações, esclarecimentos e

justificativas aos órgãos de controle interno e externo; examinar e emitir parecer sobre tomada de contas especial, quanto ao cumprimento dos normativos a que se sujeita, emanados do órgão de controle externo; e prestar orientação às demais unidades da FUNAI, nos assuntos inerentes à sua área de competência.

A Corregedoria tem por competência promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento; instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares; examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais; julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias; instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e exercer as demais competências previstas no art. 5º do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.

À Ouvidoria compete encaminhar denúncias de violação dos direitos indígenas individuais e coletivos; contribuir na resolução dos conflitos indígenas; e promover a articulação entre a FUNAI, povos, comunidades e organizações indígenas, instituições governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais, que tratam dos direitos humanos, para prevenir, mediar e resolver as tensões e conflitos e garantir a convivência amistosa das comunidades indígenas; e contribuir para o desenvolvimento de políticas em prol das populações indígenas.

3.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

QUADRO3.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNO DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	X				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			X		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			X		
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		

22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.3 Sistema de Correição

A Corregedoria, Órgão Seccional de Assistência direta ao Presidente desta Fundação, tem suas atividades definidas no Decreto nº 7.778/2012, em seu artigo 16, conforme demonstrado a seguir *ipsis litteris*:

À Corregedoria compete:

I - promover correição nos órgãos internos e unidades descentralizadas, para verificar a regularidade e eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras de seu funcionamento;

II - instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares;

III - examinar denúncias, representações e demais expedientes que tratam de irregularidades funcionais;

IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão de até trinta dias;

V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas forem demissão, suspensão superior a trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão e destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado da Justiça para julgamento; e

VI - exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 30 de junho de 2005.

3.4 Cumprimento Pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

CGU-PAD	Controladoria Geral da União
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	
Quadro Consolidado Global	Período: 01/01/2012 a 31/12/2012
Quantidade de Órgãos: 15	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	11
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	12
Administração Executiva Regional de São Luís	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	3
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	3
Coordenação Regional de Barra do Garças	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0

Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional de Chapecó	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional de Colider	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional de Governador Valadares	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	1
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	1
Coordenação Regional de Imperatriz	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	5
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	5
Coordenação Regional de Maceió	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional de Paulo Afonso	

Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional de Ponta Porã	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	1
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	2
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	3
Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional do Purus	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	
Coordenação Regional do Purus	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Coordenação Regional do Xingu	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
Diretoria de Administração e Gestão	

Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	
Total de Procedimentos	0
Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0
RELATÓRIO DE PROCEDIMENTOS INSTAURADOS	
Diretoria de Proteção Territorial	
Período:	01/01/2012 a 31/12/2012
Quadro Consolidado:	Número de Procedimentos
Total de Processos Administrativos Disciplinares	0
Total de Ritos Sumários	0
Total de Sindicâncias	0
Total de Sindicâncias Patrimoniais	0
Total de Procedimentos	0

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
4.1 INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ
4.1.1 Informações Sobre Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO A.4.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – TEMÁTICO

Identificação do Programa de Governo				
Código Programa	2065			
Título	Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas			
Órgão Responsável	Fundação Nacional do Índio - Funai			
Fontes de Recursos (PPA e LOA) (em R\$ 1,00)				
Fontes de Recursos	Valores do Exercício 2012		a) Valor Remanescente (d – e)	
	e) Previsto no PPA	f) Fixado na LOA		
a) Orçamento Fiscal e da Seguridade Social	793.307.000	102.161.660	2.883.453.000	
b) Outras Fontes	0	0		
c) Subtotais (a + b)	793.307.000	102.161.660		
d) Valor Global Previsto no PPA	3.676.761.000			
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)				
Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar		Valores Pagos
		Processados	Não Processados	
66.570.293	40.169.389	6.713	26.400.904	40.162.675
Objetivos Relacionados ao Programa				
Código	Descrição			Órgão ou Unidade Responsável Pelo Gerenciamento
0943	- Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0945	- Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0948	- Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0949	- Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0950	- Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0951	- Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0952	- Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.			Fundação Nacional do Índio - Funai
0953	- Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação			Fundação Nacional do Índio - Funai

Análise crítica

O Programa Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas reúne as principais ações de governo para os povos indígenas com vistas a promover sua cidadania plena e seus direitos sociais por meio de iniciativas integradas e articuladas. Essas ações visam o desenvolvimento sustentável, respeitando a identidade social e cultural, os costumes, tradições e instituições das comunidades indígenas. São efetivos os investimentos do Estado nas áreas de gestão territorial e ambiental das terras indígenas, na gestão cultural, na gestão dos direitos sociais como a educação, saúde, promoção social, habitação e saneamento ambiental, com participação indígena sempre estimulada.

Segundo o recente censo do IBGE, realizado em 2010, a população indígena brasileira alcança um total de 817.963 pessoas e que habitam 689 Terras Indígenas, distribuídos em todo território nacional, inclusive no Distrito Federal. O Governo Federal atua fortemente para garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis e de maior gravidade onde os povos indígenas encontram-se confinados e desprovidos de terras necessárias para seu sustento e sobrevivência física e cultural.

Com o Programa os povos indígenas têm amplo e qualificado acesso aos direitos sociais e de cidadania. Considerando a situação de extrema vulnerabilidade física e cultural, os povos indígenas de recente contato contam com a promoção e a proteção de seus direitos por meio de iniciativas para a proteção e salvaguarda de seus territórios. Permeando todo o Programa, ações para preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas são tomadas por meio de pesquisa, documentação, divulgação, além de ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos.

O direito a uma educação diferenciada em todos os níveis está sacramentado na Constituição como um direito fundamental dos povos indígenas, com vistas a sua autonomia e sustentabilidade por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social e transmissão do saber. Como se percebe na prática, promover e proteger os povos indígenas brasileiros é um evidente exercício de cidadania e um efetivo reconhecimento da pluralidade étnica e da multiplicidade linguística nacionalidade brasileira.

O Programa reúne as principais ações de governo para os povos indígenas com vistas a promover sua cidadania plena e seus direitos sociais por meio de iniciativas integradas e articuladas. O Programa está estruturado em cinco indicadores, nove objetivos, 75 metas e 51 regionalizações de metas, abrangendo as seguintes ações: plena ocupação e gestão das terras indígenas, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados; ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas; acesso amplo e qualificado aos direitos sociais e de cidadania; ações de preservação e promoção do patrimônio cultural dos povos indígenas; acesso às políticas públicas de governo; ações de proteção dos direitos dos povos indígenas de recente contato; promoção do direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e consolidação da reestruturação organizacional da Funai.

Em 2012, destacam-se as atuações da Funai nas seguintes ações: fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas; delimitação de Terras Indígenas; proteção Social dos Povos Indígenas; documentação de Línguas e Culturas Indígenas; adequação e Modernização das Unidades da Funai; capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais; promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas; construção da Sede da Fundação Nacional do Índio – Nacional; fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas; preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas; gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas; promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas; promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato.

4.1.2 Informações Sobre Objetivos Vinculados a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

OBJETIVO 0943 - (DPT)

Identificação do Objetivo						
Código	0943					
Descrição	- Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.					
Programa	2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Órgão Responsável	Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
32.913.965	30.395.393	24.827.722	16.229.827	413	8.597.894	16.229.413
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Constituição de 8 reservas indígenas para atender os casos de maior gravidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras	Unidade	2	0	-	-
02	Delimitação de 56 terras indígenas	Unidade	14	13	-	-
03	Desenvolvimento, implantação e disponibilização de Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas.	Unidade	-	-	-	-
04	Emissão de 45 portarias declaratórias da posse indígena de terras tradicionalmente ocupadas	Unidade	11	2	-	-
05	Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para o combate ao desmatamento, incêndios florestais e outros ilícitos nas terras indígenas	Unidade	-	-	-	-
06	Estruturação de 12 Frentes de Proteção Etnoambiental para fiscalizar e monitorar 23 terras indígenas com referências de povos indígenas isolados confirmadas	Unidade	3	2	-	-
07	Estruturação de 5 unidades descentralizadas da FUNAI, especializadas no serviço de monitoramento territorial e na proteção de índios isolados para atuarem em terras indígenas localizadas na faixa de fronteira do Brasil com Peru, Colômbia e Venezuela	Unidade	1	1	-	-
08	Estudos e localização de 8 novas referências de	Unidade	2	2	-	-

	povos indígenas isolados, com incremento de 30% sobre as 33 referências já confirmadas					
09	Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas, com incremento de 30% das terras indígenas fiscalizadas sistematicamente	Unidade	52	167	-	-
10	Homologação da demarcação de 40 terras indígenas	Unidade	10	7	-	-
11	Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas	Unidade	10	10	-	-
12	Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas	Unidade	0	0	-	-
13	Indenizar e extrusar ocupantes de boa-fé de 40 terras indígenas	Unidade	10	10	-	-
14	Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira	Unidade	0	0	-	-
15	Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas	Unidade	-	-	-	-
16	Promover o monitoramento permanente nas 20 terras indígenas com maior índice de desmatamento	Unidade	5	30	-	-
17	Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas, por meio de ações articuladas de fiscalização e de etnodesenvolvimento	Unidade	0	47	-	-
18	Regulamentação do poder de polícia da FUNAI	Unidade	-	-	-	-

Análise Situacional

As metas que a Funai não conseguiu cumprir foi em razão dos seguintes desafios para a execução:

- A Funai não dispõe de orçamento suficiente para a aquisição de terras, com vistas a constituir reservas indígenas; Problemas relativos a documentação das terras a serem adquiridas;
- Delimitação de terras indígenas: o número de técnicos reduzido para os estudos de identificação e delimitação das reivindicações indígenas; e a judicialização do processo administrativo na fase de delimitação.
- Emissão de Portaria declaratória: Ato administrativo de competência do Ministro da Justiça, nos termos do Art. 2º, § 10, I, do Decreto n.º 1775/96; Falta de governabilidade da Funai, em razão da competência ministerial; Judicialização do processo administrativo na fase de declaração.
- Homologação da demarcação de terras indígenas: Ato de competência da Presidência da República, nos termos do Decreto n.º 1775/96; Falta de governabilidade da Funai em razão da competência presidencial; Judicialização do processo na fase de homologação.
- Indenização e extrusão dos ocupantes de boa fé de terras indígenas: Conflitos entre índios e não índios impedem os estudos fundiários; Judicialização do processo nesta fase; Dificuldade no reassentamento em outra área e isso é de competência do INCRA; Recusa dos ocupantes em receber a indenização e/ou sair da área; Número de técnicos reduzido para a realização do levantamento fundiário.

RESTOS A PAGAR:

R\$ 2.060.626,65 - No fechamento do exercício de 2012, um quinto (20,1%) dos recursos descentralizados de Fiscalização e Monitoramento Territorial estava inscrito como Empenho a Liquidar. O valor, aplicado principalmente em bens de investimento, corresponde a R\$2.060.626,65 e foi inscrito como Restos a Pagar em 2013. O principal motivo da não liquidação dos empenhos

em 2012 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função do contingenciamento que durou até o mês de setembro. Quatro Coordenações Regionais foram responsáveis por metade desse valor, a saber: CR Cuiabá (629.903,71), CR Ponta Porã (197.453,15), CR Maranhão (108.781,17) e CR Alto Purus (105.573,03). Até o dia 13 de março de 2013, as 4 CRs já haviam conseguido liquidar 84,5% da soma dos respectivos Restos a Pagar.

R\$ 2.5343.790,21 – valor em indenizações a serem pagas a ocupantes de boa fé não índios em terras indígenas, esses valores começaram a ser pagos em 2012, e R\$ 144.142,98 já foram pagos em 2013, porém, ocorreram as seguintes situações que pararam os pagamentos e permaneceram inscritos em restos a pagar: falta de documentação a ser apresentada pelos ocupantes não índios, necessária para realização do pagamento; não concordância dos não índios no valor da avaliação das benfeitorias, contudo a Funai já iniciou os processos judiciais para consignação em pagamento, no entanto cabe ao Poder Judiciário autorizar, por meio de depósito judicial, os valores relativos as indenizações.

R\$ 3.168.117,00 - já foram pagos em 2013 R\$115.566,18, e foram inscritos considerando que o processo licitatório foi finalizado somente no final do ano de 2012, em decorrência dos prazos de assinatura de contrato, publicação em DOU, todo o trâmite administrativo, as etapas administrativas do processo de licitação iniciou em junho, somente finalizando em dezembro. E ainda, não foi possível a inicialização dos trabalhos no ano de 2012, por não ter tempo hábil para a mobilização da equipe técnica da Funai e de aparato policial para a garantia da execução dos trabalhos, visto que a demarcação física é uma etapa conflituosa do processo de regularização fundiária. Os demais valores são de despesas executadas em 2012 mas que somente está sendo possível serem pagas em 2013.

Metas da Gestão Territorial e Ambiental

Constituição de reservas indígenas

No ano de 2012, foram realizados os estudos técnicos em três imóveis rurais que tem como finalidade a constituição de áreas reservadas a comunidade indígenas desprovidas de suas terras. Os estudos executados compreendem os imóveis denominados Ilhas da Tapera, situado no município de Orocó, em Pernambuco, que visa atender o grupo indígena Truká; imóvel Fazenda Jenipabeiro, localizado no município de Santa Rita de Cássia, no estado da Bahia, para atender a comunidade indígena Atikum e o imóvel Fazenda Montana, situado no município de Eldorado, no estado de São Paulo, para os indígenas Guarani, em processo de aquisição por compromisso firmado na compensação para a instalação de empreendimento que impactaram a comunidade indígena.

Diversos são os procedimentos na constituição de áreas reservadas a indígenas e sua execução pode perdurar por anos até a efetiva conclusão do processo. O processo tem início nos estudos de campo com a identificação da área, qualificação quanto a situação antropológica e de sustentabilidade agrônômica e ambiental, medição, vistoria e avaliação das terras, análise cartorial. Outra parte refere-se ao procedimento administrativo na elaboração e aprovação do relatório para constituição da área reservada, análise das peças técnicas da avaliação, a aprovação jurídica e da Presidência do órgão, finalizado com a obtenção do imóvel e sua escrituração em cartório, quando a aquisição seguir na forma consensual junto ao proprietário. Em caso de desacordo pelo proprietário caberá a edição de decreto desapropriação do imóvel e quando necessário medida judicial.

Como explicado, as diversas atividades de ordem técnica e administrativa que realizadas para conclusão do processo de aquisição das terras que objetiva a constituição de uma reserva indígena segue por longo período até a finalização do processo.

Em 2012, nas áreas trabalhadas foram realizadas atividades de campo na avaliação de três imóveis. Dessa forma a continuidade do processo será em 2013, além de outras duas áreas que serão iniciados os procedimentos técnicos no decorrer do ano.

Destaca-se que a aquisição de terras requer a disponibilidade de recursos que sempre são foram contemplados no orçamento de 2012, bem como ocorreu contingenciamento. Neste sentido, a FUNAI buscou parceria junto ao INCRA para a disponibilização de recursos por meio destaque do orçamento, considerando que aquela Autarquia possui orçamento para aquisição de terras, contudo, não houve posicionamento favorável.

Os estudos para aquisição de terras não é procedimento usual da FUNAI, considerando que o objetivo maior é a demarcação de território tradicional de indígenas (Art. 231 CF), portanto, tem como meta regulamentar normativa que visa nortear e agilizar o processo de aquisição de terras para as comunidades indígenas.

Delimitação de terras indígenas

A partir das diretrizes consubstanciadas no PPA 2012-2015, decidiu-se por concluir procedimentos antigos em todos os estados da Federação, com destaque para 05 terras ocupadas pelo povo Mura, no Amazonas, cujos processos demarcatórios foram iniciados pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI).

Em 2012 foram delimitadas 13 terras indígenas (TIs), a saber: Jauary (AM), Kanela Memortumré (MA), Menkü (MT), Murutinga (AM), Paquiçamba (PA), Ponciano (AM), Sissáima (AM), Taego ãwa (TO), Tenondé-Porã (SP), Tremembé da Barra do Mundaú (CE), Tuwa Apekuokawera (PA), Vista Alegre (AM) e Wassú-Cocal (AL).

Ainda no ano de 2012, foram constituídos 07 novos Grupos Técnicos (GTs) visando a delimitação de terras indígenas: Amâncio e Mbiguaçu (SC), Anacé (CE /Reserva), Baixo Seruini/Baixo Tumiã (AM), Fazenda Remanso Guaçu (TI Yvy-Katu/ Porto Lindo) (MS), Lomba do Pinheiro, Lami, Estiva e Capivari (RS), Riozinho (AM) e Tereza Cristina (MT).

Foram constituídos também 13 GTs de estudos complementares: Anacé (CE), Caxixó (MG), Iguatemipegua (MS), Itaporanga e Barão de Antonina (SP), Jaraguá (SP), Karitiana (RO), Kapôt Nhinore (MT/PA), Kaxarari (RO), Ñandevapegua (MS), São Luiz do Tapajós e Pimental (PA), Cahy Pequi (BA), Tekoa Peguaty, Tekoa Amba Porá, Tekoa Uruity e Tekoa Jaikoaty (SP) e Tekoa Pindoty, Tekoa Guaviraty (Subaúma), Tekoa Itapuã (Icapara I), Tekoa Jejty (Toca do Bugio) e Tekoa Itaoka (Icapara II) (SP).

Para o planejamento de ações de 2013, com base em critérios técnicos, serão priorizadas as delimitações das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowa e Ñandeva no cone sul do Mato Grosso do Sul; de TIs de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA, no interior da ALAP (Área de Limitação Administrativa Provisória) das BRs 317 e 319; das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de

situações antigas no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; e de áreas Munduruku no médio Tapajós/PA.

Implantação do Sistema de Informação Geográfica das terras indígenas

Essa meta ainda está na fase de planejamento. No âmbito da etapa de planejamento em 2012 foram feitas a análise de pré-requisitos para implantação do sistema e a verificação dos dados cartográficos a serem utilizados pelo sistema

Emissão de portarias declaratórias da posse indígena

No ano de 2012 foram encaminhados 7 processos (Terra Indígena (TI) Cué-Cué/Marabitanas/AM, TI Guanabara/AM, TI Votouro/Kandóia/RS, TI Barra Velha do Monte Pascoal/BA, TI Tremembé de Queimadas/CE, TI Tumbalalá/BA e TI Tupinambá de Olivença/BA) com vistas a expedição de Portaria Declaratória pelo Sr. Ministro de Estado da Justiça.

Foram declaradas de posse permanente indígena as Terras Indígenas Maracaxi/PA, grupo indígena Tembé, com uma superfície de 720 ha; e Mato Preto/RS, grupo indígena Guarani Chiripá e Mbyá, com superfície de 4230 ha. Apesar dessas terras terem sido declaradas no ano de 2012 esses processos foram encaminhados ao MJ em 31/08/2011 (Despacho n.º 20) e 27/09/2011 (Despacho n.º 62), respectivamente.

Acordos de cooperação técnica

Após as articulações técnicas e políticas iniciadas entre os órgãos públicos federais competentes para tratar da temática de incêndios florestais em terras indígenas, foram encaminhadas às Presidências do Ibama e do ICMBio as propostas de Acordos de Cooperação Técnica visando uma atuação conjunta e articulada entre os órgãos envolvidos para o enfrentamento e combate a incêndios florestais em terras indígenas. No entanto, a proposta do referido Acordo de Cooperação Técnica ainda está em análise no âmbito dos órgãos vinculados ao Ministério do Meio Ambiente. Apesar do Acordo de Cooperação ainda não ter sido efetivado, já estão sendo executadas diversas ações que fortalecem o combate e a prevenção de incêndios em terras indígenas, por meio de uma estratégia articulada, principalmente entre Funai e IBAMA. Houve uma orientação conjunta entre Funai/Sede e IBAMA/Sede às suas respectivas unidades descentralizadas estabelecendo um procedimento comum para atuação articulada com a definição conjunta das terras a serem trabalhadas e apoio logístico entre os órgãos no combate aos incêndios florestais em terras indígenas.

Para atuar na prevenção a incêndios, novos grupos indígenas foram capacitados nas Terra Indígenas (TI): Pirakuá (MS), Fazenda Guarani (MG), Xakriabá (MG), Kraolândia (TO), Apinayé (TO) e no Parque Indígena do Xingu (MT). No caso da Terra Indígena Kadiwéu (MS) houve contratação por parte do IBAMA de uma brigada formada exclusivamente por indígenas para o combate e prevenção de incêndios florestais. As referidas Terras Indígenas estão localizadas no bioma Cerrado, região mais vulnerável a incêndios floresta. Além disso, servidor da Funai foi formado como instrutor de brigada, numa parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Durante o período crítico de seca, a Funai participou ativamente do Centro Integrado Multiagências (Ciman), que coordena os esforços nacionais de combate a incêndios. Outra ação foi o monitoramento realizado por técnicos da fundação que, analisando imagens de satélite, identificaram focos de calor e acionaram as equipes das Coordenações Regionais da Funai para checagem das informações e adoção das ações subsequentes. Os órgãos

responsáveis pelas ações de combate a incêndios – Ibama e ICMBio – receberam apoio logístico e material da Funai para agir nas Terras Indígenas.

Estruturação de Frentes de Proteção Etnoambiental

No processo de estruturação das 12 Frentes de Proteção Etnoambiental, a Coordenação-Geral de Índios Isolados e Recém Contatados realizou uma série de medidas para incrementar a infra-estrutura das Frentes que foram fundamentais. Foi dado incremento substancial na infra-estrutura física Frentes de Proteção Etnoambiental (FPE) Uru-Eu-Wau-Wau e FPE Guaporé.

Estruturação de unidades descentralizadas

Essa meta objetiva ampliar a capacidade de atuação da Funai nas áreas de maior vulnerabilidade aos ilícitos territoriais e ambientais em região de fronteira. São definidas a partir do processo de planejamento as áreas a serem priorizadas em cada exercício. Em 2012 decidiu-se pela estruturação da Coordenação Regional do Vale do Javari, unidade descentralizada da Funai, localizada na região da fronteira Brasil-Peru e a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, unidade descentralizada especializada na proteção de índios isolados, também localizada na região da fronteira Brasil-Peru. Neste sentido, foi construída uma base de fiscalização flutuante na região do rio Curuçá na Terra Indígena Javari, área mais vulnerável aos ilícitos transfronteiriços (contrabando) e ilícitos ambientais (pescadores, caçadores e madeireiros ilegais).

Ademais, foram adquiridos diversos equipamentos (barcos, motores, placa solares, GPS, geradores de energia, rádios, etc..) para o serviço de monitoramento territorial da Coordenação Regional da Funai no Vale do Javari e para a Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, dotando as respectivas unidades com estrutura adequada para o desenvolvimento de ações de proteção e fiscalização da terra indígena Vale do Javari, localizada na região de fronteira entre Brasil e Peru. Foram alocados recursos de investimento no valor de R\$ 71.700,00 para a estruturação da base de fiscalização do Curuçá e R\$ 118.000,00 para estruturação dos serviços de monitoramento Coordenação Regional do Javari e Frente de Proteção Etnoambiental, totalizando um valor global de investimento de cerca de R\$ 190.000,00 para cumprimento da meta.

Estudos e localização de novas referências de povos indígenas isolados

Foram realizadas fiscalizações de forma conjunta com outros órgãos e instituições em 8 Terras Indígenas, nos estados do Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. Foram realizadas 19 atividades de localização de índios isolados sob referências não confirmadas. Cada atividade de localização compreende um conjunto de: estudos por sensoriamento remoto, expedições terrestres e fluviais e levantamentos por sobrevôo. Foram confirmadas 2 referências de índios isolados, sendo uma no estado do Amazonas e outra no estado de Roraima.

Para mensurar ou para conhecer a importância dessas atividades segue um relato de um servidor especializado recém contratado por concurso para realizar estudos de localização de povos indígenas isolados. Relato de caso: Depois de aproximadamente 15 dias incomunicáveis, devido a uma viagem a trabalho pela terra indígena Vale do Javari e depois de quase mil quilômetros percorridos por barco, visitadas cinco aldeias, depois de uma caminhada de 40 km no meio da floresta, percorridos em dois dias, estou esgotado fisicamente e com os pés inchados. Foi uma experiência riquíssima, em todos os sentidos! Muito mais pessoal do que profissional. Aprendi e vi muitas coisas. Cheguei a ficar dois dias sem pisar em terra firme e todos os dias dormíamos na rede. Na maioria dos dias tomei banho na beira do rio; comi carne de todos os tipos (macaco, anta, paca,

queixada, veado, jacu, surubim e até de papagaio). Também comi muito mingau de banana, goiaba, banana e suco de cupuaçu. Fiz pintura corporal, tomei rapé e "tomamos" veneno de sapo. Na caminhada pela floresta, pegamos chuva durante o caminho, andei com água até a cintura, passamos por cima e por baixo de troncos e árvores; tínhamos de usar troncos e árvores como pontes. Devido às condições, realmente não é um trabalho fácil. É preciso abrir mão de certas coisas, principalmente do luxo e do conforto e tentar se despir de pré-conceitos.

Apesar do contato que as etnias da terra indígena mantém com a sociedade envolvente (como a acesso a tecnologias e bens de consumo, programas de transferência de renda e geradores de energia em algumas aldeias), esses indígenas ainda conseguem manter vivos certos ritos e particularidades do seu jeito de viver. É emocionante poder ver isso pessoalmente, em certos relances, em alguns momentos no dia-a-dia da aldeia. Há o lado triste da história que se reflete principalmente entre os jovens, que seduzidos pela vida nas cidades, abandonam suas aldeias para viver nas cidades do entorno da terra indígena. Acabando no mundo das drogas e do álcool, além de cada vez menos compartilharem os costumes de sua etnia. Agora estou em Cruzeiro do Sul, no Acre. Aproveitamos a distância e viemos pra cá, resolver alguns assuntos pela Funai. Bom, são tantas coisas que somente por texto não dá pra repassar.

Fiscalização e monitoramento efetivo de 210 terras indígenas

A mudança no PPA ocasionou o desmembramento da ação anteriormente existente e a qual estavam incorporadas as ações monitoramento e fiscalização. Esse fato transferiu uma proporção maior do orçamento existente para outra ação o que reduziu substancialmente o orçamento disponível para essa e por consequência a capacidade orçamentária e financeira de apoiar as atividades vinculadas a ação. Contudo, no ano de 2012, foram realizadas atividades de fiscalização e monitoramento em 159 alcançadas, sendo 83 na Amazônia Legal, 10 no Nordeste e 66 no Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Tais atividades consistiram desde operações interinstitucionais (IBAMA, Polícia Federal, Força Nacional, Polícia Militar Ambiental, ICMBio, etc) de combate a ilícitos ambientais até atividades de apoio a vigilância realizadas pelas próprias comunidades indígenas, bem como ações de monitoramento de conflitos fundiários.

Homologação da demarcação de terras indígenas

Foram homologadas por meio de Decreto Presidencial 7 Terras Indígenas: Lago do Marinheiro/AM, Porto Limoeiro/AM, Xipayá/PA, Riozinho do Alto Envira/AC, Tenharim de Marmelos Gleba B/AM, Matintin/AM e Santa Cruz de Nova Aliança/AM. Esses processos foram encaminhados ao Ministério da Justiça com vistas a emissão do Decreto Presidencial nas seguintes datas: 09/09/2011 (Despachos 23 e 25), 27/01/2010 (Despacho 02), 27/09/2011 (Despacho 61), 19/10/2010 (Despacho 54), 27/01/2010 (Despacho 01), 13/04/2010 (Despacho 9). Apesar de terem sido encaminhados em anos anteriores, os Decretos só foram publicados no ano de 2012. No ano de 2012 a Funai encaminhou ao MJ o processo da Terra Indígena Arara da Volta Grande/PA (25/06/2012), com vistas a emissão do Decreto de Homologação Presidencial.

Implementação do Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas

Houve em 2012 a discussão da proposta metodológica, a definição dos conteúdos programáticos do programa e a contratação de profissionais que atuarão no Programa de Capacitação em Proteção às Terras Indígenas. Objetivando habilitar servidores e indígenas para as atividades de fiscalização e vigilância das terras indígenas, o Programa de Capacitação de Proteção Territorial da Funai elaborou, com o apoio da Agência de Cooperação Internacional Alemã (GIZ),

um conjunto de materiais didáticos sobre os temas: Cartografia Básica e Uso de GPS, Vigilância Indígena, Monitores Indígenas, Legislação Indigenista e Ambiental, Prevenção e Monitoramento de Incêndios em Terras Indígenas e Serviços Ambientais. Testes piloto do material foram realizados por meio de cursos ministrados em comunidades indígenas e em Coordenações Regionais da Funai. O material referente a temática de Legislação Indigenista e Ambiental e Cartografia Básica e Uso de GPS foi aplicado na capacitação de indígenas nas Terras Indígenas Igarapé Ribeirão/RO, Igarapé Lages/RO e Kaxarari/AM/RO, para atuar nas ações de vigilância das respectivas terras, tendo sido, inclusive, contratados pela empresa responsável pela implementação dos Programas de Compensação Ambiental das UHEs Jiráu e Santo Antonio. Foram realizados cursos de Cartografia Básica e Uso de GPS para servidores nas Coordenações Regionais da Funai no Litoral Sul (Florianópolis) e Xavante (Barra do Garça), com o objetivo de capacita-los e instrumentaliza-los para as ações de proteção das terras indígenas sob suas jurisdições. Ademais, foram realizados 06 (seis) cursos de Prevenção e Monitoramento de Incêndios Florestais em áreas estratégicas (Bioma Cerrado) voltadas prioritariamente para indígenas, a fim de minimizar a ocorrência e o impacto desses eventos nas respectivas terras indígenas. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) produção do conteúdo pelos profissionais, b) análise e aprovação do material produzido, c) processo de publicação desses conteúdos (revisão, diagramação, editoração...), edição de normatização para o programa e, finalmente aplicação. Implementação de 10 cursos no âmbito do Programa de Capacitação em Proteção Territorial, somando cerca de 150 pessoas (servidores e indígenas) capacitadas, em 2012. O material didático produzido e aplicado como experiência piloto, foi avaliado e aprimorado após as capacitações, encontrando-se em fase de edição para publicação em 2013.

Implementação do Projeto de Monitoramento Espacial das Terras Indígenas

Análise Situacional da Meta: No exercício de 2012 foi contratado um profissional para a produção de proposta para o Projeto bem como a aprovação, por parte da Funai, da proposta apresentada. Para os próximos exercícios serão executadas as seguintes etapas: a) construir o processo de licitação, à partir do projeto básico aprovado, b) licitar a prestação de serviço (fábrica de software), c) treinamento de usuários, d) cronograma de instalação do sistema nas Coordenações Regionais. Conforme consta na análise situacional da meta a ser alcançada será quantificada no fim da etapas, com um sistema implementado.

Indenização e extrusão de ocupantes de boa-fé

Para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas No processo de indenização de benfeitorias de boa-fé foram constituídas 7(sete) Comissões de Pagamentos, com a aplicação de recursos na ordem de R\$ 3,5 milhões, seja na forma da indenização direta aos ocupantes não índios ou por meio de consignação em depósito judicial. No ano de 2012, ocorreram os procedimentos para as indenizações de benfeitorias a ocupantes não índios nas seguintes terras indígenas: Apyterewa/PA, Boa Vista/PR, Brejo do Burgo/BA, Comboios e Tupiniquim/ES, Krikati/MA, Lago do Marinheiro/AM, Palmas/SC, Xukuru-Kariri/AL, Yanomami/RR, Jatuarana/AM.

Também foram formados 5 (cinco) grupos técnicos de vistoria e avaliação de benfeitorias nas terras indígenas: Arara da Volta Grande do Xingu/PA, Pankararu/PE, Rio dos Índios/RS, Arroio-Korá/MS e Ribeirão Silveira/SP, com o cadastro de 1.100 ocupações não índios. No tocante a análise da boa-fé das benfeitorias construídas por ocupantes em terras indígenas, foram publicadas 5

(cinco) resoluções. Nesse tema é importante ressaltar a atualização com a publicação de normativa que visa o procedimento da análise sobre a boa-fé das benfeitorias.

O procedimento para a indenização de benfeitorias de boa-fé e a retirada de ocupantes de terras indígenas requer diversas atividades em campo e a aprovação na esfera administrativa, que tem início o processo a partir da edição da Portaria da posse indígena por ato do Ministro da Justiça.

Os procedimentos referente os estudos técnicos de campo compreende na vistoria e a avaliação das benfeitorias instaladas em ocupações de não índios, na análise técnica do material fundiário e dos recursos interpostos pelos ocupantes referente a avaliação. O trabalho de campo a depender da situação fundiária e da extensão da terra indígena, pode se estender por alguns anos até a conclusão, considerando posição contrária dos não índios em autorizar os técnicos da FUNAI a realizar a vistoria, sendo em alguns casos necessário a interposição de medidas judiciais e o uso da força policial.

Nos procedimentos administrativos tem-se a aprovação e análise de recursos sobre a boa-fé, a aprovação da jurídica e da Presidência autorizando o pagamento, a constituição de comissão para as indenizações das benfeitorias e a retirada dos ocupantes da terra indígena, além do acompanhamento do reassentamento a cargo do INCRA. Também nas atividades de pagamento há certa demora em se efetivar conclusão do processo da indenização dos ocupantes não índios e a sua retirada da área, em decorrência da manifestação contrárias dos ocupantes em aceitar o pagamento na forma consensual ou que busca na esfera judicial a paralisação do processo.

Diante das diversas atividades que decorrem para se chegar a conclusão do processo de indenização e a extrusão de ocupantes de terras indígenas e ainda as ações judiciais apresentadas pelos não índios que busca atrasar o processo, tem-se dificuldades para execução das metas. Dessa forma, preve-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas com as atividades já realizadas em 2012 e dar início aos procedimentos técnicos em outras 10 (dez) terras indígenas.

Inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira

A relevância da participação da Funai nas ações de combate a ilícitos transfronteiriços, de forma a justificar a inserção do componente indígena na Política Nacional de Fronteira, pode ser verificada na ampliação do número de operações conjuntas com órgãos de segurança e de defesa nacional realizadas em terras indígenas, situadas na faixa de fronteira, bem como na participação da Funai nas diversas instâncias de integração dos órgãos de inteligência e de segurança nacional. A Funai participou das Operações Ágatha, coordenadas pelo Exército Brasileiro, nas regiões fronteiriças, além das operações Curare, Seta, Piaba de Ouro, Piracema, de abrangência regionalizada nos estados do AM e RR, coordenadas também pelo Exército brasileiro. Conforme consta na análise situacional da meta as diversas ações realizadas, no âmbito do executivo, objetivaram influenciar na Política Nacional de Fronteiras. Atuou-se na produção de informações e conteúdo que serviu de subsídio para influenciar/orientar as diretrizes do Ministério da Justiça acerca do tema Segurança Pública. O aumento da participação da Funai nas operações realizadas na região da faixa de fronteira, tanto no planejamento quanto em sua execução, bem como os resultados positivos obtidos nas referidas operações conjuntas no que se refere ao combate aos delitos transfronteiriços, tem conferido maior credibilidade a instituição para atuação da Funai na inserção do componente indígena, nas políticas de fronteiras, além de evidenciar que a proteção das

terras indígenas deve ser considerada como componente estratégico para quaisquer políticas de segurança nacional e de fiscalização das fronteiras implementadas pelo Estado brasileiro.

Inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas

Foram realizadas diversas ações que apoiaram a discussão para que seja incorporado um componente específico para os povos indígenas na Política Nacional de Mudanças do Clima, no âmbito do executivo e legislativo. Foi produzida notas técnicas da Funai com o posicionamento da Funai sobre a inclusão do componente indígena na Política Nacional de Mudança Climática, especificamente no que se refere aos pagamento por serviços ambientais e REDD+, de forma a orientar as Assessoria Parlamentares da Funai e do Ministério da Justiça nas articulações e reuniões realizadas no Congresso Nacional, no âmbito das tramitações dos Projetos de Leis PL nº 195/2011 - REDD+ (institui o sistema nacional de redução de emissões por desmatamento e degradação, conservação, manejo florestal sustentável, manutenção e aumento dos estoques de carbono florestal, (REDD+)), proposto pela Deputada Federal Rebecca Garcia; e PL nº 792/2007 - Pagamento de Serviços Ambientais (Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, o Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais e o Cadastro Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais, e dispõe sobre os contratos de pagamento por serviços ambientais), proposto pelo Deputado Federal Anselmo de Jesus, respectivamente. A Funai também participa do Grupo de Trabalho Interministerial responsável pela elaboração da proposta da Estratégia Nacional de REDD. Neste sentido, portanto, foram realizadas diversas reuniões de natureza técnica e política, com representantes do Ministério do Meio Ambiente e Ministérios afins, além de parlamentares responsáveis pelos supracitados Projetos de Lei, visando garantir a inserção do componente indígena na Política Nacional de Mudanças Climáticas. No âmbito da atuação didática da Funai sobre a temática, foram produzidos três vídeos explicativos sobre as relações entre mudanças climáticas, povos indígenas e serviços ambientais. Os vídeos traduziram para uma linguagem acessível – visando a divulgação nas aldeias – as discussões nacionais e internacionais sobre mecanismos de compensação financeira para Redução de Emissões de Carbono por Desmatamento e Degradação (REDD+), com o propósito de combater a especulação e o assédio aos povos indígenas. Ademais, a Funai participou ativamente de oficinas, seminário e fóruns de discussão sobre mudança climática e povos indígenas, promovidas por organizações não-governamentais e associações indígenas, visando o esclarecimento dos povos indígenas sobre o posicionamento institucional acerca do tema. E por ocasião da Rio+20, a Funai realizou, no âmbito de sua programação no Museu do Índio, uma mesa de debate, com participação de povos indígenas, organizações não-governamentais e representantes do Ministério do Meio Ambiente e Funai, para discutir e esclarecer a temática relacionada aos povos indígenas e mudanças climáticas.

Monitoramento de terras indígenas com maior índice de desmatamento

Análise Situacional da Meta: Procura-se, por meio das ações vinculadas à essa meta, atuar de forma diferenciada nas 20 terras indígenas (TI) com maior índice de desmatamento, que representam cerca de 70% do desmatamento total em TI. Neste sentido, foram realizadas 30 (trinta) operações em articulação interinstitucional (FUNAI, DPF, IBAMA, FNSP, BPMA, ICMBio) nas terras indígenas com maiores índices de desmatamento. Foram realizadas 30 operações em articulação interinstitucional.

Redução de ilícitos socioambientais nas terras indígenas

Ações de fiscalização e monitoramento nas seguintes Terras Indígenas: URUBU BRANCO, TENHARIM DO RIO MARMELOS, KAYAPÓ, KARIPUNA, RAPOSA SERRA DO SOL, ALTO

TURIAÇU, AWÁ, CARU, BACURIZINHO, PORQUINHOS, KADIWÉU, KRIKATI, KAPOT NHINORE, SETE DE SETEMBRO, PIRAHÃ, PARQUE DO ARIPUANÃ, SERRA MORENA, ARIPUANÃ, SEPOTI, GAVIÃO, ROOSEVELT, SISSAÍMA, GOVERNADOR, PARQUE DO ARAGUAIA, MENKRAGNOTI, URU-EU-WAU-WAU, PORQUINHOS DOS CANELA APANJEKRA, CACHOEIRINHA, APIAKÁ-KAYABI, MENKÛ, ENAWENÊ-NAWÊ, CACHOEIRA SECA, XACRIABÁ, GUAPORÉ, PEQUIZAL, EWARE, MARAIWATSEDE, RIO NEGRO OCAIA, SAGARAMA, XAMBIOÁ, COATA LARANJAL, MUNDURUKU, FAZENDA GUARANI, KAXARARI, ARARA DO RIO AMONEA, MAMOADATE, CABECEIRA DO RIO ACRE, e essas atividades visaram coibir, principalmente, a retirada ilegal de madeira, a pesca e caça predatórias, entrada de invasores, promover a desativação de garimpos na Terras Indígenas. Das ações acima listadas, 30 contaram com a participação de órgãos de segurança pública e/ou governamentais (IBAMA, ICMBio, DPF, Força Nacional, BPMA e Exército).

Regulamentação do poder de polícia

Foram realizadas diversas ações que tem por objetivo regulamentar o poder de polícia da Funai, inclusive por ser recomendação do TCU (Acórdão 1.226/2008). Foram realizadas reuniões com o Ministro da Justiça e as áreas competentes daquele Ministério (Secretaria de Assuntos Legislativos, Secretaria de Segurança Pública, Consultoria Jurídica) para tratar do tema, nas quais foram apresentadas as demandas da Funai decorrentes das atribuições do Órgão indigenista relativas a fiscalização e proteção territorial. Como resultado, está prevista para o 1º semestre de 2013 a realização de um seminário com diversos Órgãos de segurança pública e Procuradorias Jurídicas, visando dar encaminhamento ao processo de regulamentação do Poder de Polícia da Funai.

Metas para 2013

Para 2013, a Funai pretende intensificar as ações de regularização fundiária, com a identificação e delimitação das terras tradicionalmente ocupadas pelos Kaiowá e Nandeva, no Mato Grosso do Sul e das terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani na região Sul; de terras indígenas de vários povos no Acre e sudoeste do Amazonas, no interior da Área de Limitação Administrativa Provisória (ALAP) das BRs 317 e 319; de antigas demandas por terra no Nordeste, especialmente Fulni-ô e Truká; de áreas Munduruku, no médio Tapajós/PA. A Funai atuará em 2013 nos registros e regularização fundiária com a extrusão de ocupantes não-índios em 10 terras indígenas. Com vistas a proteger os índios isolados e de recente contato, a Funai atuará a partir de 2013 identificação e localização de referências de índios isolados, especialmente nas Frentes de Proteção do Médio Xingu e Cuminapanema. É propósito da Funai concluir a extrusão da Terra Indígena Yanomami, com a construção de outras duas bases de Proteção Etnoambiental. Para 2013 está prevista a demarcação física de 18 terras indígenas e aviventação dos limites de 09 terras. Em 2013, serão realizadas atividades de campo para a avaliação de para efetivar a aquisição das terras que constituirão as reservas indígenas. Parcerias

Prevê-se para o ano de 2013, a continuidade dos procedimentos e das indenizações com a extrusão dos ocupantes não índios nas terras indígenas, com as atividades realizadas em 2012 e iniciar os procedimentos técnicos em outras 10 (dez) terras indígenas. Diante das diversas atividades que decorrem para se chegar a conclusão do processo de indenização e a extrusão de ocupantes de terras indígenas, tem-se dificuldades para quantificação a meta.

OBJETIVO 0945 - (DPDS/DPT)

Identificação do Objetivo						
Código		0945				
Descrição		- Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas				
Programa		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Órgão Responsável		Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.661.839	16.361.839	11.294.528	4.822.441	0	6.472.087	4.822.441
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Coordenar e promover, em articulação com instituições de governo, indígenas e não governamentais, a 1ª Conferência Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas	Unidade	-	-	-	-
02	Coordenar e promover, em articulação com instituições do governo, indígenas e não governamentais, o Ano Internacional da Sociobiodiversidade Indígena	Unidade	-	-	-	-
03	Coordenar e promover, em articulação com instituições parceiras, 6 chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas	Unidade	-	-	-	-
04	Coordenar, promover, apoiar e consolidar, em articulação com instituições parceiras, diagnósticos da agrobiodiversidade local e valorização de responsáveis por sua guarda e circulação, entre os povos Guarani, Khraô, Paresi e Xavante	Unidade	-	-	-	-
05	Coordenar, promover e apoiar a estruturação de 8 arranjos produtivos locais, com base em cadeias de valor, visando o estabelecimento de marcas coletivas, certificação de produtos indígenas, acesso aos mercados e geração de renda	Unidade	-	4	-	-
06	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições e órgãos parceiros, a elaboração e implementação de quatro acordos e planos participativos, visando à transição para atividades	Unidade	-	2	-	-

	produtivas sustentáveis em terras indígenas					
07	Coordenar, promover e apoiar, em articulação com instituições parceiras, a conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas, por meio da realização de 7 eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais da agricultura e alimentação indígenas	Unidade	7	2	-	-
08	Garantir a participação indígena nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos	Unidade	-	-	-	-
09	Implantar 80 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas	Unidade	80	12	-	-
10	Implantar processos e projetos de etnodesenvolvimento em 678 terras indígenas	Unidade	678	396	-	-
11	Implementar 51 planos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	Unidade	51	2	-	-
12	Implementar 5 Centros de Formação Indígena	Unidade	5	0	-	-
13	Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas	Unidade	600	0	-	-
14	Realizar duas publicações de materiais didáticos sobre licenciamento ambiental e comunidades indígenas e gestão ambiental e territorial de terras indígenas, com vistas à informação qualificada de órgãos públicos, povos indígenas e parceiros	Unidade	2	0	-	-
15	Regulamentar a atuação da FUNAI como interveniente no componente indígena dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos	Unidade	2	2	-	-
16	Regulamentar o etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas de forma sustentável	Unidade	-	-	-	-

Análise Crítica

No exercício foram executadas as seguintes ações:

Implementação de 12 Planos de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (PGTAs): foram apoiados ao longo de 2012, 10 (dez) Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras indígenas, em diferentes etapas, desde a elaboração até a finalização dos mesmos. Ressalta-se que a maioria do PGTAs foi executada por outras instituições como a Emater, no caso do PGTA da TI Munduruku (PA), Governos de Estado, como o do Acre e Cooperação Técnica Alemã, nos

casos dos PGTAs das TIs Alto Rio Purus, Jaminawa do Igarapé Preto e Kaxinawa/Kampa do Rio Breu no Acre, ou organizações da sociedade civil, como a OPAN no caso dos PGTAs das TIs Nambikwara, Myky e Manoki (MT), IEPE e ECAM no caso do Diagnóstico Socioambiental das Tis Nhamundá Mapuera, Trombetas Mapuera, Parque do Tumucumaque e Paru'Deste e ISA para o PGTA do Parque Indígena do Xingu havendo o apoio da CGGAM (técnico e financeiro) por meio de descentralização de recursos às Coordenações Regionais da Funai para organização e custeio de Oficinas e acompanhamento técnico das atividades por servidores das mesmas. Concluídos em 2012 os PGTAs Timbira e Povos do Oiapoque.

Implementar cursos de formação continuada para 300 gestores não indígenas e 300 gestores indígenas para qualificar as ações de gestão ambiental e territorial de terras indígenas: Houve a continuidade da formatação de uma proposta de Formação Continuada em Gestão Territorial e Ambiental de terras Indígenas, iniciada em setembro de 2011, culminando o exercício de 2012, com a apresentação de uma Proposta de Curso Básico de Formação Continuada em PNGATI, em uma reunião extraordinária do Comitê Gestor do Projeto GATI, em dezembro de 2012. O Curso Básico tem como público alvo indígenas e não indígenas (Funai, MMA e ICMBio) membros dos Comitês Regionais da FUNAI e membros dos Conselhos Regionais do Projeto GATI. Está estruturado em cinco módulos, cada um com duração de 40 horas/aula presenciais, totalizando 200 horas/aula, em 12 meses. A Meta é de que as oito turmas, portanto, 240 gestores indígenas e não-indígenas comecem sua Formação no ano de 2013.

Destacamos ainda, a participação da Funai na Conferência Rio + 20 em diversos espaços e, em especial, a programação realizada no Museu do Índio com a divulgação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental – PNGATI (Decreto nº 7.747/2012) com a participação de servidores da Funai, Ministério do Meio Ambiente- MMA, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD, Organizações e representantes indígenas além de outros parceiros como a Organização não governamental “The Nature Conservancy – TNC e a Cooperação Alemã "Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ).

Ainda na linha dos projetos, é importante ressaltar a coordenação pela FUNAI da implementação do Projeto Catalisando a Contribuição das Terras Indígenas para a Conservação dos Ecossistemas Florestais Brasileiros - GEF – Projeto de Gestão Ambiental e Territorial Indígena – GATI, fruto de parceria entre a FUNAI, Ministério do Meio Ambiente – MMA, PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, GEF- Fundo Mundial de Meio Ambiente, as organizações indígenas regionais ARPIN-SUL, ARPIPAN, APOINME, COIAB e a Organização não-governamental TNC do Brasil. A expectativa é que o Projeto sirva como “laboratório para testar e consolidar novas metodologias e abordagens, em consonância com a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas-PNGATI. O Projeto incide sobre 32 terras indígenas jurisdicionadas em 17 Coordenações Regionais da Funai em todos os biomas brasileiros, distribuídos em 8 núcleos regionais (Amazônia Ocidental, Amazônia Oriental, Amazônia/Cerrado, Nordeste I, Nordeste II, Pantanal/Cerrado, Sul e Sudeste). Foram realizadas neste âmbito capacitações e intercâmbios, envolvendo a participação de aproximadamente 261 indígenas, apoio à adequação dos projetos da Carteira Indígena – MMA, reuniões de esclarecimentos sobre o projeto GATI em 29 TIs, instalação de 6 Comitês Regionais do Projeto GATI e 4 reuniões do Comitê Diretor do GATI. O Decreto de instituição da PNGATI foi assinado em junho de 2012 ano.

Com as contratações efetivadas dos consultores regionais nos 8 Núcleos Regionais em 2012, o Projeto o GATI se estruturou para consolidar e avançar na execução das atividades a serem

realizadas nas TIs. A execução das ações do Projeto GATI possibilitou também a discussão técnica e nivelamento de entendimentos sobre conceitos, princípios, diretrizes e ferramentas para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, que constituem mais um dos instrumentos para gestão das TIs.

Ainda no contexto do GATI, as diversas ações desempenhadas tiveram o envolvimento de várias Coordenações Gerais (CGGAM, CGETNO, CGMT, dentre outras); de outros órgãos governamentais e não governamentais e de organizações indígenas, contribuindo para a efetividade das ações propostas. Neste sentido, o Projeto GATI pode ser considerado como um exemplo de processo participativo na implementação de políticas para os povos indígenas.

Entre as parcerias, além do apoio técnico e financeiro de diversas Coordenações Gerais da Funai, já mencionados, destacamos a Cooperação Alemã "Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) " e também a Organização não governamental "The Nature Conservancy - TNC" no âmbito do Termo de Cooperação Técnica FUNAI/TNC que objetiva uma cooperação técnica, visando o fortalecimento e implementação de políticas públicas ambientais e de etnodesenvolvimento para as terras indígenas.

Em 2012, com uma equipe de 13 técnicos, a CGLIC trabalhou com um universo de cerca de 615 processos, com diferentes graus de complexidade, mas que possuem necessidade de intervenção da Funai acerca do componente indígena. Destaca-se a participação da Funai nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na área de geração e transmissão de energia (exemplos: complexo hidrelétrico do Tapajós, UHE Belo Monte, UHE Mauá, UHE Jirau, UHE Santo Antônio e diversas linhas de transmissão), na área de transportes (exemplos: BR 230/PA, BR-280/SC, BR-101/Nordeste, BR- 101/Sul, BR-116/RS, Ferrovia de Integração Centro Oeste e Ponte do Rio Negro) e no monitoramento dos programas de compensação e mitigação ambientais (exemplos: BR 163/PA, UHE Serra da Mesa e LT Venezuela - Brasil).

Também relevante no processo de articulação, iniciado no âmbito da CGGAM, foi a construção do módulo de acompanhamento do licenciamento ambiental no Sistema de Informação Indigenista – SII, instrumento importante para estruturar informações e acompanhar as diversas fases dos processos acompanhados pela Funai que possuem componente indígena.

3. Comentário sobre as ações implementadas

No tocante à execução da Iniciativa 0413, especialmente no que se refere a atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas, destacamos a publicação do Decreto 7.778/12 a partir do qual foi realizada, a partir de um processo de profunda reformulação, qualificando os procedimentos de licenciamento e os processos de gestão ambiental envolvendo as TIs no Brasil, a divisão da CGGAM, criando assim a COORDENAÇÃO GERAL DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL - CGLIC.

A CGLIC surgiu a partir do processo de amadurecimento do papel da Funai na interveniência junto aos processos de Licenciamento Ambiental de atividades ou obras que possam afetar negativamente povos e terras indígenas. As ações da CGLIC, até então conduzidas no âmbito da Coordenação Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), têm como objetivo principal garantir o respeito aos direitos dos povos indígenas envolvidos em processos de licenciamento ambiental.

Em 2012, com uma equipe de 13 técnicos, a CGLIC trabalhou com um universo de cerca de 615 processos, com diferentes graus de complexidade, mas que possuem necessidade de intervenção da Funai acerca do componente indígena. Destaca-se a participação da Funai nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de grande porte e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na área de geração e transmissão de energia (exemplos: complexo hidrelétrico do Tapajós, UHE Belo Monte, UHE Mauá, UHE Jirau, UHE Santo Antônio e diversas linhas de transmissão), na área de transportes (exemplos: BR 230/PA, BR-280/SC, BR-101/Nordeste, BR-101/Sul, BR-116/RS, Ferrovia de Integração Centro Oeste e Ponte do Rio Negro) e no monitoramento dos programas de compensação e mitigação ambientais (exemplos: BR 163/PA, UHE Serra da Mesa e LT Venezuela - Brasil).

Também relevante no processo de articulação, iniciado no âmbito da CGGAM, foi a construção do módulo de acompanhamento do licenciamento ambiental no Sistema de Informação Indigenista – SII, instrumento importante para estruturar informações e acompanhar as diversas fases dos processos acompanhados pela Funai que possuem componente indígena.

Ações que apresentaram problemas de execução

O cumprimento de 75% da meta prevista para a Ação decorreu de diversas dificuldades que vêm sendo sistematicamente enfrentadas pela Funai com medidas que, no entanto, demandam tempo para apresentar impactos positivos sobre a execução. Destacam-se como as principais dificuldades:

- a) Baixo retorno das Coordenações Regionais quanto à execução dos projetos. **Medida:** novo modelo de gestão para 2013;
- b) Quadro de servidores reduzido, tanto na sede como nas Unidades Descentralizadas para realização e acompanhamento das ações a serem desempenhadas pela Funai.
- c) Limites orçamentários com restrições para despesas com diárias, passagens e locomoção. Atividades finalísticas foram prejudicadas tendo em vista a necessidade de elaboração dos projetos em conjunto com as comunidades indígenas e servidores das Unidades Descentralizadas da Funai, primeiramente, e posteriormente na execução e acompanhamento destes projetos. Destacamos a relevância destas despesas dada a necessidade de informar, orientar, construir, consultar, ouvir e firmar acordos com as comunidades envolvidas.
- d) judicialização dos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que afetam as terras e povos indígenas.

Principais resultados alcançados pela Ação

- i. Implementação de ações estruturantes para garantir a gestão ambiental e territorial das terras indígenas;
- ii. Melhoria significativa da capacidade de ação articulada da FUNAI, tanto interna quanto externamente, dando um salto de qualidade na implementação dos projetos e políticas públicas governamentais;
- iii. Normatização de procedimentos da Funai no âmbito do licenciamento ambiental de empreendimentos, condição fundamental para uma atuação ordenada, legal e que garanta a participação dos povos indígenas;
- iv. Estabelecimento das orientações e diretrizes para a elaboração dos PGTAs, as quais deverão ser utilizadas tanto pela própria Funai - nos casos em que as Coordenações

Regionais estiverem executando a elaboração de PGTA's nas TIs - quanto para diversas instituições governamentais e não-governamentais que também atuam com PGTA's. Merece ênfase que Funai passou a acompanhar e discutir de forma mais qualificada a elaboração de PGTA's em diferentes TIs do Brasil;

- v. Elaboração da proposta do Curso Básico de Formação em Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - nos Biomas Amazônia, Mata-Atlântica e Caatinga em parcerias formadas pela Funai, MMA, Icmbio e IEB (Instituto de Educação do Brasil).

Restos a pagar: Os restos a pagar refletem aporte de recursos ao final do ano, o que não ocorreu com frequência ao longo do exercício de 2012, que levou as unidades descentralizadas da Funai e não conseguiram empenhar e executar uma parte das atividades propostas para o ano de 2012.

Chamadas públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.

Em 2012, foram definidos critérios para eleição das terras indígenas a serem atendidas pelas “Chamadas Públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas”. Observa-se, entretanto, que não realizaram-se as Chamadas Públicas em 2012, e tal fato deveu-se à decisão de planejá-las para ocorrer nos anos 2013-2015, de forma a criar sinergia com os avanços na implementação do Projeto GATI, em especial quanto à implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTA - nas terras indígenas que são Áreas de Referência deste Projeto, e com a meta relativa aos diagnósticos da agrobiodiversidade. Considerou-se que, sendo o foco da Chamada as terras indígenas que correspondem às áreas de referência do Projeto GATI, cujos resultados e atividades são estratégicos para o Objetivo 0945, o lançamento desta Chamada no período 2013/2014, garantiria maior potencial de alcance dos resultados almejados. Está previsto, para 2013, o lançamento de duas Chamadas Públicas de projetos com foco na conservação da agrobiodiversidade em terras indígenas.

Problemas de execução:

- não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc
- reduzida capacidade técnica e operacional das unidades regionais e respectivas CTLs; reduzido quadro de pessoal técnico dos SEGATs;
- ausência de ações de capacitação continuada junto às equipes técnicas; fragilidade da infra-estrutura operacional), em maior ou menor medida, impactaram sobre esse quadro da execução orçamentária de 2012,
- dotação insuficiente, contingenciamento, com impactos significativos sobre a regularidade das descentralizações orçamentárias às Unidades Regionais para execução das atividades dentro de margem de tempo adequada.

Restos a pagar:

Observa-se, quanto a este fato, um círculo vicioso que precisa ser rompido, exigindo, para tanto, maior agilidade das Unidades Regionais no envio dos Planos de Trabalho anuais, bem como nas análises dos projetos destes Planos. Todavia, esta agilidade por si só não é suficiente para a reversão do quadro atual. Mudanças efetivas requerem, no curto e médio prazo, a tempestividade necessária nos aportes orçamentários à Ação 2711, a melhoria das condições de trabalho na Sede, a efetiva estruturação das CRs e CLTL, o aperfeiçoamento de procedimentos e instrumentos que

permitam agilidade nas rotinas no âmbito das unidades da sede e das CRs. No caso destas Unidades, além de maior agilidade na elaboração dos Planos e projetos, é fundamental garantir as condições de efetivação dos procedimentos licitatórios que, no caso das atividades produtivas, são mais complexos e demorados, por envolverem grande quantidade e diversidade de insumos.

É fundamental considerar, nesse contexto, que a implementação de atividades produtivas que efetivamente contribuam para a autonomia das comunidades não ocorreu no período de um exercício apenas e, em larga medida e em todas as regiões do país, segue calendários agrícolas e extrativistas próprios. Assim sendo, as descentralizações orçamentárias requerem que seja observada a sazonalidade das atividades produtivas regionais, a fim de que os recursos possam ser disponibilizados nos tempos predeterminados pelos diversos calendários. A não observância destes calendários nos aportes de recursos à Ação 2711, bem como nas descentralizações pela Sede e nas execuções orçamentárias pelas CRs dificultará sobremaneira a reversão do alto volume de recursos em restos a pagar, que vem se repetindo ano a ano.

Foram iniciados, em 2012, diálogos com a Cooperação Técnica Alemã - GIZ e a Embrapa a fim de definir a metodologia a ser utilizada em 2013 nos diagnósticos da agrobiodiversidade dos Povos Guarani, Krahô, Paresi e Xavante.

Arranjos produtivos locais

Foi realizada, em 2012, uma oficina de planejamento da meta, envolvendo a participação da Cooperação Técnica Alemã – GIZ, que incluiu uma abordagem teórica sobre o tema das Cadeias de Valor e a eleição dos APLs e respectivos produtos a serem apoiados, considerando-se o potencial produtivo das áreas indígenas, parcerias estabelecidas, dentre outros aspectos. São os seguintes os produtos e territórios eleitos: Região Norte: Borracha/Corredor Tupi-Mondé (MT e RO); Pescado/Purus (AM); Fibras – piaçava e cipó-titica/Rio Negro (AM); Mel/Kayapó Sul do Pará e Parque Indígena Xingu (PA/MT). Estes territórios foram validados na referida Oficina, em conjunto com a Diretoria de Proteção Territorial e coordenações da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável. Região Nordeste: Mel/TI Wassu-Cocal (AL), Pescado e Frutos Nativos, ambos com território a ser definido; ii) realizada uma Oficina de Capacitação em Cadeias de Valor com os atores envolvidos em todos os APLs eleitos.

Problemas de execução: são os mesmos apresentados em relação à execução das metas anteriores.

Articulação com instituições e órgãos parceiros

Durante o exercício de 2012 foram firmados 2 Termos de Ajustamento de Conduta – TAC com a finalidade de disciplinar o fim dos arrendamentos nas TIs Kadiwéi e Paresi.

O Objetivo principal desta meta é garantir o usufruto das TIs pelos indígenas. Com a formalização destes acordos pretende-se criar um cronograma para a extrusão dos arrendatários das Terras Indígenas e, paralelamente, incentivar os indígenas a práticas produtivas sustentáveis em substituição ao arrendamento. Na Ti Kadiwéu objetiva-se ao final de oito anos formar um rebanho de 8 mil reses para a comunidade, retirando, ao término, os arrendatários, sem prejuízo econômico aos indígenas. A despeito das grandes dificuldades de se alcançar este objetivo, com a formalização deste acordo foram iniciados trabalhos de vistorias, essenciais para um maior controle sanitário pelo Estado na região. Ressaltamos ainda que o alcance do objetivo depende basicamente do acompanhamento da Funai e no envolvimento dos indígenas neste Projeto. Já o compromisso

assinado pela Funai e indígenas para retirada de sojicultores na TI Paresi foi assinado no segundo semestre de 2012, sendo que a maioria dos indígenas vem cumprindo com a obrigação de reservar 50 % dos ganhos da safra na compra de equipamentos. Desta forma, entendemos que, com o devido acompanhamento da Funai e envolvimento dos indígenas, o objetivo poderá ser alcançado.

Problemas de execução:

- Dotação insuficiente, contingenciamento, não obtenção de licença ambiental no prazo previsto, liberação de recursos orçamentários e financeiros fora dos prazos previstos, problemas na licitação, etc.

- No que concerne ao TAC Kadiwéu a principal dificuldade de execução é o custo dos trabalhos de vistoria, considerando que a TI Kadiwéu possui mais de 500.000 hectares, sendo que mais de 350.000 são arrendados para 40.000 cabeças. Um trabalho de vistoria contínua duraria mais de 6 meses e seus custos comprometeriam uma parte significativa do orçamento. Já no que tange ao TAC Paresi não tivemos problemas com execução.

Superações significativas das metas estabelecidas

Considerando a complexidade dos trabalhos, o alcance de 50 % da meta em 1 ano superou as expectativas. Isso se deve ao fato de que tanto na TI Kadiwéu quanto na TI Paresi as discussões já tinham sido iniciadas antes do PPA 2012 a 2015. Além disso, deve-se enfatizar que a formalização do acordo não finda as atividades

Restos a pagar: Não houve inscrição em Restos a Pagar de recursos relacionados a esta meta.

Conservação da agrobiodiversidade das terras indígenas

Em 2012, foram apoiados dois eventos de intercâmbio de insumos e práticas tradicionais de agricultura e alimentação indígena: i) I Feira Mebengokré de Sementes Tradicionais e; ii) apoio à Feira de Sementes Paresi III – Raiz, Planta e Cultura: Intercâmbio de raízes e sementes tradicionais do povo Paresi.

Problemas de execução: mesmos problemas que prejudicaram a execução das metas anteriores.

Processos e projetos de etnodesenvolvimento

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R\$ 8.799.023,49, executados R\$ 2.792.443,84 e R\$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior

ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Problemas de execução:

- o processo de execução da meta tem como característica o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras metas, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.
- Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.
- greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro;
- quadro reduzido da equipe técnica, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, foram alcançadas 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de alcance da meta, sendo este considerado significativo, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012, bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta. Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

Restos a pagar

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

Etnoturismo e ecoturismo em terras indígenas

Em 2012 foi realizado o planejamento trianual de atividades para execução da meta; acompanhamento de casos piloto para subsidiar tecnicamente a proposta de regulamentação, em

conformidade com os direitos territoriais e sociais destes povos, como segue: i) participação no GT de Turismo do estado do Acre; ii) acompanhamento do X Festival Yawa, na Terra Indígena Rio Gregório (aldeias Nova Esperança e Mutum); iii) participação e apoio à Oficina inter-setorial sobre o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Indígena do Xingu, envolvendo CTLs, representantes indígenas, Coordenações Gerais (CGETNO, CGGAM, CGPDS, CGMT e CGPC – além da Ouvidoria e AEAI); iv) acompanhamento de monitorias complementares entre os Yanomami (AM) e 16 etnias que coabitam o Parque Indígena do Xingu (MT); v) reunião com MMA, ICMBio, Ministério do Turismo, para nivelamento sobre a meta e identificação de contribuições destas instituições ao processo de regulamentação da atividade em tela; vi) elaboração de Roteiro de Monitoria e Avaliação de Atividades Turísticas em Terras Indígenas, baseado nas atividades de monitoria e avaliação realizadas nas TIs e em estudos anteriores feitos pela FUNAI, para subsidiar as CRs no desenvolvimento de atividades ligadas à meta.

Problemas de execução: mesmos problemas que prejudicaram a execução das metas anteriores.

OBJETIVO 0948 - (DPDS)

Identificação do Objetivo						
Código	0948					
Descrição	- Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Programa	2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Órgão Responsável	Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.087.356	26.604.920	14.989.238	8.783.796	0	6.205.442	8.783.796
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc) das organizações indígenas nas diversas regiões do país, em suas iniciativas próprias e em processos de formação, para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas	Unidade	150	172	-	-
02	Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento	Unidade	-	-	-	-
03	Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios, desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados	Unidade	-	-	-	-
04	Executar 10.000 obras de infraestrutura comunitária ou de habitações em terras indígenas	Unidade	10.000	0	-	-
05	Implantação de sistema interligado aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, nas 36 Coordenações Regionais da FUNAI, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas	Unidade	36	14	-	-

06	Instituição de acordo de cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país	Unidade	1	1	-	-
07	Promoção de Eventos de Capacitação voltados a prevenção à violência contra a criança indígena.	Unidade	-	-	-	-
08	Propor adequações das políticas de assistência social, com foco na qualificação das redes e equipamentos sociais (CRAS, conselhos tutelares e etc), para o atendimento dos povos indígenas, inclusive criando mecanismos de acolhimento e escuta para o atendimento a grupos indígenas que se instalam em ambientes urbanos	Unidade	-	-	-	-
09	Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica, distribuída em aldeias com déficit de produção, por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena	Unidade	13	0	-	-
10	Realizar 4 pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas	Unidade	4	0	-	-

Análise crítica

Em 2012 foram executadas as seguintes ações visando o cumprimento das metas estabelecidas, itens 1 a 10:

Realização de reuniões estratégicas com a SNJ, MDA, SESAI, SDH para discutir e elaborar propostas de ações para os jovens indígenas. O valor financeiro para essa ação foi de R\$ 30.000,00. Entretanto verificou-se certa dificuldade em atender todas demanda por falta de recursos.

Viabilizou-se e acompanhou-se as iniciativas dos povos indígenas através das Coordenações Regionais que visam o fortalecimento organizacional e político com recorte de gênero e geracional, ou seja, os eventos pontuais a nível local, regional e nacional das organizações e/ou departamentos de mulheres e jovens indígenas, tais como assembleias gerais e extraordinárias ocorridas anualmente. O recurso gasto com essas ações foi da ordem de R\$ 106.373,24. Essa ação também encontrou dificuldades em razão da insuficiência de recursos necessários para atender as demandas.

Apoiou-se e acompanhou-se as iniciativas das Coordenações Regionais com recorte de gênero e geracional. O recurso foi de R\$ 90.430,86 e também encontrou dificuldades de operacionalização por falta de recursos.

Viabilizou-se e acompanhou-se as iniciativas das mulheres, jovens e idosos indígenas através das Coordenações Regionais, voltadas para os temas prioritários que beneficiem mais de uma comunidade indígena. O valor empregado nessa ação foi de R\$ 28.520,00 e também houve dificuldade em atender todas demanda que chegaram por falta de recursos.

Viabilizou a participação de mulheres, jovens e idosos indígenas, em articulação com as Coordenações Regionais, nos fóruns de discussão, elaboração e gestão das políticas públicas e de direitos relacionados aos povos indígenas, em geral, e às questões de gênero e geracionais, em

particular. O valor do recurso foi de R\$ 28.770,02 . Houve dificuldade em atender todas demanda que chegaram à por falta de recursos.

Foram apoiados no ano de 2012, 172 eventos num total de R\$ 307.327,85. Essa situação de superação de meta se deu pela preocupação da FUNAI em atender as demandas de Mobilização social que também entram no bojo dessa meta do PPA. Apesar de ter sido um ano difícil por conta da restrição orçamentária que acabou por vetar vários eventos que estavam sendo pensados, e até mesmo para dialogar com o movimento indígena sobre as dificuldades e mudanças que a FUNAI tem passado, essas agendas foram priorizadas.

Com o intuito de reduzir o subregistro civil de nascimento junto à população indígena, foram realizados mutirões em todas as regiões do país, foram efetivadas mais de 30 mil novas emissões de documentos devido a realizações de mutirões nas regiões de Atalaia do Norte, São Gabriel da Cachoeira, Ponta Porão, Palmas, Cacoal, Ji Paraná e o Maranhão, ultrapassando o exercício de 2011, em parceria com os Governos dos Estados, Conselho Nacional de Justiça e Secretária Nacional dos Direitos Humanos. O grande momento foram os mutirões em regiões de difícil acesso, como o Vale do Javari, no município de Atalaia do Norte, e São Gabriel da Cachoeira que continuam a ação. Essa Coordenação-Geral juntamente com as Coordenações Regionais empenharam-se em 2012 nas ações para erradicação do subregistro civil de nascimento e a ampliação do acesso à documentação básica, incluindo o direito a formas de nomeação próprias dos indígenas.

O quadro abaixo apresenta o quantitativo de RANIS, Registros Civil de Nascimento, CPF, Carteira de Identidade e Carteira de trabalho emitidas no ano de 2012.

Nº RANICADASTRADOS	Nº RANIEMITIDOS	Nº RCN EMITIDOS	C.P.F.	CARTEIRA DE IDENTIDADE	CARTEIRA DE TRABALHO	TOTAL
7935	11266	8514	3245	4501	2062	37523

Avalia-se que essa meta vem sendo cumprida, uma vez que a própria emissão do RANI é considerada uma forma para que o indígena tenha acesso ao seu registro civil de nascimento e conseqüentemente as outras documentações.

Foram realizadas reuniões com instituições responsáveis pela execução de projetos de infraestrutura em terras indígenas, como por exemplo, Caixa Econômica Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério das Cidades e SESAI, com o objetivo de definir diretrizes que fortaleçam a autonomia dos Povos Indígenas no desenvolvimento de programas e projetos nas seguintes áreas: a)Engenharia Civil e Arquitetura (habitações, escolas, casas comunitárias, postos de saúde e enfermarias); b)Acesso à água potável para consumo humano; c)Saneamento ambiental (lixo, esgoto, águas pluviais, conforto doméstico); d)Acesso e mobilidade territorial (estradas, pontes, caminhos, portos fluviais, pistas de pouso); e)Matriz Energética (energias alternativas e convencionais, sistemas de transmissão de energia) e; f) Comunicação (sistemas de telecomunicações e radiofonia)..

Com relação a esta ação vale destacar que o papel da Funai é o de: a)realizar o levantamento sobre a situação das infraestruturas comunitárias nas terras indígenas; b)realizar consultas aos indígenas que serão beneficiados com projetos de infraestrutura comunitária, prestando os

esclarecimentos necessários sobre os aspectos positivos e negativos do projeto e registrar a manifestação dos indígenas em forma de ata, inclusive com assinatura dos servidores da Funai, dos representantes das instituições parceiras e dos indígenas; c) auxiliar na elaboração dos projetos de engenharia e arquitetura das obras de infraestrutura comunitária, adequando-os aos aspectos culturais das comunidades indígenas, na fiscalização das obras executadas pelos parceiros e na mobilização das comunidades indígenas para acesso aos recursos disponíveis; d) apoiar iniciativas próprias das comunidades indígenas na construção e manutenção das suas moradias tradicionais, inclusive aos aspectos relativos ao uso de matéria-prima de uso tradicional e; e) apoiar as comunidades indígenas que se encontram em acampamentos ou que foram impactadas por evento climáticos com a implantação de abrigos provisórios em madeira removível.

Em 2012, destacaram como realizações:

- acompanhamento e fiscalização das obras em andamento;
- articulação com o MME no intuito de atender as comunidades indígenas com o programa “Luz para Todos”
- Autorizações para implantação de 300 (trezentas) unidades habitacionais em terras indígenas pelo Programa Nacional de Habitação Rural-PNHR;
- Descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de 285 (duzentos e oitenta e cinco) abrigos provisórios e removíveis em madeira para famílias em situação de vulnerabilidade;
- Autorização para implantação 1 (uma) Casai/Munduruku;
- Autorização, descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de 1(um) Centro Cultural no Oiapoque;
- Autorização para implantação de 1 (um) Centro Comunitário Maxacali;
- Autorização e apoio técnico para implantação de 1(uma) Casa de Apoio em Apucarana-PR;
- Autorização e apoio técnico para implantação 1.280 (mil duzentas e oitenta) ligações de energia em terras indígenas pelo Programa Luz para Todos;
- Descentralização de recursos para a manutenção e reforma de 40 (quarenta) casas tradicionais;
- Autorização para manutenção de estradas de acesso às aldeias da Terra Indígena Xukuru;
- Descentralização de recursos para apoiar tecnicamente a manutenção e melhoria de estradas em terras indígenas;
- Apoio técnico para implantação dos fogões agroecológico na Terra Indígena Panambizinho-MS;
- Acompanhamento e fiscalização do Convênio N°003/2010. Implantação de 200 (duzentas) unidades habitacionais em terras indígenas Kaingang;
- Acompanhamento e fiscalização do Convênio N°002/2010. Implantação de 40 (quarenta) unidades habitacionais em Maraiwatsede;
- Elaboração, execução, acompanhamento e fiscalização da implantação de casas, escolas e postos de saúde nas terras indígenas Guarani no âmbito do PACIG;
- Descentralização de recursos e apoio técnico para implantação de projetos de captação e armazenamento de água potável em terras indígenas dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Ceará;

O Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Previdência de 2009, prevê a realização de oficinas regionais sobre o seguro especial com todas as CRs a fim de que os servidores possam acessar os canais remotos da Previdência. No entanto, no ano de 2012, devido ao corte orçamentário, foi realizada apenas uma oficina na cidade de Tabatinga pra capacitar os

servidores da FUNAI e ajudar no diálogo com os gestores municipais e estaduais. Essa oficina abrangeu as seguintes regionais e CTLS:

- Coordenação Regional do Alto Solimões
 - Coordenação Técnica Local Tabatinga AM
 - Coordenação Técnica Local Santo Antonio de Iça AM
 - Coordenação Técnica Local Tonantins AM
 - Coordenação Técnica Local São Paulo de Olivença AM
 - Coordenação Técnica Local Benjamin Constant AM
 - Coordenação Técnica Local Tefé AM
 - Coordenação Técnica Local Carauari AM
- Coordenação Regional do Vale do Juruá/Javari
 - Coordenação Técnica Local Atalaia do Norte AM
 - Coordenação Técnica Local Palmeira do Javari AM
 - Coordenação Técnica Local Eirunepé AM
 - Coordenação Técnica Local Feijó AC
 - Coordenação Técnica Local Tarauacá AC
 - Coordenação Técnica Local Jordão AC
 - Coordenação Técnica Local Marechal Thaumaturgo AC
 - Coordenação Técnica Local Mancio Lima AC
 - Coordenação Técnica Local Cruzeiro do Sul AC
- Coordenação Regional de Manaus
 - Coordenação Técnica Local Presidente - Figueiredo AM
 - Frente de Proteção Etnoambinetal Waimiri-Atroari
 - Coordenação Técnica Local Borba AM
 - Coordenação Técnica Local Parintins AM
 - Coordenação Técnica Local Maués AM
 - Coordenação Técnica Local Nhamundá AM
 - Coordenação Técnica Local Manicoré AM
 - Coordenação Técnica Local Autazes AM
 - Coordenação Técnica Local Nova Olinda do Norte AM
 - Coordenação Técnica Local Coari AM
 - Coordenação Técnica Local Manacaouru AM
 - Coordenação Técnica Local Oriximiná PA

Essa meta já foi cumprida com a publicação da Resolução Conjunta N° 03, de 19 de Abril de 2012 do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Essa é uma meta que continua pendente. No ano de 2012 não foram realizadas muitas ações com a rede de assistência social para que essas políticas fossem qualificadas. Muito por conta do corte orçamentário que a FUNAI sofreu no ano de 2012. Entretanto é uma das agendas prioritárias para o ano de 2013 visto as emergências que surgem principalmente nas áreas do cone sul do MS. No dia 08/03/2012 foi realizada reunião com a SNAS – MDS para iniciar as tratativas sobre o assunto.

Na área da segurança alimentar e nutricional, em 2012, foram distribuídas em caráter emergencial, de acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) para o segmento indígena cerca de 5.347.653 kg de alimentos, totalizando 219.998 cestas de alimentos distribuídas para cerca de 65.218 mil famílias indígenas beneficiadas. Em 2013, haverá continuidade nas ações de articulação de programas e ações focadas para esse fim.

OBJETIVO 0949 - (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação do Objetivo						
Código		0949				
Descrição		- Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.				
Programa		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Órgão Responsável		Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.598.500	8.135.648	6.927.460	5.166.169	0	1.761.290	5.166.169
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar 168 projetos de atividades e eventos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI, visando apoio à produção social e à transmissão de saberes, bem como à comercialização e distribuição de bens materiais	Unidade	42	43	-	-
02	Capacitar 160 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios	Unidade	40	41	-	-
03	Elaborar marco legal de proteção dos conhecimentos tradicionais e expressões culturais indígenas	Unidade	-	-	-	-
04	Implementar Plano Setorial de Culturas Indígenas	Unidade	-	-	-	-
05	Pesquisar e documentar 30 línguas, culturas e acervos de povos indígenas no país	Unidade	30	31	-	-
06	Promover, nas ações desenvolvidas e nos projetos apoiadas com recursos da ação de proteção, promoção, fortalecimento e valorização das culturas indígenas, a participação direta de indígenas nos estudos sobre suas culturas, bem como na elaboração e gestão de projetos culturais que envolvam diretamente as suas comunidades	Unidade	-	-	-	-
07	Registrar, preservar e difundir 160.000 itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas	Unidade	40.000	42.000	-	-

Análise Crítica

Como resultado dos trabalhos realizados no âmbito das três Ações Orçamentárias sob sua atribuição no PPA 2012-2015 – Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas, Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas e Pesquisa sobre Populações Indígenas – em 2012 o Museu do Índio conservou, documentou e divulgou os bens culturais sob sua guarda e novos objetos adquiridos durante o ano visando formar coleções etnográficas contemporâneas; promoveu atividades e eventos de valorização das culturas indígenas; desenvolveu projetos de pesquisa em parceria com populações indígenas de todas as regiões do país; e capacitou pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de pesquisa e documentação linguística, cultural e de gestão de seu patrimônio, de natureza material e imaterial. Na área de divulgação e comunicação, o Museu teve

um público de mais de 400 mil visitantes, sendo vinte mil presenciais e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais.

A instituição enfrentou alguns problemas para a realização e cumprimento de seu programa de trabalho durante o exercício, tais como o período de greve dos servidores e o contingenciamento dos recursos - tendo sido liberados apenas cerca de 25% do orçamento até setembro/2012. Na área de recursos humanos, o Museu perdeu uma funcionária da área financeira, que fez concurso para outro órgão, mas foi incorporado um funcionário em seu lugar. Por sua vez, a UJ recebeu mais cinco funcionários, aprovados no último concurso da FUNAI, além de dois transferidos de outras unidades. Foi consolidada a transferência de duas unidades descentralizadas que passam a ser vinculadas ao Museu do Índio - de Cuiabá e Goiânia - aguardando-se ainda, porém, as comissões de passagem de responsabilidade.

As metas estabelecidas para cada uma das Ações e Iniciativas a cargo da UJ foram devidamente cumpridas e, em alguns casos, superadas de forma significativa.

OBJETIVO 0950 - DPT E DPDS

Identificação do Objetivo						
Código		0950				
Descrição		- Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.				
Programa		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Órgão Responsável		Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	0	0	0	0	0	0
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território	Unidade	-	-	-	-
02	Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista	Unidade	1	0	-	-
03	Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas	Unidade	-	-	-	-

Análise crítica

Elaboração e implementação de 36 Planos Regionais Indigenistas articulados entre as diversas instituições governamentais com atuação no território.

Na ocasião da concepção do PPA 2012-2015, essa meta foi definida com o propósito de elaboração de planejamento regionalizado com vistas à integração das ações dos diversos ministérios que participam do Programa Temático dos Povos Indígenas, sob a coordenação da FUNAI. A proposta é que esse planejamento regionalizado fosse materializado nos Planos Regionais Indigenistas. A elaboração dos Planos Regionais depende ainda de uma articulação interinstitucional a ser construída. Dentre as ações necessárias à consecução dessa meta destaca-se a compatibilização das bases territoriais sobre as quais se assentam as ações de cada instituição, incluindo as jurisdições da FUNAI, os Distritos Sanitários Especiais Indígenas e os Territórios

Etnoeducacionais, assim como a organização das bases informacionais únicas que satisfaçam as necessidades de informação de todos os órgãos envolvidos nos planos.

Implementação do Conselho Nacional de Política Indigenista

A Comissão Nacional de Política Indigenista – CNPI, criada pelo Decreto de 22 de março de 2006, foi instalada em abril de 2007 e no mesmo dia dada a posse dos membros pelo presidente Lula. A CNPI é composta por 20 representantes dos povos indígenas, 10 com direitos a voto e 10 a voz, representando mais de 220 povos e 180 línguas diferentes, duas ONGs indigenistas e 12 representantes governamentais, e a presidente da FUNAI que preside a Comissão e é voto minerva. A representação indígena reflete as diferentes realidades socioculturais do país com a presença de diversos povos.

Com a criação da CNPI não se faz mais políticas para os índios e sim com os índios. A CNPI faz parte do Ministério da Justiça. Quando for convertida em Conselho pelo Congresso Nacional, a presidência do Conselho será de 04 anos para representante de governo e 04 anos para representação de indígenas. A CNPI tem 10 Subcomissões: Acompanhamento de Empreendimento com Impactos em Terras Indígenas; Justiça, Segurança e Cidadania; Terras Indígenas; Etnodesenvolvimento; Assuntos Legislativos; Saúde; Educação Escolar Indígena; Cultura e Comunicação; Gênero, Infância e Juventude e Políticas Públicas, Orçamento e Gestão.

Em 2012 foram realizadas três reuniões da CNPI. Foi realizada em Brasília/DF, no período de 05 a 06/06/2012 a 7ª Reunião Extraordinária da CNPI. Também em Brasília foram realizadas as 18ª e 19ª Reuniões da CNPI, nos períodos de 29 e 30/08/2012 e 03 a 06/12/2012, respectivamente. Com os seguintes assuntos: tramitação no Congresso Nacional do PL 3571/2008, que institui o Conselho Nacional de Política Indigenista. O CNPI será um órgão de composição paritária com representação do Executivo, dos povos indígenas e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas. O autor do PL é o Poder Executivo. Aguarda a inclusão na pauta da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), com parecer do Relator Dep. André Vargas (PT/PR), pela compatibilidade e adequação.

Integração dos sistemas de informação sobre povos indígenas

As ações para a consecução dessa meta serão incorporadas nos Planos de Ação da Funai de 2013 e 2014.

OBJETIVO 0951 - (DPT)

Identificação do Objetivo						
Código		0951				
Descrição		- Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.				
Programa		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Órgão Responsável		Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000	900.000	848.281	561.247	0	287.034	561.247
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada

		Medida				
01	Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato	Unidade	0	0	-	-
02	Implementação da política de proteção e promoção dos povos de recente contato em 11 terras indígenas jurisdicionadas às Frentes de Proteção Etnoambiental da FUNAI	Unidade	3	5	-	-
03	Monitoramento e avaliação de ações governamentais e da sociedade civil nas 11 terras indígenas com presença de povos indígenas de recente contato jurisdicionadas à Frente de Proteção Etnoambiental da FUNAI	Unidade	3	2	-	-
04	Realização de estudos e diagnósticos para orientar as ações governamentais e não governamentais junto aos povos indígenas de recente contato	Unidade	9	9	-	-
01	Formulação da política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato	Unidade	0	0	-	-

OBJETIVO 0952 - (DPDS)

Identificação do Objetivo						
Código	0952					
Descrição	- Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.					
Programa	2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas					
Órgão Responsável	Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000	6.300.000	4.987.616	4.343.640	6.300	643.975	4.337.340
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoiar financeiramente o estudante indígena fora da aldeia	Unidade	-	-	-	-
02	Apoiar técnica e financeiramente cursos de formação de professores indígenas	Unidade	-	-	-	-
03	Elaborar, institucionalizar e aplicar instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena e monitoramento das políticas públicas de educação em todos os níveis	Unidade	-	-	-	-
04	Elaborar subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena	Unidade	-	-	-	-
05	Formar técnicos e representantes indígenas para o acompanhamento e o exercício do controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena	Unidade	-	-	-	-
06	Implantar processos de discussão para implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas	Unidade	-	-	-	-

	pelas comunidades indígenas					
--	-----------------------------	--	--	--	--	--

Apoio a estudante indígena

No ano de 2012, a FUNAI manteve o apoio financeiro aos estudantes indígenas em Instituições do Ensino Superior, matriculados em cursos regulares e nas licenciaturas específicas, visando garantir os direitos básicos quanto à continuidade dos estudos com qualidade nas respectivas instituições.

No entanto, sobre esta meta há considerações fundamentais a serem realizadas. Trata-se do seguinte: o Decreto nº 26, de 04 de fevereiro de 1991, da Presidência da República, atribui ao Ministério da Educação a competência para coordenar as ações referentes à educação indígena, em todos os níveis e modalidades de ensino, ouvida a FUNAI. Além disso, as ações previstas no referido Decreto, determinam que serão desenvolvidas pelas Secretarias de Educação dos Estados e Municípios em consonância com as Secretarias Nacionais de Educação do Ministério da Educação.

Nesse sentido, a FUNAI, atualmente, tem apenas um papel consultivo, de monitoramento e de fiscalização dessa política pública. Porém, mesmo não tendo mais a obrigatoriedade pela execução da Educação Escolar Indígena no Estado brasileiro, a FUNAI assumiu, através de Termos de Cooperação e Convênios firmados com Instituições de Ensino, desde o final da década de 1990, a responsabilidade de apoiar diversos programas de acesso e permanência de estudantes indígenas matriculados em cursos superiores regulares, em licenciaturas específicas e no ensino médio de Instituições de Ensino.

Em 2012, a liberação de recursos orçamentários para a manutenção dos auxílios financeiros aos estudantes indígenas impactou sobremaneira nas ações no âmbito da promoção aos processos educativos comunitários voltados à sustentabilidade, visto estar executando uma política pública que não é mais de sua competência.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos nos instrumentos já pactuados, consequência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

Cursos de formação de professores indígenas

Apoiou técnica e financeiramente a formação de 160 (cento e sessenta) professores indígenas no magistério visando assegurar o atendimento às demandas das escolas e participação nas instâncias de controle social da educação escolar indígena. Além disso, nesta meta foram incluídos projetos de ações educativas de base comunitária voltado para a sustentabilidade e valorização dos processos indígenas de transmissão de conhecimentos.

Nesse sentido, em 2012 foram apoiados 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos, consequência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de

17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

Instrumentos de acompanhamento das ações de educação escolar indígena

Em 2012 a FUNAI em articulação com o Ministério da Educação apoiou as ações e atividades decorrentes das discussões e implantação dos Territórios Etnoeducacionais (TEE) contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos de pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas. Foi pactuado 01 TEE e realizadas 03 (três) reuniões de Comitês Gestores de 03 (três) TEE's, com recursos da FUNAI.

Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena

No ano de 2012, a FUNAI não elaborou subsídios na perspectiva de construção de um Sistema Próprio de Educação Escolar Indígena, já que a ação tem como perspectiva a articulação das discussões com o MEC e envolvendo os povos indígenas por meio de suas entidades de representação, sendo que no decorrer do ano as mudanças administrativas ocorridas nas duas Instituições obrigaram a definição de outras ações mais urgentes.

Controle social frente às ações e políticas de educação escolar indígena

No ano de 2012, a FUNAI apoiou encontros e assembléias de professores indígenas, e a participação de indígenas e servidores em reuniões com Secretarias Estaduais de Educação, Conselhos de Educação e representações do Ministério Público Federal nos estados para tratar de temas relacionados aos direitos indígenas nas políticas públicas de educação.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de mudança de agendas previamente definidas em consequência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de algumas atividades e em casos mais drásticos o adiamento ou cancelamento, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas com Instituições e povos indígenas.

Implementação dos cursos de ensino médio e ensino médio integrado a partir das demandas apresentadas pelas comunidades indígenas

No decorrer do ano de 2012 foi dado continuidade ao processo de discussão com algumas Unidades dos Institutos Federais de Educação com a finalidade de implantar cursos de ensino médio técnico atendendo demandas de alguns povos indígenas, com projetos específicos de formação profissional atendendo as necessidades de algumas comunidades indígenas de formar quadros que contribuam para a sustentabilidade e a gestão. Foi dado apoio para consolidação dos Cursos: i) Médio Técnico em Agroecologia dos Povos Indígenas do Sul do Pará, em parceria com o Instituto Federal de Educação do Pará; ii) Projeto Ibaorebu de Formação Integral do Povo Munduruku, que inclui cursos da modalidade médio técnico de agroecologia, enfermagem e magistério. Prosseguimento da agenda de discussão para implantação dos Cursos: i) Médio Técnico em Meio Ambiente dos Povos Krikati, Gavião e Guajajara de Araribóia, em parceria com o Instituto Federal de Educação do Maranhão-IFMA (Campus Imperatriz), ii) Formação Profissional Inicial Agricultura Mehi, em parceria com o Campus de Barra do Corda (IFMA);iii) Contatos e discussões iniciais para a implementação de cursos médio técnico com foco na sustentabilidade para os povos Apinajé e Krahô.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de mudança de agendas previamente definidas em consequência do contingenciamento

orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme o Decreto n. 7680 de 17/02/2012, que teve como consequência o adiamento ou cancelamento de algumas atividades, a exemplo das articulações com os Institutos Federais do Rio Grande do Sul e do Tocantins, com prejuízos para as agendas anteriormente pactuadas que envolvia Instituições e povos indígenas.

OBJETIVO 0953 - (DAGES)

Identificação das Unidades Orçamentárias da uj						
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj		0953				
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj		- Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.				
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj		2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas				
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj		Fundação Nacional do Índio - Funai				
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj						
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	8.851.667	2.695.446	262.267	0	2.443.179	262.267
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj						
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI	Unidade	-	-	-	-
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Capacitar e informar 100% dos representantes indígenas dos comitês regionais da FUNAI quanto ao conjunto das políticas públicas	Unidade	-	15	-	-
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos para a FUNAI com foco na melhoria de gestão	Unidade	-	891	-	-
Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Desenvolvimento e implantação de um sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena	Unidade	-	-		

Identificação das Unidades Orçamentárias da uj	Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI	Unidade	-	-	-	-
--	---	---------	---	---	---	---

Análise Crítica

Adequação da infraestrutura física e de tecnologia de informação e comunicação da sede e das coordenações regionais da FUNAI

Com o objetivo de consolidar a reestruturação organizacional da FUNAI foram adquiridos 110 aparelhos de comunicação, 98 equipamentos de áudio e vídeo, 67 notebooks, 40 impressoras, 45 estabilizadores, 14 aparelhos de GPS, 682 mobiliários diversos, 115 utensílios domésticos, 6 veículos de serviço, 11 caminhonetes, 01 motocicleta e 01 Van.

A meta em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade da Funai, com a aquisição de 02 motocerras, 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R\$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R\$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

No tocante ao suporte tecnológico os seguintes fatores contribuíram para a execução da Meta: cumprimento de normas estabelecidas pela SLTI para os órgãos que compõem o SISP (IN/SLTI nº 4/2010); observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI e maior orçamento destinado à Coordenação de Gestão em Tecnologia da Informação (COGETI); planejamento para atualizar e modernizar a infraestrutura de TI, e, adotar as boas práticas e procedimentos relacionados à Tecnologia da Informação; dotar a FUNAI com infraestrutura física e lógica, suficiente para atender demandas operacionais na rede corporativa do PDTI 2012-2015 da FUNAI. É importante ressaltar que a meta em questão contou com recursos da Ação de Administração e Gestão da Unidade tendo como principais realizações em 2012 às aquisições e contratações para prover meios físicos e lógicos para dar suporte à Sede da FUNAI e suas Coordenações Regionais, com a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir, de imediato, a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da FUNAI; aquisição de microcomputadores com sistema operacional; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai e suas Coordenações Regionais, gerando economia de custos e maior produtividade.

Neste particular, registramos a aquisição com recursos da Ação de Administração da Unidade 01 central de switch, 1.069 desktops, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceivers e 23 aparelhos de GPS.

A ampliação e a modernização da estrutura física ocorrida ao final de 2012 permitirão avanços na prestação de serviços à sociedade a partir de 2013.

Os fatores que dificultaram a execução do Objetivo foram a reduzida equipe técnica e deficiente quadro de servidores da área de TI da Funai, acarretando considerável esforço para execução das atividades rotineiras e aquelas necessárias à implementação de novos projetos.

Outro fator relevante gerador de dificuldade na obtenção das metas foi o forte contingenciamento experimentado pela Funai, conforme comentário abaixo, na análise crítica dos Restos a Pagar.

Capacitação representantes indígenas dos comitês regionais

No exercício de 2012, foram instalados 15 Comitês Regionais, procedendo-se à devida capacitação dos membros de cada Comitê sobre temas tais como gestão compartilhada, participação cidadã e controle social. Também se realizou, na Instalação dos Comitês, a discussão e a aprovação dos Regimentos Internos e a posse dos membros dos Comitês.

A meta foi atingida parcialmente com a participação dos representantes das comunidades indígenas e dos servidores das Coordenações Regionais da Funai, fortalecendo o processo de gestão participativa. Para o exercício de 2013, pretende-se instalar o restante dos Comitês Regionais num total de 10, com isso atingindo-se a meta de um Comitê para cada Coordenação Regional, ou seja, 37.

Desenvolvimento e implantação de sistema de informações gerenciais e sobre a realidade indígena

As principais realizações foram a implantação da primeira etapa do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), nos módulos Fundiário; Informações Indígenas; Proteção Territorial; Índios Isolados; Licenciamento Ambiental; e Administrativo (Funcionalidades Complementares); Áreas gestoras em processo de cadastro das informações/dados pertinentes a cada um dos respectivos módulos, bem como a utilização dos mesmos para apoiar as ações pertinentes às atividades finalísticas da FUNAI; a segunda etapa de desenvolvimento do Sistema Indigenista de Informações (SII), implantação prevista para o 1º Semestre de 2013, teve todas as atividades de levantamento, especificação e validação de seu escopo encerradas em 2012, módulos contemplados: Planejamento Operacional; Educação; Jurídico; e Compensação Controle Ambiental e Mitigação (CCAM).

Os seguintes fatores contribuíram para a execução da meta: todas as ações para o desenvolvimento e implantação do Sistema Indigenista de Informações da Funai (SII), estão em concordância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI 2012-2015) desta Fundação, em especial as metas: “8. Adoção de sistemas de gerenciamento e controle de atividades finalísticas da FUNAI” e “12. Dispor de base de dados unificada”; Os fatores que dificultaram a execução da meta foi o processo de implantação da primeira etapa do sistema que foi dificultado por problemas gerenciais e operacionais da empresa responsável pelo desenvolvimento desta etapa, bem como as dificuldades no processo de levantamento de requisitos e a rotatividade dos envolvidos das áreas de negócio da FUNAI.

O processo de desenvolvimento e implantação da segunda etapa do sistema está sendo dificultado por problemas gerenciais e operacionais da empresa responsável pelo desenvolvimento desta etapa, bem como pelas mudanças de gestores das áreas de negócio da FUNAI, prejudicando a continuidade das atividades previamente planejadas.

Desenvolvimento e implementação de um Programa de Capacitação de Recursos Humanos

Tendo em vista o desenvolvimento de pessoal e em cumprimento aos dispositivos legais, no ano de 2012 a Funai publicou a Portaria nº 797/PRES, de 25 de junho de 2012, que contempla os procedimentos institucionais relativos à capacitação dos servidores em exercício na Funai. O referido dispositivo tem por finalidade nortear a elaboração e execução das ações de capacitação de servidores desta Fundação, bem como orientá-los sobre os procedimentos internos sobre o assunto. Tais ações objetivam desenvolver as competências individuais por intermédio do diálogo com o servidor e em consonância com as necessidades institucionais.

No ano de 2012 foram capacitados 891 servidores, ao custo de aproximadamente R\$ 715.000,00, os referidos cursos realizados tiveram por finalidade atuar nas seguintes trilhas de desenvolvimento, previstas na Portaria nº 797/PRES: Institucional, Promoção da Excelência Administrativa, Gerencial, Gestão Orçamentária e Técnico-Institucional.

Deste total foram contemplados 222 servidores pelo Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre a Funai e o Tribunal de Contas da União-TCU, para prestação de serviços de ensino a distância na área de Planejamento Governamental, a custo zero para esta Fundação. O cardápio de assuntos engloba os cursos de Licitações e Contratos, Controles da Administração Pública, Estrutura e Gestão Pública, Gestão Orçamentária e Financeira, Prestação de Contas e Convênios, Prestações de Contas: Fundamentos da Democracia e Exercício de Cidadania. A referida cooperação teve como objetivo primordial promover o intercâmbio de experiências e cooperação técnico-científica com o Tribunal de Contas da União para especialização dos servidores, bem como para o desenvolvimento institucional e da gestão pública da Funai, e conseqüentemente alcançar a melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI.

Destaca-se os cursos in company das áreas de logística e de orçamento realizados, respectivamente, em parceria com a ENAP – Escola Nacional de Administração Pública e com a ESAF – Escola de Administração Fazendária, no Centro de Formação em Política Indigenista.

Mapeamento e redesenho dos processos de trabalho da FUNAI

Análise Situacional da Meta

No ano de 2012 foram concentrados esforços na elaboração e publicação do Regimento Interno da FUNAI, por meio da Portaria nº 1.733/PRES/FUNAI, de 27/12/2012, primeira etapa do redesenho de processos. Definidas as competências regimentais, será possível adotar dar prosseguimento às medidas complementares que garantam o alcance desta meta.

Restos a pagar:

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R\$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Conseqüentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que

resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

4.1.3 Informações Sobre Iniciativas Vinculadas a Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.3.1 – INICIATIVAS DE PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

INICIATIVA 0403 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0403					
Descrição	- Articular a garantia da participação indígena nos processos de discussão e regulamentação da Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+) e outros mecanismos relacionados a mudanças climáticas e pagamento por serviços ambientais.					
Objetivo	0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não possui metas.	-	-	-	-	-

INICIATIVA 0406 - (DPT)

Identificação da Iniciativa						
Código	0406					
Descrição	- Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental					
Objetivo	0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.745.399	11.616.827	10.072.388	8.011.761	0	2.060.026	8.011.761
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização e Monitoramento Territorial	Unidade	89	59	8.745.399	8.011.761

	das Terras Indígenas;					
02	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato;	Unidade	0	0	0	0

Análise crítica

Cumprimento das metas: As 10 metas do PPA 2012-2015 para a Ação Orçamentária Fiscalização e Monitoramento Territorial tiveram avanços em 2012. A quase totalidade (96,4%) da dotação orçamentária (R\$10,4MI) foi descentralizada, e, desse montante, praticamente tudo (98,2%) foi empenhado. As principais ações foram realizadas em 159 Terras Indígenas (TIs), sendo 30 ações nas 20 TIs com maior índice de desmatamento. A Coordenação Regional do Vale do Javari, que atende à segunda maior TI do país, foi priorizada nos investimentos de estruturação do serviço de monitoramento territorial. Cursos de capacitação para indígenas e servidores de todo o país também foram estruturados. Mantém-se a expectativa de que todas as metas sejam cumpridas ao final de 2015.

Eventuais problemas de execução: O principal problema ocorrido em 2012 foi o contingenciamento dos recursos financeiros, de maio a setembro, que atrasou o início de muitas ações. Os diversos setores da Funai envolvidos na gestão territorial, coordenados pela Sede em Brasília, prepararam-se para executar as ações mais importantes após o término do contingenciamento. Porém, em função da longa duração do contingenciamento, vários planos de trabalho elaborados no início do ano, com ênfase na prevenção de ilícitos, tiveram que ser substituídos por planos emergenciais mais reduzidos, com ênfase no combate aos ilícitos e conflitos já instalados. Entretanto, a prevenção continuou sendo reforçada como política de médio e longo prazo, por meio da produção de material didático para a capacitação de indígenas e servidores e da articulação cada vez maior com outros órgãos de governo e com a sociedade civil organizada.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superação significativa das metas, mas os resultados alcançados permitem-nos acreditar que poderia ter havido se não tivesse ocorrido o contingenciamento e se o aporte de recursos financeiros tivesse sido maior.

Restos a pagar: No fechamento do exercício de 2012, um quinto (20,1%) dos recursos descentralizados de Fiscalização e Monitoramento Territorial estava inscrito como Empenho a Liquidar. O valor, aplicado principalmente em bens de investimento, corresponde a R\$2.060.626,65 e foi inscrito como Restos a Pagar em 2013. O principal motivo da não liquidação dos empenhos em 2012 foi o atraso no recebimento dos recursos financeiros, em função do contingenciamento que durou até o mês de setembro. Quatro Coordenações Regionais foram responsáveis por metade desse valor, a saber: CR Cuiabá (629.903,71), CR Ponta Porã (197.453,15), CR Maranhão (108.781,17) e CR Alto Purus (105.573,03). Até o dia 13 de março de 2013, as 4 CRs já haviam conseguido liquidar 84,5% da soma dos respectivos Restos a Pagar.

Outros aspectos: A área de Fiscalização e Monitoramento Territorial da Funai teve uma execução física e financeira acima da média em 2012, e isso vem ocorrendo de forma consistente nos últimos anos. Considerando que a demanda por ações é imensa, e que a capacidade de realização atualmente está limitada pelo teto orçamentário-financeiro, espera-se que um aumento na dotação de 2013 deverá resultar na superação das metas inicialmente previstas no PPA, que ainda são modestas em face da dimensão das Terras Indígenas, correspondentes a 13% do Território Nacional. Nesse sentido, duas Emendas (de números 60030005 e 50300001) aprovadas na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da Câmara dos Deputados deverão aumentar consideravelmente a dotação de 2013.

INICIATIVA 0408 - (DPT)

Identificação da Iniciativa						
Código	0408					
Descrição	- Localizar e proteger povos indígenas isolados					
Objetivo	0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.200.000	2.900.000	2.857.874	2.242.509	0	615.365	2.242.509
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados;	Unidade	6	4	3.200.000	2.242.509

INICIATIVA 040A - (DPT)

Identificação da Iniciativa						
Código	040A					
Descrição	- Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas					
Objetivo	0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.968.566	15.878.566	11.897.459	5.975.556	413	5.921.902	5.975.142
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.	Unidade	4	0	20.968.566	5.975.556

INICIATIVA 040B - (DPT)

Identificação da Iniciativa	
Código	040B
Descrição	- Regularizar o poder de polícia da FUNAI
Objetivo	0943 - Garantir aos povos indígenas a plena ocupação e gestão de suas terras, a partir da consolidação dos espaços e definição dos limites territoriais, por meio de ações de regularização fundiária, fiscalização e monitoramento das terras indígenas e proteção dos índios isolados, contribuindo para a redução de conflitos e para ampliar a presença do Estado democrático e pluriétnico de direito, especialmente em áreas vulneráveis.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não possui metas.	-	-	-	-	-

INICIATIVA 040R - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	040R					
Descrição	- Apoiar o desenvolvimento sustentável dos povos indígenas visando à manutenção e à disponibilidade dos recursos naturais em seus territórios, necessários a sua reprodução cultural e segurança alimentar e nutricional, bem como incentivar o fortalecimento das organizações comunitárias indígenas, qualificando e ampliando o acesso às políticas públicas e a participação nos espaços de gestão pública					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000	1.500.000	120.000	75.865	0	44.135	75.865
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Apoio ao Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Indígenas	Unidade	-	-	1.500.000	75.865

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem a apoiando por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM.

INICIATIVA 040S - (DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	040S
Descrição	- Articulação e promoção da economia criativa de povos e comunidades indígenas, por meio da identificação de arranjos produtivos locais, do estímulo à formação de competências criativas, à produção, difusão, distribuição, consumo e fruição de produtos e de sua inserção nos mercados nacional e internacional, de modo promover a diversidade cultural, a geração de renda e a inclusão social dos povos indígenas, respeitadas suas especificidades e autonomia
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.

Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 040T - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	040T					
Descrição	- Articular a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural em áreas indígenas para a gestão de seus territórios e estruturação dos processos de produção e acesso a mercados diferenciados					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Foi realizada no início de 2012 uma oficina nacional sobre ATER indígena.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 040U - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	040U					
Descrição	- Articular a qualificação e adequação da Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a ampliação de entidade emissoras e capacitação das comunidades, para garantir o acesso dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento rural sustentável					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					

Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Após diversas reuniões com MDA e parceiros, foi instituída a DAP indígena permitindo aos mesmos a acessarem diversos programas como PNAE, PAA e etc.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 040X - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	040X					
Descrição	- Articular parceria para apoio e fomento a projetos produtivos voltados para o autoconsumo e a inclusão produtiva com vistas a garantir a segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem apoiando por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM

INICIATIVA 040Y - (DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	040Y

Descrição	- Articular parceria para a qualificação de acordos de pesca, cadeias de valor do pescado e acesso diferenciado dos povos indígenas às políticas de desenvolvimento sustentável da pesca					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Foi priorizado dois arranjos produtivos locais, Purus e Nordeste. Ressaltamos que o APL do Purus já foi iniciado.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 040Z - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	040Z					
Descrição	- Consolidar parceria com a EMBRAPA para qualificação de processos e projetos voltados para a conservação da agrobiodiversidade, com foco nas sementes tradicionais.					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Foi aditivado Termo de Cooperação com a Embrapa
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 0411 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
------------------------------------	--	--	--	--	--	--

Código	0411					
Descrição	- Participação em fóruns e conselhos de políticas públicas para a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental nas Terras Indígenas e inserção do desenvolvimento sustentável, com ênfase no etnodesenvolvimento, nas políticas públicas voltadas aos povos indígenas					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: A CGETNO colaborou na redação da Nota Técnica e o roteiro de elaboração dos PGTA.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação não é orçamentária.

INICIATIVA 0413 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0413					
Descrição	- Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.985.839	5.485.839	2.624.077	1.770.074	0	854.002	1.770.075
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fomento a Projetos de Gestão Ambiental dos Povos Indígenas da Amazônia (Programa-Piloto) (MMA)	Unidade	-	-	3.638.600	0
02	Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas	Unidade	16	0	5.985.839	1.770.075
03	Fomento à Gestão Ambiental em Terras Indígenas (MMA)	Unidade	16	0	226.250	110.000

Análise crítica

Promoção de 16 projetos de gestão ambiental nas terras indígenas: foram apoiadas iniciativas em diversos projetos de cunho ambiental como implantação do Sistemas Agro Florestais – SAFs e quintais agroflorestais nas Terras Indígenas (TI) Aguapeu, Peruíbe, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará e Paranapuãna; recuperação de área degradada) na TI Sararé; enriquecimento da biodiversidade com palmeira Jussara no Litoral Sudeste ns TI's Aguapeu, Rio Branco, Piaçaguera, Tekoa Mirim, Tangará, Paranapuã, Tekoa Guaviraty, Tekoa Itapoã, Tekoa Jeyty, Acarau/Ilha do Cardoso, Tekoa Pindoty, Tekoa Peguaoty, Miracatu/Itariri, ; recuperação de nascentes nas TIs de Minias Gerais; reflorestamento de áreas de caatinga nas TIs Massacará e Tumbalalá; construção de aceiros com quebra ventos na TI Maraiwatsede, reflorestamento na TI Umariaçu, viveiros em divesas TIs jurisdicionadas a Coordenação Regional de Cacoal bem como, o projeto- Etnoecologia: promoção à sustentabilidade alimentar, ambiental e cultural nas TIs Areões e Pimentel Barbosa. **Foram realizados 12 projetos.**

Além destes projetos ressaltamos outras atividades apoiadas como a participação em oficinas de discussão e planejamento de Mosaicos de Unidades de Conservação e outras Áreas Protegidas, participação nos Conselhos de Mosaicos das Terras Indígenas Xacriabá – MG, assim como a formalização ao MMA da inclusão das Terras Indígenas Parque Tumucumaque e Waiãpi no Mosaico AM – Norte do Pará; da Feira de Sementes Kayapo; Encontro dos Povos do Cerrado em Brasília com participação de aproximadamente 180 indígenas, dentre outros.

INICIATIVA 0414 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0414					
Descrição	- Promover articulação com instituições federais visando à ampliação do acesso diferenciado das comunidades indígenas aos programas e políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, à conservação da agrobiodiversidade e à garantia da segurança alimentar e nutricional					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Após diversas reuniões com MDA e parceiros, foi instituída a DAP indígena permitindo aos mesmos a acessarem diversos programas como PNAE, PAA e etc.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a iniciativa não possui ação orçamentária.

INICIATIVA 0415 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0415					
Descrição	- Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.676.000	10.876.000	8.670.451	3.052.366	0	5.618.084	3.052.366
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	Unidade	527.993	424.130	13.676.000	3.052.367
02	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0014 – No estado de Roraima	Unidade	9.615	0	250.000	0
03	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0064 – Oiapoque/AP	Unidade	3.846	0	100.000	0
04	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas – 0058 – Ilhéus/BA	Unidade	9.615	0	250.000	0

Análise crítica

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R\$ 8.799.023,49, executados R\$ 2.792.443,84 e R\$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluímos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

2 – Eventuais problemas de execução

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

3 – Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

4 – Restos a pagar

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

INICIATIVA 0416 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	0416
Descrição	- Rever a regulamentação da comercialização de produtos indígenas feitos a partir do uso de insumos de origem animal
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por

	meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 0421 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0421					
Descrição	- Apoio nas ações de transversalização da temática de gênero e geracional na implementação e construção de políticas públicas direcionadas aos povos indígenas					
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

A meta atrelada a essa iniciativa é a de “Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país em suas iniciativas próprias e em processos de formação para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.” Entretanto, para além desta meta, essa iniciativa é colocada e pensada em todas as metas da CGPDS uma vez que sempre que há discussão de novas políticas essa temática é levantada.

INICIATIVA 0422 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0422					
Descrição	- Articular a adequação do conjunto de políticas públicas e programas de desenvolvimento social e segurança alimentar e nutricional para povos indígenas, considerando as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos					
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					

Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

Existem algumas metas que dão materialidade a essa iniciativa, são elas:

- Instituição de Acordo de Cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.
- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento.
- Implantação de sistema interligado nas 36 Coordenações Regionais da Funai aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas.
- Entretanto, para além das metas específicas, essa iniciativa contempla na verdade uma das ações regimentais da CGPDS que é a articulação dessas políticas e programas para os Povos indígenas, ou seja, faz parte da rotina desta coordenação-geral tal iniciativa.

INICIATIVA 0423 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0423					
Descrição	- Articular a promoção da adequação de políticas públicas, programas e ações de combate ao uso de álcool e drogas, considerando as especificidades étnico-cultural e territoriais dos povos indígenas					
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

A meta que está atrelada a esta iniciativa é a de “Apoiar a realização de 150 eventos (seminários, reuniões, cursos e etc.) das organizações indígenas nas diversas regiões do país em suas iniciativas próprias e em processos de formação para promoção de seus direitos sociais e qualificação das políticas públicas.” Entretanto, como este assunto vem sendo um tema latente para

os povos indígenas, outras ações estão sendo pensadas em parceria com a SESAI e recentemente com a Secretaria de Assistência Social por meio dos CRAS e CREAS. Ainda é um assunto que precisa ser melhor trabalhado pelos órgãos possuem competência para tratar do assunto

INICIATIVA 0424 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0424					
Descrição	- Atuar em cooperação entre os países que fazem fronteira com o Brasil, com o intuito de regulamentar e promover políticas de proteção dos direitos sociais dos povos indígenas					
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

As metas que dialogam com essa iniciativa são:

- Instituição de Acordo de Cooperação que garanta o respeito às formas de nomeação próprias dos povos indígenas por parte dos registradores nas diferentes regiões do país.
- Contribuir para o alcance da meta nacional de erradicação do sub-registro civil de nascimento.
- Implantação de sistema interligado nas 36 Coordenações Regionais da Funai aos canais remotos do Ministério da Previdência Social, adequando e potencializando o acesso aos direitos previdenciários dos povos indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta iniciativa.

INICIATIVA 0425 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	0425
Descrição	- Definir estratégias articuladas entre Estado, sociedade civil e organizações indígenas no desenvolvimento de ações e programas de infraestrutura voltados para os povos indígenas que promovam a sua autonomia, o usufruto exclusivo e a proteção de seus territórios
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.
Órgão ou Unidade	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai

Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

As metas que estão atreladas ao cumprimento dessa iniciativa são:

- Definição de legislação específica com diretrizes para a política de implantação de programas e projetos de infraestrutura para povos indígenas e seus territórios desenvolvidos pelos diferentes órgãos e entes federados.
- Executar 10.000 obras de Infraestrutura Comunitária ou de habitações em Terras Indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta iniciativa.

INICIATIVA 0426 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0426					
Descrição	- Instituir mecanismos de avaliação da situação de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, incluindo o monitoramento de seus determinantes diversos, orientando o desenvolvimento de políticas e ações norteadas pelo conceito de etnodesenvolvimento, com foco em áreas e grupos vulneráveis					
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

As metas que estão atreladas ao cumprimento dessa iniciativa são:

- Realizar 13 projetos de substituição de alimentos industrializados da cesta básica distribuída em aldeias com déficit de produção por outros itens produzidos por comunidades indígenas e mais condizentes com o padrão alimentar indígena.
- Realizar quatro pesquisas acerca do funcionamento de sistemas alimentares próprios tradicionais de povos indígenas.

Sendo assim, a consolidação das informações já citadas nas metas anteriores servem para justificar esta iniciativa.

INICIATIVA 0428 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	0428					
Descrição	- Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos.					
Objetivo	0945 - Implantar e desenvolver política nacional de gestão ambiental e territorial de terras indígenas, por meio de estratégias integradas e participativas com vistas ao desenvolvimento sustentável e à autonomia dos povos indígenas.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.087.356	26.704.920	15.088.238	8.783.796	0	6.304.442	
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0001 – Nacional	Unidade	3.453	2.894	27.087.356	8.783.796
02	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0014 – No Estado de Roraima.	Unidade	123	0	1.000.000	0
03	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0015 – No Estado do Pará	Unidade	2	0	250.000	0
04	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0016 – No Estado do Amapá	Unidade	111	0	900.000	0
05	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0074 – Território da Aldeia Cinta Vermelha - No Estado de Minas Gerais	Unidade	197	0	1.600.000	0
06	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0076 – Região do Alto do Rio Negro – No Estado da Amazônia	Unidade	62	0	500.000	0
07	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0084 – Águas Belas No Estado de Pernambuco/PE	Unidade	2	0	450.000	0
08	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0101 – Municípios de até 50 mil habitantes – Programa Territórios da Cidadania.	Unidade	200	138	1.615.700	250.770
09	Realização dos Jogos dos Povos Indígenas	Unidade	-	-	100.000	0

INICIATIVA 0429 - (DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	0429
Descrição	- Promover, por meio de articulação intersetorial, a identificação de tecnologias adequadas de captação e armazenamento de água para consumo humano e fomento de atividades produtivas dos povos indígenas
Objetivo	0948 - Promover o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania por meio de iniciativas integradas e articuladas em prol do desenvolvimento sustentável desses povos, respeitando sua identidade social e cultural, seus costumes e tradições e suas instituições.
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai

Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Não foram realizadas ações relacionadas a esta iniciativa.

INICIATIVA 042A - (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Iniciativa						
Código	042A					
Descrição	- Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas					
Objetivo	0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.442.000	5.979.148	4.825.076	3.165.109	0	1.659.966	3.165.109
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas (M. Cultura)	Unidade	-	-	500.000	0
02	Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	Unidade	42	43	2.442.000	1.149.205
03	Preservação Cultural dos Povos Indígenas	Unidade	-	-	3.000.000	2.015.904

Análise crítica

No caso da Iniciativa (042A) voltada para o apoio a projetos e eventos visando à valorização cultural dos povos indígenas, foi realizada a avaliação técnica dos projetos recebidos e a orientação técnica às Coordenações Regionais, além da elaboração dos documentos de aprovação e descentralização dos recursos para os projetos, o acompanhamento e monitoramento dos trabalhos. Tomou-se como referência para a escolha dos projetos a promoção de atividades que tivessem como foco as diversas formas de expressões culturais dos povos indígenas e cujo estímulo refletisse de maneira positiva o modo de produção social e os fluxos de transmissão de saberes, pautando-se pelo reconhecimento das formas próprias das organizações indígenas, pela plena e efetiva participação das comunidades na elaboração e desenvolvimento dos projetos; pelo reconhecimento do valor do seu patrimônio cultural, incluindo além da produção de cultura material, também expressões artísticas contemporâneas, como o registro audiovisual e de cantos indígenas.

Foram apresentados 77 projetos, sendo descentralizados recursos para o apoio a 43 projetos (de um total de 46 processados) provenientes de 22 Coordenações Regionais-CRs, a saber:

- Norte: Altamira (PA), Cacoal (RO), Manaus (AM), Marabá (PA), Purus (AM), Rio Branco (AC), Rio Negro (AM), Tucumã (PA/AM), Palmas (TO), Vale do Juruá (AM), Imperatriz (MA)
- Centro Oeste: Juína (MT), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Colider (MT), Xingu (MT)
- Nordeste: Fortaleza (CE), Paulo Afonso (BA)
- Sudeste: Governador Valadares (MG), Litoral Sudeste/Itanhaem (SP)
- Sul: Litoral Sul/Florianópolis (SC), Interior Sul/Chapecó (PR)

Com relação a problemas na execução dos trabalhos, cumpre mencionar que, em vista do volume de informações a serem processadas, tornar-se-ia necessário dispor de um apoio administrativo específico para acompanhamento e colaboração direta no processo de trabalho, incluindo junto ao setor financeiro. Da mesma forma, a cada ano, fica evidente a necessidade de capacitação técnica das equipes das Coordenações Regionais e de disponibilizá-las com equipamentos – computadores e telefones - para gestão, administração e execução dos projetos. Faltam, especificamente, servidores com formação técnica apropriada para realização de licitações para realização de pregões eletrônicos para compras e despesas e para execução administrativa dos projetos. A reduzida disponibilidade de recursos para viagens e diárias para os servidores também limita a capacidade dos mesmos de acompanhar em campo as atividades apoiadas.

Outro aspecto que afeta o desenvolvimento das atividades diz respeito à comunicação e articulação com as Coordenações Regionais, tornando-se necessário aperfeiçoar as parcerias e os mecanismos das Coordenações no processo de implementação da Ação. Neste sentido, já se avançou bastante em relação aos anos iniciais desta atividade de fomento, mas ainda é um ponto a ser reforçado, o que poderia ser feito por meio de oficinas de capacitação para realização de projetos culturais junto as CRs. Há também dificuldades do Museu do Índio em obter informações a respeito do que se passa nas áreas. As CRs não informam com rapidez nem com detalhamento o que é realizado e as razões porque não realizam certas atividades, o que deveria ser feito por meio da entrega do Relatório de Atividades, referente à execução do projeto e cumprimento das metas físicas.

Durante o ano, a gestão desta Iniciativa se viu prejudicada por alguns fatores, entre eles o contingenciamento de recursos em maio, o que suspendeu a descentralização de recursos para as CRs por praticamente cinco meses. Este intervalo entre maio e setembro promoveu a quebra no ritmo de entrada de informações e de repasse de recursos, concentrando todas as atividades do segundo semestre para os meses de setembro e outubro. Apesar dos problemas descritos, foram apoiados 43 projetos de atividades e eventos culturais, superando a meta em 2,3%, uma vez que as CRs optaram por um número maior de projetos de pequenos valores para executar.

A execução da Ação Proteção, Promoção, Fortalecimento e Valorização das Culturas Indígenas é de responsabilidade do Ministério da Cultura.

INICIATIVA 042B - (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Iniciativa	
Código	042B
Descrição	- Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas
Objetivo	0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.
Órgão ou Unidade	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai

Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.156.500	2.156.500	2.102.384	2.001.059	0	101.324	2.001.059
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pesquisa sobre Populações Indígenas	Unidade	30	31	2.156.500	2.001.060

Análise crítica

Quanto à Iniciativa (042B) que contempla o desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos e a capacitação de pesquisadores indígenas, foram desenvolvidos 31 projetos de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de povos indígenas em todas as regiões do país, em parceria com as respectivas comunidades, suas lideranças e organizações. Os trabalhos tiveram a participação direta de jovens pesquisadores indígenas, treinados em oficinas e atividades de capacitação, contando sempre com a assessoria de mestres e velhos conhecedores das tradições de seus povos, qualificando e avaliando as informações produzidas. Entre os principais resultados alcançados podemos destacar:

- na área de línguas, a elaboração de gramáticas descritivas, dicionários, vocabulários, cartilhas, além de diagnósticos sociolinguísticos;

- na área de culturas indígenas, pesquisa, levantamentos e documentação de saberes tradicionais, mitos, rituais, dimensões simbólicas e estéticas, expressões linguísticas e modos de fazer associados a aspectos específicos de cada cultura, focalizando temas tais como territorialidade mítica, tecnologias de produção, circulação e partilha de alimentos, processos de manejo da diversidade, música e sonoridades.

Os materiais produzidos incluem publicações de obras didáticas e paradidáticas bilíngues e coleções audiovisuais de vídeos, gravações sonoras e fotos, além de filmes de curta e média metragem.

Na área de acervos, priorizou-se a documentação da cultura material, com o registro de padrões gráficos, técnicas e conhecimentos aplicados na confecção de artefatos, assim como elementos de natureza imaterial associados, iniciativa que tem contribuído também para a formação de coleções etnográficas contemporâneas.

Os produtos resultantes de todos os projetos incluem ainda arquivos digitais multimídia e, principalmente, dossiês reunindo todos os materiais coletados e processados para entrega às comunidades indígenas. A divulgação dos trabalhos produzidos se dá também por meio de exposições etnográficas e mostras fotográficas, a par de publicações de catálogos e boletins informativos mensais.

Foi igualmente alcançada a meta referente à capacitação de pesquisadores indígenas, associada também a esta Iniciativa, num total de 41 jovens treinados em oficinas e atividades desenvolvidas nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio, visando à sua habilitação em métodos e técnicas de pesquisa e documentação de suas línguas, culturas e acervos. Com esse resultado bastante positivo, aliado à crescente demanda de outros povos por participarem do Programa desenvolvido em cooperação com a UNESCO, espera-se que, a médio e longo prazo, seja possível aumentar o número de participantes das atividades de treinamento.

Os problemas já referidos, de contingenciamento de recursos da União, a partir do primeiro semestre, e da greve dos servidores da FUNAI, no início do segundo semestre, também afetaram a execução do programa de trabalho desta Iniciativa, com impactos no cronograma de algumas atividades, como oficinas e treinamentos, nas aldeias ou no Museu do Índio, que sofreram adiamentos, seja pela dificuldade momentânea de repasse de recursos ao Programa para deslocamento das equipes, seja pela impossibilidade temporária de uso das instalações da instituição para oficinas e trabalhos de consultores e pesquisadores ou o acesso aos materiais das reservas técnicas para consulta e qualificação dos acervos por parte de representantes e mestres indígenas, estando os servidores em greve. Em alguns casos, as viagens e oficinas tiveram de ser canceladas, uma vez que o período de sua realização havia sido planejado para atender, simultaneamente, ao calendário de atividades rituais e econômicas de cada etnia. Por sua vez, tal como em anos anteriores, algumas atividades tiveram de ser reprogramadas em função da necessidade de atendimento a fatores de ordem interna dos próprios grupos indígenas participantes, como período de luto das comunidades, ou mudança de local de aldeias – ou mesmo fatores de ordem climática.

Os problemas apontados, no entanto, não impediram o alcance dos resultados previstos, que superaram as expectativas das duas metas estabelecidas para a Iniciativa em referência, não apenas em termos quantitativos, como qualitativos, em vista da relevância da contribuição e do desempenho dos participantes indígenas das equipes, na realização sistemática e cuidadosa de coleta, transcrições e traduções de vocabulários e textos, na produção de materiais significativos para o registro de suas línguas e culturas e que já têm sido utilizados nas escolas das aldeias, como dicionários, cartilhas, gramáticas, além da documentação audiovisual, com registro de narrativas, mitos, rituais, técnicas e modos de fazer, saberes e formas de expressão de seus universos socioculturais, de grande importância, sobretudo, para transmissão aos mais jovens, considerando-se a exposição de muitas de suas comunidades a rápidos processos de mudança das regiões circunvizinhas. Dentre os resultados promissores desse trabalho, cabe destacar, em especial na área de capacitação em registro audiovisual, a participação e premiação de pesquisadores indígenas, treinados nas oficinas do projeto, em festivais e mostras cinematográficas, nacionais e internacionais.

INICIATIVA 042C - (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Iniciativa						
Código	042C					
Descrição	- Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas					
Objetivo	0949 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação, divulgação e diversas ações de fortalecimento de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente aqueles em situação de vulnerabilidade.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	3.000.000	2.922.976	2.015.904	0	907.071	2.015.904
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Preservação do Conhecimento	Unidade	40.000	42.000	3.000.000	2.015.904

dos Povos Indígenas.					
----------------------	--	--	--	--	--

Análise Crítica

A meta estabelecida para a Iniciativa (042C) referente à preservação do patrimônio indígena sob a guarda do Museu, em especial aquele em situação de vulnerabilidade, foi amplamente atingida no exercício, com o desenvolvimento pelas equipes técnicas dos trabalhos necessários para assegurar o nível de excelência requerido para o cuidado com as diversas categorias de materiais envolvidas, abrangendo procedimentos sistemáticos de registro, conservação e divulgação dos documentos que compõem os acervos museológico, bibliográfico e arquivístico custodiados (iconográfico, sonoro, fílmico, textual e cartográfico).

Na área de comunicação com o público o Museu teve mais de 400 mil visitantes, sendo vinte mil presenciais, entre escolares e o público em geral, e 384 mil virtuais por meio de acesso ao seu portal e redes sociais. No que se refere especificamente ao público escolar, foram recebidas turmas de 366 instituições de ensino – das quais 161 públicas e 205 particulares - abrangendo 13.198 pessoas, entre estudantes e professores, além de nove mil pessoas atendidas pelas atividades resultantes do empréstimo de coleções, peças etnográficas, kits, jogos e materiais educativos diversos elaborados pelo Museu do Índio, de acordo com os dados fornecidos pelas escolas.

Os problemas enfrentados pela UJ com relação ao cumprimento do programa de trabalho desta Iniciativa foram de ordem financeira e funcional, como já referido anteriormente, envolvendo o contingenciamento de recursos e a greve dos servidores da FUNAI.

INICIATIVA 042D - (CGGE)

Identificação da Iniciativa						
Código	042D					
Descrição	- Integrar o planejamento e a execução das ações indigenistas do Estado Brasileiro por meio da implementação de Planos Regionais Indigenistas					
Objetivo	0950 - Articular as políticas públicas implementadas pelos órgãos do governo federal junto aos povos indígenas, compatibilizando suas estratégias de regionalização e sistemas de informação de modo a otimizar seus resultados, com desdobramentos territoriais.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não possui metas	-	-	-	-	-

INICIATIVA 042E - ((DPDS)

Identificação da Iniciativa	
Código	042E
Descrição	- Articular com a Secretaria Especial de Saúde Indígena/MS ações de atenção à saúde que contemplem as especificidades da política de proteção e promoção dos povos indígenas de recente contato
Objetivo	0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.
Órgão ou Unidade	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai

Responsável						
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
-	Não possui metas	-	-	-	-	-

INICIATIVA 042F - (DPT)

Identificação da Iniciativa						
Código	042F					
Descrição	- Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos					
Objetivo	0951 - Promover e proteger os direitos dos povos indígenas de recente contato por meio da implementação de iniciativas que considerem sua situação de extrema vulnerabilidade física e cultural.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000	900.000	848.281	561.247	-	287.034	561.247
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato.	2	5	900.000	561.247	2

INICIATIVA 042G - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	042G					
Descrição	- Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas					
Objetivo	0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000	6.300.000	4.987.616	4.343.640	6.300	643.975	4.337.340
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fomento e Valorização dos Processos Educativos dos Povos Indígenas.	Unidade	260	260	7.000.000	4.337.340

Análise crítica

Apoiou técnica e financeiramente a formação de 160 (cento e sessenta) professores indígenas no magistério visando assegurar o atendimento às demandas das escolas e participação nas instâncias de controle social da educação escolar indígena. Além disso, nesta meta foram incluídos projetos de ações educativas de base comunitária voltado para a sustentabilidade e valorização dos processos indígenas de transmissão de conhecimentos.

Nesse sentido, em 2012 foram apoiados 25 (vinte e cinco) projetos educativos comunitários. Esses projetos envolvem diversas atividades e metodologias, conforme as especificidades e interesses das comunidades, sendo executados por meio das Coordenações Regionais, em articulações intersetoriais e interinstitucionais.

Nesses projetos foram implementadas ações importantes que possibilitaram trabalhos diretamente com povos indígenas em suas comunidades tais como o Projeto “Sou Bilíngüe” de Educação Complementar em Língua e Cultura dos povos Apurinã e Paumari, Projeto de Educação para Sustentabilidade do Povo KRAHÔ, e para o povo Xavante nas TI’s Areões, Pimentel Barbosa e Maraiwatsede. Essas ações vislumbram uma política de Educação para a Sustentabilidade no campo da educação não-escolar voltada à extensão e socialização de técnicas e conhecimentos úteis à gestão territorial e à sustentabilidade sociocultural, econômica e ambiental dos povos indígenas sendo a mesma uma política transversal associada às atividades de capacitação/formação desenvolvidas pelas principais coordenações gerais finalísticas da FUNAI, sobretudo a CGGAM, CGETNO e a CGMT, tendo a CGE como catalisadora em termos pedagógicos.

Para além dos setores da FUNAI, e no que se refere à educação escolar, a execução política articula-se com MEC e SEDUC’s, organizações indígenas e demais instituições parceiras, para promover a inclusão do tema Sustentabilidade de interesse de cada povo, no Projeto Político Pedagógico de suas escolas, de modo a ampliar a discussão e reflexão desses assuntos nas comunidades.

A principal dificuldade para a execução dos recursos correspondentes à meta foi a necessidade de ajustes no cumprimento dos prazos estabelecidos/previstos, consequência do contingenciamento orçamentário ocorrido no exercício 2012, conforme Decreto n. 7680 de 17/02/2012 que ocasionou o atraso na execução de diversas ações, tendo que algumas serem adiadas e/ou reajustadas, prejudicado assim o cumprimento de agendas já pactuadas.

INICIATIVA 042H - (DPDS)

Identificação da Iniciativa						
Código	042H					
Descrição	- Regularizar os instrumentos de avaliação e acompanhamento das ações de educação indígenas					
Objetivo	0952 - Promover o direito dos povos indígenas a uma educação diferenciada em todos os níveis e a articulação e o acompanhamento das políticas públicas de educação, com vistas à autonomia e à sustentabilidade desses povos, por meio da valorização da cultura e das suas formas de organização social.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
-	-	-	-	-	-	-
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Não possui metas	-	-	-	-	-

Análise crítica

Está em andamento um Módulo do Sistema Indigenista de Informações da FUNAI – SII denominado “Educação”, que deverá ser adequado a nova estrutura, Decreto n. 7680 de 17/02/2012, para Promoção da Cidadania, que visa à criação de instrumentos de monitoramento e avaliação das ações de educação indígena, além dos processos comunitários com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas.

INICIATIVA 042I - (DAGES)

Identificação da Iniciativa						
Código	042I					
Descrição	042I - Construção do edifício sede da FUNAI					
Objetivo	0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processo de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	5.251.667	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio.	Unidade	6	1	3.000.000	0

Análise crítica:

Em 2012 foi elaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico. Representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria o alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço das estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R\$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R\$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R\$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

INICIATIVA 042J (PRESIDÊNCIA)

Identificação da Iniciativa	
Código	042J
Descrição	- Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas
Objetivo	0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu

	aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	900.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais.	Unidade	139	0	1.000.000	0

Análise Crítica:

- No Exercício de 2012 não foram promovidas atividades relativas à capacitação de indígenas para atuação dos comitês regionais e outros colegiados da Funai.

INICIATIVA 042K - (DAGES)

Identificação da Iniciativa						
Código	042K					
Descrição	- Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI					
Objetivo	0953 - Promover a consolidação da reestruturação organizacional da FUNAI com vistas ao seu aperfeiçoamento institucional, por meio da implementação de projetos voltados à estruturação e melhoria dos processos de trabalho, capacitação intensiva de recursos humanos, suporte tecnológico e infraestrutura física.					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Justiça - Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	2.700.000	2.695.446	262.267	0	2.433.179	262.267
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI.	Unidade	30	30	3.000.000	262.267

Análise crítica:

Mesmo com a alteração orçamentária via remanejamento, a meta foi atingida. A maior parte do recurso foi destinada a 30 unidades administrativas da Funai, com destaque para as aquisições de 19 veículos para suporte às atividades finalísticas e meio, 180 equipamentos de informática, 2 grandes barcos para navegação na região amazônica, 110 aparelhos de comunicações, dentre outros.

Ainda com o objetivo de promover a reestruturação organizacional da FUNAI, a Iniciativa em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade, com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-símile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01

motocicleta e 34 caminhonetes. Foram adquiridos ainda equipamentos de informática tais como 01 central de switch, 1.069 desktop, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceiver e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R\$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R\$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

Restos a pagar:

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R\$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Conseqüentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

4.1.4 Informações Sobre Ações de Programas Temáticos de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.4.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA TEMÁTICO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código	13D6					
Descrição	Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio					
Iniciativa	042I - Construção do edifício sede da FUNAI					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	5.251.667	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio.	Unidade	6	1	3.000.000	0

Análise crítica:

Em 2012 foi elaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação, que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico, e representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria ao alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço às estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R\$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R\$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R\$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

AÇÃO VINCULADA (PRESIDÊNCIA) 13D7

Identificação da Ação						
Código	13D7					
Descrição	Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais					
Iniciativa	042J - Formação e capacitação de indígenas para atuação nos comitês regionais e outros colegiados em gestão compartilhada de políticas públicas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.000.000	900.000	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação de Indígenas para Atuação nos Comitês Regionais.	Unidade	139	0	1.000.000	0

AÇÃO VINCULADA (DAGES)

Identificação da Ação						
Código	148B					
Descrição	- Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI					
Iniciativa	042K Melhoria e ampliação da capacidade de execução e de prestação de serviços da FUNAI					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	2.700.000	2.695.446	262.267	0	2.433.179	262.267
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Adequação e Modernização das Unidades da FUNAI	Unidade	30	30	3.000.000	262.267

Análise crítica:

Mesmo com a alteração orçamentária via remanejamento, a meta foi atingida. A maior parte do recurso foi destinada a 30 unidades administrativas da Funai, com destaque para as aquisições de 19 veículos para suporte às atividades finalísticas e meio, 180 equipamentos de informática, 2 grandes barcos para navegação na região amazônica, 110 aparelhos de comunicações, dentre outros.

Ainda com o objetivo de promover a reestruturação organizacional da FUNAI, a Iniciativa em análise contou com o reforço de recursos orçamentários da Ação de Administração Unidade, com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22

compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes. Foram adquiridos ainda equipamentos de informática tais como 01 central de switch, 1.069 desktop, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceiver e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R\$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R\$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

Restos a pagar:

A maior dificuldade enfrentada no exercício 2012 decorre do forte contingenciamento orçamentário experimentado pela FUNAI. A título de informação, entre janeiro e junho, esta Fundação contou com apenas 37% da dotação autorizada, e 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro, alcançando 85% da dotação em dezembro. O valor autorizado até junho foi insuficiente para fazer face à dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de agosto, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R\$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada. Conseqüentemente, a execução se concentrou no último trimestre, o que resultou em altos valores em restos a pagar não processados. Todavia, a execução alçou 94% do limite de autorização de gasto no exercício em análise.

AÇÃO VINCULADA (DPT)

Identificação da Ação						
Código	20IB					
Descrição	- Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas					
Iniciativa	0406 Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.745.399	10.445.399	10.072.388	8.011.761	0	2.060.626	
8.011.761						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização e Monitoramento Territorial das Terras Indígenas	Unidade	89	59	8.745.399	8.011.761

AÇÃO VINCULADA (DPT)

Identificação da Ação	
Código	20R7
Descrição	- Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato
Iniciativa	042F Formular e implementar política de proteção e promoção aos povos indígenas de recente contato, bem como coordenar, monitorar e articular as ações governamentais e da sociedade civil junto a esses povos
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000	900.000	848.281	561.247	0	287.034	561.247
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas de Recente Contato	Unidade	2	5	900.000	561.247

ACÇÃO VINCULADA (DPDS)

Identificação da Ação						
Código	2711					
Descrição	- Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas					
Iniciativa	0415 Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.676.000	10.876.000	8.670.451	3052.366	0	5.618.084	3.052.366
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Proteção Social dos Povos Indígenas Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas	Unidade	527.993	424.130	13.676.000	3.052.366

Análise crítica

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R\$ 8.799.023,49, executados R\$ 2.792.443,84 e R\$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluimos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através

de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

2 – Eventuais problemas de execução

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

3 – Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

4 – Restos a pagar

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

Identificação da Ação						
Código	2713					
Descrição	- Fomento e Valorização dos processo Educativos dos povos Indígenas					
Iniciativa	042G Promover ações institucionais e a participação dos povos indígenas na elaboração, implementação e acompanhamento das políticas públicas de educação em todos os níveis, com vistas à valorização de suas culturas, línguas, conhecimento tradicionais e à promoção da autonomia e da sustentabilidade dos povos indígenas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
7.000.000	6.300.000	4.987.616	4.343.640	6.300	643.975	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fomento e Valorização dos processo Educativos dos povos Indígenas	Unidade	260	260	7.000.000	4.337.340

Análise crítica

Assessoramento às comunidades escolares indígenas nas ações de implementação e manutenção das políticas públicas relativas à educação escolar indígena de forma interinstitucional e na construção de propostas de educação complementar, visando o pleno desenvolvimento dos educandos, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Acompanhamento e fiscalização das ações de educação escolar nas terras indígenas, valorizando os conhecimentos e atividades tradicionais e implementação e acompanhamento de programas e atividades de educação complementar e comunitária visando promover o protagonismo dos adolescentes e jovens indígenas. Apoio ao acesso, permanência e manutenção dos estudantes indígenas, prioritariamente os de nível superior de universidades públicas já em curso e atender novas demandas de acordo com a capacidade orçamentária da FUNAI. Continuidade do processo de capacitação e formação dos professores indígenas e técnicos em educação intercultural que atuam diretamente com os povos indígenas.

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Ação						
Código	2724					
Descrição	- Pesquisa sobre Populações Indígenas					
Iniciativa	042B Desenvolvimento de estudos, projetos e oficinas de pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos, com a capacitação de pesquisadores indígenas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.156.500	2.156.500	2.102384.	2.001.059	0	101.324	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pesquisa sobre Populações Indígenas	Unidade	30	31	2.156.500	2.001.059

Análise crítica

Foram amplamente cumpridas as metas estabelecidas para as três Ações a cargo da UJ no exercício.

- Com relação à Ação (2724) voltada para a pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos dos povos indígenas e a capacitação de pesquisadores indígenas em oficinas e treinamentos, nas aldeias e nas instalações do Museu do Índio: a par do pleno alcance das metas quantitativas programadas, num total de 31 projetos desenvolvidos e a capacitação de 41 pesquisadores indígenas em métodos e técnicas de registro de suas línguas e aspectos de suas culturas e gestão de seus patrimônios, avalia-se de forma bastante positiva os resultados qualitativos dos próprios trabalhos, pela relevância dos materiais e, sobretudo, dos conteúdos produzidos com a participação sistemática dos pesquisadores indígenas em todas as etapas das atividades, abrangendo:

- gravações e processamentos de áudio-vídeo de diferentes gêneros de fala de treze línguas indígenas, devidamente anotadas (transcrição ortográfica e fonética, tradução para o português, notas antropológicas e gramaticais) nos formatos dos programas adotados para a documentação linguística;
- bases de dados lexicais, em diferentes campos semânticos, elicitados, gravados e digitados;
- gramáticas descritivas;
- arquivos de áudio e vídeo documentando aspectos linguísticos e culturais, com sessões definidas pelos linguistas e pesquisadores e editadas pela equipe de audiovisual;
- documentos iconográficos, incluindo fotos, negativos, diapositivos e desenhos, incorporados ao acervo e, em parte já digitalizados, integrantes das coleções doadas por pesquisadores;
- coleções de registros fotográficos digitais e desenhos já digitalizados, resultantes de oficinas e atividades de documentação;
- imagens geradas de objetos etnográficos capturados digitalmente;
- produção de filmes de curta e média metragem;
- criação de sites para os diversos segmentos dos trabalhos de pesquisa e documentação, abrangendo línguas, culturas e acervos dos povos indígenas;
- publicações de livros, catálogos, materiais didáticos e paradidáticos, incluindo textos bilíngues e de autoria indígena;
- publicações mensais do Boletim Informativo sobre os projetos relativos a todas as etnias indígenas envolvidas nos trabalhos de pesquisa, documentação e capacitação;
- exposições etnográficas e mostras fotográficas, concebidas e montadas com a participação dos pesquisadores indígenas e membros das suas comunidades, no Museu do Índio, externas e itinerantes por diferentes localidades em todo o País.

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Ação			
Código	2814		
Descrição	- Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas		
Iniciativa	042C Implementação do registro, preservação e difusão do conhecimento pertencente aos povos indígenas, prioritariamente em risco de desaparecimento e sob a guarda do Museu do Índio e suas unidades descentralizadas, visando torná-lo acessível à sociedade brasileira em geral e, em particular, às sociedades indígenas		
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio		
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio		
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)			
Dotação	Despesa	Restos a Pagar	Valores Pagos

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	3.000.000	2.922.976	2.015.904	0	907.071	2.015.904
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Preservação do Conhecimento dos Povos Indígenas	Unidade	40.000	42.000	3.000.000	2.015.904

Análise crítica

Os trabalhos vinculados à Ação referente à Preservação do conhecimento dos povos indígenas (2814) resultaram num total de 43 mil bens culturais preservados por meio de atividades de conservação, documentação e divulgação na base de dados, exposições, mostras, sites, etc. de itens museológicos, textuais, iconográficos, fílmicos, sonoros audiovisuais, incluindo digitalização e criação de acervos digitais, entre outras. A superação em 5% da meta quantitativa estabelecida para o exercício se deve, em parte, à continuidade dos esforços promovidos nos últimos anos no sentido de incentivar a doação de coleções de pesquisadores independentes, constituídas, em sua maioria, de documentos audiovisuais coletados durante pesquisas de campo. Outro resultado que contribuiu para essa superação se relaciona aos trabalhos voltados para a formação e documentação de acervos contemporâneos de cultura material, adquiridos diretamente dos povos indígenas e confeccionados, sobretudo, a partir de materiais disponibilizados pelo Museu do Índio, como miçangas - bastante valorizadas por inúmeras etnias para a confecção de artefatos, técnica hoje em dia em processo de desaparecimento devido ao alto custo de aquisição do produto da qualidade requerida. Tais acervos irão integrar a grande exposição etnográfica em fase de organização sobre o tema da miçanga, com a participação direta de pesquisadores, mestres e artesãos de cada etnia indígena envolvida. Outro conjunto de novos acervos adquiridos resultou de oficinas de documentação e atividades de estímulo à revitalização de técnicas e matérias primas tradicionais como, por exemplo, a confecção de objetos feitos da casca do caramujo pelos Kalapalo do Xingu.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

Identificação da Ação						
Código	6698					
Descrição	- Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.					
Iniciativa	0413 Promover a gestão ambiental participativa das terras indígenas, por meio de planos, projetos e estruturação da capacidade de gestão etnoambientais, bem como atuar como interveniente nos processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que possuam significativo potencial de impacto sobre as terras e povos indígenas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
20.968.566	15.878.566	11.897.459	5.975.556	413	5.921.902	5.975.142
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	- Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas.	Unidade	16	12	20.968.566	5.975.142

Análise crítica

- Cumprimento das metas: Considerando que esta iniciativa é de responsabilidade conjunta com a CGGAM, a CGETNO vem apoiando a por intermédio de alguns projetos compartilhados, como o GATI.
- Eventuais problemas de execução: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM
- Restos a pagar: Não se aplica, uma vez que a ação orçamentária é de responsabilidade da CGGAM

AÇÃO VINCULADA (DPT)

Identificação da Ação						
Código	4390					
Descrição	- Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.					
Iniciativa	040A Realizar a delimitação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas tradicionais e de áreas a serem reservadas aos povos indígenas					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
5.985.839	5.485.839	2.624.077	1.770.074	0	854.002	1.770.074
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Delimitação, Demarcação e Regularização de Terras Indígenas.	Unidade	4	0	5.985.839	1.770.074

AÇÃO VINCULADA (DPT)

Identificação da Ação						
Código	6914					
Descrição	- Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados;					
Iniciativa	0408 Localizar e proteger povos indígenas isolados					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.200.000	2.900.000	2.857.874	2.242.509	0	615.365	2.242.509
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Localização e Proteção de Povos Indígenas Isolados.	Unidade	6	4	3.200.000	2.242.509

Análise crítica

AÇÃO VINCULADA (MUSEU DO ÍNDIO)

Identificação da Ação	
Código	8635
Descrição	- Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas
Iniciativa	042A Apoiar projetos e eventos que contribuam para a valorização cultural dos povos indígenas
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.442.000	2.979.148	1.902.099	1.149.204	0	752.894	1.149.204
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas.	Unidade	42	43	2.442.000	1.149.204

Análise crítica

- No âmbito da Ação 8635 - Promoção do Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas, de um total de 36 Coordenações Regionais (CRs) da Funai, 75% apresentaram projetos de atividades (27 CRs), que foram submetidos à análise técnica, sendo que somente 22 CRs contaram com apoio para o desenvolvimento dos projetos, após a análise e seleção dos projetos, uma vez que alguns não foram aprovados. Dos 77 projetos enviados, foram desenvolvidos 43, superando-se, dessa forma, em 2,38% a meta prevista para a Ação. Em relação ao acompanhamento da gestão realizada pelas CRs, do conjunto das 22 CRs que tiveram apoio, somente 10 enviaram relatórios e informações (45%) sobre a execução de seus projetos, o que nos permite o acompanhamento da execução de somente 26 projetos, ou seja, 60% do total.

No que se refere ao perfil dos projetos, de acordo com a definição das linhas temáticas apresentadas no edital - produção de bens materiais, comercialização e distribuição, divulgação de bens culturais, registro e documentação do patrimônio cultural, capacitação de indígenas e celebrações e eventos – observa-se a prevalência do interesse na realização de festas, rituais e outros eventos (feiras, encontros, mostra de cinema, entre outros), denominada em seu conjunto de “celebrações”. Outra atividade de grande interesse também é a produção de bens de cultura material. No entanto, observamos que tem sido crescente o interesse em atividades de capacitação de indígenas, divulgação, registro e documentação do patrimônio cultural. A comercialização e distribuição de bens de cultura material pelos próprios indígenas ainda é relativamente pouco desenvolvida e, pela complexidade quanto à gestão de negócios, criação de marcas, desenvolvimento de embalagens e logística de distribuição, ainda tem pouca procura.

Como já referido anteriormente, os problemas que interferiram, em parte, no desenvolvimento dos trabalhos previstos no conjunto de Ações a cargo da UJ foram relacionados à questão do contingenciamento de recursos e ao período de greve dos servidores da FUNAI, implicando, em ambos os casos, na necessidade de reprogramação de algumas atividades tanto dos Serviços técnicos, quanto das equipes dos projetos de línguas e culturas em andamento. Em relação ao fluxo de créditos disponibilizados para as CRs, dentro da Ação 8635, com a retenção prolongada de grande parte dos recursos e sua liberação somente no final do ano, o Museu do Índio realizou, com máxima urgência, gastos de praticamente 2/3 dos recursos desta ação no Programa de Documentação de Línguas e Culturas Indígenas, na compra de “storages” para o armazenamento de arquivos que resultaram dos projetos de pesquisa e documentação e também na compra de um automóvel para apoiar os projetos apoiados pela U.J.

RESTOS A PAGAR

O contingenciamento e a liberação tardia dos recursos impactaram negativamente a execução das ações administrativas para a aquisição e contratação dos serviços necessários ao desenvolvimento dos trabalhos da UJ. Apesar de todos os esforços empreendidos pela equipe, o curto prazo disponível para a conclusão dos processos licitatórios impossibilitou a execução da

despesa no exercício, uma vez que a conclusão dos procedimentos e o efetivo empenho da despesa só ocorreram no mês de dezembro.

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

Identificação da Ação						
Código	2384					
Descrição	- Proteção Social dos Povos Indígenas;					
Iniciativa	0428 Promover o acesso às políticas de proteção e promoção social dos povos indígenas, através da gestão compartilhada, articulação intersetorial com participação indígena e da adequação das políticas sociais do Estado Brasileiro, considerando-se as especificidades étnico-culturais e territoriais e as perspectivas de gênero e geracional destes povos					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
27.087.356	26.604.920	14.989.238	8.783.796	0	6.205.442	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Proteção Social dos Povos Indígenas	Unidade	3.453	2.894	27.087.356	8.783.796
02	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0014 – No Estado de Roraima.	Unidade	123	0	1.000.000	0
03	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0015 – No Estado do Pará	Unidade	2	0	250.000	0
04	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0016 – No Estado do Amapá	Unidade	111	0	900.000	0
05	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0074 – Território da Aldeia Cinta Vermelha - No Estado de Minas Gerais	Unidade	197	0	1.600.000	0
06	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0076 – Região do Alto do Rio Negro – No Estado da Amazônia	Unidade	62	0	500.000	0
07	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0084 – Águas Belas No Estado de Pernambuco/PE	Unidade	2	0	450.000	0
08	Proteção Social dos Povos Indígenas – 0101 – Municípios de até 50 mil habitantes – programa Territórios da Cidadania.	Unidade	200	138	1.615.700	250.770
09	Realização dos Jogos dos Povos Indígenas (M. Espostos)	Unidade	-	-	100.000	0

AÇÃO VINCULADA (DPDS)

Identificação da Ação	
Código	2711
Descrição	- Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas;
Iniciativa	0415 Promover o etnodesenvolvimento, por meio da coordenação, apoio e fomento a

	processos e projetos, com ênfase na gestão e uso sustentável dos recursos naturais das terras indígenas, geração de renda e garantia da segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas.					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.676.000	10.876.000	8.670.451	3.052.366	0	5.618.084	3.052.366
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - Nacional	Unidade	527.993	424.130	13.676.000	3.052.366
02	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0014 – No estado de Roraima	Unidade	9.615	0	250.000	0
03	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas - 0064 – Oiapoque/AP	Unidade	3.846	0	100.000	0
04	Promoção do Etnodesenvolvimento em Terras Indígenas – 0058 – Ilhéus/BA	Unidade	9.615	0	250.000	0

Análise crítica

Um levantamento apurado do cumprimento desta meta indicou que foram analisados e apoiados 232 projetos dos Planos de Trabalho das 36 CRs, beneficiando 242 etnias, em 352 terras indígenas. Cerca de 402 mil pessoas foram beneficiadas pelos projetos. Em 2012, esta Meta foi a que teve maior quantidade de recursos disponibilizados na CGETNO, através do PI 806FA. Foram disponibilizados R\$ 8.799.023,49, executados R\$ 2.792.443,84 e R\$ 5.618.084,61 empenhados como restos a pagar. Observamos que esta quantidade significativa de recursos classificados como restos a pagar fragiliza a atuação das Regionais e tende à adoção de práticas mais imediatistas de solução de problemas, prejudicando a visão de médio e longo prazo.

Observamos também que o apoio a estes 232 projetos não significa que todas as suas práticas e metodologias estão alinhadas com o princípio do etnodesenvolvimento. Porém, em maior ou menor grau, estes projetos trazem elementos do etnodesenvolvimento identificáveis. Concluimos que há uma transição em curso, que surtirá efeitos no médio e longo prazo.

No médio e longo prazo, o objetivo é a efetiva adoção das dimensões do etnodesenvolvimento em processos e projetos direcionados às terras e povos indígenas. Para tal, a CGETNO tem realizado um esforço visando qualificar o trabalho dos técnicos das Regionais e da Sede, na discussão e no entendimento da noção de etnodesenvolvimento e na sua aplicação através de instrumentos, metodologias, procedimentos e instrumentos de gestão. Para tal, a CGETNO realizou o I Módulo de Formação em Etnodesenvolvimento, em agosto de 2012.

Para 2013, a CGETNO está aperfeiçoando seus procedimentos e instrumentos de análise, caracterizando melhor a noção de etnodesenvolvimento e sustentabilidade, para a sua adoção em

processos e projetos, e estabelecendo diálogos mais estreitos com as equipes técnicas das Regionais para a adoção destes critérios em seus Planos de Trabalho.

2 – Eventuais problemas de execução

A CGETNO tem o foco de planejamento e execução de suas ações nas Unidades Descentralizadas, com um recorte étnico próprio, que deve respeitar a identidade de cada povo indígena. Isto a diferencia de outras Coordenações Gerais, cujas instâncias de planejamento e definição de metodologias concentram-se na Sede e são mais uniformes. Some-se a isto a sazonalidade das atividades produtivas, o que muitas vezes inviabiliza a sua realização, quando se consegue organizar as atividades.

Outro fator fundamental é a desestrutura dos setores administrativos (área meio) de grande parte das Unidades Descentralizadas, na questão de pessoal, estrutura física, equipamentos, etc. Isto atrasa, por exemplo, a realização de licitações, pregões, contratos, bem como a implantação física dos projetos.

Na Sede, enfrentamos alguns problemas em 2012: greve de servidores durante três meses, com sobrecarga dos que não aderiram ao movimento e conseqüente atraso nas análises de Planos de Trabalho; contingenciamento orçamentário no mês de maio, com liberação somente em outubro/novembro; adoção de novos procedimentos de trâmite dos Planos de Trabalho, pela DAGES, com reflexos diretos nas Coordenações Gerais e dificuldades na gestão documental; quadro reduzido da equipe técnica da CGETNO, diante das atribuições adicionais aos Planos de Trabalho, tais como análises de PBAs, TACs, EPs, parcerias com MDS, MDA, Chamadas Públicas, participação em Conselhos, etc.

3 – Superações significativas das metas estabelecidas

Das 678 terras indígenas, alcançamos 352 com processos e projetos de etnodesenvolvimento, perfazendo aproximadamente 52% de atingimento. Ainda que não tenhamos alcançado a Meta, consideramos significativo este resultado, tendo em vista as dificuldades enfrentadas em 2012 bem como o prazo até 2014 para a superação da Meta.

Entendemos que a adoção de alguns procedimentos em 2012 minimizou as dificuldades que se apresentaram: a priorização pela equipe técnica das análises dos Planos de Trabalho; a adoção da DDO – Declaração de Disponibilidade Orçamentária, visando permitir a abertura imediata de procedimentos licitatórios no âmbito das Coordenações Regionais.

4 – Restos a pagar

A expressiva soma de recursos classificados como restos a pagar influenciou diretamente o êxito dos processos e projetos de Etnodesenvolvimento. Articulações locais e regionais importantes para a realização das ações sofreram prejuízo, bem como atividades sazonais perderam o tempo de execução por conta da não execução financeira.

AÇÃO VINCULADA (DAGES)

Identificação da Ação	
Código	13D6
Descrição	- Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio
Iniciativa	042I Construção do edifício sede da Funai.

Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.000.000	5.251.667	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Construção da Sede da Fundação Nacional do Índio	Unidade	6	0	3.000.000	0

Análise crítica:

Em 2012 foi elaborado o Pré-Programa de Necessidades aprovado pelo Diretor de Administração e Gestão desta Fundação, que norteará a contratação de projeto básico/executivo para elaboração do projeto arquitetônico, e representa cerca de 1% da meta. Cabe destacar que, devido ao forte contingenciamento, não foi possível iniciar as contratações relativas ao projeto arquitetônico, o que garantiria ao alcance da meta prevista. Diante disso, a escolha foi priorizar o reforço às estruturas das Coordenações Regionais e suas Coordenações Técnicas Locais, de sorte a ampliar e modernizar a prestação de serviços à sociedade.

Cabe esclarecer que a dotação inicial de R\$ 3,0 milhões foi suplementada com o aporte de recursos de R\$ 3,55 milhões, mediante edição de Medida Provisória nº 598, de 27/12/2012, como Crédito Extraordinário, e alterações orçamentárias de remanejamento de crédito de R\$ 1,3 milhão para garantir o pagamento das despesas fixas das Coordenações Regionais, Coordenações Técnicas Locais (Decreto de 16/10/2012, e Lei nº 12.759, de 19/12/2012).

ACÇÃO VINCULADA (DPT)

Identificação da Ação						
Código	20UF					
Descrição	- Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato;					
Iniciativa	0406 Fiscalizar as terras indígenas por meio de diagnósticos e ações articuladas de extrusão, vigilância, combate e prevenção de ilícitos e monitoramento territorial, espacial e ambiental.					
Unidade Responsável	Fundação Nacional do Índio					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
0	1.171.428	0	0	0	0	0
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Fiscalização e Demarcação de Terras Indígenas, Localização e Proteção de Índios Isolados e de Recente Contato	Unidade	0	0	0	0

Análise crítica:

- Crédito extraordinário bloqueado no exercício de 2012 pela SOF.

4.1.5 Informações Sobre Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.5.1 – PROGRAMA DE GOVERNO CONSTANTE DO PPA – DE GESTÃO E MANUTENÇÃO

Identificação do Programa de Governo						
Código Programa	2112					
Título	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça					
Órgão Responsável	Ministério da Justiça – Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira do Programa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
328.102.475	373.489.113	348.313.259	327.605.044	224.263	20.708.214	327.380.781

Análise Crítica

Cabe esclarecer que a dotação acima engloba benefícios (contribuição PSS, assistência médica e odontológica, assistência pré-escolar, auxílio transporte, auxílio alimentação, exames periódicos, etc.) que somam R\$ 249,0 milhões da dotação inicial.

No que diz respeito à manutenção e administração da unidade, a dotação orçamentária de R\$ 79,0 milhões não foi suficiente para fazer face às despesas administrativas das unidades da Funai, razão pela qual solicitou-se crédito suplementar de remanejamento no valor de R\$ 13,3 milhões.

Ainda sobre o assunto, a Funai recebeu a título de créditos extraordinários o montante de R\$ 8,3 milhões em Despesas de Investimentos, todavia sem a respectiva autorização de gasto.

Ocorreram dificuldades na execução dentro dos prazos contratuais previstos, em consequência do contingenciamento, e em especial, a disponibilidade pela setorial de apenas 37% da dotação autorizada no período de janeiro a junho, 47% até agosto, 51% até setembro, 76% até outubro e o restante até dezembro. O valor autorizado até junho não cobria nem mesmo a dotação aprovada em lei para o programa de Administração da Unidade.

A partir de setembro, a autorização de gasto se deu de forma intermitente e em pequenos montantes, à exceção da data de 02 de outubro com a disponibilidade de R\$ 40,0 milhões (26%) da dotação. Finalmente, em dezembro a Funai contava com 85% da dotação aprovada em lei descontingenciada.

Foram executadas na Ação de Administração Unidade despesas com a aquisição de 13 barcos com motores, 38 aparelhos de fac-simile, 114 aparelhos telefônicos, 15 máquinas fotográficas, 13 projetores, 23 motores para embarcações, 380 mobiliários diversos, 22 compressores, 116 aparelhos e utensílios domésticos, 08 veículos de serviço, 01 caminhão, 01 motocicleta e 34 caminhonetes, bem como aquisição de equipamentos de informática, tais como, 01 central de switch, 1.069 desktops, 63 estabilizadores de voltagem, 44 impressoras, 100 memórias, 32 nobreaks, 36 notebooks, 49 roteadores, 6 servidores de rede, 34 transceivers e 23 aparelhos de GPS.

Ainda no exercício em análise foram executadas despesas com construções e reformas no total de R\$ 3,4 milhões em todas as Ações da Funai, sendo que deste total R\$ 2,8 milhões da Ação de Administração da Unidade.

Medidas de Gestão da DAGES

Atos de Modernização realizados em 2012 pela FUNAI

1. Ações vinculadas ao programa de capacitação de servidores da Funai.

A Funai, por intermédio de sua Diretoria de Administração (DAGES), realizou durante o ano 2012, as capacitações de servidores abaixo relacionadas, além das capacitações de caráter individual:

- a) “III Oficina para Elaboração do Relatório de Gestão”, realizada no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF com a carga horária de 24 horas/aula. Durante a Oficina, que contou com a participação de 22 unidades regionais mais a sede da Fundação, foram dadas orientações de elaboração do relatório de gestão, com o fornecimento de material relativo a execução orçamentária e financeira, para os 70 servidores participante desse evento.
- b) “Primeira Oficina de Gestão de Pessoas”, com objetivo de consolidar e ampliar a integração dos gestores envolvidos na área, promovendo-se, assim, o intercâmbio de experiências. Com a participação de 36 representantes das Coordenações Regionais, durante 2 dias, foram discutidos diversos temas, tais como a importância da comunicação no processo avaliativo, avaliação de desempenho e procedimentos e orientações da administração de pessoal.
- c) “1ª Oficina de Trabalho sobre a Renda Indígena e a Funai”, realizado no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF, e desenvolvida por intermédio de debates com as áreas envolvidas com projetos da renda. O evento contou com a participação das Diretorias (DAGES, DPT e DPDS), Auditoria Interna, Procuradoria e Presidência, que teve por objetivo nivelar conhecimentos acerca do tema e, discutir propostas de trabalho em relação às atribuições organizacionais, com a participação de 50 servidores nesse evento.
- d) “II Encontro de Administração e Gestão”, dando continuidade à formação continuada das equipes de administração e à política de aprimoramento das competências em gestão pública. Na oportunidade, foram oferecidos aos servidores das Coordenações Regionais os seguintes cursos: Elaboração de editais, Formação de Pregoeiro, Registro de Preços, SIAFI Operacional, SIAFI Gerencial e Contabilidade Pública, com a participação de 118 servidores desse evento.
- e) “Capacitação da Terceira Turma do Curso GFIP”, a qual foi ministrada pelo servidor da própria Fundação e integrante da Comissão da GFIP, nas suas unidades de Macapá, Paulo Afonso e Colíder-MT.
- f) “IX Oficina Regional de Capacitação de Servidores da Funai sobre o Seguro Especial e as Políticas de Proteção Social para os Povos Indígenas”, cujo objetivo foi capacitar e qualificar os servidores da Funai, designados para executarem as atividades que garantam o acesso amplo e qualificado dos povos indígenas aos direitos sociais e de cidadania. Nesse curso foram capacitados 47 servidores.
- g) “CAPACITAÇÃO MODULO I - ETNODESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PUBLICAS”, voltado para os processos produtivos e econômicos dos povos indígenas, formação em indigenismo. O objetivo desse evento foi o de formar e atualizar os servidores nas áreas de atuação na CGETNO, visando o fortalecimento da capacidade técnica. O curso contou com a participação de 60 servidores.

- h) “MODULO I DO PROGRAMA DE AMBIENTAÇÃO DOS AUXILIARES INDIGENISTAS”, cujo objetivo primordial foi o de contribuir para a formação de 150 dos Auxiliares em Indigenismo da Fundação Nacional do Índio, que tomaram posse a partir do concurso público realizado em 2010, que atuam nas expedições na floresta, em áreas fluviais e terrestres, para a prestação de apoio a levantamento de vestígios sobre a presença de índios isolados e de recente contato, cooperando com a elevação dos padrões de eficiência, eficácia e efetividade organizacional.
- i) Visando, ainda, o aprimoramento das atividades desenvolvidas pela DAGES, esta Fundação, por intermédio de sua Coordenação-Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças (CGOF) deu início ao Processo Seletivo (Edital nº 01, de 1º/08/2012) para a Concessão da gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), visando selecionar 03 (três) servidores capacitados na área de Ciências Contábeis. O referido processo foi realizado por meio de análise curricular e entrevista realizadas pela Comissão do processo avaliativo, cabendo a seleção dos candidatos pelo Coordenador-Geral da CGOF.

2. Ações vinculadas ao programa de gestão e administração de servidores da Funai:

- j) Convocação de mais 212 concursados do concurso de 2010, entre 100 indigenistas especializados, 75 agentes em indigenismo e 37 auxiliares em indigenismo.
- k) Assinatura do Termo de Cooperação com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual esta Fundação aderiu ao Programa Espaço Livre – Aeroportos do Conselho Nacional de Justiça, que terá vigência de 25 anos. A referida Cooperação teve como objetivo evitar o perecimento de 5 (cinco) aeronaves da Funai que se encontravam em solo. Enfatiza-se que tal termo consiste no deslocamento das aeronaves para Belém (PA), Macapá (AP), Rio Branco (AC), Cuiabá (MT) e Boa Vista (RR), onde serão usadas de forma compartilhada pelo Poder Judiciário dos Estados pelas Secretarias de Segurança. Como contrapartida, a Funai conta com horas de voo. Ademais, destaca-se que o compartilhamento em questão faz parte de uma série de ações que vem sendo tomadas pela Funai, buscando a melhoria da gestão do patrimônio e dos recursos públicos, redução dos gastos, além de aprimorar os serviços prestados às comunidades indígenas localizadas próximas aos estados contemplados.
- l) Reunião com os coordenadores regionais para tratar dos Planos de Trabalho das Coordenações Regionais e o Planejamento Orçamentário e Financeiro de 2012, dentre outros assuntos administrativos, com a participação de 37 servidores. Também foi discutido durante o encontro, o Plano de Investimentos das Coordenações Regionais, onde cada unidade apontou suas necessidades de investimentos.

Para fazer face às necessidades apontadas nos Planos de trabalho, no que diz respeito à área administrativa, e diante do contexto orçamentário experimentado pela Fundação (o espaço orçamentário disponível; o cenário de limite de execução; a capilaridade da instituição; e a demanda reprimida ao longo dos anos), associado à característica de rigidez das despesas tidas com “fixas”, foi necessário maior cautela na gestão dos recursos de sorte a garantir a eficiência, eficácia e qualidade do gasto.

Em resposta, a Fundação implantou nova metodologia de análise e desembolso bimestral dos recursos orçamentários destinados às despesas administrativas, com base nos planos de trabalhos resultado do planejamento institucional, de sorte a permitir à sede e suas unidades regionais melhores condições de planejamento e capacidade de execução, evitando-se, dessa forma, execução em dissonância das boas práticas, conferindo maior eficiência e eficácia na utilização dos

recursos públicos por parte dos gestores. Outros benefícios, além do adequado planejamento, foram os de conferir maior flexibilidade na execução dos recursos, de cumprimento dos prazos contratuais, e conformidade legal evitando-se despesas sem prévio empenho.

- m) Em cumprimento a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso a Informação), a Funai instalou o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), órgão este vinculado à Ouvidoria desta Fundação, cuja atribuição é atender e orientar o cidadão quanto ao acesso a informações, bem como receber os pedidos de informações referentes à Funai e fornecer diretamente ao cidadão, resposta ao pedido de informações relativo às suas unidades administrativas.
- n) Contratação de empresa especializada em gestão documental para classificar e definir o tempo de vida da documentação específica emitida pelas áreas finalísticas. Esse instrumento tem como finalidade primordial servir de base inicial de informações requeridas pela Lei nº 8.159/91, que dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados, bem, como pela Lei nº 12.527/11, que regula o acesso a informações previsto nos artigos 5º, 37 e 216 da CF/88.
- o) Conclusão do levantamento dos bens móveis e imóveis das suas Coordenações Regionais e Sede, constituindo a primeira fase do inventário patrimonial. Também concluiu a primeira fase da implantação do Sistema de Patrimônio (SIADS) da Funai, com o cadastramento e transferência para o SIADS, todos os bens da Sede e do Centro de Formação Indigenista de Sobradinho-DF.
- p) Aprovação das normas internas para a avaliação de desempenho individual de seus servidores e de normas de atribuição da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGE) e da Gratificação de Desempenho de Atividade Indigenista (GDAIN). A referidas avaliações de desempenho correspondem ao período de 1º/07/2011 a 30/02/2012 e foram conduzidos pelo Serviço de Avaliação Funcional da Funai (SEAF/CGGP) e contou com a colaboração de seus servidores. A divulgação do resultado do referido ciclo de avaliação publicado por meio da Portaria nº 1.025/PRES, de 15.08/2012.
- q) Recebimento da Superintendência do Patrimônio da União no Distrito Federal, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Ministério da Justiça, o termo de cessão do imóvel constituído pelo lote nº 076, da Quadra 903, do Setor de Grandes Áreas Sul – SGAS, Brasília/DF destinado à construção da Sede da Fundação. Com isso, pretende-se resgatar a importância da Fundação, conferindo local próprio e adequado para atendimento da missão institucional, melhores condições de trabalho aos seus servidores, aplicação de serviços prestados à comunidade, bem como redução significativa com gastos de aluguel, considerando que há mais de 15 anos esta Fundação encontra-se situada SRTVS 702/902, Bloco “A”, Edifício Lex, em Brasília/DF. Ressalte-se que, além de ser uma edificação antiga e do precário estado de conservação, as instalações não comportam adequadamente toda a força de trabalho. Por último, cabe informar que foi consignada dotação específica para esse fim no orçamento da União.
- r) Com o objetivo de desenvolvimento de políticas de Qualidade de Vida, instalou o Programa de Gerenciamento de Dados de Perfil de Saúde do Servidor. A Funai aprovou, em consonância com o Decreto nº 5.707/2006, a Norma de Implementação dos Programas de Capacitação, Desenvolvimento de Recursos Humanos, cuja finalidade primordial é dar acesso aos seus servidores de ações voltadas à ampliação do campo cognitivo, aprimoramento das atitudes e ao desenvolvimento de habilidades no interesse da administração por meio do Plano de Desenvolvimento e Capacitação de Recursos Humanos – PADC.

- s) Disponibilização na Intranet do Formulário de Perfil de Saúde do Servidor, o qual busca traçar e registrar o perfil da saúde de seus servidores. Esta ação faz parte do Programa de Gerenciamento de Dados de perfil de Saúde do Servidor que tem como objetivo o desenvolvimento de políticas de qualidade de vida.
- t) Aprovação do Primeiro Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), referente ao período de 2012 a 2015, por meio da Portaria Funai/CGTI nº 1, de 24 de julho de 2012, instrumento esse que proporciona visa e um controle para gerir os recursos de Tecnologia da Informação.
- u) Autorização, pelo Ministério da Justiça (MJ), a locação de novo prédio para funcionamento da Sede da Funai, em Brasília/DF, imóvel esse situado no Setor Bancário Sul, Quadra 02, lote 14, que proporcionará um maior conforto e organização para o desenvolvimento das atividades dos servidores desta Fundação, enquanto não se constrói a sede em terreno cedido pela SPU. Destaca-se a consolidação do programa de mudança para o novo prédio da Sede desta Fundação, com a divulgação do cronograma de mudança por setores desta Fundação.
- v) Elaboração e a aprovação, por intermédio do Decreto nº 7.778, de 27/01/2012, o seu regimento interno, instrumento esse que regulamenta e normatiza o funcionamento da Fundação.
- w) Assinatura de novo Convênio de Adesão do Plano de Saúde com a Fundação de Seguridade Social – GEAP, com o objetivo de manter a assistência médica e odontológica a todos os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Fundação.
- x) Institucionalização do novo modelo de gestão da Funai por meio da Portaria nº 1.746, de 28 de dezembro de 2012, que será implantado no decorrer de 2013. Este modelo de gestão partiu do alinhamento dos objetivos estratégicos da instituição Funai aos objetivos estratégicos do Ministério da Justiça, com foco na gestão por resultados. Estabelece a classificação dos objetivos em 04 grandes eixos que são agrupados por subeixos e os instrumentos plano de ação e planos de trabalhos que serão construídos de forma participativa com toda a instituição. Funai. Prevê ainda como modelo de governança a criação da câmara de gestão, do comitê de monitoramento e avaliação e avaliação e das redes locais de planejamento, monitoramento e avaliação.

4.1.6 Informações Sobre Ações Vinculadas a Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado de Responsabilidade da UJ

QUADRO 4.1.6.1 – AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Identificação da Ação						
Código		2004				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes				
Unidade Responsável		Fundação nacional do Índio - Funai				
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.000.000	5.500.000	4.841.703	4.831.703	5.000	10.000	4.826.703
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	Unidade	5.263	4.572	6.000.000	4.826.703

Análise Crítica

Cumprimento das Metas: Mesmo com a redução de beneficiários assistidos por motivo de exclusão dos dependentes maiores de 21 anos e de estudante de faculdade até 24 anos, foi garantido aos servidores, empregados e seus dependentes, a assistência médica e Odontológica no exercício de 2012, conforme a adesão dos mesmos.

Eventuais Problemas de Execução: Não houve

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve

Restos a pagar: não houve

Identificação da Ação	
Código	2010
Descrição	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados.
Unidade Responsável	Fundação nacional do Índio - Funai
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)	

Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000	300.000	246.301	246.301	0	0	246.301
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e seus Empregados.	Unidade	263	235	300.000	246.301

Análise Crítica

Cumprimento das Metas: Mesmo com a redução de beneficiários assistidos por motivo de exclusão dos dependente que completaram 5 anos, foi garantido aos servidores, empregados, a assistência pré-escolar no exercício de 2012, conforme Art. 4 do Decreto n°. 977/93 e Art. 1° da Emenda Constitucional n°. 53, de 19/12/2006, o Art. 1° da Emenda Constitucional n°. 53, de 19/12/2006.

Eventuais Problemas de Execução: Não houve

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve

Restos a pagar: não houve

Identificação da Ação						
Código	2011					
Descrição	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados.					
Unidade Responsável	Fundação nacional do Índio - Funai					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
840.000	840.000	823.706	823.706	0	0	823.706
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados.	Unidade	455	881	840.000	823.706

Análise Crítica

Cumprimento das Metas: Houve acréscimo no quantitativo de beneficiários assistidos por motivo de ingresso de 212 servidores concursados no exercício de 2012, autorizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da Portaria n 335/MP/2011, sendo assim, foi garantido

aos servidores e empregados o Auxílio Transporte no exercício de 2012, conforme adesão dos servidores.

Eventuais Problemas de Execução: Não houve

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve

Restos a pagar: não houve

Identificação da Ação						
Código		2012				
Descrição		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.				
Unidade Responsável		Fundação nacional do Índio - Funai				
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.800.000	11.183.300	11.030.645	11.030.645	0	0	11.030.645
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.	Unidade	2.961	2.996	10.800.000	11.030.645

Análise Crítica

Cumprimento das Metas: Houve acréscimo no quantitativo de beneficiários assistidos por motivo de ingresso de 212 servidores concursados no exercício de 2012, autorizado pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão por meio da Portaria n 335/MP/2011, sendo assim, foi garantido aos servidores e empregados o Auxílio Alimentação no exercício de 2012.

Eventuais Problemas de Execução: Não houve

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve

Restos a pagar: não houve

Identificação da Ação						
Código		20CW				
Descrição		Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos.				
Unidade Responsável		Fundação nacional do Índio - Funai				
Unidade Orçamentária		30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não	

					Processados	
309.456	309.456	23.190	23.190	0	0	23.190
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – exames periódicos.	Unidade	1.719	0	309.456	23.190

Análise Crítica

Cumprimento das Metas: não foi cumprida esta meta, tendo em vista que o processo que trata de contratação de empresa para a realização dos exames periódicos não foi concluído no exercício de 2012. O Termo de referência encontra-se em fase de elaboração, aguardando deliberação superior quanto aos procedimentos a serem adotados.

Eventuais Problemas de Execução: não foi executado porque os exames não foram realizados.

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve

Restos a pagar: não houve

Identificação da Ação						
Código	4572					
Descrição	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação					
Unidade Responsável	Fundação nacional do Índio - Funai					
Unidade Orçamentária	30202 – Fundação Nacional do Índio - Funai					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.000.000	1.600.000	759.010	499.523	0	259.486	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processos de Qualificação e Requalificação	Unidade	940	891	2.000.000	499.523

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A Meta Física da Ação foi quase que integralmente realizada, 95% cumprida, sendo que os 5% restantes estão programados para acontecer no primeiro semestre de 2013.

A Meta Financeira foi significativamente prejudicada devido, principalmente, ao contingenciamento de recursos para diárias e passagens, que repercute negativamente e diretamente nas ações de capacitação. Da dotação inicial, somente 38% foi executada, sendo, ainda, que 34% deste não foram processados em restos a pagar.

As atividades de ensino a distância desenvolvidas através de Termos de Cooperação com entidades governamentais e Escolas de Governo representaram uma economia significativa na meta.

Eventuais problemas de execução: A limitação na utilização dos recursos para a aquisição de passagens e pagamentos de diárias inviabiliza as ações de capacitação fora das Sedes das Unidades Descentralizadas da Fundação.

Superações significativas: Não houve.

Restos a pagar: Do montante total que ficou inscrito em restos a pagar, 52% são destinados ao pagamento de contrato assinado da FUNAI com a Universidade de Brasília/ CEPPAC para o Curso de Pós-Graduação em Direito dos Povos Indígenas, que capacitará 50 servidores da Fundação e que encontra-se atrasado em sua execução devido aos sucessivos ajustes de cronograma por parte daquela Instituição Superior de Ensino. Os demais 48% são recursos descentralizados às CRs para a aquisição de passagens que não foram ainda processadas.

4.2 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1 Identificação das Unidades Orçamentárias da UJ

QUADRO 4.2.1.1 – IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

<i>Denominação das Unidades Orçamentárias</i>	<i>Código da UO</i>	<i>Código SIAFI da UGO</i>
- Coordenação Regional da Funai do Vale do Javari/AM	30202	194007
- Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA	30202	194018
- Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo	30202	194019
- Coordenação Regional da Funai Xavante/MT	30202	194029
- Coordenação Regional da Funai do Xingú/MT	30202	194031
- Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT	30202	194036
- Coordenação Regional da Funai de Ribeirão Cascalheira/MT	30202	194042
- Coordenação Regional da Funai do Médio Purus/AM	30202	194048
- Coordenação Regional da Funai do Interior Sul/SC	30202	194061
- Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA	30202	194074
- Coordenação Regional da Funai do Nordeste I/AL	30202	194077
- Coordenação Regional da Funai de Ponta Porã/MS	30202	194085
- Diretoria de Administração e Gestão – DAGES	30202	194035
- Diretoria de Proteção Territorial - DPT	30202	194151
- Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável - DPS	30202	194152

4.2.2 Programação de Despesas

4.2.2.1 Programação de Despesas Correntes

QUADRO 4.2.2.1.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2012	2011	2012	2011	2012	2011	
LOA	Dotação proposta pela UO	316.761.866	252.031.988	0	0	145.570.312	221.861.656	
	PLOA	316.761.866	252.031.988	0	0	165.666.204	148.372.965	
	LOA	316.761.866	252.031.988	0	0	166.203.128	149.372.965	
CRÉDITOS	Suplementares	25.715.000	104.000.000	0	0	17.723.300	26.061.100	
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-1.101.162	-17.472.878	0	0	-14.704.630	-3.855.072	
Outras Operações	0	0	0	0	0	0		
Total		341.375.704	338.559.110	0	0	169.221.798	171.578.993	

Fonte: SIAFI Gerencial.

4.2.2.2 Programação de Despesas de Capital

QUADRO 4.2.2.2.1 – PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2012	2011	2012	2011	2012	2011
LOA	Dotação proposta pela UO	32.429.688	85.327.200	1.000.000	53.000.000	0	0
	PLOA	32.429.688	25.179.088	1.000.000	3.074.051	0	0
	LOA	35.429.688	27.329.088	1.000.000	3.074.051	0	0
CRÉDITOS	Suplementares	554.000	0	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	16.301.550	0	309.595	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados	-3.950.000	-5.185.000	0	-2.314.223	0	0
<i>Outras Operações</i>		0	0	0	0	0	0
<i>Total</i>		48.335.238					

Fonte: SIAFI Gerencial

4.2.3 Movimentação de Créditos Interna e Externa

QUADRO 4.2.3.1 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA

Quadro A.4.11 – Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa							Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
		Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	550008	194088	08306206984570001			243.779
		200094	194088	06122211220000001			212.166
		343026	194088	1339120271J0001			85.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos						
	Recebidos						
Movimentação Externa	Concedidos						
	Recebidos	550008	194088	08306206984570001	138.363		
		393003	194088	26782207514900015	4.500.000		
Fonte: SIAFI Gerencial							

4.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

4.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

4.2.4.1.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários

QUADRO 4.2.4.1.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	30.468.192	23.111.396	30.420.862	22.914.665
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	61.110	0	61.110	0
d) Pregão	30.407.082	23.111.396	30.359.752	22.914.665
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
2. Contratações Diretas (g+h)	6.601.809	8.209.251	6.575.153	8.104.499
g) Dispensa	5.350.044	7.197.645	5.349.894	7.092.896
h) Inexigibilidade	1.251.765	1.011.606	1.225.259	1.011.606
3. Regime de Execução Especial	75.782	76.783	75.782	76.783
i) Suprimento de Fundos	75.782	76.783	75.782	76.783
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	338.666.417	327.610.980	338.666.317	327.610.980
j) Pagamento em Folha	332.370.062	322.472.531	332.370.062	322.472.531
k) Diárias	6.296.255	5.138.449	6.296.255	5.138.449
5. Outros	27.668.892	28.416.129	27.664.392	28.413.519
6. Total (1+2+3+4+5)	403.481.092	387.424.539	403.402.506	387.120.446

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

4.2.4.1.2 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

QUADRO 4.2.4.1.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1. Despesas de Pessoal	332.280.059	297.990.841	332.280.059	320.275.509	0	0	332.157.785	320.067.424
319011 - Vencimentos e vantagens fixas	204.900.281	197.125.418	204.900.281	197.125.418	0	0	204.883.470	196.966.500
319001 – Aposentadorias RPPS	60.039.835	59.099.449	60.039.835	59.099.449	0	0	60.039.835	59.088.479
319113 – Obrigações patronais	43.093.845	41.765.974	43.093.845	41.765.974	0	0	43.093.845	41.765.974
Demais elementos do grupo	24.246.097	22.284.668	24.246.097	22.284.668	0	0	24.140.635	22.246.471
2. Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Outras Despesas Correntes	82.032.012	75.612.570	65.121.956	64.518.932	16.910.055	11.093.637	65.038.470	64.230.262
339039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	16.876.522	10.150.101	8.029.678	8.034.618	8.846.843	2.115.483	8.003.022	8.010.495
339037 – Locação de Mão de Obra	14.718.163	14.983.990	13.058.500	13.186.151	1.659.663	1.797.839	13.036.298	13.118.168
339046 – Auxílio-alimentação	11.030.645	10.571.176	11.030.645	10.571.176	0	0	11.030.645	10.571.176
Demais elementos do grupo	39.406.682	39.907.303	33.003.133	32.726.987	6.403.549	7.180.315	32.968.505	32.530.423
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4. Investimentos	13.981.885	4.373.575	6.079.681	1.215.712	7.866.446	2.579.541	6.079.681	598.379
449052 – Equipamentos e material permanente	13.931.148	3.157.543	6.064.701	620.021	7.866.446	2.537.521	6.064.701	581.009
449051 – Obras e instalações	50.707	59.390	14.980	17.370	35.727	42.020	14.980	17.370
5. Inversões Financeiras	0	578.321	0	578.321	0	0	0	0
449061 – Aquisição de imóveis	0	578.321	0	578.321	0	0	0	0
6. Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

Análise Crítica:

Com relação ao Grupo 1 – Despesas de Pessoal, temos a esclarecer que aumento verificado no exercício de 2012 decorreu do crescimento vegetativo da folha de pagamentos desta Fundação, inércia típica dos gastos de pessoal.

No tocante ao Grupo 3 – Outras despesas correntes, informamos que no decorrer do exercício de 2012 ocorreram acréscimos de despesas com serviços de terceiros, pessoa jurídica, decorrentes da prestação de serviços diversos dentre eles a locação de imóveis de pessoas jurídicas decorrentes da instalação de novas Coordenações Técnicas Locais, serviços telefonia, fretes, manutenção de veículos, serviços de água, internet, etc.,. Por outro lado, as despesas com locação de mão-de-obra, advindas da prestação de serviços de Apoio Administrativo, foram reduzidas em razão das rescisões de todos os contratos celebrados com a referida finalidade a partir de julho de 2012. Entretanto, foram celebrados vários outros contratos como de serviços de recepcionistas e motoristas, que visam ampliar a capacidade de atendimento das unidades, ao desonerar o servidor dessas tarefas e aportar o recurso humano especializado nas atividades finalísticas, bem com de vigilância, com o intuito de segurança patrimonial das unidades instaladas, conforme Decreto nº 7.778, de 27 de julho de 2012.

No que se refere ao Grupo 4 – Investimentos, registra-se um acréscimo considerável de despesas nesta rubrica em razão do foco na modernização e reestruturação da estrutura física e suporte tecnológico das unidades administrativas, sendo destinado forte aporte de recurso (R\$ 13,9 milhões) para a consolidação da reestruturação organizacional. Somente na renovação do acervo tecnológico foi investido o montante de R\$ 7,2 milhões.

Quanto ao Grupo 5 – Inversões financeira, no exercício de 2012 não ocorreram despesas dessa natureza.

4.2.4.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação
5.2.4.2.1 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.2.4.2.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

<i>Modalidade de Contratação</i>	<i>Despesa Liquidada</i>		<i>Despesa paga</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
7. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	53.101	185.771	53.101	65.392
a) Convite	0	0	0	0
b) Tomada de Preços	0	0	0	0
c) Concorrência	0	0	0	0
d) Pregão	53.101	185.771	53.101	65.392
e) Concurso	0	0	0	0
f) Consulta	0	0	0	0
8. Contratações Diretas (g+h)	4.955.360	105.004	4.928.703	98.006
g) Dispensa	3.723.476	105.004	3.723.326	98.006
h) Inexigibilidade	1.231.884	0	1.205.377	0
9. Regime de Execução Especial	180	0	180	0
i) Suprimento de Fundos	180	0	180	0
10. Pagamento de Pessoal (j+k)	2.162.984	10.197	2.162.984	10.197
j) Pagamento em Folha	703	0	703	0
k) Diárias	2.162.281	10.197	2.162.281	10.197
11. Outros – Não aplicável	4.550.890	35.396	4.550.890	35.396
12. Total (1+2+3+4+5)	11.722.515	336.368	11.695.858	208.991

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

4.2.4.2.2 Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

QUADRO 4.2.4.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	0	0	0	0	0	0	0	0
2 – Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3 – Outras Despesas Correntes	0	0	0	0	0	0	0	0
339033 – Passagens e despesas com locomoção	74.746	53.215	52.834	43.658	21.911	9.556	52.834	43.658
339030 – Material de consumo	58.157	264.595	446	174.676	57.710	89.918	446	85.239
339036 – Outros serviços de terceiros pessoa física	50.890	33.708	50.890	31.428	2.280	0	50.890	31.428
Demais elementos do grupo	16.514	38.793	5.377	36.867	11.136	1.926	5.377	31.187
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	4.589.913	0	4.500.000	0	89.913	0	4.500.000	0
449039 – Outros serviços de terceiros pessoa jurídica	4.500.000	0	4.500.000	0	0	0	4.500.000	0
449052 – Equipamentos e material permanente	89.913	101.477	0	39.540	89.913	61.937	0	7.281
5 – Inversões Financeiras	0	0	0	0	0	0	0	0
6 – Amortização da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAFI Gerencial

Observação: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

Análise Crítica:

Os recursos recebidos por movimentação tiverem sua origem nos acordos celebrados pela Fundação Nacional do Índio – Funai e alguns órgãos federais objetivando o desempenho das atividades finalísticas da Fundação.

No tocante ao Grupo 3 – Outras Despesas Correntes, foram realizadas despesas com recursos do Fundo de desenvolvimento da Educação – FNDE, nas atividades referentes à implementação nacional dos Territórios Etnoeducacionais contemplando as etapas de consultas, construção dos instrumentos e pactuação entre os dirigentes das instituições e representantes indígenas (sugestão).

Foram executadas despesas com recursos oriundos do Ministério da Justiça. Foram utilizados no custeio das despesas com deslocamentos de representantes indígenas da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – CNPI, fórum destinado a discussão de assuntos de interessa das comunidades indígenas.

A Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, celebrou Termo de Cooperação tendo por objeto contribuir com a promoção da segurança alimentar e nutricional, com o etnodesenvolvimento e com a inclusão produtiva dos povos indígenas, por meio do apoio à ampliação da produção de alimentos para o consumo próprio, e à melhoria das condições de produção, beneficiamento e comercialização da produção extrativista e do artesanato, em comunidades indígenas.

A Secretaria de Cidadania Cultural, do Ministério da Cultura, destinou recursos orçamentários no apoio de projetos direcionadas a cultura dos povos indígenas.

No Grupo 4 – Investimentos foram realizadas despesas relativas à construção de trechos rodoviários nos estados do Pará e Rondônia, respectivamente, BR 163, contou com recursos orçamentários do Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes-DNIT.

Quadro 6.1.1.1 - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

No exercício de 2012 não constam registros relativos ao reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos nas Unidades Gestoras consolidadas 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

Quadro 6.4.1.2.1 – Despesas Realizadas por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

No exercício de 2012 não foram realizadas despesas com Suprimento de Fundos por meio de Conta Tipo “B” nas unidades gestoras consolidadas 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	431.465,18	-12.209,45	371.467,87	47.787,86
2010	69.147,16	-2.160,00	17.677,40	49.309,76
2009	152.295,90	0,00	23.969,77	128.326,13
2008	29.115,50	0,00	1.515,45	27.600,05
2007	58.811,21	0,00	0,00	58.811,21
2005	1.180,00	0,00	0,00	1.180,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	14.361.570,07	-1.514.469,07	9.422.325,74	3.424.775,26
2010	3.979.808,85	-1.473.427,56	1.995.330,80	511.050,49
2009	409.721,26	-96.796,25	229.390,99	83.534,02
2008	342.181,75	-281.555,42	3.872,41	56.753,92
2007	32.277,90	-7.070,00	0,00	25.207,90
2005	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Observações: Unidades Gestoras consideradas – 194007, 194011, 194018, 194019, 194027, 194029, 194031, 194036, 194042, 194048, 194061, 194074, 194077, 194085, 194035, 194151, 194152.

5.2.2 Análise Crítica

No montante inscrito em Restos a Pagar Não Processados foram considerados os montantes inscritos e reinscritos.

A evolução da estratégia de pagamento dos RP adotada pela UJ

No exercício em análise priorizou-se os pagamentos dos restos a pagar processados observando a ordem cronológica dos empenhos emitidos, visando diminuir o passivo existente no âmbito das unidades gestoras consolidadas. Quanto aos restos a pagar não processados, a descentralização de recursos financeiros ocorreu à medida que eram solicitadas pelas Unidades Gestoras consolidadas, com base nos serviços devidamente prestados e comprovados.

Os impactos porventura existentes na gestão financeira da UJ no exercício de referência, decorrentes do pagamento de RP de exercícios anteriores.

A gestão financeira permitiu a liquidação maciça dos saldos de resto a pagar (processado e não processados) à medida que as condições de pagamento foram satisfeitas.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência de RP Processados e Não Processados há mais de um exercício financeiro

O quadro acima demonstra os restos a pagar não processados decorrentes da ausência da comprovação da despesa de entrega de bens e serviços, como exemplo podemos citar a Imprensa Nacional cujo crédito a receber representa o valor de R\$ 463 mil, empresa LGO Topografias Ltda

no valor de R\$ 122 mil, e Asserplan Engenharia e Consultoria Ltda, no valor de R\$ 79 mil, como as despesas ainda em aberto relativas a demarcações de terras, SLC Serviços Aeroportuários Ltda, R\$ 132 mil, Auto Posto Bela Vista Ltda, no valor de R\$ 252 mil, e Posto 10 Ltda, no valor de R\$ 163 mil, cuja prestação de serviços de fornecimento de combustíveis e lubrificantes foram prestados á Coordenação Geral da Funai Xavante, entre outras.

A existência de registro no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI de valores referentes a restos a pagar de exercícios anteriores ao exercício em referência sem que sua vigência tenha sido prorrogada por Decreto

Não ocorreram reinscrições de empenhos não processados não contemplados nos Decretos de Prorrogação.

Os eventos negativos ou positivos que prejudicaram ou facilitaram a gestão de RP

Como eventos negativos a ausência de comprovação por parte dos fornecedores da efetiva comprovação da entrega de bens e/ou prestação de serviços nas situações pactuadas. Evento positivo foi a existência de recursos financeiros condizentes com as demandas de restos a pagar no exercício.

5.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – MUSEU DO ÍNDIO

5.2.1 Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 5.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

VALORES EM R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	152.432,09	17.397,98	133.394,91	1.639,20
2010	575.770,00	0,00	575.770,00	0,00
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	2.648.423,73	153.282,56	1.987.934,73	507.206,44
2010	231.545,68	126.120,96	105.424,72	0,00
2009	23.829,84	23.829,84	0,00	0,00

Fonte: SIAFI Gerencial

Observações: Unidade Gestora considerada: 194022 (Museu do Índio)

5.2.2 Análise Crítica – Museu do Índio

Na abertura do exercício de 2012, o montante inscrito de Restos a Pagar Processados somou R\$ 728.209,09, deste total, 726.562,89 foi liquidado e/ou cancelado, restando apenas R\$ 1.639,20 para liquidação no ano de 2013.

Os Restos a Pagar não Processados somaram R\$ 2.903.799,25, montante composto das inscrições referentes aos exercícios de 2011, 2010 e 2009. As medidas adotadas pela UJ para o acompanhamento dos Empenhos inscritos em Restos a Pagar foram positivas uma vez que todos os compromissos dos exercícios de 2009 e 2010 foram liquidados e/ou cancelados, restando apenas as obrigações de 2011, totalizando R\$ 507.206,44. Este montante é composto, em sua grande maioria, de empenhos destinados à montagem da exposição permanente do Museu do Índio, que devido ao contingenciamento do orçamento de 2012, fez-se necessário retardar e/ou adiar a conclusão dos

processos de contratação de serviços e aquisições de materiais e equipamentos, tendo como consequência o dilatamento do prazo do cronograma da montagem da referida exposição.

No encerramento do exercício de 2012 a conta “Empenho a Liquidar” registrou o valor de R\$ 1.885.621,97 a ser liquidado no próximo exercício, registrando um decréscimo de 28% comparado ao exercício de 2011.

5.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.3.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 5.3.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Fundação Nacional do Índio – FUNAI									
CNPJ: 00.059.311/0001-26					UG/GESTÃO: 194035/19208				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	011/2000	Universidade do Estado do Mato Grosso	00,00	00,00	00,00	00,00	15/12/00	30/06/14	
3	001/2003	Universidade Federal de Roraima	00,00	00,00	00,00	00,00	13/05/2003	11/05/12	
3	001/2004	Fundação Universidade de Brasília	00,00	00,00	00,00	00,00	16/02/2004	15/02/14	
3	001/2008	Associação do Alto Xingu	00,00	00,00	00,00	00,00	14/04/2008	13/04/13	
3	001/2008	Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena	00,00	00,00	00,00	00,00	24/04/2008	23/04/13	
3	002/2008	Estado do Acre	00,00	00,00	00,00	00,00	20/11/2008	19/11/13	
3	003/2008	Centro de Trabalho Indigenista	00,00	00,00	00,00	00,00	02/01/2009	01/01/14	
1	003/2008	GEAP	R\$ 23.166.000,00	0	R\$ 275.710,00	7.162.334,00	30/12/2008	Rescindido em 2012	6
4	001/2009	Maggi Energia S.A. e Juruena Participações S.A.	00,00	00,00	00,00	00,00	02/07/2009	Até o cumprimento das obrigações	
3	001/2009	Pref. Municipal de Oiapoque	00,00	00,00	00,00	00,00	12/06/2009	11/06/14	
3	001/2009	Universidade Federal de Mato Grosso	00,00	00,00	00,00	00,00	24/04/2009	19/04/14	
3	002/2009	ABC e PNUD	00,00	00,00	00,00	00,00	30/10/2009	03/10/14	
3	002/2009	Estado do Pará	00,00	00,00	00,00	00,00	24/04/2009	23/04/14	
4	002/2009	Monel - Monjolinho Enerética e Comunidades Indígenas	00,00	00,00	00,00	00,00	14/12/2009	Até o cumprimento das obrigações	

3	003/2009	Estado da Bahia	00,00	00,00	00,00	00,00	18/08/2009	17/08/14	
4	003/2009	Zarwal de Participação Ltda	00,00	00,00	00,00	00,00	29/01/2010	28/01/15	
3	004/2009	Pref. Municipal de São Gabriel da Cachoeira	00,00	00,00	00,00	00,00	14/09/2009	13/9/24	
3	005/2009	Pref. Municipal de Normandia	00,00	00,00	00,00	00,00	11/12/2009	10/12/14	
3	006/2009	Estado do Amazonas	00,00	00,00	00,00	00,00	25/02/2010	24/02/15	
3	001/2010	Departamento de Polícia Federal	00,00	00,00	00,00	00,00	09/04/2010	08/04/15	
3	001/2010	Operação Amazônica Nativa	00,00	00,00	00,00	00,00	31/12/2010	30/12/13	
3	002/2010	Universidade Federal de Minas Gerais	00,00	00,00	00,00	00,00	02/09/2010	31/12/12	
3	001/2011	Universidade Católica Dom Bosco	00,00	00,00	00,00	00,00	16/02/11	15/02/15	
3	001/2011	Associação Indígena Moygu Comunidade Ikpeng	00,00	00,00	00,00	00,00	19/04/11	18/04/12	
3	001/2011	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de MG	00,00	00,00	00,00	00,00	20/01/11	19/01/15	
3	001/2011	Univ. Estadual de Mato Grosso do Sul	00,00	00,00	00,00	00,00	09/09/11	08/09/15	
3	002/2011	Universidade Anhanguera – UNIDERP	00,00	00,00	00,00	00,00	14/10/11	13/10/14	
3	002/2011	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP	00,00	00,00	00,00	00,00	24/03/11	23/03/15	
3	002/2011	Universidade Federal de Feira de Santana	00,00	00,00	00,00	00,00	17/01/11	17/01/14	
3	003/2011	Centro Universitário da Grande Dourado – UNIGRAN	00,00	00,00	00,00	00,00	25/02/11	24/08/14	
3	003/2011	Associação Indígena Tupiniquim Guarani – AITG	00,00	00,00	00,00	00,00	08/02/11	07/02/16	
3	004/2011	Universidade Federal do Pará	00,00	00,00	00,00	00,00	24/05/11	23/05/15	
3	005/2011	Associação Indígena Tupiniquim Comboios – AITC	00,00	00,00	00,00	00,00	05/12/11	04/12/16	
3	001/2012	Estado do Mato Grosso do Sul	0	0	0	0	23/02/13	22/02/13	
4	001/2012	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai	0	0	0	0	19/04/12	Até o cumprimento das obrigações	
1	001/2012	GEAP					09/10/12	08/10/17	1
3	001/2012	Associação Watoholi	0	0	0	0	01/01/12	06/07/34	
4	002/2012	Raízen Caarapó S.A. Açúcar e Alcool	0	0	0	0	20/04/12	19/04/15	
3	002/2012	Centro Regional de Treinamento da Escola de Administração Fazendária	0	0	0	0	02/10/12	31/12/12	
3	002/2012	Defensoria Pública do Estado do Amapá	0	0	0	0	02/10/12	01/10/17	

3	003/2012	Comando do Exército	0	0	0	0	03/10/12	02/10/13	
3	003/2012	Município de Santarém	0	0	0	0	28/12/12	27/12/13	
3	004/2012	Fundação Oswaldo Cruz	0	0	0	0	13/12/12	12/12/17	

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido
- 7 - Arquivado

Fonte: SIAFI

5.3.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 5.3.2.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
Nome:						
CNPJ:						
UG/GESTÃO:						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	3	0	1451652,4	3222383
Contrato de Repasse	0	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	7	11	4	0	0	0
Termo de Compromisso	2	0	0	0	0	0
Totais	9	11	7	0	1451652,4	3222383

Fonte: SIAFI

5.3.3 Informações sobre o Conjunto de Instrumentos de Transferências que permanecerão vicentes no Exercício de 2013 e seguintes

QUADRO 5.3.3.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	2		7162334	0	
Contrato de Repasse	0			0	
Termo de Cooperação	31			0	
Termo de Compromisso	5			0	
Totais	38		7162334	0	

Fonte: SIAFI

5.3.4 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 5.3.4.1 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente					
Nome:					
CNPJ:			UG/GESTÃO:		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	2		
		Montante Repassado	1175942,4		
2011	Contas Prestadas	Quantidade	01 (GEAP)		
		Montante Repassado	1684571		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
2010	Contas Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	1662622		
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte:					

5.3.5 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 5.3.5.1 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome:					
CNPJ:		UG/GESTÃO:			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas				
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido				
	Com Prazo de Análise Vencido				
2011	Quantidade de contas prestadas			1	
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2010	Quantidade de Contas Prestadas			1	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		1	
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
Montante Repassado					
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade			
		Montante Repassado			

Fonte: SIASG

5.4 SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.4.1 Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos

5.4.1.1 Suprimento Avaliação dos Resultados Obtidos com a Parceria de Fundos – Visão Geral

QUADRO 5.4.1.1.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
194018	Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA	0,00	0,00	38.239,96	38.239,96
194019	Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo	0,00	0,00	21.046,24	21.046,24
194077	Coordenação Regional da Funai do Nordeste I	0,00	0,00	14.300,39	14.300,39
194035	Funai Sede – Brasília/DF	0,00	0,00	2.580,20	2.580,20
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF	0,00	0,00	76.166,79	76.166,79

Análise Crítica:

A sistemática de suprimentos de fundos foi utilizada pelas Unidades Gestoras mencionadas no quadro acima, com a finalidade de abastecer viaturas em deslocamentos para destinos, cujos trechos percorridos ultrapassaram a quilometragem assegurada pela autonomia de consumo das viaturas, considerando as grandes distâncias percorridas para atendimento às demandas da instituição no cumprimento de suas atividades institucionais, bem como a ausência de rede de abastecimento que atendam tanto nos centros próximos as Unidades demandantes quanto nos itinerários a serem percorridos. Quanto ao acompanhamento e controle da aplicação dos recursos foram seguidas, rigorosamente, as recomendações constantes dos normativos que disciplinam a matéria.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 5.4.1.3.1 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR

Valores em R\$
1,00

Código da UG 194018	Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA		Limite de Utilização da UG	R\$ 120.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
PEDRO VIEIRA CRUZ	00817517880	8.000,00	0,00	6.744,56	6.744,56	
JOAO MANOEL DE OLIVEIRA	02997849837	8.000,00	0,00	3.667,72	3.667,72	
WILLIAM ELISEU CARIBE DE CARVALHO PIR	14597969420	8.000,00	0,00	3.474,08	3.474,08	
JOSE ANTONIO DE ARAUJO	23894121491	8.000,00	0,00	3.604,95	3.604,95	
MANOEL DE ASSIS CRUZ	24984833300	8.000,00	0,00	5.866,06	5.866,06	
MANOEL RICARDO BARBOSA NETO	27039021404	8.000,00	0,00	5.973,22	5.973,22	
JOSIAS ADELICIO RAMOS	46314768500	8.000,00	0,00	4.245,32	4.245,32	
ROMILDO CRUZ DE ARAUJO	48600598168	8.000,00	0,00	136,73	136,73	
CLENIO EDUARDO DA SILVA	67070426534	8.000,00	0,00	1.686,96	1.686,96	
ELMO ADRIANO SOARES	77004124487	8.000,00	0,00	827,03	827,03	
ANACLETO ANTONIO DA SILVA	89993500887	8.000,00	0,00	2.013,33	2.013,33	
Total Utilizado pela UG			0,00	38.239,96	38.239,96	
Total Utilizado pela UJ			0,00	38.239,96	38.239,96	

Fonte: SIAFI Gerencial

Código da UG 194019	Coordenação Regional da Funai de Minas Gerais e Espírito Santo		Limite de Utilização da UG	R\$ 315.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total	
			Saque	Fatura		
ADILSON DE ANDRADE SANTOS	01529191807	2.000,00	0,00	1.703,82	1.703,82	
EDES NUNES	207996086-53	3.000,00	0,00	285,42	285,42	
ELIETE XAVIER DE OLIVEIRA	695323206-44	4.000,00	0,00	510,18	510,18	
RUBERVAL MATOS SILVA JUNIOR	07489493641	150,00	0,00	353,27	353,27	
SEBASTIAO RODRIGUES DA CUNHA FILHO	12598356691	500,00	0,00	4.195,76	4.195,76	
MAURILTON PEREIRA VASCONCELOS	24156302504	500,00	0,00	7.787,87	7.787,87	
EDNALDO BORGES DA SILVA	29289033649	400,00	0,00	6.383,76	6.383,76	
OSVALDINA SALOMAO FERRAZ ROCHA	55043348615	3.000,00	0,00	964,41	964,41	
ELIETE XAVIER DE OLIVEIRA	69532320644	500,00	0,00	370,79	370,79	
RONALDO PEREIRA BATISTA	97986038853	2.500,00	0,00	2.856,58	2.856,58	
SANDRA MARA FASOLINI	193695901-10	500,00	0,00	367,88	367,88	
Total Utilizado pela UG			0,00	3.224,46	25.779,74	
Total Utilizado pela UJ			0,00	3.224,46	25.779,74	

Fonte: SIAFI Gerencial

Código da UG 194077	Coordenação Regional da Funai do Nordeste I		Limite de Utilização da UG	R\$ 50.000,00	
Portador	CPF	Valor do	Valor	Total	

		Limite Individual	Saque	Fatura	
JOSINALDO RIBEIRO DA SILVA	00811957454	302,00	0,00	199,71	199,71
AMILTON DINIZ BOTELHO	25992090487	12.250,00	0,00	1.768,18	1.768,18
JONILSON ERNESTO DA SILVA	27834654420	5.000,00	0,00	3.618,74	3.618,74
CICERA DE LOURDES TORRES	34190562491	1.520,00	0,00	1.355,37	1.355,37
MARCO ANTONIO ELIHIMAS	35502657434	1.501,00	0,00	1.154,21	1.154,21
JOSE AUGUSTO DA SILVA	40901971472	6.930,00	0,00	2.310,69	2.310,69
ROMULO JOSE MOTTA MEDEIROS	64707261434	10.500,00	0,00	2.596,16	2.596,16
MAGDIEL FREITAS PEREIRA	80413510425	7.600,00	0,00	1.297,33	1.297,33
Total Utilizado pela UG			0,00	0,00	14.300,39
Total Utilizado pela UJ			0,00	0,00	14.300,39

Código da UG 194035	Funai Sede – Brasília/DF	Limite de Utilização da UG	R\$ 80.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JOSE BETANIO ALVES RODRIGUES	09314970191	6.000,00	0,00	241,00	241,00
PAULO SERGIO FERREIRA EWERTON	24487139287	6.000,00	0,00	799,64	799,64
ANTENOR ALVES DA SILVA FILHO	34270213191	6.000,00	0,00	1.539,56	1.539,56
Total Utilizado pela UG			0,00	2.580,20	2.580,20
Total Utilizado pela UJ			0,00	2.580,20	2.580,20

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Crédito Corporativo pela UJ

QUADRO 5.4.1.4 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)

Valores em R\$
1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”/ Cartão Crédito Corporativo		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidad e	(a) Valor	Quantidad e	(b) Valor	Quantidad e	(c) Valor	(a+b+c)
2012	32	76.166,59	0,00	0,00	32	76.166,59	76.166,59
2011	29	75.906,31	0,00	0,00	29	75.906,31	75.906,31
2010	33	101.905,54	0,00	0,00	33	101.905,54	101.905,54

Fonte: Siafi Gerencial

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.5.12 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)

<i>Suprimento de Fundos</i>												
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas												
PC Aguardando Análise												
PC em Análise							3	2.580,20				
PC não Aprovadas												
PC Aprovadas							101	77.745,31	134	76.632,46	165	99.241,62

Fonte: Memo nº 200/GAB/CR BSF – Baixo São Francisco; Mensagem Eletrônica de 13/03/2013 – CR Interior Sul; Mensagem Eletrônica de 13/03/2013 – CR Minas Gerais e Espírito Santo nº 130/2013/GAB/CR NORDESTE 1/Funai e Processos nº 08620.035695/2012-05 e 08620.028707/2012-37.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

6.1 COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.1 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

<i>Tipologias dos Cargos</i>	<i>Lotação</i>		<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Exercício</i>
	<i>Autorizada</i>	<i>Efetiva</i>		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.965	2.608	257	103
1.1. <i>Membros de poder e agentes políticos</i>	0	0	0	0
1.2. <i>Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)</i>	5.965	2.608	257	103
1.2.1. <i>Servidores de carreira vinculada ao órgão</i>	5.886	2.529	226	76
1.2.2. <i>Servidores de carreira em exercício descentralizado</i>	31	31	11	19
1.2.3. <i>Servidores de carreira em exercício provisório</i>	1	1	0	0
1.2.4. <i>Servidores requisitados de outros órgãos e esferas</i>	47	47	20	8
2. Servidores com Contratos Temporários	60	37	0	8
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	391	408	104	93
4. Total de Servidores (1+2+3)	6.416	3.053	361	204

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

61.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.1.1.1 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

<i>Tipologias dos afastamentos</i>	<i>Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro</i>
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	75
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	14
1.2. Exercício de Função de Confiança	12
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	49
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	3
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	1
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	91
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	50
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	38
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1
3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	2
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	1
4.1. Doença em Pessoa da Família	0
4.2. Capacitação	1
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	8
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	4
5.2. Serviço Militar	0
5.3. Atividade Política	0
5.4. Interesses Particulares	4
5.5. Mandato Classista	0
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	37
6.1. Licença Prêmio	10
6.2. Licença Tratamento de Saúde c/exclusão de Pagamento	1
6.3. Licença TRAT DE SAUDE, ART 202,LEI 8112/90	2
6.3. LICENÇA GESTANTE (120 DIAS)ART. 207 LEI 8112/90	2
6.4. PENALIDADE DISCIP.(SUSPENSAO)ART 130,L.8112/90	1
6.5. AFASTAMENTO SINDICANCIA (SUSPENSAO),LEI 8112/90	1
6.6. AFASTAMENTO PREVENTIVO, ART.147, LEI 8112/90	4
6.7. EXERCICIO PROVISORIO-ART. 84 P. 2.L.8112/90	1
6.8. SUSPENSAO TEMPORARIA ADMINISTRATIVA	11
6.9. TRATAMENTO DOENCA ESPECIFICADA EM LEI	2
6.10. AFASTAMENTO NO PAIS C/ ONUS/EST/DOCTORADO/MESTRADO	2
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	215

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013. Leis específicas de requisição: Art. 93 Lei 8.112/9, Decreto 4.050/2001, Lei Complementar nº 73/1993. Art16-B, Lei nº 11.356/2006, Lei nº 9020/1995, Lei nº 6.999/1982

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

QUADRO 6.1.2.1 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	777	694	396	344
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	777	694	198	172
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	262	91	71
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	4	3	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	20	9	7
1.2.4. Sem Vínculo	391	402	94	90
1.2.5. Aposentados	-	6	1	0
2. Funções Gratificadas	323	261	59	54
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	258	58	54
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	3	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1554	955	455	398

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 6.1.2.1.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	242	199	473	867	327
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	242	180	467	865	325
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	19	6	2	2
2. Provimento de Cargo em Comissão	170	205	260	254	56
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	116	175	195	159	33
2.3. Funções Gratificadas	54	30	65	95	23
3. Totais (1+2)	412	404	733	1121	383

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 6.1.2.2.1 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	151	229	254	793	675	0	5	1	0
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	151	229	254	793	639	0	5	1	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	36	0	0	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	18	21	92	417	389	0	6	2	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	11	14	66	299	280	0	6	2	0
2.3. Funções Gratificadas	0	7	7	26	118	109	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	169	250	346	1210	1064	0	11	3	0

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.3.1 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Tipologia/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	TOTAL	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de Poder e Agentes Políticos											
Exercícios	201 2	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	201 1	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	201 0	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	201 2	R\$ 54.791.129,88	R\$ 0,00	R\$ 10.029.397,21	R\$ 68.490.156,38	R\$ 8.218.085,39	R\$ 2.404.378,22	R\$ 1.007.160,83	R\$ 361.181,16	R\$ 902.334,63	R\$ 146.203.823,70
	201 1	R\$ 113.175.009,14	R\$ 327.843,82	R\$ 9.344.850,88	R\$ 3.034.856,49	R\$ 4.692.400,35	R\$ 4.341.126,99	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 1.115.357,03	R\$ 136.031.444,70
	201 0	R\$ 90.648.659,44	R\$ 249.483,50	R\$ 8.027.829,07	R\$ 2.543.168,84	R\$ 13.996.853,45*	R\$ 2.069.853,82	R\$ 0,00	R\$ 57.444,18	R\$ 785.475,98	R\$ 104.381.914,83
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	201 2	R\$ 2.757.234,33	R\$ 0,00	R\$ 220.650,00	R\$ 94.186,44	R\$ 152.694,04	R\$ 0,00	R\$ 56.594,45	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.281.359,26
	201 1	R\$ 778.880,00	R\$ 0,00	R\$ 1.460,83	R\$ 6.012,50	R\$ 167.174,22	R\$ 4.677,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 958.204,55
	201 0	R\$ 3.646.388,52	R\$ 0,00	R\$ 288.865,00	R\$ 168.697,00	R\$ 0,00	R\$ 6.415,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 4.110.365,52
Servidores Cedidos com Ônus ou sem Licença											

Exercícios	2012	R\$ 2.443.240,68	R\$ 0,00	R\$ 407.302,57	R\$ 2.538.573,09	R\$ 245.126,08	R\$ 141.643,52	R\$ 0,00	R\$ 8.958,62	R\$ 63.430,77	R\$ 5.848.275,33
	2011	R\$ 4.841.207,61	R\$ 0,00	R\$ 422.321,83	R\$ 148.343,46	R\$ 1.493,98	R\$ 211.069,32	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 65.690,55	R\$ 5.690.126,75
	2010	R\$ 3.601.581,94	R\$ 0,00	R\$ 363.910,82	R\$ 105.115,27	R\$ 0,00	R\$ 119.735,05	R\$ 0,00	R\$ 8.184,68	R\$ 40.720,15	R\$ 4.239.247,91
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2012	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2011	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	2010	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2012	R\$ 8.696.188,93	R\$ 18.613.537,14	R\$ 2.925.542,67	R\$ 10.890.587,24	R\$ 3.056.591,74	R\$ 354.231,04	R\$ 0,00	R\$ 147.594,07	R\$ 109.666,35	R\$ 44.793.939,18
	2011	R\$ 18.224.466,78	R\$ 18.348.000,08	R\$ 3.083.831,05	R\$ 1.211.193,75	R\$ 3.846.444,95	R\$ 871.159,46	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 143.048,14	R\$ 45.728.144,21
	2010	R\$ 14.791.700,20	R\$ 16.793.353,49	R\$ 2.787.830,17	R\$ 933.847,96	R\$ 0,00	R\$ 463.286,59	R\$ 0,00	R\$ 5.714,00	R\$ 47.996,26	R\$ 35.823.728,67
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2012	R\$ 8.740.402,23	R\$ 1.105.441,94	R\$ 1.657.794,29	R\$ 11.269.261,04	R\$ 1.255.070,60	R\$ 397.357,04	R\$ 94.421,10	R\$ 130.512,09	R\$ 80.680,79	R\$ 24.730.941,12
	2011	R\$ 19.066.849,16	R\$ 1.169.273,29	R\$ 1.767.643,41	R\$ 583.761,16	R\$ 1.005.746,62	R\$ 964.581,06	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 150.629,04	R\$ 24.708.483,74
	2010	R\$ 15.814.949,61	R\$ 1.050.299,79	R\$ 1.460.231,22	R\$ 501.255,67	R\$ 0,00	R\$ 525.371,12	R\$ 0,00	R\$ 25.205,73	R\$ 98.356,09	R\$ 19.475.669,23
TOTAL		R\$ 362.017.888,45	R\$ 57.657.233,05	R\$ 42.789.461,02	R\$ 102.519.016,29	R\$ 22.640.827,97	R\$ 12.874.885,23	R\$ 1.158.176,38	R\$ 744.794,53	R\$ 3.603.385,78	R\$ 606.005.668,70

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 6.1.4.1.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	464	21
1.1 Voluntária	286	11
1.2 Compulsória	06	03
1.3 Invalidez Permanente	105	07
1.4 Outras	67	-
2. Proporcional	422	05
2.1 Voluntária	355	-
2.2 Compulsória	40	04
2.3 Invalidez Permanente	27	01
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	886	27

Fonte: Base de dados Sistema DW e SIAPE

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.1.4.2.1 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	-	14
1.1. Integral	-	12
1.2. Proporcional	-	02
2. Em Atividade	-	19
3. Total (1+2)	604	47

Fonte: Base de dados Sistema DW e SIAPE

- O Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão mediante acordo de Cooperação Técnica da União de julho de 2009, com 14(quatorze) Estados da Federação, disponibilizou dados efetuando cruzamento junto a base do SIAPE e da base fornecida pelo Ministério da Previdência correspondente ao Cadastro Nacional de Informações Sociais-CNIS, no período de 2008 a 2011, foi detectado pela Auditoria –SRH/MP, possíveis irregularidades e disponibilizado o Sistema de Tratamento de Indícios de Irregularidade-STII, para esta Fundação sanar as possíveis pendências até o final de 2011.

- Com o cruzamento de dados foi detectado situações pontuais com indícios de possíveis irregularidades neste órgão, os quais foram efetuados a correção no Sistema disponibilizado à época e encaminhado a Auditoria de Recursos Humanos pelo endereço eletrônico audir.cruzamentodedados@planejamento.gov.br, em atenção ao Ofício nº 288/AUDIR/SRH/MP de 15/10/2010.

- Dos acertos restaram possíveis irregularidades de acumulação que foram autuados em processos administrativos, que após apuração foi dado ao servidor a opção do cargo conforme a legislação aplicável ao caso.

A propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência;

- No caso de servidores públicos federais habilitados no Sistema SIAPE, o controle é automática. Pois como já citado o Sistema SIAPE está habilitado para detectar os casos de acumulação por meio de CPF quando da inclusão do provimento do cargo.

Não há um Sistema próprio de controle neste órgão para detectar acumulação em cargos empregos extra SIAPE, o que existe é o controle manual.

Ressaltamos que se houvesse a continuidade do acordo de Cooperação Técnica da União entre a Secretaria de Gestão Pública-SEGEP/MPOG, e o Ministério da Previdência e SIAPE, com o processamento do cruzamento de dados este órgão teria eficiência no acompanhamento gerenciando as possíveis correções.

A existência e o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada.

- Foram detectados 04 (quatro) casos de servidores com indicio de acumulação indevida, sendo: 02 servidores lotados na Coordenação Regional de Campo Grande, 01 (um) na C.T.L em Recife subordinada a Coordenação Regional do Nordeste I, e 01 na Coordenação Regional de Manaus.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.

O quantitativo de notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular;

Foram encaminhadas as Notificações via Coordenação Regional, para que a chefia imediata notificasse os servidores a optar por um dos cargos no prazo de 10 (dez) dias a contar do ciente do servidor.

O resultado das notificações realizadas;

Dos 4 (quatro) servidores notificados 2(dois) processos foram concluídos com o termo de opção do notificado pelo cargo da união/FUNAI, ficando pendente de conclusão dois processos, 01 da Coordenação Regional de Manaus e outro da Coordenação Regional do Nordeste I – CTL em Recife.

A quantidade de processo administrativo disciplinar aberto para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos, bem como o resultado verificado em tais processos.

6.1.7 Informações Sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

QUADRO 6.1.7.1.1 – ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	62	224	62
Concessão de aposentadoria	28	16	27	16
Concessão de pensão civil	21	22	17	22
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	43	02	31	02
Totais	92	102	299	102

QUADRO 6.1.7.1.2 – ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007)

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU</i>		<i>Quantidade de atos cadastrados no SISAC</i>	
	<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
Desligamento				
Cancelamento de concessão	01	04	01	04
Cancelamento de desligamento				
Totais	01	04	01	04

FONTE : SISAC/SIAPE

QUADRO 6.1.7.1.3 – REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC</i>			
	<i>Exercício de 2012</i>			
	<i>Até 30 dias</i>	<i>De 31 a 60 dias</i>	<i>De 61 a 90 dias</i>	<i>Mais de 90 dias</i>
<i>Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</i>				
Admissão				
Concessão de aposentadoria	10	14	04	
Concessão de pensão civil	03	05	03	
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório	15	16	12	
Total	28	35	19	
<i>Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)</i>				
Desligamento				53
Cancelamento de concessão	01			
Cancelamento de desligamento				
Total	01			53

FONTE : SISAC/SIAPE

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em meio físico

QUADRO 6.1.7.2.1 – ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU</i>		<i>Quantidade de atos enviados ao TCU</i>	
	<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
Pensões graciosas ou indenizatórias	01	01		
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais				

FONTE : SISAC/SIAPE

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) Sobre os Atos

QUADRO 6.1.7.3.1 – ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO

<i>Tipos de Atos</i>	<i>Quantidade de atos com diligência pelo OCI</i>		<i>Quantidade de atos com parecer negativo do OCI</i>	
	<i>Exercícios</i>		<i>Exercícios</i>	
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>
Admissão				
Concessão de aposentadoria	73	-	-	-
Concessão de pensão civil	71	-	-	-
Concessão de pensão especial a ex-combatente				
Concessão de reforma				
Concessão de pensão militar				
Alteração do fundamento legal de ato concessório				
Totais	144	-	-	-

FONTE : SISAC/SIAPE

6.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Esta UJ não dispõe de indicadores Gerenciais de Recursos Humanos desenvolvidos. Ressalta-se que não há análise qualitativa dos dados apresentados.

- Absenteísmo:

Considerando o absenteísmo como as ausências do trabalho devidamente justificadas ou não, segue abaixo dos dados quantitativos que tratam do referido conceito:

- Afastamento por licença para tratamento da própria saúde: 603 registros de servidores.

- Afastamento por falta não justificadas: 75 registros de servidores com a ocorrência de falta no exercício.

Ressalta-se que não há análise qualitativa dos dados apresentados. No entanto, no que se refere às ocorrências de afastamento para tratamento da própria saúde, concentra-se no Museu do Índio e Coordenações Regionais.

- Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais: 01 (uma) ocorrência no decorrer do exercício de 2012.

- Rotatividade (turnover): As maiores ocorrências são verificadas nas funções de confiança

- Educação Continuada:

No ano de 2012, a FUNAI proporcionou a seus servidores 47 ações de capacitação nas modalidades presencial, Pós-Graduação lato sensu, Especialização ou MBA, mestrado/doutorado e educação à distância (EAD / Treinamento Virtual / E-Learning), totalizando 3214 horas-aulas. O quantitativo geral de servidores capacitados foi de 891 servidores, sendo 600 servidores sem cargo em comissão e 291 servidores ocupantes de cargo em comissão. A maior parte das ações de capacitação é resultado do Plano Anual de Desenvolvimento e Capacitação da Fundação, organizado pela Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (CODEP) da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGGP /Diretoria de Administração e Gestão. Este Plano prioriza as escolas de Governo como instituições parceiras, em especial a Escola Nacional de Administração Pública Federal – ENAP, a Escola de Administração Fazendária – ESAF e o Tribunal de Contas da União, e oferece cursos para todas as unidades da FUNAI – Sede e Unidades Descentralizadas (Coordenações Regionais).

A CGGP iniciou a implantação da Gestão por Competência na Fundação, conforme Decreto nº 5.707/2006. A gestão por competências busca planejar, captar, desenvolver e avaliar, nos

diferentes níveis da organização (individual, grupal e organizacional), as competências necessárias para atingir os objetivos estratégicos da Instituição. A partir da definição dos indicadores de desempenho e das metas da organização, elaborados no Planejamento Estratégico de 2013, será possível o mapeamento de competências com a consequente identificação da lacuna de competências a serem captadas e/ou desenvolvidas. As ações de capacitação, de avaliação de desempenho e seleção de servidores serão, dessa forma, mais eficazes.

- Disciplina: não há registro de ocorrências de indisciplina remetidas à CGGP.

- Aposentadoria versus reposição do quadro: Contatou-se 27 ocorrências de aposentadorias. A reposição ocorrida no exercício de 2012, refere-se ao provimento de cargos das 212 vagas autorizadas pelo Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão correspondente a 50% das vagas autorizadas do concurso de 2010, esse provimento foi autorizado em outubro/2011, sendo que as nomeações ocorreram a partir de janeiro/2012.

Para o exercício de 2013 foi solicitada a autorização de concurso público ao Ministério da Justiça com vista ao Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, contemplando 1.100 vagas, para a reposição da força de trabalho desta Fundação, por meio do memorando nº 151/PRES/2012 e Notas Técnicas nºs 008/2012/COAP/CGGP/FUNAI e 013/2012/COAP/CGGP/FUNAI.

6.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

6.2.1 Informações sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 6.2.1.1 – CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS

<i>Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados</i>	<i>Quantidade no Final do Exercício</i>			<i>Ingressos no Exercício</i>	<i>Egressos no Exercício</i>
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>		
APOIO ADMINISTRATIVO	327	327	304	-	327
<i>Análise Crítica da Situação da Terceirização no Órgão</i>					
Os contratos de Prestação de Serviços Terceirizados no cargo de Apoio Administrativo foram rescindidos no exercício de 2012, conforme Artigo 4º, Inciso III da Portaria nº 335/2011 e acórdão nº 2081/2012-TCU.					

Fonte: Unidades Administrativas da FUNAI

6.2.2 Informações sobre a Substituição de Terceirizados em Decorrência da Realização de Concurso Público

QUADRO 6.2.2.1 – RELAÇÃO DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SUBSTITUÍDOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO OU DE PROVIMENTO ADICIONAL AUTORIZADOS

MÁRIO JOSÉ DE MIRANDA FILHO	APOIO ADMINISTRATIVO	BELEM / PA
RESCINDIDO EM MAI/2012		
MIGUEL RESQUE SANTIAGO	APOIO ADMINISTRATIVO	
SUELEN GLAFIRA CARDOSO ABDON	APOIO ADMINISTRATIVO	
YURI MARTINS SOUZA DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DEYVID ENISON DA SILVA CAMPOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
ROBSON GUIMARÃES COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO	BOA VISTA/RR
RESCINDIDO EM DEZ/2012		
WASHIGTON SILVA DE LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MAYRA CELINA DA SILVA PEREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	

MÁRIO AFONSO DA SILVA LUCENA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MÁRCIA PITA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
FRANCISCO GOMES DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
THAYRINE RODRIGUES DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANDRÉ ALVES SERAFIM	APOIO ADMINISTRATIVO	
RESCINDIDO EM ABR/2012		
CLEIDIANE DA SILVA CARMO	APOIO ADMINISTRATIVO	CACOAL/RO
LUANA NACOÇA CINTA LARGA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JAQUELINE SOVETE VICENTE	APOIO ADMINISTRATIVO	
IRENE OLIVEIRA DA SILVA FONSECA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ALEXANDRA DAMAZIO DA CRUZ	APOIO ADMINISTRATIVO	
RESCINDIDO EM JAN/2012		
BEATRIZ BRAGA SODRÉ	APOIO ADMINISTRATIVO	CAMPO GRANDE/MS
NILMARA SOUZA ROSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRÍCIA DA SILVA MORANDE	APOIO ADMINISTRATIVO	
SANDRA PAULA CAMARINI MARTINS	APOIO ADMINISTRATIVO	
RODRIGO CÁCERES GONÇALVES	APOIO ADMINISTRATIVO	
CAROLINE DA COSTA FIGUEIREDO	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARIO ANTUNES	APOIO ADMINISTRATIVO	CHAPECÓ/PR -
JOSIANE LÚCIA PORTES DE MATTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	RESCINDIDO EM
WILIANN DOS SANTOS PINTO	APOIO ADMINISTRATIVO	JAN/2012
GRACIELA LUCHETTA	APOIO ADMINISTRATIVO	
BIANCA CRISTINA RATTACASO	APOIO ADMINISTRATIVO	
DULCINÉIA PERES BEZERRA DIAS	APOIO ADMINISTRATIVO	
RAMON MARTINS DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
WEVERTON DA COSTA CARCERES	APOIO ADMINISTRATIVO	
ENÉIAS RONDON DE JESUS	APOIO ADMINISTRATIVO	
GISELI FÁTIMA BARBOSA LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
RENATO TEODORO DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DIONE GUIMARÃES MACHADO	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOSÉLIA DE SOUSA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARCIANO AIGO	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOSÉ ARLINDO JEREGUINHO	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOÃO LOURENÇO GOMES	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCIANA OLIVEIRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
IRENE DE LUCA MELO	APOIO ADMINISTRATIVO	
CLEIDE MARA OLIVEIRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
HELENO COREZOMAE	APOIO ADMINISTRATIVO	
ARIANE CHAGAS NONATA	APOIO ADMINISTRATIVO	GOV. VALADARE
ISABELLA CHRISTINA MOREIRA XAVIER	APOIO ADMINISTRATIVO	S/MG -
		RESCINDIDO EM
		ABR/2012
ANTONIO FILHO BENTO CAVALCANTE	APOIO ADMINISTRATIVO	
DILCILENE FERREIRA BARROS	APOIO ADMINISTRATIVO	
IVANILDE SOUSA GOMES	APOIO ADMINISTRATIVO	
JADIEL GOMES DOS SANTOS FILHO	APOIO ADMINISTRATIVO	
PAULO JEOVANY BARROSO GARCES	APOIO ADMINISTRATIVO	
POLYANNA SAMPAIO DA LUZ	APOIO ADMINISTRATIVO	
RENATA ARAÚJO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANA CARLA ARAÚJO COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCÉLIA COSTA CARVALHO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LENILDE ALENCAR LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	

MÁRCIA ROBERTA DE CASTRO MELO SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
NIEDNA VENI DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRÍCIA DE ABREU CHAVES	APOIO ADMINISTRATIVO	
VALMIRIA DE SOUSA LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRÍCIA ZONCANELA	APOIO ADMINISTRATIVO	JUÍNA/MT - RESCINDIDO EM JULHO/2012
RENATA VERONESE	APOIO ADMINISTRATIVO	
CAMILA RODRIGUES CORREIA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ILDA DANIELLY FARESIN OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
CLAIR ELVINAS TSAIBATA TSE TSIUCA	APOIO ADMINISTRATIVO	
VALMIR CINTA LARGA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARIA IVONEI FERNANDES DA COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO	LITORAL SUDESTE/SP - RESCINDIDO EM JULHO/2012
NILZETE FLORIANA DA SILVA SANTANA	APOIO ADMINISTRATIVO	
GISELE TEIXEIRA DA CUNHA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ÉRIKA RIBEIRO TAKAKI	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANDRESSA MAURICIO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
CINTIA DE PAOLA MACCHIA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ALINE SOARES SCHWITTAY	APOIO ADMINISTRATIVO	
STEFANY LIMA FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRÍCIA SANCHES DE MIRANDA ARAÚJO	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARGARETE SANTOS ABREU	APOIO ADMINISTRATIVO	
EDVÂNIA DE ALBUQUERQUE LEITE	APOIO ADMINISTRATIVO	
FANELA CRISI HERERO	APOIO ADMINISTRATIVO	
EVELIN FERNANDES M. ROCHA	APOIO ADMINISTRATIVO	MADEIRA/AM - RESCINDIDO EM JULHO/2012
EDIANE COLARES DE LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
LELANE DOS SANTOS GARCIA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANNE FABIOLA GUIMAS DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	MANAUS/AM - RESCINDIDO EM JUN/2012
ELDER DÁCIO MARQUES	APOIO ADMINISTRATIVO	
GEICILENE VASCONCELOS BARROS	APOIO ADMINISTRATIVO	
MIQUEIAS DA SILVA MOREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ROSANGELA CAMPOS SOBREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JANAINA MACIEL DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	PALMAS/TO - RESCINDIDO EM JUL/2012
MARINEUSA DIAS MARINHO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
POLIANA PEREIRA LOPES	APOIO ADMINISTRATIVO	
FLAVIANE CORREIA DO NASCIMENTO	APOIO ADMINISTRATIVO	
SAVIA REGINA AYRES BATISTA DE ARAUJO	APOIO ADMINISTRATIVO	
AMANDA DE GOES RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO	CR PASSO FUNDO-RS/ RESCINDIDO EM JUL/2012
ANDRESSA CAGNINI	APOIO ADMINISTRATIVO	
FABIANE ARRUDA SILVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARLISE PINHEIRO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
THALITA PINHEIRO PILLA	APOIO ADMINISTRATIVO	
VANESSA SALETE DE RAMOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
KATIA RAQUEL LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	PAULO AFONSO- BA/RESCINDIDO EM JUL/2012
DANIEL RIBEIRO SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ROCICLEIDE DE AMORIM MOURA ROPIÁRIO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LIVIA REJANE DA SILVA CAVALCANTE	APOIO ADMINISTRATIVO	
CASSIA MARIA BARBOSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
CLAUDIO ADEMAR	APOIO ADMINISTRATIVO	
DANIELI CRISTINA DA SILVA VALDEZ	APOIO ADMINISTRATIVO	PONTA PORÃ- MS/RESCINDIDO
EDNA SILVA JORGE	APOIO ADMINISTRATIVO	

ELAINE CHAVES AVELAR	APOIO ADMINISTRATIVO	EM JAN/2012
ELIANE PAZETO RIGOTTI	APOIO ADMINISTRATIVO	
JACKSON LIMA OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JÉSSICA ELIZABETH RIBEIRO ESPINDOLA	APOIO ADMINISTRATIVO	
NÉDER BORBA COENGA	APOIO ADMINISTRATIVO	
SÉRGIO FERNANDES QUADROS	APOIO ADMINISTRATIVO	
DIONÍSIO TOLEDO CORREA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DOUGLAS MURIEL	APOIO ADMINISTRATIVO	
DOUGLAS ROUCHES RATHKE MOURA	APOIO ADMINISTRATIVO	
EDVANO PIGOZZO NASCIMENTO	APOIO ADMINISTRATIVO	
EVALDO LUIZ RAMIRES DE OLIVEIRA ESCOBAR	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARCOS ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO	
SÉRGIO ROBERTO GALLO	APOIO ADMINISTRATIVO	
EDMAR VIEIRA LEMES	APOIO ADMINISTRATIVO	
TATIANE DIAS SOARES	APOIO ADMINISTRATIVO	
ALBERTO DUARTE LOPES	APOIO ADMINISTRATIVO	
PAULO APOLINÁRIO BISPO	APOIO ADMINISTRATIVO	
CARLOS EDUARDO SANTOS REIS	APOIO ADMINISTRATIVO	RIBEIRÃO CASCALHEIRA- MT / RESCINDIDO EM JUL/2012
DAGSON GONÇALVES MOURA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DAVI TSERE'RURA TSERENHI'RU	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCIANO NUNES BRANDÃO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCÍDIO TOMOPTSE TSERENHI'OMO	APOIO ADMINISTRATIVO	
NAIARA REJANE GOMES DIMAS	APOIO ADMINISTRATIVO	RIO BRANCO- AC/RESCINDIDO EM JUL/2012
MARIA ANTÔNIA VIANA PESSOA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JAMILLEN DE PAULA LIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
GLEICIANE DA CRUZ ALENCAR	APOIO ADMINISTRATIVO	
DARCILENE HENRIQUE LIZARDO	APOIO ADMINISTRATIVO	RIO NEGRO- AM/RESCINDIDO EM JUL/2012
GELCYARA RAMAN ALMEIDA AFTO	APOIO ADMINISTRATIVO	
IVETE FERRAZ MUNIZ	APOIO ADMINISTRATIVO	
LEONEL DIAS DE LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCINEIDE BASILIO DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DINALVA DIAS CAMPOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
FRANCISCO MOREIRA DE OLIVEIRA NETO	APOIO ADMINISTRATIVO	
ALEX DIAS CAVASSANE	APOIO ADMINISTRATIVO	SUL DA BAHIA/BA - RESCINDIDO EM JUN/2012
ANA PAULA DE SÁ E SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PAULA LUCIANA DOS REIS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
RODRIGO PASSOS DA ROCHA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ÉRICA CRISTINA VELOSO GALIANO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LINÉIA ALMEIDA DE AZEVEDO SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOSIANE BATISTA DOS REIS	APOIO ADMINISTRATIVO	TAPAJOS- PA/RESCINDIDO EM JUL/2012
ROSALETE AKAY MUNDURUKU	APOIO ADMINISTRATIVO	
THIANE DOS SANTOS FREITAS	APOIO ADMINISTRATIVO	
ADEMIR MACEDO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JACIRA MUOU	APOIO ADMINISTRATIVO	
FABIA LUCY SILVA SOARES	APOIO ADMINISTRATIVO	
CRISTIANE SANTANA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	TUCUMÃ- PA/RESCINDIDO EM MAIO/2012
DAVI ALVES DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
FELIX ROGERIO DE SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
FRANCINE WOBETO MACHIO	APOIO ADMINISTRATIVO	
FRANCISCO JOSE DE CALDAS	APOIO ADMINISTRATIVO	
GECIVANE ARAUJO DE MENEZES	APOIO ADMINISTRATIVO	

GILVANIA GOMES DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
GLEICIANE PIRES DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
HUMBERTO RIBEIRO BORGES FILHO	APOIO ADMINISTRATIVO	
JUCELINO BEZERRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
KLEYMEFER SANTOS DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
SELANY MAYRA DE SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
SUSANA APARECIDA JABUINSKI	APOIO ADMINISTRATIVO	
THAIS DHEYZA OLIVEIRA DE SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
GESSYCAR LEMOS DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
FILOMENA ALVES DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO	
GABRIEL DA SILVA OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JHONATAN VALERIANO FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
NEIDE COSTA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRÍCIA JOANA RODRIGUES BORGES	APOIO ADMINISTRATIVO	
SONYELE PALMEIRA DE SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ELIZABETH PEREIRA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOSUÉ COSTA DE FARIAS	APOIO ADMINISTRATIVO	
LAURINDO MACIEL DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DÉBORA JAYANE DE MELO LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
DOUGLAS DA SILVA GOMES	APOIO ADMINISTRATIVO	
SAMARAH DE OLIVEIRA RABELO	APOIO ADMINISTRATIVO	
TARGELIA ALVES E ALVES	APOIO ADMINISTRATIVO	
EDGAR ALVES SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
LENITA TEIXEIRA RABELO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LUCINEIA SANTANA BORGES	APOIO ADMINISTRATIVO	
RENATA VIEIRA LINS	APOIO ADMINISTRATIVO	
JANAINA ASSIS DA CONCEIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO	
EMANUELLA ALMEIDA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
FABIO MIRANDA BEZERRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
JAQUELINE CARDOSO DA CONCEIÇÃO	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARCELLA JHESSICA SANTANA BORBA	APOIO ADMINISTRATIVO	
SIMONE RITA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ADRIANO FARIAS SIPAULOS	APOIO ADMINISTRATIVO	SEDE/BRASILIA -
CARLOS JOÃO MENDES CARVALHO LEAL	APOIO ADMINISTRATIVO	RESCENDIDO EM
ÉLISTON NOGUEIRA ALVES	APOIO ADMINISTRATIVO	JUN/2012
LEONARDO DO ROSARIO BASTOS FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
VANESSA PEREIRA DOS SANTOS RONCO	APOIO ADMINISTRATIVO	
VINÍCIUS RODRIGUES MARQUES	APOIO ADMINISTRATIVO	
WESLEY SOUZA DE DEUS	APOIO ADMINISTRATIVO	
JOELMA CARDOSO MACEDO	APOIO ADMINISTRATIVO	
LOYANNE SELESTINO BARBOSA	APOIO ADMINISTRATIVO	
LEONÁRIA ALVES L. MEDEIROS	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARC ARAUJO RICHÁ PINTO	APOIO ADMINISTRATIVO	
CAMILA VALÉRIA DE JESUS SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
KEYLA CRISTINA DA SILVA LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ELIUDE OLIVEIRA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
MARIA DELÂNE DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
PATRICIA FABRICIO VIGNOLI	APOIO ADMINISTRATIVO	
VERA LUCIA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
HIGOR MIRANDA FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO	
MIRIAN NUNES RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO	
SANDRA CONCEIÇÃO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
TAMYRIS SOUSA MATHEUS	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANDRÉIA LEMOS NEIVA	APOIO ADMINISTRATIVO	
ADRIANA DA SILVEIRA SOUTO	APOIO ADMINISTRATIVO	
ANTONIA CARVALHO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO	
ELISANGELA DE S.COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO	

KEILA DE OLIVEIRA SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
ANDRÉ JOBERTO BOMBARDIERI	APOIO ADMINISTRATIVO
KARINA NUNES BARRETO SOUZA	APOIO ADMINISTRATIVO
LUMA LIDIA KAMAIURA	APOIO ADMINISTRATIVO
PAULO VICTOR SANTOS MOREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
WYCRAFF AYALA COSTA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
CAMILA BARBOZA AMARO	APOIO ADMINISTRATIVO
DIOGO GOMES NUNES	APOIO ADMINISTRATIVO
MAIZA GUIMARÃES DOS REIS	APOIO ADMINISTRATIVO
MARIA ELILÁ DE CASTRO LIMA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
RAFAEL DAS NEVES CAMPOS	APOIO ADMINISTRATIVO
VALERIA RIBEIRO SOARES	APOIO ADMINISTRATIVO
EDUARDO SOUZA RIBEIRO	APOIO ADMINISTRATIVO
LAYSE DA SILVA MENDES	APOIO ADMINISTRATIVO
GLEISSON BATISTA JUVINO	APOIO ADMINISTRATIVO
ELIELSON SEVERINO DA SILVA JUNIOR	APOIO ADMINISTRATIVO
MAYRA MARTINS COELHO	APOIO ADMINISTRATIVO
MIQUEIAS COSTA DE ABREU	APOIO ADMINISTRATIVO
PEDRO FERREIRA DOS SANTOS JÚNIOR	APOIO ADMINISTRATIVO
RONALDO PEREIRA CABRAL	APOIO ADMINISTRATIVO
SILVANA DE OLIVEIRA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
ÉRIKA OLIVEIRA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
DAVI FERREIRA FELIX	APOIO ADMINISTRATIVO
FABIANA OLIVEIRA DE ARAUJO	APOIO ADMINISTRATIVO
LARISSA CRISTINA LEITE DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
PAULO HENRIQUE MEDEIROS	APOIO ADMINISTRATIVO
THIAGO BOTELHO PEREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
SARAH DE OLIVEIRA RABELO	APOIO ADMINISTRATIVO
ANGÉLICA DORNELAS NORONHA	APOIO ADMINISTRATIVO
DARLENE GOMIDES DOS REIS	APOIO ADMINISTRATIVO
PEDRO LUCAS MARTINS SIQUEIRA CUNHA	APOIO ADMINISTRATIVO
REINALDO FLORINO FILHO	APOIO ADMINISTRATIVO
RAFAEL SILVEIRA DE BRITO	APOIO ADMINISTRATIVO
ANTONIO LUIZ BRAGA NETO	APOIO ADMINISTRATIVO
VINICIUS QUARESMA NUNES	APOIO ADMINISTRATIVO
BERNARDO BOECHAT CORREA LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO
EWERTON EUSTAQUIO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
JAQUELINE DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
VALÉRIA MOREIRA FERNANDES	APOIO ADMINISTRATIVO
KAMILA LOPES NUNES	APOIO ADMINISTRATIVO
SILVANIA MARIA MEDEIROS	APOIO ADMINISTRATIVO
MARCO ANTÔNIO FREIRE DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
WILKENS NUMERIANO TEMOTE	APOIO ADMINISTRATIVO
FERNANDA GOMES FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
MARIA DA GLÓRIA PEREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
VILMAR OLIVEIRA PAIVA	APOIO ADMINISTRATIVO
DAYANE MARTINS FEITOSA	APOIO ADMINISTRATIVO
WILSON DA SILVA OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
CAROLINA BATISTA LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO
GERCIANE BARBOSA	APOIO ADMINISTRATIVO
ELLIS ANGELA LELIS LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO
MAURÍCIO BARROS DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
ANTÔNIO RICARDO DE JESUS PAIXÃO	APOIO ADMINISTRATIVO
INDIARA RODRIGUES DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
MARISTELA PEREIRA VASCONCELOS	APOIO ADMINISTRATIVO
ANA CRISTINA BARBOSA TAVARES	APOIO ADMINISTRATIVO
EDENIA SABINO DE OLIVEIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
LUANA PEIXOTO DE LIMA	APOIO ADMINISTRATIVO

ELIANE FERREIRA ARAUJO GOMES	APOIO ADMINISTRATIVO
DARCY MARTINS DE SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO
DIEBSON RODRIGUES COSTA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
ELVIS PEREIRA DE SOUZA CARNEIRO	APOIO ADMINISTRATIVO
GABRIELE FELICIANO PIRES	APOIO ADMINISTRATIVO
ILEANA CUSTÓDIO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
SEBASTIÃO TAVARES RIBEIRO	APOIO ADMINISTRATIVO
SUZELY DE SOUSA SUDRÉ	APOIO ADMINISTRATIVO
MIRLAY NERES BARROS	APOIO ADMINISTRATIVO
DANIELA ÂNGELO DE SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO
MARCELO DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
GUSTAVO DE OLIVEIRA NUNES	APOIO ADMINISTRATIVO
MARIA JÚLIA PEREIRA VAZ	APOIO ADMINISTRATIVO
PRISCILA SOUZA DE O. ALVES	APOIO ADMINISTRATIVO
GIULIANE SOARES MARTINS	APOIO ADMINISTRATIVO
LOURIVALDO BATISTA CAMELO	APOIO ADMINISTRATIVO
MAURICÉIA DE MEDEIROS	APOIO ADMINISTRATIVO
BRUNA ALVES DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
CARLOS ANDRÉ MANIÇOBA DE ANDRADE	APOIO ADMINISTRATIVO
LETICIA PEREIRA LIMA XAVIER	APOIO ADMINISTRATIVO
ELISMAR PEREIRA NUNES	APOIO ADMINISTRATIVO
VALÉRIO PEREIRA COSTA	APOIO ADMINISTRATIVO
JONAS FIGUEIRA MINDUCA	APOIO ADMINISTRATIVO
JOSÉ ROBERTO DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
MARISA MACEDO BRAZ DE ALMEIDA	APOIO ADMINISTRATIVO
PRISCILLA CARVALHO SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO
TIAGO GOMES DUTRA	APOIO ADMINISTRATIVO
DANIELLE CAMILA SANTOS FERREIRA	APOIO ADMINISTRATIVO
FABIANA AUGUSTA BORGES	APOIO ADMINISTRATIVO
MARIA AURICÉLIA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
DEBORA SILVA DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
PATRÍCIA RODRIGUES	APOIO ADMINISTRATIVO
JACQUELINE GUEDES DOS SANTOS	APOIO ADMINISTRATIVO
HERMERSON VIANA DA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
THIAGO COSTA SILVA	APOIO ADMINISTRATIVO
MARLLON FONTES SOUSA	APOIO ADMINISTRATIVO

Obs.: A relação completa referente ao desligamento dos profissionais terceirizados foi publicada no Diário Oficial da União nº 07, de 10 de janeiro de 2012, Seção 2, folhas 20-21, cujo os postos de trabalho foram extintos de forma escalonada.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

QUADRO 6.2.3.1 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

<i>Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional</i>	<i>Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores</i>		<i>Quantidade Autorizada de Servidores</i>
	<i>Número</i>	<i>Data</i>	
Fundação Nacional do Índio - FUNAI	Portarias nºs 191/2009 e 335/MP/2011	14 de julho de 2009 e 2 de setembro de 2011 respectivamente.	637

Fonte: Fonte: D.O.U.; 15/7/2009, Seção 1 Pág.: 157 e D.O.U.; 05/09/2011, seção 1 pág: 171

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 6.2.4.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Vale do Javari													
UG/Gestão: 194007						CNPJ: 00.059.311/0065-90							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	151/2012	04718633/0001-90	19/09/12	18/09/13							A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional BAIXO TOCANTINS													
UG/Gestão: 194011						CNPJ: 00.059.311/0054-38							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	V	O	078/2011	02650833/0001-23	15/06/11	14/06/13							P
2010	L	O	255/2010	11883936/0001-24	26/11/10	25/11/11							P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco														
UG/Gestão: 194018							CNPJ: 00.059.311/0040-32							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	127/2009	05248988/00 01-26	31/07/09	31/07/12								E
2012	L	O	205/2012	12939762/00 01-37	23/10/12	22/10/13								A
Observações:														
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional Minas Gerais e Espírito Santo														
UG/Gestão: 194019							CNPJ: 00.059.311/0012-89							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2007	L	O	067/2007	05296914/0001-65	01/08/07	31/07/12								E
2009	V	O	144/2009	03108004/0001-86	12/08/09	11/08/13								P
2010	V	O	060/2010	07834205/0001-11	20/05/10	19/05/12								E
2012	V	O	053/2012	03108004/0001-86	20/05/12	19/05/13								A
2012	L	O	014/2012	11871623/0001-56	01/08/12	31/07/13								A

Observações:

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional Passo Fundo														
UG/Gestão: 194027							CNPJ: 00.059.311/0028-46							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	V	O	163/2008	07038238/0001-55	10/10/08	09/10/13								P
2011	L	O	050/2011	11619685/0001-75	01/04/11	31/03/12								E
2012	L	O	227/2012	00192886/0001-56	01/11/12	13/02/13								E

				0001-12	2	3								
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional Xavante														
UG/Gestão: 194029							CNPJ: 00.059.311/0009-83							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	V	O	310/2009	06236934/0001-03	07/12/09	06/12/13								P
2009	L	O	331/2009	10512105/0001-83	21/10/09	20/10/12								E
2009	V	O	345/2009	09130034/0001-75	15/12/09	14/12/12								E
2009	L	O	347/2009	03790751/0001-47	07/12/09	06/12/13								P
2009	V	O	354/2009	09130034/0001-75	11/12/09	10/12/12								E
2009	L	O	379/2009	10512105/0001-83	21/12/09	20/12/13								P
2009	V	O	380/2009	09130034/0001-75	21/12/09	20/12/12								E
2009	L	O	383/2009	10512105/0001-83	20/12/09	19/12/13								P
2009	V	O	389/2009	09130034/0001-75	01/12/09	30/11/12								E
2010	V	O	155/2010	04667389/0001-84	11/08/10	10/08/13								P
2011	V	O	029/2011	04667389/0001-84	02/02/11	01/02/14								P
2011	L	O	124/2011	10919956/0001-45	18/08/11	17/08/13								P
Observações:														

<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional do Xingu														
UG/Gestão: 194031							CNPJ: 00.059.311/0061-67							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	L	O	213/2012	04075740/0001-48	15/10/12	14/02/13								A
Observações:														
<p>LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p>														

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional Norte de Mato Grosso														
UG/Gestão: 194036							CNPJ: 00.059.311/0067-52							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	L	O	301/2010	10405110/0001-97	09/11/10	08/11/12								E
2011	V	O	181/2011	04667389/0001-84	09/11/11	08/11/13								P

2012	L	O	245/2012	10405110/ 0001-97	09/11/1 2	09/11/1 3									A
Observações:															
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira															
UG/Gestão: 194042								CNPJ: 00.059.311/0068-33							
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2011	L	O	022/2011	06273710/ 0001-71	03/01/1 1	02/01/1 2									E
2012	V	O	038/2012	06236934/ 0001-03	18/04/1 2	17/04/1 3									A
Observações:															
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação Regional Médio Purus															
UG/Gestão: 194048								CNPJ: 00.059.311/0074-81							
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			

					Contratadas		P	C	P	C	P	C
					Início	Fim						
			NÃO TEM									
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Interior Sul													
UG/Gestão: 194061						CNPJ: 00.059.311/0059-42							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	272/2010	03767254/0001-28	01/12/10	30/11/11							E
2010	L	O	382/2010	05822551/0001-54	27/12/10	26/12/11							E
2012	L	O	142/2012	07809721/0001-96	01/09/12	31/08/13							A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Maranhão													
UG/Gestão: 194074						CNPJ: 00.059.311/0057-80							
Informações sobre os Contratos													
Ano do	Área	Natureza	Identificação	Empresa	Período		Nível de Escolaridade Exigido						Sit.

Contrato	Área	Natureza	Número do Contrato	Contratada (CNPJ)	Contratual de Execução das Atividades Contratadas		dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2008	V	O	276/2008	08070938/0001-90	20/01/09	19/01/13								P
2009	L	O	254/2009	07965721/0001-85	29/10/09	28/10/12								E
2010	L	O	051/2010	09259198/0001-05	27/04/10	26/04/12								E
2010	V	O	226/2010	11029232/0001-99	04/11/10	03/11/13								P
2012	L	O	281/2012	07965721/0001-85	03/01/13	02/01/14								A
2012	L	O	282/2012	07965721/0001-85	03/01/13	02/01/14								A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação Regional Nordeste I															
UG/Gestão: 194077							CNPJ: 00.059.311/0046-28								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2009	V	O	210/2009	01873815/0001-48	18/09/09	17/09/13									P
2009	L	O	280/2009	10633938/0001-00	16/11/09	15/11/13									P
2011	V	O	122/2011	08165946/0001-10	09/08/11	08/08/13									P
2011	L	O	192/2011	10633938/0001-00	01/12/11	30/11/13									P
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Ponta Porã													
UG/Gestão: 194085						CNPJ: 00.059.311/0050-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	319/2010	10599807/0001-46	23/12/10	22/07/11							E
2011	L	O	232/2011	04231640/0001-63	28/10/11	27/10/12							E
2012	V	O	137/2012	07293694/0003-03	23/07/12	22/07/13							A
2012	L	O	338/2012	09016469/0001-93	28/12/12	27/12/13							A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO A.6.17 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA

Unidade Contratante													
Nome: Diretoria de Administração e Gestão - DAGES													
UG/Gestão: 194035						CNPJ: 00.059.311/0001-26							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	028/2010	09267406/	16/03/10	15/03/11							P

Observações:**LEGENDA**

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 6.2.5.1 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA

Unidade Contratante													
Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI													
UG/Gestão: 194035						CNPJ: 00.059.311/0001-26							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	4	O	186/2012	01.757.138/0001-00	22/10/2012	22/10/2013			11	11			A
2010	1	O	108/2010	72.619.976/0001-58	07/07/2012	06/07/2013	28	10		18			P
2011	12	O	146/2011	10.782.186/0001-31	05/10/2011	05/10/2013	40	25		15			P
2009	9-10	O	115/2009	02.895.841/0001-30	13/07/2009	13/03/2013			24	24			E
2010	06	O	205/2010	10.538.946/0001-60	30/09/2010	17/10/2013			01	01			A
2012	12	O	187/2012	01.588.672/0001-22	22/10/2012	21/10/2013			04	04			A
2008	7	O	024/2008	06.119.899/0001-42	24/06/2008	23/06/2013			01	01			P
Observações:													
LEGENDA					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.								
Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes 12. Outras													
Fonte:													

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional do Vale do Javari													
UG/Gestão: 194007						CNPJ: 00.059.311/0065-90							
<i>Informações sobre os Contratos</i>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
		NÃO TEM											
<i>Observações:</i>													

Fonte:SIASG

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação Regional Baixo Tocantins															
UG/Gestão:194011						CNPJ: 00.059.311/0054-48									
<i>Informações sobre os Contratos</i>															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F		M		S				
							P	C	P	C	P	C			
2012	5	O	208/2012	13096822/0001-60	01/10/12	30/09/13									A
<i>Observações:</i>															

Fonte:SIASG

Unidade Contratante												
Nome: Coordenação Regional Baixo São Francisco												
UG/Gestão: 194018						CNPJ: 00.059.311/0040-32						
<i>Informações sobre os Contratos</i>												

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
							F		M		S			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		
2009	11	O	134/2009	03140521/0001-32	05/08/09	31/12/12								P
2010	8	O	122/2010	07280740/0001-78	27/07/10	26/07/12								E
2011	2	O	149/2011	08237639/0001-05	25/10/11	24/10/12								E
2012	8	O	024/2012	07280740/0001-78	02/01/12	01/01/13								A
2012	2	O	196/2012	937729475-49	23/10/12	31/12/12								E
2012	5	O	277/2012	12939762/0001-37	10/12/12	09/12/13								A
2012	2	O	278/2012	05674519/0001-79	10/12/12	30/06/13								A
Observações:														

Fonte:SIASG

Unidade Contratante															
Nome: Coordenação Regional Minas e Espírito Santo															
UG/Gestão:194019							CNPJ: 00.059.311/0012-89								
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
							F		M		S				
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C			
2010	8	O	008/2010	07862134/0001-60	19/02/10	18/02/12									E
2010	8	O	009/2010	19795533/0001-35	19/02/10	18/02/12									E
2010	8	O	010/2010	71467096/0001-40	19/02/10	18/02/12									E
2010	11	O	045/2010	08984115/0001-70	20/04/10	31/07/12									E
2010	7	O	128/2010	33530486/0001-29	04/08/10	03/08/13									P
2011	7	O	066/2011	33000118/0001-79	19/05/11	18/05/13									P
2012	8	O	082/2012	00604122/0001-97	24/05/12	23/05/13									A
2012	7	O	152/2012	40432544/0001-47	27/08/12	26/08/13									A
2012	5	O	257/2012	13964979/0001-60	12/11/12	11/11/13									A
Observações:															

Fonte:SIASG

Unidade Contratante														
Nome: Coordenação Regional de Passo Fundo														
UG/Gestão: 194027							CNPJ: 00.059.311/0028-46							
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2010	11	O	166/2010	06888220/0001-80	02/08/10	01/08/12								E
2011	7	O	157/2011	33530486/0001-29	30/09/11	29/09/13								P
2011	8	O	169/2011	92022128/0001-74	24/11/11	23/11/12								E
2011	8	O	171/2011	08105716/0001-65	24/11/11	23/11/13								P
2011	8	O	175/2011	91225557/0001-86	24/11/11	23/11/12								E
2011	8	O	176/2011	91584896/0001-59	24/11/11	23/11/13								P
2011	8	O	170/2011	11707184/0001-40	25/11/11	24/11/13								P
2011	8	O	177/2011	89034151/0001-74	25/11/11	24/11/13								P
2011	8	O	205/2011	03742238/0001-80	08/12/11	07/12/12								E
2011	2	O	247/2011	02579062/0001-25	11/01/12	25/12/13								A
2011	2	O	248/2011	07324689/0001-59	11/01/12	10/01/14								P
2012	7	O	172/2012	76535764/0001-43	09/08/12	08/08/13								A
2012	7	O	188/2012	40432544/0001-47	07/11/12	06/11/14								P
2012	5	O	265/2012	68774033/0001-22	19/12/12	18/12/13								A
2013	8	O	023/2013	10504006/0001-50	11/02/13	10/02/14								A
Observações:														

Fonte:SIASG

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Xavante													
UG/Gestão: 194029							CNPJ: 00.059.311/0009-83						

<i>Informações sobre os Contratos</i>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	8	O	359/2009	07106714/0001-28	21/12/09	20/12/13							P
2009	11	O	378/2009	10492129/0001-18	12/01/10	11/01/12							E
2010	11	O	092/2010	07863504/0001-84	21/06/10	20/06/12							E
2012	2	O	074/2012	07823523/0001-87	25/06/12	24/06/13							A
2012	7	O	276/2012	71208516/0001-74	28/12/12	27/12/13							A
<i>Observações:</i>													
Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional do Xingu													
UG/Gestão: 194031													
CNPJ: 00.059.311/0061-97													
<i>Informações sobre os Contratos</i>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	2	O	157/2012	07823523/0001-87	24/09/12	23/09/13							A
<i>Observações:</i>													

Unidade Contratante												
Nome: Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso												
UG/Gestão: 194036												
CNPJ: 00.059.311/0067-52												
<i>Informações sobre os Contratos</i>												
Ano do	Área	Natureza	Identificação	Empresa Contratada	Período Contratual de	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.

Contrato			do Contrato	(CNPJ)	Execução das Atividades Contratadas		F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	8	O	397/2010	04127232/0001-66	25/04/11	24/04/12							E
2012	8	O	128/2012	04127232/0001-66	23/07/12	22/07/13							A
2012	8	O	129/2012	04127232/0001-66	23/07/12	22/07/13							A
2012	8	O	130/2012	04127232/0001-66	23/07/12	22/07/13							A
2012	8	O	131/2012	04127232/0001-66	23/07/12	22/07/13							A
2012	8	O	132/2012	04127232/0001-66	23/07/12	22/07/13							A
2012	7	O	203/2012	71208516/0001-74	03/09/12	02/09/13							A

Observações:

Fonte:SIASG

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira													
UG/Gestão: 194042						CNPJ: 00.059.311/0068-33							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	11	O	197/2010	10836886/0001-61	06/09/10	05/09/12							E
2012	8	O	066/2012	04918982/0001-56	14/05/12	13/05/13							A

Observações:

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Médio Purus													
UG/Gestão: 194085						CNPJ: 00.059.311/0050-04							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades	Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
						F		M		S			
							P	C	P	C	P	C	

					<i>Contratadas</i>							
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>
NÃO TEM												
Observações:												

Fonte:SIASG

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Interior Sul													
UG/Gestão: 194061						CNPJ: 00.059.311/0059-42							
<i>Informações sobre os Contratos</i>													
<i>Ano do Contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Natureza</i>	<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Empresa Contratada (CNPJ)</i>	<i>Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas</i>		<i>Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados</i>						<i>Sit.</i>
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>F</i>		<i>M</i>		<i>S</i>		
							<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	
2008	11	O	284/2008	79283065/0001-41	21/01/09	20/01/12							E
2011	8	O	172/2011	00976102/0001-47	16/11/11	15/11/12							E
2013	8	O	017/2013	47866934/0001-74	03/01/13	02/01/14							A
Observações:													

Fonte:SIASG

Unidade Contratante													
Nome: Coordenação Regional Maranhão													
UG/Gestão: 194074						CNPJ: 00.059.311/0057-80							
<i>Informações sobre os Contratos</i>													
<i>Ano do Contrato</i>	<i>Área</i>	<i>Natureza</i>	<i>Identificação do Contrato</i>	<i>Empresa Contratada (CNPJ)</i>	<i>Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas</i>		<i>Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados</i>						<i>Sit.</i>
					<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>F</i>		<i>M</i>		<i>S</i>		
							<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	<i>P</i>	<i>C</i>	
2008	11	O	286/2008	06234467/0001-82	23/01/09	22/01/13							P
2010	11	O	006/2010	06234467/0001-82	22/02/10	21/02/13							P
2010	8	O	102/2010	00975911/0001-34	30/06/10	29/06/13							P

UG/Gestão: 194035				CNPJ:00.059.311/0001-26									
<i>Informações sobre os Contratos</i>													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2007	7	O	001/2007	33530486/0001-29	26/01/07	24/01/12							E
2007	7	O	004/2007	76535764/0001-43	13/02/07	2/2/2012							E
2007	11	O	191/2007	06948355/0001-93	20/12/07	17/06/12							E
2008	8	O	022/2008	01601285/0001-89	16/04/08	15/04/12							E
2008	7	O	024/2008	06119899/0001-42	24/06/08	23/06/13							P
2008	8	O	098/2008	05926726/0001-73	15/08/08	14/08/13							P
2008	7	O	248/2008	26420687/0001-08	02/01/09	01/01/14							P
2009	7	O	092/2009	03420926/0011-04	09/06/09	08/06/13							P
2009	9	O	115/2009	02895841/0001-30	13/07/09	13/03/13							P
2009	8	O	220/2009	01514533/0001-54	29/09/09	28/09/13							P
2009	12	O	287/2009	07666203/0001-60	19/11/09	18/11/12							E
2010	7	O	029/2010	01685903/0001-16	28/01/10	27/01/14							P
2010	6	O	205/2010	03462349/0001-33	18/10/10	17/10/13							P
2011	7	O	214/2011	02421421/0001-11	19/12/11	18/12/13							P
2012	7	O	022/2012	76535764/0001-43	01/03/12	28/02/13							A
2012	5	O	048/2012	06090065/0001-51	17/05/12	16/05/13							A
2012	2	O	050/2012	03557312/0001-99	04/06/12	03/06/13							A
2012	4	O	078/2012	11135051/0001-47	14/06/12	09/08/12							E
2012	2	O	186/2012	01757138/0001-00	22/10/12	21/10/13							A
2012	2	O	187/2012	01588672/0001-22	22/10/12	21/10/13							A
2012	2	O	253/2012	10692684/0001-93	03/12/12	02/12/13							A
2012	2	O	263/2012	01588672/0001-22	06/12/12	05/12/13							A
<i>Observações:</i>													

Fonte:SIASG

Unidade Contratante	
Nome: DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL - DPT	
UG/Gestão: 194151	CNPJ:00.059.311-0001-26

Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
			NÃO TEM										
Observações:													

Fonte:SIASG

Unidade Contratante													
Nome: DIRETORIA DE PROMOÇÃO AOS DIREITOS SUSTENTÁVEL - DPDS													
UG/Gestão:					CNPJ:								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
			NÃO TEM										
Observações:													

Fonte:SIASG

LEGENDA												
Área: 13. Segurança; 14. Transportes; 15. Informática; 16. Copeiragem; 17. Recepção; 18. Reprografia; 19. Telecomunicações; 20. Manutenção de bens móveis; 21. Manutenção de bens imóveis					Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.							

- 22. Brigadistas
- 23. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
- 24. Outras

Fonte:SIASG

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários

QUADRO 6.2.6.1 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior					549.825,45
1.1 Área Fim	108	106	113	105	
1.2 Área Meio	105	101	101	109	
2. Nível Médio					716.280,21
2.1 Área Fim	294	337	321	299	
2.2 Área Meio	150	167	148	143	
3. Total (1+2)	657	711	683	656	1.266.105,66

Fonte: SECA/DAGES

8. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO
7.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE
TERCEIROS

Grupo III - Transporte Institucional (Veículo Próprio)					
UG	Quantidade	Idade Média/ Anos	Km	Gastos com Combustível	Gastos com Manutenção
194035 - Sede	1	4	27.200	R\$ 6.114,24	R\$ 164,00
Total	1	4	27.200	-	-

Grupo IV - Serviços Comuns (Veículos Próprios)					
UG	Quantidade	Idade Média/ Anos	Km/Média	Gastos com Combustível	Gastos com Manutenção
194035 - Sede	13	4	126.809	R\$ 47.746,76	R\$ 70.344,76
194011 - Baixo Tocantins	23	5	288.000	R\$ 24.924,84	R\$ 35.990,34
194007 - Vale do Javari	2	20	12.350	R\$ 146.443,06	R\$1.540,00
194042 - Ribeirão Cascalheira	12	6	303.000	R\$ 7.902,01	R\$ 48.514,57
194027 - Passo Fundo	53	4	420.000	R\$ 237.635,70	R\$ 109.521,94
194085 - Ponta Porã	15	2,27	225.000	R\$ 77.113,02	R\$ 64.947,84
194018 - Baixo São Francisco	25	9	27.148	R\$ 128.908,44	R\$94.480,77
194019 - Regional MG e ES	37	0	28.000	R\$ 40.231,34	R\$ 35.557,04
194048 - Médio Purus	4	6,25	0	R\$ 317.795,74	R\$ 5.075,00
194036 - Norte do MT	13	0	0	R\$ 122.729,74	R\$ 84.732,24
194061 - Interior Sul	72	9	546.250	R\$ 217.606,00	R\$ 269.823,67
194031 - Xingu	8	6	320.000	R\$ 186.192,62	R\$ 30192,62
194074 - Maranhão	16	6	20.000	R\$ 123.085,20	R\$ 98.115,90
194029 - Xavante	204	9		R\$ 106.176,20	R\$ 131.644,91
194077 - Nordeste I	16	9	15.000	R\$ 34.165,61	R\$ 2.887,00
Total	197	56,52	1.430.307	R\$ 533.551,74	R\$ 422.658,24

* Os valores dos gastos foram extraídos do SIAFI

** Mantida a informação da CR, porquanto os dados do SIAFI são bastante inferiores aos valores informados pela unidade gestora.

*** Não recebi os dados da frota de veículos da CR Nordeste I

Frota de Veículos Automotores Contratados de Terceiros									
UG	CNPJ / Nome	Tipo de Licitação	Nº Contrato/ Vigência	Valor do Contrato	Valores pagos até o exercício de referência do Relatório	Quantidade	Idade Média/Ano	Gastos com Combustível	Gastos com Manutenção
194027 - Passo Fundo	07.324.689/0001-59 DMR Projetos	Pregão Eletrônico	248/2011 10/01/2014	R\$ 57.500,00	R\$ 31.311,26	1	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	02.579.062/0001-25 Viagens Chapecó Ltda	Pregão Eletrônico	247/2011 25/12/2013	R\$ 36.450,00	R\$ 32.449,78	1	5	R\$ 0,00	R\$ 0,00
	90.020.389/0001-20 Fabiano Veículos Ltda	Pregão Eletrônico	140/2010 10/08/2013	R\$ 93.880,00	R\$ 80.255,48	4	3	R\$ 0,00	R\$ 0,00
194018 - Baixo São Francisco *	05.892.244/0001-40 Empresa Sandes Gomes Locações Ltda	Pregão Eletrônico	196/2012 31/12/2012	R\$ 55.424,09	R\$ 0,00	2	2	-	-
194036 - Norte do Mato Grosso *	02.910.474/0001-04 Marcos A. da Silva	-	134/2012	-	-	9	-	-	-
194011 – Baixo Tocantins	09.552.699/0001-77 Kl Representações E Prestações de Serviços Ltda -ME	Pregão Eletrônico/SRP	107/2012 20/09/2013	R\$ 103.460,00	R\$ 16.530,87	2	2	-	-
194074 – Maranhão	07.546.978/0001-00 Geraldo Araújo Oliveira Júnior ME	Pregão Eletrônico	364/2010 12/12/2013	R\$ 788.382,00					
	03.569.276/0001-01 Imperatriz Veículo e Locadora Ltda	Pregão Eletrônico	369/2010 13/12/2013	R\$ 465.000,00					
194029 - Xavante	07.324.689/0001-59 MJ de Carvalho Locadora	Pregão Eletrônico	074/2012 24/06/2013	R\$ 338.367,99	R\$ 270.356,58	11	2	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total				R\$ 346.714,09	R\$ 160.547,39	19	17	-	-

Análise Crítica:

1. Constatam consolidadas nas planilhas acima informações sobre gestão de frota de veículos, consoante prestadas pelo Serviço de Transporte/Coordenação de Administração e Logística referente à frota sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme Unidades Gestoras discriminadas.

INFORMAÇÕES SOLICITADAS NAS ALÍNEAS “A”, “B”, “G”, “H”, “I” referentes à frota de veículos automotores de propriedade da Unidade Jurisdicionada:

a) Legislação que regulamenta a forma de constituição e utilização da frota:

Instrução Normativa nº.03/2008/SLTI/MPOG.

Não há na Fundação Nacional do Índio norma interna que regulamente o uso da frota de veículos

b) Importância e impacto da frota:

A Fundação Nacional do Índio mantém frota de veículo própria desde a sua criação, considerando a sua missão de atendimento às comunidades indígenas. A frota é utilizada nos serviços administrativos em geral e nas suas atividades finalísticas com viagens de servidores a localidades de difícil acesso, aldeias indígenas, sem atendimento por linhas convencionais de transporte urbano e interestadual.

Assim a manutenção de frota própria para atendimento às comunidades indígenas é de grande relevância, haja vista a localização geográfica das unidades gestoras, com grandes distâncias das terras indígenas ou na proximidade de áreas de fronteiras, locais não atendidos por outros meios de transporte comercial, inclusive em localidades nas quais não há atendimento de empresas de locação de veículos, porquanto as estradas são de difícil tráfego.

g) Plano de Substituição da frota:

A FUNAI vem substituindo a frota, dentro da meta de modernização e reestruturação da FUNAI, adquirindo veículos novos, mais econômicos e procedendo a baixa daqueles inservíveis e cujos custos de manutenção ou recuperação são inviáveis.

h) Razões da escolha da aquisição em detrimento da locação:

Em razão da economicidade, considerando que a manutenção da frota atual é mais viável do que a locação, haja vista a sua utilização, em alguns casos, com grandes distâncias a serem percorridas, trânsito diário a terras indígenas, cujas estradas não são pavimentadas, o que aumenta em muito o custo da locação. Em algumas localidades não há empresas de locação de veículos, não se mostrando viável em face das dificuldades operacionais relativas à troca de veículos e reposição de peças quando necessário. Também, há falta de interesse das empresas, em contratar com a FUNAI, considerando o atendimento em áreas de difícil acesso e terras indígenas.

Somente em casos especiais, quando há necessidade de serviço, que exija muitas viaturas tracionadas para Grupos de Trabalhos de demarcação de terras indígenas ou operações de extrusão.

i) Estrutura de controles para assegurar uma prestação mais eficiente do serviço de transporte:

O controle na prestação dos serviços e despesas com manutenção dos veículos desta Sede é realizado na Coordenação de Administração e Logística, por meio do Serviço de Transporte, o qual mantém planilha de acompanhamento e controle da frota de veículos, de tráfego, de consumo, de manutenção e autoriza as requisições de uso dos veículos.

7.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 7.2.1.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	06	06
	Brasília	06	06
	PARÁ	13	13
	Marabá	02	02
	Tucuruí	02	02
	Bom Jesus do Tocantins	02	02
	Moju	01	01
	São Domingos do Araguaia	02	02
	Paragominas	02	02
	Parauapebas	02	02
	MATO GROSSO DO SUL	01	00
	Tacuru	01	00
	ALAGOAS	14	14
	Maceió	01	01
	Água Branca	01	01
	Campo Grande	02	02
	Joaquim Gomes	01	01
	Porto Real do Colégio	01	01
	São Brás	01	01
	São Sebastião	06	06
	Traipu	01	01
	SANTA CATARINA	08	08
	Chapecó	03	03
	Imarui	01	01
	Porto União	01	01
	Seara	01	01
	Abelardo Luz	02	02

PARANA	13	13
Ramilandia	01	01
Abatia	01	01
Inacio Martins	01	01
Laranjeiras Do Sul	01	01
Londrina	01	01
Manoel Ribas	01	01
Ortigueira	02	02
Palmas	01	01
Pitanga	01	01
Santa Amélia	01	01
São Jerônimo Da Serra	02	02
BAHIA -	12	12
Muquém de São Francisco (Tuxá e Kiriri)	02	02
Banzaê (Tuxá)	01	01
Barreiras (Kiriri)	01	01
Euclides da Cunha (Kaimbé)	01	01
Glória (Pankararé, Kantaruré, Brejo do Burgo)	03	03
Ibotirama (Tuxá)	01	01
Paulo Afonso (Brejo do Burgo)	01	01
Ribeira do Pombal (Kiriri)	01	01
Rodelas (Brejo do Burgo)	01	01
PERNAMBUCO	15	15
Jatobá (Pankararu e Entre Serras) UG 194018	02	02
Cabrobó (Truká) UG 194018	01	01
Petrolândia (Pankararu e Entre Serras) UG 194018	02	02
Tacaratu (Pankararu e Entre Serras) UG 194018	02	02
Carnaubeira da Penha UG 194018	01	01
Buique UG 194077	01	01
Floresta UG 194077	01	01
Ibimirim UG 194077	01	01
Inajá UG 194077	01	01
Pesqueira UG 194077	02	02
Recife UG 194077	01	01
SERGIPE	01	01

Porto da Folha	01	01
RIO GRANDE DO SUL	24	24
Benjamin Constant do Sul	01	01
Caraá	02	02
Maquine	02	02
Muliterno	01	01
Gramado dos Loureiros	01	01
Trindade do Sul	01	01
Riozinho	01	01
Erebango	01	01
Cacique Dóblé	01	01
Camaquã	01	01
Ibiraiaras	01	01
Iraí	01	01
Liberato Sauzano	01	01
Nonoai	01	01
Planalto	01	01
Santo Augusto	01	01
São Valentim	01	01
Tapejara	02	02
Tenente Portela	01	01
Palmares do Sul	01	01
Salto do Jacuí	01	01
MINAS GERAIS	11	11
Bertópolis	01	01
Caldas	01	01
Carmésia	01	01
Itacarambi	02	02
Resplendor	01	01
São João das Missões	01	01
Senhora do Porto	01	01
Teófilo Otoni	03	03
ESPÍRITO SANTO	04	04
Aracruz - ES	04	04
AMAZONAS	02	01

	Atalaia do Norte	01	01
	Eirunepé	01	00
	MATO GROSSO	13	13
	Água Boa	02	02
	Barra do Garças	01	01
	Campinápolis	02	02
	Canarana	01	01
	General Carneiro	01	01
	Nova Xavantina	01	01
	Novo São Joaquim	02	02
	Paranatinga	01	01
	Poxoréo	01	01
	Ribeirão Cascalheira	01	01
	MARANHÃO	04	04
	Imperatriz	01	01
	Santa Inês	01	01
	Barra do Corda	01	01
	TOTAL BRASIL	137	135

Análise crítica:

1. Constam consolidadas no QUADRO A.7.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:

UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) – UF: PARÁ

UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO

UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO

UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL

UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA

UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS, SERGIPE e PERNAMBUCO

UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL

UG 194007 - COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI – UF: AMAZONAS.

UG 194029 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO GROSSO

UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO

2. A *COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/UG 194048* informou o seguinte: “A UJ tem dois imóveis sob sua responsabilidade: um imóvel medindo 900m² no município de Lábrea – AM e outro imóvel medindo 900m² no município de Pauini – AM. Estes imóveis não estão regularizados, por isso não foram objeto do preenchimento dos quadros anteriores. O primeiro foi doado pela Prefeitura de Lábrea – AM, mas a FUNAI nunca buscou regularizar a situação do imóvel. Desde 2012 a atual gestão está procedendo os trâmites devidos para sanar a situação documental do imóvel. O segundo imóvel foi doado pela Prefeitura de Pauini – AM, os documentos foram tirados em nome da FUNAI, quando estava sob jurisdição da AER Rio Branco. A CTL de Pauini só passou para a jurisdição da CR Médio Purus em outubro de 2011, mas os documentos do terreno não foram encontrados. O Chefe da CTL está procedendo os trâmites para obtenção da segunda via destes documentos. Ou seja, nenhum dos dois imóveis está em situação regular e, por isso, ainda não foram inscritos no SPU para obtenção do RIP.”

2. As *COORDENAÇÕES REGIONAIS DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/UG – 194042*, *NORTE DE MATO GROSSO/UG – 194036* e *XINGU – 194031* informaram não deter imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

QUADRO 7.2.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	DISTRITO FEDERAL	02	01
	Brasília	02	01
	RIO GRANDE DO SUL	03	03
	Passo Fundo	01	01
	Tapejara	01	01
	Nonoai	01	01
	MATO GROSSO	12	10
	Canarana – UG 194031	01	01
	Colider - UG 194036	01	00
	Guarantã do Norte - UG 194036	01	00
	Ribeirão Cascalheira - UG 194042	01	01
	Água Boa – UG 194029	01	01
	Barra do Garças – UG 194029	01	01
	Campinápolis – UG 194029	02	02
	Nova Xavantiva – UG 194029	03	03
	Primavera do Leste – UG 194029	01	01
	MATO GROSSO DO SUL	03	03
	Ponta Porã	02	02
	Amambai	01	01
	PARANA	04	04
	Guaíra	01	01
	Guarapuava	01	01
	Curitiba	01	01
	Londrina	01	01
	PERNAMBUCO	01	01
	Cabrobó	01	01
	BAHIA	05	05
	Euclides da Cunha	01	01
	Paulo Afonso	01	01
	Ibotirama	01	01

Abaré	01	01
Glória	01	01
MINAS GERAIS	06	01
Governador Valadares - MG	01	01
Santa Helena de Minas - MG	01	00
Teófilo Otoni – MG	01	00
Resplendor – MG	01	00
Carmésia – MG	01	00
São João das Missões - MG	01	00
ESPIRÍTO SANTO	01	00
Aracruz	01	00
MARANHÃO	01	01
Jenipapo dos Vieiras	01	01
Total Brasil	38	29
Fonte: Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos da Diretoria de Administração e Gestão da FUNAI e Unidades Gestoras.		

Análise crítica:

1. Constam consolidadas no QUADRO A.7.2 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035 e pelas Coordenações Regionais conforme segue:

UG 194018 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PAULO AFONSO – UF: BAHIA e PERNAMBUCO

UG 194019 - COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO – UF: MINAS GERAIS e ESPÍRITO SANTO

UG 194027 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO – UF: RIO GRANDE DO SUL

UG 194061 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL – UF: PARANÁ E SANTA CATARINA

UG 194085 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ – UF: MATO GROSSO DO SUL

UG 194042 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA – UF: MATO GROSSO

UG 194036 – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO – UF: MATO GROSSO

UG 194029 – COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE – UF: MATO GROSSO

UG 194074 – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MARANHÃO – UF: MARANHÃO

UG 194031 – COORDENAÇÃO REGIONAL XINGU – UF: MATO GROSSO

2. As Coordenações Regionais/Unidades Gestoras a seguir listadas não informaram imóveis locados de terceiros.

UG 194048 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS – UF: AMAZONAS.
 UG 194007 - COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI – UF: AMAZONAS.
 UG 194011 - COORDENAÇÃO REGIONAL DO BAIXO TOCANTINS – UF: PARÁ.
 UG 194077 - COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I – UF: ALAGOAS.

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ

QUADRO 7.2.3.1 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
194007	-	5	5			250.000,00		4.500,00
194007	-	12	5			100.000,00		
194011	-	21	4					
194011	-	22	4					
194011	-	21	3					
194011	-	21	8					
194011	-	22	5					
194011	-	22	3					
194011	-	22	5					
194011	-	23	5					
194011	-	23	5					
194011	-	21	5					
194011	-	23	3					
194011	-	21	4					
194011	-	21	5					
194011	-	21	5					
194018	3005.00008.500-3	22	3		30/05/2012	456.133,05		
194018	3261.00001.500-9	22	3		30/05/2012	1.004.028,66		
194018	3363.00020.500-5	22	3		10/10/2012	519.876,00		
194018	3513.00019.500-6	22	3		31/05/2012	5.014.875,94		
194018	3527.00004.500-4	22	3		31/05/2012	76.005.357,14		
194018	3527.00005.500-0	22	3		31/05/2012	4.652.863,89		
194018	3527.00006.500-5	22	3		31/05/2012	14.239.359,47		

194018	3565.00003.500-1	22	3		31/05/2012	2.817.492,52		
194018	3781.00084.500-8	22	3		31/05/2012	2.040.859,47		
194018	3833.00006.500-9	22	3		31/05/2012	29.829.530,45		
194018	3843.00001.500-9	22	3		31/05/2012	29.750.436,32		
194018	0550.00003.500-7	22	3		26/11/2010	159.050,98		
194018	0550.00005.500-8	22	3		06/06/2012	5.181.660,41		
194018	2359.00003.500-9	22	3		06/06/2012	1.465.067,19		
194018	2519.00033.500-6	22	3		26/11/2010	23.692,72		
194018	2519.00037.500-8	22	3		06/06/2012	2.106.061,94		
194018	2595.00002.500-2	22	3		06/06/2012	2.304.676,49		
194018	2595.00003.500-8	22	3		06/06/2012	4.679.077,65		
194018	2635.00002.500-5	22	3		24/09/2012	39.096.454,32		
194019	0718.00001.500-5	22	3	10.026.885,30	27/09/2012	10.026.885,30	0,00	0,00
194019	4131.00003.500-7	22	3	15.386.448,51	27-09-2012	15.386.448,51	0,00	0,00
194019	4205.00002.500-9	22	3	1.313.000,00	27-09-2012	1.404.281,66	0,00	0,00
194019	4275.00002.500-0	22	3	18.992.047,80	27-09-2012	18.992.047,80	0,00	0,00
194019	4641.00004.500-1	22	3	143.886.265,02	27-09-2012	143.886.265,02	0,00	0,00
194019	4641.00005.500-7	22	3	352.753,65	27-09-2012	352.753,65	0,00	0,00
194019	5085.00010.500-3	22	3	21.007.085,32	27-09-2012	21.007.085,32	0,00	0,00
194019	5321.00002.500-2	22	3	542.730,76	27-09-2012	542.730,76	0,00	0,00
194019	5371.00034.500-3	22	3	2.927.232,00	27-09-2012	3.105.625,33	0,00	0,00
194019	5371.00037.500-0	22	3	421.606,28	27-09-2012	600.000,00	0,00	0,00
194019	5371.00039.500-0	22	3	3.394.672,40	27-09-2012	3.486.508,32	0,00	0,00
194019	5611.00012.500-9	22	5	15.133.145,15	25-07-2012	15.133.145,15	0,00	0,00
194019	5611.00013.500-4	22	5	28.579.021,40	25-07-2012	28.579.021,40	0,00	0,00
194019	5611.00014.500-0	22	5	28.709.310,62	25-07-2012	28.709.310,62	0,00	0,00
194019	5611.00020.500-2	22	5	549.745,93	25-07-2012	549.745,93	0,00	0,00
194027	0958.00002.500-2	22	8	2.652.618,95	2010			
194027	0964.00001.500-1	22	8	294.422,00	2010			
194027	0964.00003.500-2	22	8	296.750,72	2010			
194027	5783.00001.500-2	22	8	696.203,00	2010			
194027	5783.00003.500-3	22	8	74.874,28	2010			
194027	5935.00002.500-0	22	8	391.020,23	2010			
194027	0958.00002.500-2	22	8	2.652.618,95	2010			
194027	5949.00001.500-5	22	8	873.044,22	2010			

194027	7325.00001.500-0	22	8	69.623,49	2010		
194027	7353.00001.500-6	22	8	125.986,00	2010		
194027	8417.00001.500-1	22	8	7.229.895,05	2010		
194027	8563.00003.500-2	22	8	3.080.162,02	2010		
194027	8569.00008.500-9	22	8	1.296.543,50	2010		
194027	8699.00003.500-0	22	8	368.573,70	2010		
194027	8711.00003.500-2	22	8	153.703,24	2010		
194027	8733.00001.500-2	22	8	2.872.781,98	2010		
194027	8797.00006.500-6	22	8	913.678,98	2010		
194027	8859.00003.500-3	22	8	2.925.263,25	2010		
194027	8897.00003.500-6	22	8	569.551,43	2010		
194027	8921.00005.500-3	22	8	4.872.622,42	2010		
194027	8921.00006.500-9	22	8	568.427,04	2010		
194027	8931.00003.500-0	22	8	19.319.163,12	2010		
194027	8967.00002.500-5	22	8	30.066,00	2010		
194027	8975.00001.500-0	22	8	173.939,00	2010		
194035	9701.22153.500-6	15	3		08/02/2012	R\$ 921.000,00	
194035	9701.17767.500-6	15	3		08/02/2012	R\$ 918.000,00	
194035	9701.22146.500-8	15	3		08/02/2012	R\$ 1.295.000,08	
194035	9701.17667.500-2	21	3	R\$ 10.000.000,00	18/12/2012	R\$ 14.135.000,00	
194035	9701.22180.500-3	21	3		28/12/2012	R\$ 13.700.000,00	
194035	9701.19562.500-7	21	3	R\$10.764.000,00	10/01/2013	R\$ 13.124.000,00	
194036	**						
194042	**						
194048	***	12	3				
194061	8141.00004.500-1	22	2	53.720,65	21/10/2010	53.720,65	
194061	7401.00003.500-0	22	2	380.998,16	21/10/2010	380.998,16	
194061	7599.00003.500-8	22	2	1.020.504,75	21/10/2010	1.020.504,75	
194061	7659.00021.500-3	22	2	29.201.803,88	21/10/2010	29.201.803,88	
194061	7681.00004.500-7	22	2	5.810.595,80	21/10/2010	5.810.595,80	
194061	7727.00010.500-1	22	2	5.142.629,52	21/10/2010	5.142.629,52	
194061	7727.00011.500-7	22	2	1.436.823,27	21/10/2010	1.436.823,27	
194061	7771.00011.500-4	22	2	5.314.755,60	21/10/2010	5.314.755,60	
194061	7839.00004.500-9	22	2	322.217,75	21/10/2010	322.217,75	
194061	7869.00008.500-2	22	2	6.469.245,31	21/10/2010	6.469.245,31	

194061	7869.00009.500-8	22	2	2.310.087,42	21/10/2010	2.310.087,42		
194061	8081.00020.500-1	22	2	889.796,25	21/10/2010	889.798,25		
194061	8001.00003.500-0	22	2	7.964.766,48	21/10/2010	7.964.766,48		
194061	8267.00036.500-6	22	2	303.304,56	21/10/2010	303.304,56		
194061	8345.00002.500-6	22	2	549.958,67	21/10/2012	549.958,67		
194061	7667.00108.550-7	22	2	6.300.000,00	21/10/2012	6.300.000,00		
194061	5527.00001.500-9	22	2	546.325,43	11/03/2008	546.325,43		
194061	7733.00012.500-7	22	2	312.051,70	04/04/2011	312.051,70		
194061	8001.00004.500-6	22	2	448.124,18	04/04/2011	448.124,18		
194061	8081.00034.500-8	22	2	190.814,16	06/04/2011	190.814,16		
194061	8081.00017.500-5	21	2	261.643,68	11/09/2012	261.643,68		
194077	2701.00017.500-9	22	3	334.000,00				
194077	2729.00003.500-2	22	3	1.330.000,00				5.104,81
194077	2729.00005.500-3	22	3	1.410.000,00				
194077	2775.00002.500-0	22	3	9.115.500,00				
194077	2849.00007.500-5	22	3	823.781,59				
194077	2863.00006.500-5	22	3	1.085.465,74				
194077	2875.00007.500-4	22	3	494.000,00				
194077	2875.00009.500-5	22	3	2.878.785,00				
194077	2875.00011.500-6	22	3	268.282,37				
194077	2875.00013.500-7	22	3	213.175,72				
194077	2875.00015.500-8	22	3	1.595.192,50				
194077	2875.00017.500-9	22	3	902.500,00				
194077	2883.00009.500-6	22	3	482.015,16				
194077	-	7	2					
194077	2355.00007.500-8	22	3	12.403.091,70				
194077	2413.00019.500-4	22	3	16.107.117,84				
194077	2431.00638.500-8	22	3	2.773.692,00				
194077	2439.00004.500-6	22	3	5.354.813,10				
194077	2517.00012.500-5	22	3	27.555.058,30				
194077	-	22	3	587.786,16				
194077	2531.00675.500-6	7	5	1.270.360,59				
194077	3211.00004.500-9	22	3	21.405.510,81				
194085	9815.00009.500-0	4	3	65.854,54				

Análise crítica:

Constam consolidadas no **QUADRO A.7.3 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ**, informações prestadas pelo Serviço de Patrimônio/Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio referente aos imóveis sob a responsabilidade da FUNAI-Sede UG 194035. O Quadro foi preenchido de acordo com as informações prestadas pelas Unidades Gestoras.

(*) **NÃO APRESENTARAM AS INFORMAÇÕES PARA O RELATÓRIO DE GESTÃO** as **COORDENAÇÕES REGIONAIS DO MARANHÃO/UG 194074, XAVANTE/UG 194029 e XINGU/UG 194031.**

(**) **COORDENAÇÕES REGIONAIS NORTE DO MATO GROSSO/UG 194036 e RIBEIRÃO CASCALHEIRA/UG – 194042** não informaram deter imóvel de propriedade da União sob sua responsabilidade.

(***) **COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS/UG 194048** informou o seguinte: “A UJ tem dois imóveis sob sua responsabilidade: um imóvel medindo 900m² no município de Lábrea – AM e outro imóvel medindo 900m² no município de Pauini – AM. Estes imóveis não estão regularizados, por isso não foram objeto do preenchimento dos quadros anteriores. O primeiro foi doado pela Prefeitura de Lábrea – AM, mas a FUNAI nunca buscou regularizar a situação do imóvel. Desde 2012 a atual gestão está procedendo os trâmites devidos para sanar a situação documental do imóvel. O segundo imóvel foi doado pela Prefeitura de Pauini – AM, os documentos foram tirados em nome da FUNAI, quando estava sob jurisdição da AER Rio Branco. A CTL de Pauini só passou para a jurisdição da CR Médio Purus em outubro de 2011, mas os documentos do terreno não foram encontrados. O Chefe da CTL está procedendo os trâmites para obtenção da segunda via destes documentos. Ou seja, nenhum dos dois imóveis está em situação regular e, por isso, ainda não foram inscritos no SPU para obtenção do RIP.”

(-) A Unidade Gestora não apresentou informação referente ao RIP/SPIUNet. A Coordenação Regional do Baixo Tocantins – UG 194011 informa que o servidor responsável pelo levantamento patrimonial não possui a senha do SPIUNet.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

QUADRO 8.1.1 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	X aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	X Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	X Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	X Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	X Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	X A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	X A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	X O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).

<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na internet para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____ http://www.funai.gov.br/acessoinfo/Acesso.html _____
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, hardware, software e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(4) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	() no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de software definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.1.2 Análise Crítica

As aquisições e contratações realizadas em 2012 tiveram por objetivo prover meios físicos e lógicos para dar suporte à própria Sede da FUNAI e as suas Coordenações Regionais. Houve a aquisição de infraestrutura física de ativos de rede (switch) para suprir a necessidade para a implantação da rede de comunicações da Sede da FUNAI; aquisição de

microcomputadores com sistema operacional para substituir equipamentos com tecnologias ultrapassadas que dificultam a reposição de peças e partes; aquisição de infraestrutura física composta por Servidores, Software de Virtualização, Storage SAN, Switch SAN e Biblioteca de Backup para substituir equipamentos antigos, que apresentam constantes defeitos, sem garantia de manutenção e que já não suportam as demandas das aplicações da instituição; aquisição de solução composta por Sistema de Comunicação e Telefonia IP (VOIP), com o objetivo de oferecer melhoria na comunicação da Funai com suas Coordenações Regionais e vice-versa, além de poder gerar economia de custos e maior produtividade. O atual sistema de telefonia utilizado na FUNAI é composto por equipamentos com muitos anos de uso e utiliza algumas tecnologias já ultrapassadas, acarretando muita dificuldade para reposição de peças e partes e aquisição de Link de Internet contratação de link para acesso à Internet para melhoria do acesso com aumento da velocidade de conexão.

Os fatores que contribuíram para a gestão da TI foi o cumprimento de normas estabelecidas pela SLTI para os órgãos que compõem o SISP (IN/SLTI nº 4/2010); a observância às orientações relativas à TI emanadas do órgão de fiscalização TCU; a atuação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação da FUNAI para aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da FUNAI por meio da Portaria nº 1, de 24 de julho de 2012, publicado no DOU nº 144, de 26 de julho de 2012, que permitiu a aquisição e contratação de bens e serviços de TI; a modernização da infraestrutura de TI e a dotação de infraestrutura física e lógica, suficiente para atender demandas operacionais na rede corporativa” do PDTI 2012-2015 da FUNAI.

Os fatores que dificultaram a gestão foi a reduzida equipe técnica e deficiente quadro de servidores, acarretando considerável esforço para execução das atividades rotineiras e das aquelas necessárias à implementação de novos projetos.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - FUNAI - SEDE - UG – 194035

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 			X		
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.		X			
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais: A Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio/CCCOMP informou que faz uso e descarte adequado de produtos de limpeza e recebe materiais reciclados que estejam em conformidade com o pedido.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR BAIXO
TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 		X			
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
11- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos de acordo com as informações obtidas junto a comissão permanente de licitação, a qual analisou os últimos licitatórios de compras e prestação de serviços.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PAULO AFONSO - UG – 194018

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
	Sim ()		Não (X)		
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais: Os quesitos foram respondidos de acordo com as informações obtidas junto a comissão permanente de licitação, a qual analisou os últimos licitatórios de compras e prestação de serviços.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 				X	
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					X
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					X
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 					X
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi 					X
	Sim (X)		Não ()		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
incluído no procedimento licitatório?					
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					X
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	Mural de Sustentabilidade				
		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PASSO FUNDO - UG – 194027

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		X			
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 				X	
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 					X
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		X			
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR
RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 		X			
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR MÉDIO
PURUS - UG – 194048

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 			X		
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 			X		
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.					X

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Palestras em reuniões com os servidores				
<p>13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 					X
	Palestras em reuniões com os servidores, especialmente depois da aprovação da PNGATI.				
Considerações Gerais: Esta análise foi feita pelo SEPLAN, com base nos poucos processos licitatórios e de aquisições diretas feitas pela unidade desde que a unidade passou a utilizar a UG (meados de 2011), com contribuição do SEAD e da DIT.					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR INTERIOR SUL - UG – 194061

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
<p>2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>	X				
<p>3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</p>	X				
<p>4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
<p>5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 			X		
<p>6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
	Sim ()		Não ()		
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 		X			
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.	X				
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
biodegradáveis).					
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 		X			
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
Considerações Gerais: Consolidado					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CR PONTA

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 	X				
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	X				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 				X	
	Sim ()		Não (X)		
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	X				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	X				
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR VALE DO JAVARI - UG – 194007

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.			X		
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 		X			
Considerações Gerais:					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

QUADRO 9.1.1 – GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CR NORTE DO MATO GROSSO (COLÍDER) - UG – 194036

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1- A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 	X				
2- Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3- A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4- Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 	X				
5- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? 				X	
6- No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 			X		
	O procedimento será adotado nas				

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis	próximas licitações.				
7- No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 				X	
	Sim ()		Não (X)		
8- Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 				X	
	Há reutilização dos suprimentos de impressoras, como cartuchos e tonners. Como a demanda anual apresentada pela CR e suas CTL's ficam abaixo do limite de dispensa previsto no Art. 24, inciso II da Lei 8666/93, não é feita licitação.				
9- Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10- Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11- Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
12- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 				X	
	Reuniões periódicas.				
13- Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
Considerações Gerais:					
<ol style="list-style-type: none"> Quanto ao questionamento 01, 02 e 04, informamos que esta Regional não adota os critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações, conforme expresso no art. 5º da IN n 01/2010/SLTI/MP. Isso, em decorrência do tema em comento ser recente, carecendo de treinamento específico aos servidores envolvidos nos processos licitatórios, a fim de que estes imbuídos de conhecimento legal e técnica adequada possam adotar futuramente os critérios mencionados, sem ferir o art. 3º, §1º, inciso I da Lei 8666/93 e legislação correlata. Não obstante, na maioria das licitações realizadas por esta Regional há o comparecimento ínfimo de licitantes interessados, e grande parte deles atende aos requisitos mínimos exigidos pelo art. 27 da Lei 8666/93. Ainda, sem a compreensão exata do mercado disponível poderíamos frustrar a competitividade do certame, vindo até mesmo a ser deserta a pretensa licitação. Ao que se refere ao questionamento 03, esclarecemos que os itens de limpeza são de responsabilidade da empresa terceirizada contratada para a prestação de serviços de limpeza e higienização do prédio desta CR e CTL's, tendo sido anotado no instrumento convocatório a responsabilidade da empresa em adotar boas práticas de aproveitamento de recursos/redução de desperdícios/menor poluição, tais como: <ol style="list-style-type: none"> Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes; Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água; 					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
d) Treinamento/capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdício/poluição; e) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação; f) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (água de chuva, poços cuja água certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros); g) Desenvolver adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; h) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica; 4. Ao questionamento 10, esclarecemos que esta Regional não necessitou de realizar projeto básico ou executivo para a contratação de obras e serviços de engenharia, logo não houve a possibilidade de aplicação dos quesitos trazidos no bojo desta questão.					
<p>Por fim, ressaltamos o comprometimento dos servidores envolvidos nos procedimentos licitatórios desta CR, na busca da aplicação efetiva do arcabouço jurídico que trata no tema trazido a baila, contudo não podemos enveredar pelo mesmo sem o necessário conhecimento de aplicação, sob pena estar prejudicando o caput do art. 3º da Lei Geral de Licitações e Contratos.</p>					

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

Obs.:As Coordenações Regionais, abaixo, não enviaram relatório de gestão:UG 194029 – CR Xavante (Barra do Garça); UG 194031 – CR Xingu; UG 194074 – CR do Maranhão (Imperatriz)

9.2 CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

*Valores em R\$
1,00*

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	7.500	-	6.000	61.500,00	-	52.560,00
Água	18.523	21.228	20.633	286.918,67	305.876,28	269.903,30
Energia Elétrica	885.415	890.595	823.618	405.939,77	390.195,47	361.881,43
			Total	754.358,44	696.071,75	684.344,73

Fonte: Fonte: Serviço de Almoxarifado da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio - SEAL/CCCOMP e Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística - SEAPRE/COAL/Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL

QUADRO 9.2.1– CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - COORDENAÇÃO REGIONAL DO

BAIXO TOCANTINS (MARABÁ) - UG – 194011

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	50	50	45	650,00	550,00	450,00
Água (m³)	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica (KW/H)	6.637	6.450	5.940	20.607,66	20.027,03	18.443,50
			Total	21.257,66	20.577,03	18.893,50

Fonte: Coordenação Regional do Baixo Tocantins.

* Informa que utiliza poço artesiano.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PAULO AFONSO - UG – 194018

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	924	900	810	11.088,00	10.800,00	9.720,00
Água (m³)	27,65	24,26	20,15	3.678,73	2.797,67	1.834,33
Energia Elétrica (KW/H)	23,073	24,452	22,851	14.784,63	17.514,29	11.520,34
			Total	29.551,36	31.111,96	23.074,67

Fonte: Coordenação Regional de Paulo Afonso.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO - UG – 194019

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Auto Gestão para Sustentabilidade da Coordenação Regional MG-ES	2011			Redução real de consumo conforme descrição abaixo.		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	137	219	216	1.653,45	2.526,44	2.434,14
Água (m³)	888*	125	388	4.027,04*	501,78	1.750,43
Energia Elétrica (KW/H)	41.665*	39.585	36.36	19.020,13*	18.070,88	16.599,25
			Total	24.700,62	21.099,10	20.783,82

Fonte: Coordenação Regional de Minas Gerais e Espírito Santo.

* Informa que o aumento em 2012 se deve à instalação de seis novas Coordenações Técnicas Locais.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO - UG – 194027

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		

Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	500	482	423	5.000,00	4.820,00	4.230,00
Água (m³)	150	147	76	5.662,90	5.225,62	2.788,97
Energia Elétrica (KW/H)	31.200	34.560	28.670	25.125,48	28.708,24	21.004,98
			Total	35.788,38	38.753,86	28.023,95

Fonte: Coordenação Regional de Passo Fundo.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA - UG – 194042

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	140	130	130	2.100,00	1.885,50	1.820,00
Água (m³)	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica (KW/H)	15.600	13.320	12.000	8.510,07	6.329,88	5.372,69
			Total	10.934,07	8.569,12	7.436,32

Fonte: Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DO MÉDIO PURUS - UG – 194048

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	310	170	*	4.884,00	2.494,95	-
Água (m³)	**	-	-	-	-	-
Energia Elétrica (KW/H)	13.353,25	7.298,02	*	4.418,19	2.213,78	-
			Total	9.302,19	4.708,73	-

Fonte: Coordenação Regional do Médio Purus.

* UG criada no exercício de 2011.

** Na sede da CR Médio Purus e das CTL's não é utilizado o sistema de água público. A água utilizada é proveniente de poço artesiano, gerando impactos nos gastos com energia elétrica.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE INTERIOR SUL - UG – 194061

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	366	291	530	3.511,00	3.088,50	5.612,35
Água (m³)	980	703	2.039	4.044,24	2.563,05	3.924,88
Energia Elétrica (KW/H)	59.854	73.617	76.757	26.948,38	31.446,07	32.124,27
			Total	34.503,62	37.097,62	41.661,50

Fonte: Coordenação Regional de Interior Sul.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE NORDESTE I (MACEIÓ) - UG – 194077

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	-	-	500	-	-	4.985,50
Água (m³)	594	698	1003	11.356,86	10.944,94	13.325,57
Energia Elétrica (KW/H)	107.420	101.528	124.793	49.965,14	83.950,56	127.445,24
			Total	61.322,00	94.895,50	145.756,31

Fonte: Coordenação Regional de Nordeste I.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ - UG – 194085

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	318	300	20	3.049,62	3.000,00	248,00
Água (m³)	720	634	-	2.515,59	2.213,00	-
Energia Elétrica (KW/H)	43.547	73.998	1.552	17.643,61	29.289,02	518,24
			Total	23.201,89	34.502,02	766,24

Fonte: Coordenação Regional de Ponta Porã.

QUADRO 9.2.1 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA - FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL VALE DO JAVARI - UG – 194007

Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
-	-			-		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor (R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel (resmas)	160	38	28	2.400,00	580,00	420,00
Água (m³)	-	-	-	-	-	-
Energia Elétrica (KW/H)	24.948	4.299,55	9.905	8.521,03	3.868,11	4.747,68
			Total	10.921,03	4.448,11	5.167,68

Fonte: Coordenação Regional de Vale do Javari.

* Informa que em Atalaia do Norte não há cobrança de tarifa de água.

Análise Crítica:

Conforme informações prestadas pelas Unidades Gestoras discriminadas.

(*) Não apresentaram as informações para o relatório de gestão as Coordenações Regionais do Maranhão/UG **194074**, Xavante/UG **194029** e Xingu/UG **194031**.

(*) A Coordenação Regional Ribeirão Cascalheira/UG 104042, não prestou informação referente ao consumo de água.

(**) Coordenações Regionais Norte do Mato Grosso /UG **194036** não prestou suas informações de acordo com o quadro solicitado, não sendo possível consolidar.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS**10.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO****10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício****QUADRO 10.1.1.1 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO**

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	08620.051772/2012-66	4439/2012 - TCU - 2ª Câmara	9.8.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Ressarcimento ao erário dos valores relativos ao veículo acidentado Kombi, placa HQH-1946 - Processo 08752.000.493/2003 - DV, que redundou em processo administrativo disciplinar contra o servidor Vacilio Elias (item 9.6 do Acórdão 664/2008- Plenário);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Corregedoria					
Síntese da Providência Adotada					
Instaurada Sindicância Administrativa através da Portaria nº 241 de 02/05/2012- Concluído o trabalho o processo foi julgado conforme Julgamento nº 52/2012					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Apliacia penalidade de advertência que por esta prescrita restou o registro na Ficha Funcional do servidor. Pelo Despacho nº 341 de 24/07/2012 encaminhado para a DAGES para efeito de ressarcimento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Sem Comentários					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	08620.051772/2012-66	4439/2012 - TCU - 2ª Câmara	9.8.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Conclusão da sindicância relacionada ao Processo Funai 08769.000024/2010-DV, para cumprimento do item 9.3 do Acórdão 766/2008 - Plenário;					

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Corregedoria	
Síntese da Providência Adotada	
Instauração de PAD, através da Portaria nº 222 de 16/05/2011. Concluido os trabalhos foi julgado pelo Julgamento nº 84, concluindo pelo arquivamento dos processo por insuficiência de provas.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Pelo Despacho nº 473 de 25/11/2011, publicado na mesma data procedeu-se o arquivamento	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Sem comentários.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	08620.051773/2012-19	4254/2012 - TCU - 2ª Câmara	9.4	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que apresente ao Tribunal, no próximo Relatório da Gestão 2012, de forma circunstanciada, resultado conclusivo sobre o cumprimento do subitem 1.5.1.3 do Acórdão n. 6.584/2009 - TCU - 1ª Câmara.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
Síntese da Providência Adotada					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
OBSERVAÇÃO: O processo encontra-se em fase de instrução.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	08620.051774/2012-55	3.841/2012 - TCU - 2ª Câmara	1.5.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG

Fundação Nacional do Índio	00173
Descrição da Deliberação	
Determinar à Fundação Nacional do Índio que: 1.5.1.1. elabore normativo estabelecendo o nível de equivalência das atividades a serem cumpridas por colaboradores eventuais, na forma prescrita no art. 10, § 1º, do Decreto 5.992/2006.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Corregedoria da Funai	
Síntese da Providência Adotada	
Emissão da Portaria 1.265, de 03 de outubro de 2012, publicada no DOU em 09 de outubro de 2012.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
OBS: O Processo não ingressou na Unidade Correcional. Segundo MJDOC esta na Auditoria Interna desde 06/07/2012.	

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5		8.556/2012 - TCU - 2ª Câmara	9.3	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262, caput, do Regimento Interno do TCU.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SEAPEN					
Síntese da Providência Adotada					
Foi providenciada a exclusão dos beneficiários de pensão civil por motivo de óbito da aposentada ZENAIDE RODRIGUES DA SILVA, em 10/12/2012, tendo em vista o Acórdão nº 8556/2012-TCU- 2ª Câmara. Informamos que foi encaminhado o Ofício nº130/CGGP/2013 ao TCU informando as providências adotadas. Foi encaminhado ato de cancelamento ao TCU via Sisacnet sob o nº10485406-09-2013-000007-9.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento no prazo.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Cumprimento no prazo.					

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6		7848/2012 – 2ª Câmara	9.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Nos termos do art. 6º, §1º, da Resolução TCU 206/2007, considerar legal e ordenar o registro do ato de aposentadoria de Wilma Correia de Melo, observando que, com o advento da Emenda Constitucional nº 70, de 29/3/2012, a interessada obteve o direito de ter seus proventos calculados com base no vencimento do cargo efetivo ocupado à data de sua aposentadoria por invalidez permanente, o que sanou a irregularidade identificada na versão original do ato submetido a esta Corte de Contas; nos termos do art. 6º, §1º, incisos I e II, da Resolução TCU 206/2007, determinar: à Fundação Nacional do Índio - FUNAI - que promova as devidas anotações nos assentamentos funcionais de Wilma Correia de Melo, de modo a incluir entre os fundamentos legais do respectivo ato de concessão de aposentadoria o art. 6ºA da Emenda Constitucional nº 41/2003, inserido pela Emenda Constitucional nº 70/2012.					
Providências Adotadas					
Sector Responsável pela Implementação					Código SIORG
SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES- SEAPEN					
Síntese da Providência Adotada					
A servidora foi aposentada, inicialmente, sem paridade, no entanto, após parecer da junta medica foi identificado que a servidora fazia jus a paridade, uma vez, que foi acometida de doença incapacitante desde 01/03/2002, apresentando continuamente atestados que culminou em sua aposentadoria em 30/6/2008. Sendo assim, foi providenciada a alteração do fundamento para regra de paridade, conforme o § 2º do artigo 47 da ON nº 03/2004/MPS/SPS. O ato foi analisado pela CGU/PR com parecer pela legalidade.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Manutenção do fundamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não altera aposentadoria nem a paridade da aposentada.					

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 10.1.2.1 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Aguardado resposta da Corregedoria

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	08620.051772/2012-66	4439/2012 - TCU - 2ª Câmara	9.8.3	DE	

Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação		Código SIORG
Fundação Nacional do Índio		00173
Descrição da Deliberação		
Apuração de responsabilidades quanto à inscrição indevida, por parte da então AER da Funai em Recife/PE, de restos a pagar no exercício de 2007, com pagamentos efetuados em 2008 a favorecidos que não participaram de processos licitatórios, conforme irregularidade originalmente apontada no item 3.1.8.6 do Relatório de Auditoria Anual de Contas 224610, da Secretaria Federal de Controle Interno;		
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento:		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
OBS: O Processo encontra-se em fase de instalação de instrução, tendo em vista a quantidade de processos em apuração na instituição e o quantitativo de pessoal envolvido nesta atividade.		

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	08620. 051853/2012-66	2.255/2012 - TCU – Plenário	1.7.1	DE	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Fundação Nacional do Índio					00173
Descrição da Deliberação					
Determinar à Fundação Nacional do Índio que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, proceda à adequação na distribuição de seus cargos DAS 1, 2 e 3, como forma de harmonizá-la aos ditames da Lei 8.460/1992, informando a este tribunal, por ocasião da apresentação do Relatório de Gestão 2012, o resultado das providências adotadas.					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Diretoria de Admissão e Gestão – DAGES/FUNAI					
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
A FUNAI está cumprindo a determinação exarada no referido Acórdão, efetuando de forma gradativa a exoneração de servidores sem vínculo dos cargos de DAS 1, substituindo-os por servidores efetivos. Tal medida tem sido enfrentada de maneira que não sejam gerados prejuízos à Administração, principalmente no tocante ao atendimento aos povos indígenas. Desde dezembro de 2012, as nomeações de servidores sem vínculo estão suspensas. Foi implantado um controle junto à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas da Diretoria de Administração e Gestão, no intuito de efetuar o monitoramento das nomeações, com vistas ao cumprimento da determinação legal.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Foi expedido pela Diretoria de Administração e Gestão Memorando-Circular nº 12/2013, que expõe a determinação do TCU no que concerne à regularização da situação funcional dos ocupantes dos cargos em comissão, a fim de que as Unidades Regionais e demais Diretorias acompanhem e controlem as novas indicações para nomeação de não servidores de carreira.					

Vale ressaltar que a Fundação Nacional do Índio tem se empenhado para efetivar nomeações, desde dezembro de 2012, de servidores efetivos e que as nomeações de DAS I para servidores sem vínculo foram suspensas até que o número de cargos em comissão ocupados por não servidores diminua e esteja dentro da média permitida pela Lei 8.460/1992.

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício

QUADRO 10.1.3.1 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203649	3.1.4.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle reiterando aos Órgãos Cessionários a solicitação de informação do valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, promovendo a inclusão no SIAPE dos valores eventualmente percebidos pelos servidores cedidos pela Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio - CGGP			00173
Síntese da Providência Adotada			
Esta Fundação notificou os Órgãos cessionários a prestar informações sobre o valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recebida as informações as mesmas foram registradas e implementadas no Sistema SIAPE			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A manifestação dos Órgãos cessionários realizou-se de maneira tempestiva o que possibilitou os devidos lançamentos no SIAPE			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	201203649	3.1.5.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Estabelecer cláusula relativa à duração de contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 adstringindo à vigência dos respectivos créditos orçamentários (excetuando-se aqueles contratos cujos produtos estão previstos no PPA, aos serviços de natureza contínua, a locação de equipamentos e utilização de programas de informática).</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.</p> <p>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Providência implementada. Está sendo observada a regra do art. 57, caput, da Lei 8.666/93, relativamente ao prazo de vigência dos contratos com cláusula específica nos instrumentos contratuais pertinentes, quanto à vigência do contrato adstrita aos respectivos créditos orçamentários.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203649	3.1.5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Entidade, em especial no que se refere ao bom andamento dos processos licitatórios, com seu adequado planejamento e a adoção de todas as cautelas possíveis na elaboração e aprovação dos documentos que instruem o procedimento de licitação, de forma a estarem adequados ao objeto que se pretende contratar e com as exigências dispostas na Lei nº 8.666/93, em outras normas relacionadas à contratação, em especial quanto à contratação direta para atender as necessidades emergenciais.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Licitações da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPROL/CCCOMP/CGRL.			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Por meio da Portaria nº. 117/DAGES, de 14.02.2012, publicada no DOU em 16.02.2012, esta Fundação determinou às unidades organizacionais responsáveis pela realização de licitações para contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, inclusive nos casos em que tais operações sejam feitas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a adoção, como norma de referência em todas as fases dos respectivos procedimentos, a publicação “LICITAÇÕES & CONTRATOS – Orientações e Jurisprudência do TCU” (Anexo II).</p> <p>A referida portaria foi levada ao conhecimento de todas as unidades que compõem a Funai, por meio do Memorando Circular nº 282/2012-DAGES/FUNAI, de 23.03.2012, para adoção e ainda, acompanhada de três cartilhas da Controladoria Geral da União com as orientações sobre “Licitações e Contratos Administrativos”, “Sistema de Registro de Preços” e “Diárias e Passagens”.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201203649	3.1.5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 2: Submeter previamente as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes ao exame da assessoria jurídica da Administração, em cumprimento ao parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos CCCOMP/CGRL.			
Síntese da Providência Adotada			
<p>Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.</p> <p>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e todas as contratações seguem os procedimentos recomendados, inclusive as eventuais emergenciais. Observamos ainda, que são submetidas ao exame da Procuradoria Federal Especializada as minutas de editais e contratos, previamente, à autorização do ordenador de despesas.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Todas as contratações passam pelo exame da Procuradoria Federal Especializada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	201203649	3.1.5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Apurar responsabilidade quanto aos erros cometidos na elaboração do Termo de Referência para a contratação emergencial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Corregedoria da Funai			
Síntese da Providência Adotada			
Foi autuado o Processo nº 08620.021.289/2012-57, e instaurada Sindicância por meio da Portaria nº 28/2012/CORREGEDORIA, que ao final dos trabalhos a Comissão sugeriu a instauração de PAD. O processo encontra-se no rol de procedimentos aguardando instauração.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Os fatos foram apurados através de Sindicância, e no Relatório final a Comissão sugere a instauração de PAD.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A não instauração do citado PAD até a presente data deve-se a três fatores interligados: a) ao grande número de processos mais antigos e carentes de instauração, com risco de prescrição. b) a falta de servidores capacitados para atuarem em Processos Disciplinares; c) dificuldade de liberação por suas chefias imediatas para servidores comporem comissões disciplinares.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	00190028541/2011-73	2.1.1.1	Ofício nº 36053/2012/DCOPE/DC/SFC/C

			GU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Apurar responsabilidade em relação ao processo de dispensa de licitação emergencial em decorrência de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - indícios de montagem processual para contratação de serviços de limpeza e conservação; - ausência de caracterização da situação de emergência que deu origem ao processo de dispensa de licitação. 			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Corregedoria da Funai			
Síntese da Providência Adotada			
<p>A descrição da Recomendação contida neste item é insuficiente para que esta Corregedoria localize com exatidão qualquer procedimento disciplinar em nossos arquivos, porém correndo vistas no Processo nº 08620.021.289/2012-57, citado na Recomendação 03, item nº 3.1.5.2, entendemos que provavelmente estes fatos sejam conexos e presentes no mesmo processo.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	00190028541/2011-73	2.1.1.1	Ofício nº 36053/2012/DCOPE/DC/SFC/C GU-PR
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173

Descrição da Recomendação	
<p>Recomendação 2: Apurar responsabilidade em relação ao Pregão Eletrônico nº 04/2010 em decorrência de:</p> <ul style="list-style-type: none"> - descumprimento do prazo de 05 (cinco) dias úteis para decisão sobre os recursos administrativos, previsto no § 4º do artigo 109 da Lei 8.666/93; - anulação do certame licitatório sem o cumprimento dos requisitos constantes no artigo 49 da Lei 8.666/93. 	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Corregedoria da Funai	
Síntese da Providência Adotada	
Foi autuado pela Corregedoria o Processo nº 08620.078385/2012-77, que tem por finalidade apurar possíveis irregularidades constatadas em Relatório de Demandas especiais da CGU (fraude em dispensa de licitação), (irregularidade no Pregão nº 04/2010), na Regional de Ponta Porã-MS. O referido processo está no rol de procedimentos aguardando instauração.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Autuado o processo nº 08620.078.385/2012-77, que aguarda instauração.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A demanda contida neste item chegou ao conhecimento desta Corregedoria em dezembro de 2012. A não instauração do citado PAD até a presente data deve-se a três fatores interligados: a) ao grande número de processos mais antigos e carentes de instauração, com risco de prescrição. b) a falta de servidores capacitados para atuarem em Processos Disciplinares; c) dificuldade de liberação por suas chefias imediatas para servidores comporem comissões disciplinares.	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Oordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203649	3.1.5.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Estabelecer cláusula relativa à duração de contratos regidos pela Lei nº 8.666/93 adstringindo à vigência dos respectivos créditos orçamentários (excetuando-se aqueles contratos cujos produtos estão previstos no			

PPA, aos serviços de natureza contínua, a locação de equipamentos e utilização de programas de informática).	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.	
Síntese da Providência Adotada	
Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.	
A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Providência implementada. Está sendo observada a regra do art. 57, caput, da Lei 8.666/93, relativamente ao prazo de vigência dos contratos com cláusula específica nos instrumentos contratuais pertinentes, quanto à vigência do contrato adstrita aos respectivos créditos orçamentários.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	201203649	3.1.5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aperfeiçoar os mecanismos de controles internos administrativos estabelecidos na Entidade, em especial no que se refere ao bom andamento dos processos licitatórios, com seu adequado planejamento e a adoção de todas as cautelas possíveis na elaboração e aprovação dos documentos que instruem o procedimento de			

licitação, de forma a estarem adequados ao objeto que se pretende contratar e com as exigências dispostas na Lei nº 8.666/93, em outras normas relacionadas à contratação, em especial quanto à contratação direta para atender as necessidades emergenciais.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Licitações da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPROL/CCCOMP/CGRL.	
Síntese da Providência Adotada	
<p>Por meio da Portaria nº. 117/DAGES, de 14.02.2012, publicada no DOU em 16.02.2012, esta Fundação determinou às unidades organizacionais responsáveis pela realização de licitações para contratação de obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações, inclusive nos casos em que tais operações sejam feitas mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, a adoção, como norma de referência em todas as fases dos respectivos procedimentos, a publicação “LICITAÇÕES & CONTRATOS – Orientações e Jurisprudência do TCU” (Anexo II).</p> <p>A referida portaria foi levada ao conhecimento de todas as unidades que compõem a Funai, por meio do Memorando Circular nº 282/2012-DAGES/FUNAI, de 23.03.2012, para adoção e ainda, acompanhada de três cartilhas da Controladoria Geral da União com as orientações sobre “Licitações e Contratos Administrativos”, “Sistema de Registro de Preços” e “Diárias e Passagens”.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OO rde m	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	201203649	3.1.5.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Submeter previamente as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos,			

convênios ou ajustes ao exame da assessoria jurídica da Administração, em cumprimento ao parágrafo único, do artigo 38, da Lei nº 8.666/93.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

Código SIORG

Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos CCCOMP/CGRL.

Síntese da Providência Adotada

Acatada a recomendação, foi encaminhado Memorando Circular às Coordenações Regionais e outro à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.

A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e todas as contratações seguem os procedimentos recomendados, inclusive as eventuais emergenciais. Observamos ainda, que são submetidas ao exame da Procuradoria Federal Especializada as minutas de editais e contratos, previamente, à autorização do ordenador de despesas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Todas as contratações passam pelo exame da Procuradoria Federal Especializada.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

--

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 11.1.4.1 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203649	3.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os controles internos da Entidade, priorizando a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, a fim de cumprir o disposto no Decreto nº 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE/DAGES			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A pendência foi equacionada com publicação da Portaria nº 116/DAGES, de 27 de março de 2013, publicada na Separata do Boletim de Serviços nº 06, de 27/03/2013, que institui a Carta de Serviço ao Cidadão no âmbito da Funai.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203649	3.1.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controles internos da Unidade, reavaliando os bens imóveis e atualizando os registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPAT/CCCOMP/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na sede foi adotada a providência, com a reavaliação dos bens imóveis e atualização dos registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI, contudo, as Coordenações Regionais encontram-se em procedimentos de regularização dos imóveis, tendo em vista inúmeras dificuldades, desde à obtenção das senhas do SPIUnet junto à Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados à se realizar as avaliações dos imóveis e a carência de servidores.</p> <p>Encaminhado Memorando Circular nº 646, de 14.09.2012, às Coordenações Regionais, Museu do Índio e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, com orientações e determinando providências no sentido de solicitar as senhas necessárias à Superintendência do Patrimônio da União para acesso ao sistema SPIUNET, bem assim regularizar o registro e atualizações dos valores dos imóveis sob suas responsabilidades.</p> <p>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio e ao Serviço de Patrimônio (Memorando 240/CGRL, 19.09.2012) e os imóveis na Sede, foram reavaliados e atualizados os registros cadastrais no SPIUnet.</p> <p>No que pertine às terras indígenas, informamos que a Diretoria de Proteção Territorial–DPT, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários–CGAF, em sua área de atuação, promove o cadastro das terras indígenas demarcadas no referido sistema a partir do registro imobiliário no cartório da comarca pertinente, para fins de expedição da certidão de cadastro pela Superintendência Regional do Patrimônio da União, nas diversas Unidades da Federação, gerando o Registro Imobiliário Patrimonial–RIP.</p> <p>Quanto à atualização dos valores das terras indígenas, conforme os Registros Imobiliários Patrimoniais–RIP cadastrados, consoante orientado no Memorando Circular DAGES/DPT, deverão ser adotadas as mesmas providências pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI, no sentido de solicitar e acompanhar junto à Superintendência do Patrimônio da União no seu Estado, senha de acesso ao Sistema SPIUnet, para servidores lotados naquela Unidade Gestora, com perfil que permita o registro e atualização dos Bens Imóveis de Uso Especial.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	201203649	3.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aperfeiçoar os mecanismos de controle no que se refere à implantação tempestiva dos descontos relativos às faltas dos servidores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A recomendação foi acatada a partir da elaboração do projeto de descentralização das ações relativas aos dados dos servidores. Para tanto, no novo regimento interno foi contemplada a criação dos Núcleos de Recursos Humanos. O projeto encontra-se em fase de implementação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Fator Positivo: Foi demandada pela CGGP a criação do módulo de registro e controle de frequência no Sistema de Recursos Humanos. O sistema está em fase de teste conduzido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201203649	3.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Fundação Nacional do Índio	00173
Descrição da Recomendação	
Recomendação 2: Providenciar a reposição ao erário relativa aos Servidores de Matrículas nºs 444363, 1821941 e 444435.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio - CGGP	00173
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>A curadora especial do ex-servidor de matrícula nº 444363 foi notificada, mas não restituiu o erário. A mesma entrou com recurso e o processo que trata do assunto foi encaminhado para Procuradoria Federal Especializada-PFE, que restituiu à Coordenação de Contabilidade para atualização de valor e inscrição no CADIN, devendo a curadora ser notificada novamente nos termos do artigo 37A, da Lei 10.522/2002, combinado com Artigo 61 da Lei 9.430/96; atualmente o processo encontra-se em tramitação para a Unidade Administrativa competente.</p> <p>O servidor de matrícula nº 1821941, que encontra-se em regime de prisão semiaberto, foi notificado do débito no dia 05/11/2012, mas não quitou o débito, desta forma, o processo está sendo encaminhado à Procuradoria Federal Especializada para manifestação quanto a inscrição no CADIN.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Houve dificuldade para notificar o servidor de matrícula 1821941 , tendo em vista os trâmites burocráticos adotados pelo Centro de Ressocialização de Araçatuba.	

Unidade Jurisdicionada				
Denominação Completa			Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio			00173	
Recomendações do OCI				
Recomendações Expedidas pelo OCI				
OO	Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55		201203649	3.1.4.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio			00173	
Descrição da Recomendação				
Recomendação 6: Verificar se os demais registros de ocorrência de faltas foram devidamente lançados no cadastro e na folha de pagamentos, em especial para os oriundos da Coordenação Regional de Campo Grande/MS.				
Providências Adotadas				

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio - CGGP	00173
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A recomendação foi acatada e está sendo cumprida, inclusive os lançamentos relativos à Coordenação Regional de Campo Grande estão normalizados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Fatores positivos: Foi demandada pela CGGP a criação do módulo de registro e controle de frequência no Sistema de Recursos Humanos. O sistema está em fase de teste conduzido pela Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201203649	3.1.4.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle reiterando aos Órgãos Cessionários a solicitação de informação do valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança, promovendo a inclusão no SIAPE dos valores eventualmente percebidos pelos servidores cedidos pela Entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Esta Fundação notificou os Órgãos cessionários a prestar informações sobre o valor da remuneração percebida a título de exercício de cargo em comissão ou função de confiança. Recebida as informações as mesmas são registradas e implementadas no Sistema SIAPE			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A manifestação dos Órgãos cessionários realizou-se de maneira tempestiva o que possibilitou os devidos			

lançamentos no SIAPE.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	201203649	3.1.6.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente, exigindo que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura.” Os referidos documentos deverão compor o Processo de Pagamento, devendo a fiscalização mensal ser feita antes do pagamento da fatura.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede a Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e à Coordenação de Administração e Logística (anterior Coordenação de Serviços Gerais – Memorando 236/CGRL, 27.09.2012). Foi amplamente divulgada a recomendação, aos fiscais dos contratos, para que promovesse o registro da execução, em planilhas mensais, de acordo com as orientações constantes do ANEXO IV, da INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG/SLTI Nº 2, de 30 de Abril de 2.008, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993 (Anexos XIX e XXI). Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.001316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30/04/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
88	201203649	3.1.6.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 2: Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de forma a estabelecer no Contrato nº 191/2007, bem como quando da celebração dos próximos contratos, as atribuições dos fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada alinhadas com o conteúdo dos artigos 31 a 35 e do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/2008, especialmente quanto à elaboração das planilhas resumo e mensal, de forma a evitar a condenação da Administração Pública na esfera trabalhista por falhas na gestão contratual, bem como obter uma execução contratual sem o acarretamento de prejuízo ao Erário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).</p> <p>Foi incluída cláusula específica em nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados, as atribuições dos fiscais de contrato, inclusive estão sendo elaboradas e apresentadas as planilhas resumo e mensal, consoante recomendado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203649	3.1.6.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Promover estudos visando otimizar os postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades da Entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana, conforme item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 1753/2008 – Plenário.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Foi elaborada Nota Técnica com proposta de readequação e redução de postos de trabalho, que foi realizada a partir de 15.11.2012, visando otimizar os postos de vigilância de forma a extinguir aqueles que não estavam se mostrando essenciais, foi realizada a supressão de 04 (quatro) postos de trabalho em regime de escala de 12x36 diurnos, bem como a readequação de 02 (dois) postos em regime de escala 12x36 diurnos para 02 postos de trabalho em regime de escala 5x12, tendo sido a empresa informada a respeito da redução contratual, consoante Ofício nº. 283/DAGES, de 23.07.2012. Contudo, com a mudança da sede da FUNAI para outro edifício e a transferência parcial de bens patrimoniais a partir do mês de dezembro/2012 foi necessário voltar ao “status quo” de modo a manter postos de vigilância nos dois edifícios, tendo sido acordado com a empresa contratada. Assim foram eliminados dois postos 12X36 e readequados dois para 44 horas semanais. Desse modo, estão mantidos 06 postos em escala 12x36 e 02 postos de 44 horas semanais, no atual prédio e 03 postos 12X36 e 01 posto 44 horas semanais no novo edifício sede. Não há quantitativo de postos excessivos no contrato, sendo mantido o mínimo suficiente para atender aos dois edifícios, até a conclusão da transferência da sede da FUNAI. Cabe informar que está sendo elaborado novo estudo para a contratação de vigilância para nova sede.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173
Recomendações do OCI	

Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOorde m	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
110	201203649	3.1.6.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Fortalecer os mecanismos de controles internos administrativos, formando servidores para o desempenho de atividades de elaboração de estudos de viabilidade para a contratação de mão-de-obra terceirizada, em especial para a prestação de serviços de vigilância.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística, contudo a formação de servidores para atividade de elaboração de estudos de viabilidade para contratação de mão-de-obra especializada, implica em alguns conhecimentos pré-existentes de segurança relativos ao assunto. Entretanto os servidores vêm buscando informações básicas para suporte do estudo das necessidades do órgão para tal contratação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A especificidade quanto à análise de riscos, internos e externos, condições de vulnerabilidade da operação de segurança patrimonial, especialmente, exigem amplo conhecimento técnico de especialistas que trabalham no ramo da segurança.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203649	3.1.6.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Envidar esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento dos servidores, para que estes			

promovam os controles internos administrativos necessários que garantam observância aos dispositivos legais quanto à execução dos contratos administrativos celebrados com a FUNAI, em especial para os de prestação de mão-de-obra terceirizada.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística tais como: Licitação e Contratos Administrativos, à distância – treinamento virtual e presenciais de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimento; Gestão e Fiscalização de Contratos; Formação e atualização em Licitações e Contratos; Formação de Pregoeiros, Elaboração de Editais; Registro de Preços; Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimentos; Melhores Práticas em Elaboração e Avaliação de Planilhas de Formação de Custos em Contratos de Locação de Mão-de-obra e Contratação de Serviços na Administração Pública.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
112	201203649	3.1.6.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Aprimorar os controles internos administrativos da Unidade de forma a designar, quando da celebração dos próximos contratos, servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, consignando as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, na portaria de nomeação do servidor ou então publicar ato administrativo - portaria, resolução ou instrução, que disponha de todas as atividades relacionadas à função, de forma a garantir o cumprimento das obrigações avençadas pela contratada, e, conseqüentemente, obter uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário, consoante ao contido nos Acórdãos TCU nºs 2.632 e 468/2007, ambos Plenário.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Acatada a recomendação. Informamos que encontra-se na fase final de elaboração o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.001316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes. Quando da celebração dos contratos é designado, por portaria da Diretoria de Administração e Gestão, o servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93. As atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, estão incluídas em cláusula específica nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados. O Fiscal de Contrato designado recebe do Setor de Contratos, cópia da portaria que o designou, do contrato e das “Orientações Básicas para Fiscais de Contrato” elaboradas pelo Serviço de Contratos.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
113	201203649	3.1.6.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Adotar as providências necessárias para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma tempestiva e efetiva, com o devido atendimento às disposições contidas no Anexo IV da IN nº 02/MPOG/2008, quando da celebração de contratos de prestação de serviços, e ainda, incluir no processo os Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização ou documentos equivalentes que mencionem todas as ocorrências sobre a execução do Contrato nº 191/2007, conforme Cláusula Nona – Do Acompanhamento e da Fiscalização e art. 67, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			

Justificativa para o seu não Cumprimento
<p>O contrato de que se cuida foi extinto em maio de 2012. Foram adotadas providências junto ao Ministério Público do Trabalho para o encerramento do contrato e pagas as rescisões contratuais com crédito retido da empresa pela própria Fundação Nacional do Índio.</p> <p>As recomendações em questão foram divulgadas no âmbito das Coordenações desta Fundação e adotadas providências de inclusão de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços relativamente à fiscalização e atribuições do fiscal, onde restou consignado que a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto nos §§4º e 5º do art. 34 da IN SLTI/MP nº. 02/2008, bem como, ao disposto no seu Anexo IV.</p> <p>Ademais, encontra-se em fase final de elaboração o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30/04/2013.</p>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
<p>Não ocorreram.</p>

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Instruir os autos do Processo com as apólices de seguro, relativa ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, de 01/06/2010 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Informamos que foi encaminhado Ofício à empresa locadora solicitando cópia da apólice de seguro e comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguros, que nos reportou informando que não trabalhava com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. A declaração da empresa não informa se os prêmios de seguro estavam sendo liquidados pela empresa ou</p>			

por terceiros. Cabe informar que esta Fundação procedeu à contratação de outro prédio e está em procedimentos de transferência de sua sede.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não ocorreram.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
115	201203649	3.1.6.6	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
--	---------------------

Fundação Nacional do Índio	00173
----------------------------	-------

Descrição da Recomendação

Recomendação 2:Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locadora relativo ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, 01/06/2010 a 31/05/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
--	---------------------

CGRL/DAGES	
------------	--

Justificativa para o seu não Cumprimento

A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro da Habitação-SFH e documentos (fls. 631 a 730).

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não ocorreram.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
116	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamento dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locatária, no caso da prorrogação da vigência relativa ao período de 31/05/2011 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato nº 110/2010.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
CGRL/DAGES			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro da Habitação-SFH e documentos (fls. 631 a 730).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
117	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			

Recomendação 4: Publicar na imprensa oficial os instrumentos de contratos e seus aditivos, condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao parágrafo único do art. 61 da citada Lei.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Análise de Contratos e Convênios da Coordenação de Contabilidade da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças – SEAC/CCONT/CGOF.	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Foi acatada a recomendação e esta Fundação tem procedido tal como determina a legislação. Não obstante, foi amplamente divulgada a recomendação, por meio do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012, à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos com determinação para adoção do recomendado.	
A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) com a determinação do contido na referida recomendação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 5: Formalizar o termo de contrato, independentemente da modalidade de licitação utilizada para contratação, sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento serviços, conforme preconizado no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material			

e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Esclarecemos que a Fundação-Sede regularmente cuida de formalizar os seus contratos, consoante disposições contidas no artigo 62, § 4º, da Lei nº. 8.666/93. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI (Memorando Circular nº 647) e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012).	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 6: Instruir os autos do Processo de locação de imóvel com toda a documentação pertinente, em atendimento ao estabelecido na Cláusula décima oitava do Termo de Contrato nº 110/2010.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Foram adotadas providências no sentido de juntar ao processo a documentação conforme recomendação. Documentos constantes às fls 02 a 13 (Contrato social e alteração contratual) e 318 a 443 (Certidões do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
220	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 7: Cumprir o rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóvel, instruindo o Processo com toda a documentação relativa aos estudos realizados para averiguação das características relevantes e determinantes do imóvel, quanto a localização, destinação, dimensão e edificação de maneira que fique comprovado que o imóvel a ser locado satisfaz o interesse da administração, em cumprimento ao estabelecido no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Acatada a recomendação. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos o cumprimento do rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóveis e ainda, para que os fiscais dos contratos observem a comprovação da regularidade fiscal das empresas contratadas e que os documentos comprobatórios sejam anexadas aos respectivos processos de pagamentos, consoante consta do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012 à Coordenação Geral de Recursos Logísticos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Fundação Nacional do Índio	00173
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
221	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 8: Efetuar o pagamento a Empresa contratada, mediante a confirmação da regularidade fiscal, por meio de consulta prévia ao SICAF, devendo o resultado ser impresso e juntado, também, aos autos do Processo próprio, em atendimento ao contido no item 8.8 da Instrução Normativa MARE-GM nº 5, de 21/07/1995, bem como ao Parágrafo Quarto da Cláusula Sexta - "Do Pagamento" do instrumento contratual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Financeira-COFIN/CGOF			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O fato em questão, ocorrido em fevereiro de 2011, conforme Ordem Bancária 2011OB800145, de 01/02/2011, referiu-se a quitação do aluguel do mês de janeiro de 2011 do imóvel onde funciona a Sede da Funai em Brasília/DF, que em de um lapso, não foi possível juntar ao respectivo processo a consulta ao SICAF.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não ocorreram.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
222	201203649	3.1.6.7	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade realizando os pagamentos referentes aos contratos celebrados somente mediante o cumprimento das obrigações da contratada conforme previsto no Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/MPOG/2008.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento	
O texto final do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Funai, que integra o Processo nº 08620.001316/2013-56., foi finalizado em março de 2013 encontrando-se na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE desta Fundação, para análise final do texto, para posterior publicação e divulgação junto a todas Unidades descentralizadas desta Fundação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Não ocorreram.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
223	201203649	3.1.6.8.	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controle da Entidade no que se refere à realização de fiscalização da execução contratual de forma tempestiva e efetiva.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CRGL/DAGES			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O aprimoramento dos mecanismos de controle da Funai serão aprimorados com publicação e divulgação junto a todas Unidades Descentralizadas da Fundação do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da Funai, cujo texto final foi finalizado em março de 2013 encontrando-se na Coordenação-Geral de Gestão Estratégica-CGGE desta Fundação, para análise final do texto.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não ocorreram.

CGGE

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	201203649	3.1.2.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os controles internos da Entidade, priorizando a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, a fim de cumprir o disposto no Decreto nº 6.932/2009.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio/CGGE			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Pendência equacionada com a publicação da Portaria nº 116/DAGES, 27 de março de 2013, na Separata do Boletim de Serviço nº 6, em 27 de março de 2013.			

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	201203649	3.1.3.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Aprimorar os mecanismos de controles internos da Unidade, reavaliando os bens imóveis e atualizando os registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Patrimônio da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEPAT/CCCOMP/CGRL.	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Na sede foi adotada a providência, com a reavaliação dos bens imóveis e atualização dos registros cadastrais junto ao SPIUnet e por consequência junto ao SIAFI, contudo, as Coordenações Regionais encontram-se em procedimentos de regularização dos imóveis, tendo em vista inúmeras dificuldades, desde à obtenção das senhas do SPIUnet junto à Gerências Regionais do Patrimônio da União nos Estados à se realizar as avaliações dos imóveis e a carência de servidores.</p> <p>Encaminhado Memorando Circular nº 646, de 14.09.2012, às Coordenações Regionais, Museu do Índio e Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, com orientações e determinando providências no sentido de solicitar as senhas necessárias à Superintendência do Patrimônio da União para acesso ao sistema SPIUNET, bem assim regularizar o registro e atualizações dos valores dos imóveis sob suas responsabilidades.</p> <p>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio e ao Serviço de Patrimônio (Memorando 240/CGRL, 19.09.2012) e os imóveis na Sede, foram reavaliados e atualizados os registros cadastrais no SPIUnet.</p> <p>No que pertine às terras indígenas, informamos que a Diretoria de Proteção Territorial–DPT, por meio da Coordenação Geral de Assuntos Fundiários–CGAF, em sua área de atuação, promove o cadastro das terras indígenas demarcadas no referido sistema a partir do registro imobiliário no cartório da comarca pertinente, para fins de expedição da certidão de cadastro pela Superintendência Regional do Patrimônio da União, nas diversas Unidades da Federação, gerando o Registro Imobiliário Patrimonial–RIP.</p> <p>Quanto à atualização dos valores das terras indígenas, conforme os Registros Imobiliários Patrimoniais–RIP cadastrados, consoante orientado no Memorando Circular DAGES/DPT, deverão ser adotadas as mesmas providências pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI, no sentido de solicitar e acompanhar junto à Superintendência do Patrimônio da União no seu Estado, senha de acesso ao Sistema SPIUnet, para servidores lotados naquela Unidade Gestora, com perfil que permita o registro e atualização dos Bens Imóveis de Uso Especial.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	201203649	3.1.6.1	

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG	
Fundação Nacional do Índio		00173	
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 1: Verificar na planilha-mensal o número de dias e horas trabalhados efetivamente, exigindo que a empresa apresente cópias das folhas de ponto dos empregados por ponto eletrônico ou meio que não seja padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura.” Os referidos documentos deverão compor o Processo de Pagamento, devendo a fiscalização mensal ser feita antes do pagamento da fatura.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG	
Na sede a Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos – COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado.</p> <p>A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) e à Coordenação de Administração e Logística (anterior Coordenação de Serviços Gerais – Memorando 236/CGRL, 27.09.2012).</p> <p>Foi amplamente divulgada a recomendação, aos fiscais dos contratos, para que promovesse o registro da execução, em planilhas mensais, de acordo com as orientações constantes do ANEXO IV, da INSTRUÇÃO NORMATIVA/MPOG/SLTI Nº 2, de 30 de Abril de 2.008, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993 (Anexos XIX e XXI). Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.1316/2013-56), visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Oordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

8	201203649	3.1.6.1	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 2: Aprimorar os mecanismos de controles internos administrativos da Unidade de forma a estabelecer no Contrato nº 191/2007, bem como quando da celebração dos próximos contratos, as atribuições dos fiscais de serviços terceirizados de natureza continuada alinhadas com o conteúdo dos artigos 31 a 35 e do Anexo IV da Instrução Normativa nº 02/2008, especialmente quanto à elaboração das planilhas resumo e mensal, de forma a evitar a condenação da Administração Pública na esfera trabalhista por falhas na gestão contratual, bem como obter uma execução contratual sem o acarretamento de prejuízo ao Erário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede a Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Está sendo adotado. Foi encaminhado Memorando à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012) com determinação para adoção do recomendado. A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012).</p> <p>Foi incluída cláusula específica em nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados, as atribuições dos fiscais de contrato, inclusive estão sendo elaboradas e apresentadas as planilhas resumo e mensal, consoante recomendado.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	201203649	3.1.6.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

<i>Fundação Nacional do Índio</i>		00173
Descrição da Recomendação		
Recomendação 1: Promover estudos visando otimizar os postos de vigilância, de forma a extinguir aqueles que não forem essenciais, substituir por recepcionistas aqueles que tenham como efetiva atribuição o atendimento ao público e definir diferentes turnos, de acordo com as necessidades da Entidade, para postos de escala 44h semanais, visando eliminar postos de 12 x 36h que ficam ociosos nos finais de semana, conforme item 9.1.3 do Acórdão TCU nº 1753/2008 – Plenário.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.		
Justificativa para o seu não Cumprimento		
Foi elaborada Nota Técnica com proposta de readequação e redução de postos de trabalho, que foi realizada a partir de 15.11.2012, visando otimizar os postos de vigilância de forma a extinguir aqueles que não estavam se mostrando essenciais, foi realizada a supressão de 04 (quatro) postos de trabalho em regime de escala de 12x36 diurnos, bem como a readequação de 02 (dois) postos em regime de escala 12x36 diurnos para 02 postos de trabalho em regime de escala 5x12, tendo sido a empresa informada a respeito da redução contratual, consoante Ofício nº. 283/DAGES, de 23.07.2012. Contudo, com a mudança da sede da FUNAI para outro edifício e a transferência parcial de bens patrimoniais a partir do mês de dezembro/2012 foi necessário voltar ao “status quo” de modo a manter postos de vigilância nos dois edifícios, tendo sido acordado com a empresa contratada. Assim foram eliminados dois postos 12X36 e readequados dois para 44 horas semanais. Desse modo, estão mantidos 06 postos em escala 12x36 e 02 postos de 44 horas semanais, no atual prédio e 03 postos 12X36 e 01 posto 44 horas semanais no novo edifício sede. Não há quantitativo de postos excessivos no contrato, sendo mantido o mínimo suficiente para atender aos dois edifícios, até a conclusão da transferência da sede da FUNAI. Cabe informar que está sendo elaborado novo estudo para a contratação de vigilância para nova sede.		

CGRL / CGGP

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	201203649	3.1.6.2	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: Fortalecer os mecanismos de controles internos administrativos, formando servidores para o			

<i>desempenho de atividades de elaboração de estudos de viabilidade para a contratação de mão-de-obra terceirizada, em especial para a prestação de serviços de vigilância.</i>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<i>Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística, contudo a formação de servidores para atividade de elaboração de estudos de viabilidade para contratação de mão-de-obra especializada, implica em alguns conhecimentos pré-existentes de segurança relativos ao assunto. Entretanto os servidores vêm buscando informações básicas para suporte do estudo das necessidades do órgão para tal contratação.</i>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<i>A especificidade quanto à análise de riscos, internos e externos, condições de vulnerabilidade da operação de segurança patrimonial, especialmente, exigem amplo conhecimento técnico de especialistas que trabalham no ramo de segurança.</i>	

CGRL/ CGGP

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	201203649	3.1.6.3	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<i>Recomendação 1: Envidar esforços no sentido de promover o aperfeiçoamento dos servidores, para que estes promovam os controles internos administrativos necessários que garantam observância aos dispositivos legais quanto à execução dos contratos administrativos celebrados com a FUNAI, em especial para os de prestação de mão-de-obra terceirizada.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral de Gestão de Pessoas			
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Foram realizados dez cursos de capacitação voltados para a área logística tais como: Licitação e Contratos Administrativos, à distância – treinamento virtual e presenciais de Gestão de Contratos de Serviços e Suprimento; Gestão e Fiscalização de Contratos; Formação e atualização em Licitações e Contratos; Formação de Pregoeiros, Elaboração de Editais; Registro de Preços; Fiscalização de Contratos Administrativos, Gestão de Materiais e Planejamento da Logística de Suprimentos; Melhores Práticas em Elaboração e Avaliação de Planilhas de Formação de Custos em Contratos de Locação de Mão-de-obra e Contratação de Serviços na Administração Pública.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	201203649	3.1.6.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 2: Aprimorar os controles internos administrativos da Unidade de forma a designar, quando da celebração dos próximos contratos, servidor responsável para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, consignando as atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, na portaria de nomeação do servidor ou então publicar ato administrativo - portaria, resolução ou instrução, que disponha de todas as atividades relacionadas à função, de forma a garantir o cumprimento das obrigações avençadas pela contratada, e, conseqüentemente, obter uma execução sem o acarretamento de prejuízo ao Erário, consoante ao contido nos Acórdãos TCU nºs 2.632 e 468/2007, ambos Plenário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Acatada a recomendação. Informamos que foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos (Processo nº 08620.1316/2013-56) visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013. Quando da celebração dos contratos é designado, por portaria da Diretoria de Administração e Gestão, o servidor responsável para			

acompanhar e fiscalizar a execução contratual, consoante disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93. As atribuições das atividades relacionadas à função de fiscalização de contratos, gerais e específicas, estão incluídas em cláusula específica nos novos contratos de prestação de serviços terceirizados. O Fiscal de Contrato designado recebe do Setor de Contratos, cópia da portaria que o designou, do contrato e das “Orientações Básicas para Fiscais de Contrato” elaboradas pelo Serviço de Contratos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	201203649	3.1.6.4	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
<p>Recomendação 3: Adotar as providências necessárias para que a fiscalização da execução contratual seja realizada de forma tempestiva e efetiva, com o devido atendimento às disposições contidas no Anexo IV da IN nº 02/MPOG/2008, quando da celebração de contratos de prestação de serviços, e ainda, incluir no processo os Relatórios de Acompanhamento/Fiscalização ou documentos equivalentes que mencionem todas as ocorrências sobre a execução do Contrato nº 191/2007, conforme Cláusula Nona – Do Acompanhamento e da Fiscalização e art. 67, Parágrafo 1º da Lei nº 8.666/93.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>O contrato de que se cuida foi extinto em Maio/2012. Foram adotadas providências junto ao Ministério Público do Trabalho para o encerramento do contrato e pagas as rescisões contratuais com crédito retido da empresa pela própria Fundação Nacional do Índio.</p> <p>As recomendações em questão foram divulgadas no âmbito das Coordenações desta Fundação e adotadas</p>			

providências de inclusão de cláusula específica nos contratos de prestação de serviços relativamente à fiscalização e atribuições do fiscal, onde restou consignado que a fiscalização contratual afeta à prestação dos serviços seguirá o disposto nos §§4º e 5º do art. 34 da IN SLTI/MP nº. 02/2008, bem como, ao disposto no seu Anexo IV.

Ademais, foi elaborado Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, visando ao controle, ao acompanhamento e à fiscalização do fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes, que estará em vigor a partir de 30.04.2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 1: Instruir os autos do Processo com as apólices de seguro, relativa ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, de 01/06/2010 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informamos que foi encaminhado Ofício à empresa locadora solicitando cópia da apólice de seguro e comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguros, que nos reportou informando que não trabalhava com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. A declaração da empresa não informa se os prêmios de seguro estavam sendo liquidados pela empresa ou por terceiros.			
Cabe informar que esta Fundação procedeu à contratação de outro prédio e está em procedimentos de			

<i>transferência de sua sede.</i>
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
<i>Fundação Nacional do Índio</i>			<i>00173</i>
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
<i>15</i>	<i>201203649</i>	<i>3.1.6.6</i>	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
<i>Fundação Nacional do Índio</i>			<i>00173</i>
Descrição da Recomendação			
Recomendação 2: <i>Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamentos dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locadora relativo ao período de vigência do Contrato nº 110/2010, 01/06/2010 a 31/05/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<i>A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e documentos (fls. 631 a 730)</i>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
<i>Fundação Nacional do Índio</i>	<i>00173</i>

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 3: Instruir os autos do processo com os comprovantes de pagamento dos prêmios de seguro contra danos físicos no imóvel de responsabilidade da locatária, no caso da prorrogação da vigência relativa ao período de 31/05/2011 a 30/11/2011, em atendimento a Cláusula Décima Sexta do Termo de Contrato nº 110/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A empresa locadora não trabalha com apólice individual por imóvel, e sim, que o seguro era averbado à Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e os riscos cobertos são os transcritos na Cláusula 3ª da Circular SUSEP nº 11 de 3 de dezembro de 1999. Consta juntada nos autos do Processo nº 08620.002904/2009-21 a Apólice de Seguro do Sistema Financeiro de Habitação- SFH e documentos (fls. 631 a 730)			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
OOrdem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			

Recomendação 4: Publicar na imprensa oficial os instrumentos de contratos e seus aditivos, condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93, em atendimento ao parágrafo único do art. 61 da citada Lei.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Na sede o Serviço de Análise de Contratos e Convênios da Coordenação de Contabilidade da Coordenação Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças – SEAC/CCONT/CGOF.	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Foi acatada a recomendação e esta Fundação tem procedido tal como determina a legislação. Não obstante, foi amplamente divulgada a recomendação, por meio do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012, à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos com determinação para adoção do recomendado.	
A Coordenação Geral de Recursos Logísticos solicitou a adoção das providências determinadas à Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio (Memorando 234/CGRL, 27.09.2012) com a determinação do contido na referida recomendação.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	201203649	3.1.6.6	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Fundação Nacional do Índio			00173
Descrição da Recomendação			
Recomendação 5: Formalizar o termo de contrato, independentemente da modalidade de licitação utilizada para contratação, sempre que houver obrigações futuras decorrentes do fornecimento serviços, conforme preconizado no artigo 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

<i>Na sede o Serviço de Contratos da Coordenação de Compras, Contratos e Gestão de Material e Patrimônio da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SECON/CCCOMP/CGRL.</i>	
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<i>Esclarecemos que a Fundação-Sede regularmente cuida de formalizar os seus contratos, consoante disposições contidas no artigo 62, § 4º, da Lei nº. 8.666/93. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI (Memorando Circular nº 647) e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos (Memorando nº 648, de 14.09.2012).</i>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

CGRL

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
<i>Fundação Nacional do Índio</i>			<i>00173</i>
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
<i>19</i>	<i>201203649</i>	<i>3.1.6.6</i>	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
<i>Fundação Nacional do Índio</i>			<i>00173</i>
Descrição da Recomendação			
Recomendação 6: <i>Instruir os autos do Processo de locação de imóvel com toda a documentação pertinente, em atendimento ao estabelecido na Cláusula décima oitava do Termo de Contrato nº 110/2010.</i>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
<i>Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.</i>			
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<i>Foram adotadas providências no sentido de juntar ao processo a documentação conforme recomendação. Documentos constantes às fls. 02 a 13 (Contrato social e alteração contratual) e 318 a 443 (Certidões do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal).</i>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

CGRL

<i>Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Denominação Completa</i>			<i>Código SIORG</i>
Fundação Nacional do Índio			00173
<i>Recomendações do OCI</i>			
<i>Recomendações Expedidas pelo OCI</i>			
<i>OOrdem</i>	<i>Identificação do Relatório de Auditoria</i>	<i>Item do RA</i>	<i>Comunicação Expedida</i>
20	201203649	3.1.6.6	
<i>Órgão/Entidade Objeto da Recomendação</i>			<i>Código SIORG</i>
Fundação Nacional do Índio			00173
<i>Descrição da Recomendação</i>			
<p>Recomendação 7: Cumprir o rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóvel, instruindo o Processo com toda a documentação relativa aos estudos realizados para averiguação das características relevantes e determinantes do imóvel, quanto a localização, destinação, dimensão e edificação de maneira que fique comprovado que o imóvel a ser locado satisfaz o interesse da administração, em cumprimento ao estabelecido no inciso X do art. 24 da Lei nº 8.666/93.</p>			
<i>Providências Adotadas</i>			
<i>Setor Responsável pela Implementação</i>			<i>Código SIORG</i>
Na sede o Serviço de Administração Predial da Coordenação de Administração e Logística da Coordenação Geral de Recursos Logísticos SEAPRE/COAL/CGRL.			
<i>Justificativa para o seu não Cumprimento</i>			
<p>Acatada a recomendação. Foram adotadas providências no sentido de determinar às Unidades Descentralizadas da FUNAI e a Coordenação Geral de Recursos Logísticos o cumprimento do rito formal nos casos de dispensa de licitação para locação de imóveis e ainda, para que os fiscais dos contratos observem a comprovação da regularidade fiscal das empresas contratadas e que os documentos comprobatórios sejam anexadas aos respectivos processos de pagamentos, consoante consta do Memorando Circular nº 647, de 14.09.2013 às Unidades Descentralizadas da FUNAI e outro, Memorando nº 648, de 14.09.2012 à Coordenação Geral de Recursos Logísticos.</p>			
<i>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</i>			

10.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

As recomendações consignadas pela Auditoria Interna da Fundação são consideradas relevantes pela UJ e respondidas por meio do SIAUDI – Sistema de Auditoria Interna, em caso de implementação/esclarecimentos. Em caso de não acatamento das recomendações, a UJ procura esgotar todos os meios de esclarecimento da situação apresentada.

10.3 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

10.3 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

10.3.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

Quadro 10.3.1.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR				
Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	-	-	-
	Entregaram a DBR	-	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	257	226	955
	Entregaram a DBR	257	226	955
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Análise Crítica

- Providências adotadas pela UJ em relação às pessoas que não cumpriram a obrigação de entregar a DBR

- Para fins do cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei nº 8.429, de 1992, e no art. 1º da Lei nº 8.730, de 1993, bem como o disposto na Portaria Interministerial

MP/CGU nº 298, de 06/09/2007 e na Instrução Normativa TCU nº 67, de 06/07/2011, do Tribunal de Contas da União – TCU e à Controladoria Geral da União – CGU, foi providenciado novo formulário de Declaração para autorização de acesso aos dados de Bens e Rendas, para assinatura dos servidores ocupantes do cargo efetivo e comissionado, lotados na Sede, Unidades Regionais e Museu do Índio, às declarações. Todos os servidores fizeram os devidos encaminhamentos, optando pela autorização de acesso às declarações anuais.

Desde então há um acompanhamento, no ato da posse para novos servidores nomeados para cargo efetivo, função de confiança ou em comissão e contratos temporários, quanto à entrega de um dos formulários solicitados, sendo que todos no exercício de 2011 optaram pela autorização de acesso às declarações anuais.

- Identificação da unidade interna (departamento, gerência, etc.) incumbida de gerenciar a recepção das DBR

- Serviço de Cadastro, Lotação e Movimentação - SECAD

- Existência ou não de sistema informatizado para esse gerenciamento

Não.

- Forma de recepção das DBR: se em papel ou se há sistemática de autorização eletrônica da autoridade ou servidor para acesso às informações constantes da base de dados da Receita Federal do Brasil e como esse acesso se dá

Em papel, formulário específico.

- Realização ou não de algum tipo de análise, pela a UJ, das DBR com o intuito do identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida

Não. Tendo em vista que foi autorizado o acesso às declarações anuais.

- Forma de guarda das DBR diante da necessidade de preservação do sigilo fiscal das informações

As Declarações de Bens e Rendas e/ou Autorizações de Acesso às declarações anuais, são arquivados nos assentamentos funcionais do servidor.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação	Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício	
			Autorizada	Efetiva
1. Cargos em Comissão	777	694	396	344
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	777	694	198	172
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	262	91	71
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	4	3	4
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	20	9	7
1.2.4. Sem Vínculo	391	402	94	90
1.2.5. Aposentados	-	6	1	0
2. Funções Gratificadas	323	261	59	54
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	258	58	54
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	3	1	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	1554	955	455	398
Fonte: Extrator de Dados do SIAPE, extraídos em 07/01/2013				

10.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

Quadro 11.4.1 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

<p>DECLARAÇÃO</p> <p>Eu, Antônio Carlos Paiva Futuro, CPF nº 509.440.457-15, Diretor de Administração e Gestão, exercido na Fundação Nacional do Índio, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e parcialmente atualizadas e em processo de atualização, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV,</p>
--

conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 28 de março de 2013.

Antônio Carlos Paiva Futuro
509.440.457-15
Diretor de Administração e Gestão
Fundação Nacional do Índio

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

11.1.1 Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos

A Unidade Jurisdicionada Fundação Nacional do Índio por intermédio das Unidades Gestoras 194035 – FUNAI/SEDE-DF e 194022 – MUSEU DO ÍNDIO/RJ, em cumprimento às determinações exaradas na norma MACROFUNÇÃO 020300: Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES da Secretaria do Tesouro Nacional - harmônica à NBC T 16.9 e NBC T 16.10 - que dispõe sobre as orientações quanto aos procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações, está aplicando os critérios e procedimentos inerentes ao registro da depreciação na conta contábil 142900000 – Depreciação, Amortização e Exaustão, por meio do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS/SIAFI.

No exercício de 2012 foram empreendidas ações no sentido de realizar o inventário patrimonial das Unidades Gestoras remanescentes vinculadas à sobredita Unidade Jurisdicionada. Finalizadas tais ações, será constituída comissão com o propósito de proceder a implantação do Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS, o que possibilitará que aludidas Unidades Gestoras realizem o cálculo da depreciação.

Os procedimentos relativos à reavaliação ainda não foram definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, sendo, em decorrência, ainda não aplicável à Unidade Jurisdicionada.

Não são aplicáveis à Unidade Jurisdicionada a amortização e a exaustão, visto que a amortização destina-se à redução do valor aplicado na aquisição de direitos de propriedade e quaisquer outros, inclusive ativos intangíveis, com existência ou exercício de duração limitada, ou cujo objeto sejam bens de utilização por prazo legal ou contratualmente limitado e a exaustão se refere à redução do valor, decorrente da exploração, dos recursos minerais, florestais e outros recursos naturais esgotáveis.

Seguem as orientações e critérios da norma MACROFUNÇÃO 020300 – Assunto 020330 - REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL, DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO NA ADM. DIRETA DA UNIÃO, AUTARQ. E FUNDAÇÕES, a metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo, a metodologia de cálculo da depreciação e as taxas utilizadas para os cálculos, os quais são realizados pelo mencionado Sistema Integrado de Administração de Serviços – SIADS.

Não se aplica à Unidade Jurisdicionada a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Não foi mensurado o impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

11.2.1 DECLARAÇÃO COM RESSALVA

QUADRO 11.2.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO NÃO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
COORDENAÇÃO REGIONAL DO VALE DO JAVARI/AM		194007	
COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO TOCANTINS/PA		194011	
FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL BAIXO SÃO FRANCISCO/BA		194018	
COORDENAÇÃO REGIONAL DE MINAS GERAIS E ESPÍRITO SANTO/MG		194019	
FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE PASSO FUNDO/RS		194027	
COORDENAÇÃO REGIONAL XAVANTE/MT		194029	
FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DO XINGU/MT		194031	
FUNAI – SEDE BRASÍLIA/DF		194035	
FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL NORTE DO MATO GROSSO/MT		194036	
FUNAI – COORDENAÇÃO REGIONAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA/MT		194042	
COORDENAÇÃO REGIONAL MÉDIO PURUS/AM		194048	
COORDENAÇÃO REGIONAL INTERIOR SUL/SC		194061	
COORDENAÇÃO REGIONAL MARANHÃO/MA		194074	
COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE 1/AL		194077	
COORDENAÇÃO REGIONAL DE PONTA PORÃ/MS		194085	
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – U.O.		194088	
FUNAI – DIRETORIA DE PROTEÇÃO TERRITORIAL		194151	
FUNAI – DIRETORIA DE PROMOÇÃO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		194152	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e a Demonstração das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. AT. IMOBILIZADO;</p> <p>b) FALTA DE REAVALIAÇÃO/REDUÇÃO DE ATIVOS PERMANENTES;</p> <p>c) CONVÊNIOS A COMPROVAR COM DATA EXPIRADA;</p> <p>d) CONVÊNIOS A APROVAR COM DATA EXPIRADA;</p> <p>e) TERMO DE PARCERIA A APROVAR COM VIGÊNCIA EXPIRADA;</p> <p>f) ACORDO COOP.TÉCNICA A COMPROVAR – DATA EXPIRADA;</p> <p>g) FALTA/RESTRIÇÃO CONFORM. REGISTROS GESTÃO;</p> <p>h) FALTA E/OU ATRASO DE REMESSA DO RMB.</p> <p>Destaco que as Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizadas no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2013
Contador Responsável	Maria Raquel Bastos de Carvalho	CRC n.º	4.803/DF

CONCLUSÃO

Da Constituição Federal de 1988, a Funai encontra toda sua razão de ser e é fonte inspiradora de toda sua ação. Sua missão e visão de futuro são reflexos da fonte diretiva constitucional. No presente Relatório de Gestão estão espelhados o Programa Temático, os objetivos, metas, ações e iniciativas do Plano Plurianual da Funai.

O Estado Brasileiro se estrutura por meio da Funai para dar cumprimento às diretivas constitucionais aplicadas às populações indígenas brasileiras, que, por sua vez, são delimitadas na legislação infraconstitucional e instrumentalizadas por meio de atos normativos para sua ação junto às populações indígenas.

Dessa forma, a Funai realiza a regularização fundiária das terras indígenas, a promoção dos direitos sociais, a salvaguarda e proteção das populações indígenas mais fragilizadas, que são os assim chamados índios isolados e de recente contato. Acrescenta-se a isso um dado animador: as terras indígenas abrangem cerca de 13% do território nacional demarcado como Terras Indígenas e mais de 95% desse território está efetivamente preservado sob o aspecto ambiental e protegido sob o aspecto legal, para posse e usufruto das populações indígenas brasileiras. Esses dados dimensionam a atuação do órgão indigenista de Estado. Essa é a dimensão da Funai. Sabe-se que terra demarcada significa a garantia da reprodução física e cultural das comunidades indígenas, segundo seus usos, costumes e tradições.

NOTA DE ESCLARECIMENTO SOBRE RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A seguir, apresenta-se o **Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI)**, exercício de 2012. A Lista de Abreviaturas, a Lista de Quadros e o Sumário são os mesmos do início do texto.

À guisa de esclarecimento, a Funai solicitou, em vídeo conferência realizada no auditório da sede do Departamento da Polícia Federal - Brasília, em 19 de fevereiro de 2013, orientações sobre a elaboração do Relatório de Gestão Consolidado da Funai, exercício de 2012, que requeria também por determinação da DN 119 do TCU a consolidação de informações sobre a gestão da Renda do Patrimônio Indígena (RPI). Considerando que os recursos da RPI são extraorçamentários, com dinâmica própria de gestão orçamentária e financeira e considerando que os recursos da Funai são provenientes do Orçamento Geral da União, foram solicitadas informações sobre como proceder para prestar as informações requeridas, especialmente as que diziam respeito à programação e execução da despesas orçamentárias e financeiras de fontes distintas, no formato dos quadros exigidos na Parte A do Anexo II da DN nº 119/2012. Na ocasião e por orientação da DSSEG/CGU, essas questões foram formalizadas e encaminhadas, via mensagem eletrônica, no mesmo dia 19 de fevereiro. Em 21 de fevereiro, via mensagem eletrônica, foram encaminhadas pela Funai/DAGES/CGGE informações adicionais solicitadas pela DSSEG/CGU em mensagem de 20 de fevereiro de 2013.

Em 5 de março de 2013, em nova mensagem eletrônica para a Chefia da DSSEG/CGU, a Funai/DAGES/CGGE reiterou os questionamentos contidos na mensagem de 21 de fevereiro de 2013 sobre a RPI com vistas a consolidação de seus dados no Relatório de Gestão da Funai, relativo ao exercício de 2012. Nas mensagens eletrônicas trocadas, foram encaminhadas pela Funai informações solicitadas pela CGU na data de 20 de fevereiro de 2013.



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012**

Relatório de Gestão da **RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA** do exercício de 2012, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinárias anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119 e 121/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012 e das orientações do órgão de controle interno (Portaria CGU-PR nº 133/2013).

**BRASÍLIA
MARÇO/2013**

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

1.1. IDENTIFICAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 1.1.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
<i>Poder: Executivo/ Função essencial à Justiça</i>			
<i>Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça</i>			<i>Código SIORG: 316</i>
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
<i>Denominação Completa: Renda do Patrimônio Indígena</i>			
<i>Denominação Abreviada: Renda Indígena</i>			
<i>Código SIORG:</i>	<i>Código LOA: nao se aplica</i>	<i>Código SIAFI: 194040</i>	
<i>Situação: ativa</i>			
<i>Natureza Jurídica: Fundação do Poder Executivo</i>			<i>CNPJ: 00.059.311/0019-55</i>
<i>Principal Atividade: Administração Pública em Geral</i>			<i>Código CNAE:8411-6/00</i>
<i>Telefones/Fax de contato:</i>	<i>(061)3313-3501</i>	<i>(061)3313-3502</i>	
<i>Endereço Eletrônico:</i>			
<i>Página na Internet: http://www.funai.gov.br</i>			
<i>Endereço Postal: SEPS 702/902 Projecção A Ed. LEX, 3º andar CEP 70340-904</i>			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Lei 5.371/67 Art. 1º item II e Art. 3º itens I, II e III; Lei n. 6.001/73, e Decreto nº. 7.778 de 27/07/2012.</i>			
<i>Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Portaria 990 de 07/07/2010</i>			
<i>Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada</i>			
<i>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</i>			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>		
<i>194202</i>	<i>PROJETO CHIQUITANO - CUIABA - MT</i>		
<i>194203</i>	<i>PROJETO CVRD - IMPERATRIZ - MA</i>		
<i>194204</i>	<i>RENDA INDIGINA - FUNAI - MARABA - PA</i>		
<i>194205</i>	<i>PROJETO KAIAPO - COLIDER - MT</i>		
<i>194206</i>	<i>FUNAI-R.I PROJETO LEILAO MAD. T.I MEQUENS-RO</i>		
<i>194207</i>	<i>PROJETO AVA-CANOEIRO - GOIANIA - GO</i>		
<i>194208</i>	<i>PROJETO GUARANI - BR 101</i>		
<i>194209</i>	<i>PROJETO GUARANI BR 101 - PASSO FUNDO - RS</i>		
<i>194211</i>	<i>FUNAI-COLIDER - PROJETO ACAO PILOTO- BR-163</i>		
<i>194212</i>	<i>FUNAI-COLIDER AREA INFLUENCIA PROJETO BR 163</i>		
<i>194216</i>	<i>RENDA ARTINDIA - MUSEU DO INDIO - RJ</i>		
<i>194218</i>	<i>R.I-PROJETO PCH CASCATA CHUPINGUAIA/CUIABA/MT</i>		
<i>194221</i>	<i>PROJETO PITAGUARY - NAL - CEARA - CE</i>		
<i>194222</i>	<i>PROJETO DA RESERVA KONDA - CHAPECO - SC</i>		
<i>194223</i>	<i>LOJA ARTINDIA CUIABA - MT</i>		
<i>194224</i>	<i>PROGRAMA SARARE - CUIABA - MT</i>		
<i>194226</i>	<i>LOJA ARTINDIA DE GOIANIA - GO</i>		
<i>194229</i>	<i>PROJETO JUDICIAL - T.I ALTO TURIACU - MA</i>		
<i>194230</i>	<i>LOJA ARTINDIA MUSEU DO INDIO - RJ</i>		
<i>194231</i>	<i>PATRIMONIO CULTURAL - ARTINDIA BRASILIA - DF</i>		
<i>194232</i>	<i>GESTAO TERRITORIAL INDIGENA SARARE - MT</i>		
<i>194233</i>	<i>PROJETO INTEGRADO APYTEREWA E IPIXUNA</i>		
<i>194234</i>	<i>PROJETO GUAJAJARA/CARU - T.I CARU - MA</i>		
<i>194235</i>	<i>PROJETO JURITI/GUAJA - T.I AWA-GUAJA - MA</i>		
<i>194236</i>	<i>PROJETO COMUNIDADE INDIGENA FULNI-O - PE</i>		

194238	FUNAI - PROJETO COMUNIDADE INDIGENA COMBOIOS
194239	PROJETO COMUNIDADE INDIGENA KAYAPO
194240	PROGRAMA COMUNIDADE INDEGENA TERENA BR-163
194241	FUNAI-TUCUMA - PROJETO BR-163
194242	FUNAI-TUCUMA PROJETO VALE DO RIO DOCE
194243	PROGRAMA ENAWENE-NAWE PCH JURUENA-FUNAI JUINA
194244	PROGRAMA RIKBAKTA PCH JURUENA-FUNAI JUINA
194245	PROGRAMA PARESI PCH JURUENA TANGARA SERRA MT
194246	PROGRAMA MENKU PCH JURUENA-FUNAI JUINA - MT
194247	PROGRAMA NAMBIKWARA PCH JURUENA TANGARA SERRA
194248	FUNAI-PROJETO NAMBIKWARA-CUIABA MT
194250	PROJETO AREA DE INFLUENCIA INDIRETA - BR163
194251	FUNAI - JI-PARANA - BR 429
194252	PROJETO C. I. ZO'E INDIOS ISOLADOS
194040	RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGINA - CGPIMA
194200	RENDA INDIGENA - FUNAI - SEDE
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
<i>Código SIAFI</i>	<i>Nome</i>
19209	Depto. de Patrimônio Indígena e meio Ambiente
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
<i>Código SIAFI da Unidade Gestora</i>	<i>Código SIAFI da Gestão</i>
Não há outras unidades gestoras relacionadas.	Não há outra gestão relacionada.

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A Fundação Nacional do Índio - FUNAI, instituída por meio da Lei nº 5.371, de 5 de dezembro de 1967, tem a atribuição de gerir o Patrimônio Indígena, no sentido de sua conservação, ampliação e valorização, conforme determina o art. 1º, inciso II da referida lei. Ainda, determina o art. 3º do mesmo instituto legal que as rendas do Patrimônio Indígena devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços de assistência ao índio.

Com o intuito de contextualizar, a definição do que compõe o Patrimônio Indígena e dos seus titulares é objeto do Título IV, “Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena”, arts. 39 a 43, da Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. E, as rendas do Patrimônio Indígena, ou comumente chamadas de renda indígena, resultam da aplicação de bens e utilidades integrantes do Patrimônio Indígena, e devem ser administradas com o objetivo de emancipação econômica das tribos; acréscimo do patrimônio rentável; e custeio dos serviços de assistência ao índio. A lei recomenda ainda que a renda indígena seja, preferencialmente, reaplicada em atividades rentáveis ou utilizada em programas de assistência ao índio, e que a reaplicação seja revertida principalmente em benefício da comunidade que produziu os primeiros resultados econômica.

Os recursos que compõem a renda do patrimônio indígena são provenientes da comercialização de produtos culturais indígenas resultantes das ações de promoção e preservação cultural desenvolvidas ou apoiadas pela Funai, indenizações ou compensações como forma de mitigar os impactos socioambientais causados por empreendimentos, tais como hidroelétricas ou estradas, que por ventura impactam as terras e/ou os povos indígenas, de leilões de recursos extraídos ilicitamente das terras indígenas, de doações, além dos recursos decorrentes da exploração do patrimônio indígena.

A Funai, na gestão do Patrimônio Indígena, propicia a participação das comunidades indígenas na administração dos próprios bens, sendo-lhes totalmente confiado o encargo, quando demonstram capacidade efetiva para o seu exercício.

As Coordenações Regionais em conjunto com as Coordenações Gerais e com os indígenas elaboram o Plano de Aplicação do portfólio de projetos ou programas, em conformidade com as finalidades e objetivos acima citados. A união desses planos formam o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, aprovado pelo Ministro do Estado de Justiça.

Ressalte-se a participação efetiva das comunidades em todas as fases: no planejamento; na elaboração; na execução e; no controle. Registre-se ainda, que as comunidades indígenas absorvem com qualidade a proposta de gestão participativa, a despeito e, plenamente compreensível, das dificuldades naturais. Todavia, a constante capacitação dos atores envolvidos vem alcançando resultados satisfatórios.

A execução dos projetos fica a cargo das Coordenações Regionais, que seguem as legislações inerentes aos recursos públicos, a execução orçamentária e financeira, e os devidos registros contábeis ocorrem no SIAFI, no órgão 30205 – Renda do Patrimônio Indígena, conforme alínea “d” do despacho nº 594 do senhor Ministro de Estado da Justiça de 22/12/2004, ocorre pertinentes às coordenações regionais a quem cabe a execução, e o controle contábil.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

A Renda do Patrimônio Indígena não possui organograma funcional. A Renda do Patrimônio Indígena não é uma unidade administrativa típica da FUNAI. Conforme mencionando acima, os programas e projetos que compõem o plano de aplicação da renda indígena são executados pelas coordenações regionais, e às responsabilidades institucionais serão tratadas no item 3.1.

2. INTRODUÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

O Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena, consolidado de acordo com os relatórios de gestão de cada programa/projeto recebidos pelas Coordenações Regionais – exercício 2012 – buscou estruturar o referido relatório conforme a DN TCU nº. 119 e 121/2012 e a Portaria TCU nº. 150/2012. No entanto, em virtude da Renda do Patrimônio Indígena não fazer parte do Orçamento Geral da União, além de suas especificidades na aplicação dos recursos, alguns itens serão apresentados de forma distinta ou não apresentados quando não aplicáveis à Renda.

Quanto à apresentação dos itens 3.1.2, 3.2.1 e 3.2.2 deste relatório de gestão, informaram que os mesmos serão apresentados de maneira diferenciada, uma vez que a Renda do Patrimônio Indígena é composta por 26 (vinte e sete) projetos/programas.

Os itens 1.4, 1.5, 1.6, 3.4, 4.1, quadro 4.2.1, item 4.2.2, item 4.3, 4.4, item 5.1, 5.1.1, quadro 5.1.1.1, item 5.1.1.2, 5.1.2, quadro 5.1.2.1, item 5.1.2.2, quadro 5.1.3.1, item 5.1.3.2, quadro 5.1.4.1, item 5.1.4.2, quadro 5.1.5.1, item 5.1.5.2, quadro 5.1.6.1, item 5.1.6.2, item 5.2, 5.2.1, quadro 5.2.1.1, item 5.2.2, item 5.2.2.1, quadro 5.2.2.1.1, item 5.2.2.2, quadro 5.2.2.2.1, item 5.2.2.3, quadro 5.2.2.3.1, item 5.2.2.4, item 5.2.3, item 5.2.3.1, item 5.2.4, item 5.2.4.1.1, quadro 5.2.4.1.1.1, item 5.2.4.1.2, quadro 5.2.4.1.2.1, item 5.2.4.2, item 6.1, item 6.1.1, quadro 6.1.1.1, item 6.1.2, todo item 6.4, todo item 7, todo item 8, todo item 9, item 10.2, quadro 11.1.1.1, item 11.1.2, quadro 11.1.2.1, item 11.1.3, quadro 11.1.3.1, item 11.1.4, quadro 11.1.4.1,

todo item 11.3, item 12.1, item 12.1.1, item 12.2.1, quadro 12.2.1.1, item 12.3, itens 14, 15, 16, todo item 17 e item 19 não se aplicam à natureza jurídica das UG's da Renda do Patrimônio Indígena. Os servidores detentores de cargos e funções de confiança que atuam na Renda Indígena são os mesmos servidores da FUNAI, razão pela qual esta informação deverá constar de forma consolidada no Relatório de Gestão da Unidade Central da Fundação.

As principais dificuldades para o cumprimento dos objetivos propostos foram às limitações encontradas pelas Unidades Descentralizadas da FUNAI na execução imediata dos programas/projetos, tendo em vista que o Decreto 7.778/2012 extinguiu e criou algumas Coordenações Regionais. Com a publicação da Portaria nº. 990 de 07 de julho de 2010, que subordinou a jurisdição de algumas Coordenações Técnicas Locais às respectivas Coordenações Regionais, pode-se observar uma melhora na execução desses projetos/programas. Com a publicação do referido Decreto e com a conclusão do Regimento Interno, as atribuições da Sede e das Coordenações Regionais quanto à execução e acompanhamento das atividades da Renda do Patrimônio Indígena estão contribuindo para o aprimoramento dos projetos/programas.

Em 2013 será dada continuidade na execução de todos os projetos/programas do exercício de 2012.

Este Relatório de Gestão da Renda do Patrimônio Indígena segue agregado ao Relatório de Gestão da Funai sem as orientações da CGU sobre a RPI reequeridas tempestivamente.

3. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

3.1 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

3.1) Responsabilidades institucionais

3.1.1) Competência institucional

De acordo com o Decreto nº. 7.778/2012 cabe à FUNAI a administração dos bens do Patrimônio Indígena.

Ao Presidente da Fundação cabe gerir o Patrimônio Indígena, estabelecer normas sobre sua gestão, além de ordenar despesas da Renda Indígena.

No início de cada exercício é elaborado o Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena. Esse plano será analisado e aprovado pela Diretoria Colegiada e submetido à aprovação do Ministro de Estado da Justiça.

Ao Conselho Fiscal compete fiscalizar a administração econômica e financeira do Patrimônio Indígena.

Cabe à Auditoria Interna da FUNAI o exame da prestação de contas anual da Renda do Patrimônio Indígena.

As atribuições para elaboração dos planos de aplicação e a execução dos programas/projetos da Renda foram definidas no Regimento Interno conforme Portaria n. 1.733/Pres de 27/12/2012.

À Diretoria de Administração e Gestão – DAGES incumbe: coordenar, controlar e executar financeiramente os recursos da Renda Indígena; gerir o Patrimônio Indígena; formalizar instrumentos que envolvam a transferência de recursos da Renda Indígena e analisar a prestação de contas dos mesmos.

À Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável – DPDS incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob

responsabilidade da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena;

À Diretoria de Proteção Territorial – DPT incumbe: acompanhar e prestar informações sobre o planejamento, programação e execução orçamentária, física, financeira, quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob responsabilidade da DPT, inclusive daquelas provenientes da aplicação da renda do patrimônio indígena.

3.1.2) Objetivos estratégicos

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, conforme estabelece o Artigo 10 inciso VI do Decreto nº. 7.778/2012, integra o planejamento global da FUNAI, objetivando, além da preservação e valorização do Patrimônio Indígena, o fortalecimento da articulação entre os povos indígenas através dos recursos oriundos da Renda Indígena; o desenvolvimento sustentável, por meio da capacitação técnica na área socioambiental; a conservação da biodiversidade e do desenvolvimento sustentável, da gestão de recursos e projetos, e da disseminação dos conhecimentos tradicionais, além de demonstrar, os principais desafios por meios de experiências inovadoras de cunho sócio ambiental.

O Plano de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena e suas respectivas ações - exercício de 2012 contou com receita total de R\$ 42.446.937,80 (quarenta e dois milhões, quatrocentos e quarenta e seis mil e novecentos e trinta e sete reais e oitenta centavos) e com despesa prevista no valor de R\$ 29.028.696,12 (vinte e nove milhões, vinte e oito mil e seiscentos e noventa e seis reais e doze centavos), consolidado pela Coordenação de Geral de Orçamento, Contabilidade e Finanças e encaminhado pela Diretoria de Administração e Gestão à Presidência desta Fundação, para conhecimento e encaminhamento à Diretoria Colegiada para análise e aprovação, em cumprimento ao Despacho nº. 399 de 31 de outubro de 2007 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça.

DA RECEITA TOTAL

A arrecadação dos recursos constantes no referido Plano de Aplicação do exercício de 2012 foi no montante de R\$ 31.013.474,16 (trinta e um milhões, treze mil e quatrocentos e setenta e quatro reais e dezesseis centavos), sendo o valor de R\$ 21.442.502,28 (vinte e um milhões e quatrocentos e quarenta e dois mil e quinhentos e dois reais e vinte e oito centavos) referentes ao saldo de exercício anterior e o restante no valor de R\$ 9.570.971,88 (nove milhões, quinhentos e setenta mil e novecentos e setenta e um reais e oitenta e oito centavos), referentes às parcelas recebidas em 2012 no valor de R\$ 7.077.059,65 (sete milhões, setenta e sete mil e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), aos rendimentos da aplicação financeira em 2012 no valor de R\$ 1.804.472,26 (um milhão e oitocentos e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais e vinte e seis centavos) e ao cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 689.439,97 (seiscentos e oitenta e nove mil e quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e sete centavos).

DA DESPESA TOTAL

Do valor total das despesas previstas no referido Plano de Aplicação foi realizada o montante de R\$ 8.417.732,41 (oito milhões, quatrocentos e dezessete mil e setecentos e trinta e dois reais e quarenta e um centavos), resultando assim um superávit no valor de R\$ 22.595.741,75 (vinte e dois milhões e quinhentos e noventa e cinco mil e setecentos e quarenta e um reais e setenta e cinco centavos).

Como a Renda do Patrimônio Indígena é composta por programas/projetos específicos, serão apresentados os objetivos estratégicos de cada um deles, como segue:

3.1.2.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.

Este programa é elaborado e executado pela Diretoria de Administração e Gestão – DAGES, tendo como objetivo resgatar, promover, fortalecer e divulgar as manifestações artísticas e culturais das Sociedades Indígenas Brasileiras por meio da comercialização de artesanatos indígenas; oferecer às Sociedades Indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas e, executar o Plano de Recuperação do estoque e acervo do depósito da Artíndia, conforme determinação do Exmo.Sr. Ministro da Justiça – Despacho 291 de 26.12.2005.

3.1.2.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202

Apoiar as ações de segurança alimentar e geração de renda, revitalização cultural, inserção nas redes de sustentação social e gestão territorial, em benefício da etnia Chiquitano, composta por cerca de 2.400 indígenas, na área de influência do gasoduto Bolívia - Mato Grosso, segundo acordado pelo Convênio nº. 08/2002, celebrado entre GASMAT/FUNAI.

3.1.2.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203

Melhorar a qualidade de vida das Comunidades Indígenas Awa-Guajá, Guajajara e Urubu-K'apor, composta por cerca de 1.954 indígenas, localizadas na área de influência da Estrada de Ferro Carajás, via aplicação de projetos produtivos que auxiliem a busca pelo autodesenvolvimento das referidas comunidades.

3.1.2.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205

O Projeto Kayapó está direcionado para as aldeias Kóróróti, Ômeikrākum e Kakākubem, compostas por cerca de 258 indígenas, localizadas no limite sul da TI. Mekrãgnoti para suprir as deficiências vividas nas aldeias. Os recursos para a manutenção deste projeto são oriundos de Leilão Público, da apreensão de madeira no KM 14 (Trecho São Felix do Xingu/Tucumã/São Felix do Xingu – PA).

A proposta inicial tem a função principal de apoiar e fortalecer essas novas Aldeias, com investimento e custeio de materiais de acordo com o Projeto proposto, auxiliando e mantendo as famílias, a construção das casas, apoiando as roças tradicionais, o plantio de grãos e o cultivo de alimentos tradicionais.

Sendo assim a implantação e o apoio a essas aldeias fortalecem a presença indígena ao sul da TI Mekrãgnoti, garantindo a vigilância e a fiscalização nas áreas até então vulneráveis a invasões e interferência da pressão do empreendedorismo de entorno.

3.1.2.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233

O projeto objetiva proporcionar o uso sustentável das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna, compostas por cerca de 425 indígenas, por meio da implantação de sistemas agroflorestais múltiplos, ampliação da agricultura de subsistência, execução do extrativismo vegetal, ações de proteção/recuperação/conservação das nascentes/cursos d'água das terras indígenas/entorno e criação de gado leiteiro como suplemento alimentar para crianças.

3.1.2.06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó – 194204

Dar continuidade aos projetos de atividades produtivas em desenvolvimento na Aldeia Sororó, que buscam a autossuficiência de forma a valorizar a participação, a integração e a organização da Comunidade Indígena Surui/Aikewaranas atividades fins, compostas por cerca de 360 indígenas.

3.1.2.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - – 194208 e 194209

Implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), compostas por cerca de 790 indígenas, afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis -SC e Osório-RS.

3.1.2.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207

Solucionar carências e problemas nas ações de fiscalização/vigilância, bem como solucionar deficiências instrumentais, empecilhos e dificuldades administrativas e proporcionar a continuidade e aperfeiçoamento das ações indígenas junto aos índios Avá-Canoeiro, com 6 indígenas, e implantação do Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro – PAAC.

3.1.2.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó– 194239

Proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãgnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, compostas por cerca de 947 indígenas, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, Infra-estrutura e corte e costura.

3.1.2.10 – Programa Museu do índio/Renda Indígena - 194216

Promover a valorização do artesanato e do artesanato indígena, por meio de ações que contribuam para as relações de comércio baseado em valores de justiça socioeconômica, de solidariedade, de valorização cultural, de responsabilidade social e ambiental e com transparência na gestão.

As atividades desenvolvidas consistem no apoio a eventos visando sensibilizar o público visitante do Museu para assuntos relacionados às culturas Mbya, Marubo, Kalapalo, Yamanawa, Kaxinawa, entre outras. Foram feitos investimentos em suporte para exposições fotográficas produzidas pelos próprios indígenas.

3.1.2.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221

Trata-se de promover o desenvolvimento, escalonado em fases evolutivas, da comunidade Pitaguary, compostas por cerca de 4.185 indígenas, como um todo, com a consequente multiplicação de modelos sustentáveis de aproveitamento dos recursos agroflorestais e aquáticos disponíveis, aliando conhecimentos tradicionais e técnicos, adaptados em parceria entre FUNAI, EMATERCE, UFC, Prefeituras locais e outros atores como IBAMA e Polícia Federal, visando à sobrevivência e a reprodução dos Pitaguary e seus modos de existência tradicionais, incluindo-se aqui a soberania sobre o seu território original, oficialmente regularizado pela Presidência da República. Destaca-se, assim, que o principal fator para a efetivação hábil destes objetivos e metas é a garantia legal de coexistência e trabalho dos Pitaguary em suas próprias terras.

Com sua implantação, o Projeto visou garantir às comunidades um amplo conhecimento nas questões referentes à organização das atividades previstas, participando das iniciativas nos trabalhos comunitários e tendo clareza e consciência das tarefas coletivas.

O Projeto visou também buscar a construção de sistemas produtivos, fortalecendo a subsistência, assim como a diversificação de atividades, visando à segurança alimentar e nutricional sustentável das comunidades. Dentro das atividades/ações está a criação de abelhas em apiários para a extração de mel para a melhoria na alimentação das famílias e comercialização do excedente; da mesma forma as atividades de piscicultura e criação de bovinos; a melhoria dos salões de corte e costura será dada continuidade à produção de artesanatos diversos e roupas em geral para a comercialização proporcionando a geração de renda.

O Projeto visou ainda dar continuidade a melhoria da infraestrutura das aldeias e na manutenção da frota de veículos.

3.1.2.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia – 194218

Assegurar a implementação e a execução de medidas mitigatórias/compensatórias aos povos indígenas beneficiados, impactados pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia - RO.

Este projeto tem como objetivo desenvolver e executar os programas de sustentabilidade organizacional, sustentabilidade socioeconômica e sustentabilidade socioambiental junto às comunidades indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã da TI Tubarão Latundê, compostas por cerca de 273 indígenas. As ações têm como objetivo fortalecer a capacidade organizacional, o etnodesenvolvimento e a sustentabilidade cultural dessas comunidades. Promover o acompanhamento e a gestão do território e das comunidades indígenas, através de implementações de roças tradicionais, fiscalização e gestão estratégica de seus territórios, através da implementação de expedições de vigilância nos limites de suas divisas e melhoria da malha viária.

3.1.2.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina – 194232

Desenvolver na Terra Indígena Sararé, em benefício da etnia Nambikwara, grupos Katitauru, Nuntatesu e Waihatesu, compostas por cerca de 130 indígenas, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao fortalecimento da Comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da Terra Indígena, de modo a promover a melhoria da qualidade de vida, geração de renda, apoio à gestão territorial e domínio pleno sobre seu território, oportunizando a reversão de atividades clandestinas na área, principalmente corte ilegal de madeira e garimpo.

3.1.2.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Desenvolver na Terra Indígena Vale do Guaporé, ações de construção de moradia, com vistas a fortalecer a Comunidade para incremento no usufruto da Reserva Indígena, de modo, a melhoria de qualidade de vida, geração de renda e à gestão territorial.

3.1.2.15 – Kondá – 194222

Atingir uma otimização eficaz e suficiente para desenvolver sustentavelmente, garantindo o completo usufruto dos recursos naturais e o impulsionamento sustentável das atividades de organização econômica indígena, beneficiando cerca de 130 famílias indígenas.

3.1.2.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

Reformar parte elétrica do posto da Terra Indígena Awa-Guajá, beneficiando cerca de 46 indígenas.

3.1.2.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios – 194238

Viabilizar a autossustentação da Comunidade Indígena Tupiniquim da Terra Indígena Comboios e a preservação de seus recursos naturais a partir do desenvolvimento de atividades que levem em consideração a realidade social, cultural e econômica da Etnia Tupiniquim, composta por cerca de 100 famílias da Etnia Tupiniquim, bem como as condições ambientais de seu território.

3.1.2.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

Oferecer melhores condições, de vida aos indígenas Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, como também produzir renda para própria subsistência da comunidade.

3.1.2.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242

O objetivo maior do projeto é auxiliar as comunidades kayapó nas Terras Indígenas Kayapó e Mekragnotire, composta por cerca de 3.000 indígenas, na coleta da castanha, estimulando a organização entre os Mebengokre para fins de geração de renda, a partir do extrativismo e comercialização das sementes da *Bertholletia excelsa*, visto que, anualmente, essa é uma das principais fontes de renda das famílias por meio da comercialização.

3.1.2.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229

Atender às solicitações do povo Awá, localizado na aldeia Guaja, na Terra Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas, com a construção do prédio destinado ao atendimento de alunos indígenas e alojamento de professor.

3.1.2.21 - Projeto Guajarara/Caru - 194234

Apoiar a autossustentação da comunidade indígena, beneficiando cerca de 380 indígenas.

3.1.2.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR 163, de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas das Etnias Mebengokre, Paraná, Kayabí, Apiaká e Terena, composta por cerca de 2.045 indígenas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

3.1.2.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248

O Plano de Compensação Ambiental visa atender às exigências legais, decorrente dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs. Estão incluídas no Plano Básico Ambiental, as medidas mitigatórias/compensatórias para as Terras Indígenas Erikbaktsa, Japuirá, Escondido e Enawene-Nawé, composta por cerca de 5.348 indígenas.

3.1.2.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 - 194251

Mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-429/Rondônia de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas isoladas, assim como a preservação de suas terras e recursos naturais.

Desenvolver nas terras indígenas e nas referências de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente.

3.1.2.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo’ê Índios Isolados - 194252

Desenvolver na terra indígena Zo’ê, composta por cerca de 432 indígenas, com os grupos étnicos locais, ações socioambientais e econômicas, com vistas ao empoderamento da comunidade indígena na ocupação territorial e no usufruto da terra demarcada.

3.1.2.26 – CGPIMA – 194040/194200

Apoiar os projetos e/ou programas de desenvolvimento econômico de iniciativa da comunidade indígena, de acordo com a disponibilidade de recursos financeiros consignados à conta da Renda do Patrimônio Indígena.

3.2 ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

3.2.1) Análise do andamento do plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.

Conforme citado no item 3.1.2, a análise do andamento do plano estratégico também será apresentada por programas/projetos específicos, como segue:

3.2.1.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231

Comercializar artesanatos indígenas, bem como oferecer às sociedades indígenas alternativas econômicas para melhoria do seu padrão sócio-econômico através de financiamentos de projetos/atividades de revitalização das manifestações culturais indígenas.

3.2.1.02 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano - 194202

Para a execução do “Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano” a Coordenação Regional de Cuiabá utiliza sua própria infraestrutura e equipe técnica, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília.

Por gestão do Projeto/FUNAI procurou-se implementar a inserção da Comunidade dos Chiquitanos, com cerca de 2.400 indígenas, nas redes de sustentação social e institucional, inclusive projetos ligados a FUNAI, objetivando a sustentabilidade futura de suas comunidades quando do término do projeto.

As articulações entre FUNAI, Polícia Federal-DPF e Ministério Público Federal-MPF possibilitaram o apoio às comunidades de Vila Nova Barbecho, Nossa Senhora Aparecida, Pescaria (Monte Cristo) e Portal do Encantado, compostas por cerca de 2.400 indígenas, além de medidas para apurar constrangimentos e ameaças àquelas comunidades.

3.2.1.03 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD - 194203

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão – MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, que contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados/Parceiros e da própria comunidade indígena, beneficiando cerca de 1.954 indígenas.

3.2.1.04 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó - 194205

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT executou, acompanhou e avalia o projeto relativo a Comunidade Indígena Kayapó, que conta com cerca de 258 indígenas, conforme as expectativas da própria população, visando assim o fortalecimento e o incentivo à melhoria das condições de vida nas comunidades indígenas. Buscou-se a participação efetiva das famílias para o bom uso dos investimentos, através de diagnósticos “in loco” sempre que necessários e de deliberações na própria sede da Coordenação com a presença de algumas lideranças indígenas, promovendo assim o bem-estar das populações.

Para a excelência na execução do Projeto a mencionada Coordenação Regional dispõe dos equipamentos e servidores da própria FUNAI. Em casos excepcionais a utilização de serviço de terceiros, principalmente meios de transporte e locomoção.

3.2.1.05 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã) - 194233

A Coordenação Regional da Funai do Centro Leste do Pará/PA utilizou servidores e infraestrutura disponíveis no município de Altamira/PA, para consecução do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, no intuito de beneficiar cerca de 425 indígenas.

3.2.1.06 – Projeto Comunidade Indígena Surui/Sororó - 194204

A Coordenação Regional da Funai do Baixo do Tocantins disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó, compostas por cerca de 360 indígenas, servidores e infraestrutura, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

3.2.1.07 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 – PACIG - 194208 e 194209

A partir do Decreto nº. 7.778/2012 foi criada a Coordenação Regional do Litoral Sul/SC, que se tornou a responsável por todas as terras indígenas Guarani no litoral da região Sul do País, incluindo aí as terras indígenas participantes do PACIG, tanto em Santa Catarina quanto no Rio Grande do Sul, o que implicou na adequação de todos os procedimentos e das unidades administrativas (antes em Curitiba e Passo Fundo) para que os programas em andamento não tivessem qualquer prejuízo. Aliado a isso, a nomeação de novos servidores na Funai pelo Concurso Público Edital nº 01/2010, incrementou a equipe responsável pelo atendimento às comunidades Guarani da região Sul.

Cabe salientar que a Coordenação Geral de Patrimônio Indígena e Meio Ambiente – CGPIMA, antes responsável pela coordenação das atividades e gestão financeira dos recursos alocados na Renda do Patrimônio Indígena foi extinta, dando lugar à Coordenação Geral de Gestão Ambiental - CGGAM.

Cabe à CGGAM, nesse novo desenho institucional coordenar as ações técnicas no Convênio, contanto com a colaboração das demais Coordenações Gerais no acompanhamento das ações inerentes a cada uma. Por exemplo, cabe à CGETNO – Coordenação Geral de Etnodesenvolvimento - coordenar as ações de etnodesenvolvimento, à CGPDS – Coordenação Geral de Promoção aos Direitos Sociais - as ações de infraestrutura e à CGGAM de coordenar e orientar essas Coordenações Gerais. A execução, deste modo, é responsabilidade das unidades locais da FUNAI.

Uma das maiores dificuldades enfrentadas na execução do PACIG desde 2007 (quando do início de sua execução) é relacionada ao período de execução do mesmo. Como houve grande atraso no repasse dos recursos e conseqüentemente do início das atividades, o Convênio sempre foi prorrogado anualmente, pelo prazo igual de 1(um) ano. Essa ação inviabilizou algumas

atividades, especialmente aquelas que envolvem licitação ou outras modalidades de contratação. Os processos demoram cerca de 4 a 5 meses em análises jurídicas e quando encaminhados para a CGGAM, acabam por não ter mais prazos exequíveis para a realização das atividades. Assim, no ano seguinte, o processo deveria começar outra vez.

3.2.1.08 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro - 194207

A Coordenação Regional da Funai do Araguaia Tocantins/TO em conjunto com o Chefe do Posto Indígena Avá-Canoeiro, composta por cerca de 6 indígenas, disponibilizou para a execução do Projeto os servidores e infraestrutura, além de contar com suporte de contratados para a fiscalização da terra indígena Avá-Canoeiro.

3.2.1.09 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó – 194239

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA na execução do “Projeto Comunidade Indígena Kayapó”, composta por cerca de 947 indígenas, utiliza seus servidores, bem como sua infra-estrutura, como equipamentos e veículos disponíveis no município de Itaituba/PA, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, visando dar continuidade e sustentabilidade aos subprojetos implementados em parceria com a Comunidade Indígena.

3.2.1.10 – Programa Museu do Índio/Renda Indígena - – 194216

As atividades desenvolvidas pelos programas do Museu do Índio necessitam de diferentes estratégias de divulgação – banners, folders, sites e outros – e materiais artesanais que produzidos por artesãos de diferentes etnias, servindo de apoio às atividades desenvolvidas, em especial com alunos da rede pública que visitam o Museu do Índio.

O Museu do Índio tem dado ênfase a atividades como, mostras, palestras, projeções de vídeos e cursos de curta duração para cumprir sua missão de divulgação de informações sobre seu acervo e, em especial, sobre os povos indígenas.

Para acondicionar o artesanato adquirido e liberar espaços no Museu para desenvolver atividades junto ao público e estratégia encontrada foi à locação de contêineres.

O Museu do Índio, através do programa índios no Museu, promove exposições etnográficas, mostras fotográficas e venda de objetos. Todo o processo, da concepção à montagem, conta participação de índios. As fotos são produzidas em oficinas de fotografia nas aldeias e os artesanatos adquiridos servem de suporte para as atividades educativas e de divulgação.

Os objetivos propostos para o ano de 2012 foram plenamente alcançados, expressos através de mostras, palestras que visam ampliar os debates sobre a temática indígena. Os públicos visitantes do Museu do Índio, em geral e, em especial, aqueles oriundos das escolas públicas e particulares do estado, puderam incorporar novos conhecimentos sobre a dinâmica socioeconômica dos povos indígenas brasileiros, transformando-se, eles próprios em consumidores e divulgadores dos valores históricos dessas populações ancestrais.

3.2.1.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary - 194221

A Coordenação Regional do Nordeste II/CE tem a competência, em termos de recursos físicos e orçamentários, de disponibilizar servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento adequado do Projeto inerente a Comunidade Indígena Pitaguary, composta por cerca de 4.185 indígenas.

Além de contar com a mencionada estrutura, a mencionada Coordenação Regional, conta com a supervisão da FUNAI-sede em Brasília/DF, por meio da Coordenação Geral de

Orçamento, Contabilidade e Finanças-CGOF, da Diretoria de Administração e Gestão-DAGES, tanto quanto da Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável-DPDS, com a colaboração de técnicos convidados / parceiros e, ainda, da própria Comunidade Indígena.

3.2.1.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazâ – Chupinguaia - 194218

Após a criação do Conselho Gestor, foi solicitada e criada uma Unidade Gestora para a execução dos recursos recebidos em favor do Programa Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã, compostas por cerca de 273 indígenas, em benefício aos índios impactados direta e indiretamente pela construção e operação da Central Hidrelétrica Cascata Chupinguaia – RO.

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT disponibiliza para a execução do Projeto, servidores lotados naquela regional bem como de suas Coordenações Técnicas Locais de Vilhena, além de infraestrutura, com equipamentos e veículos, contando ainda com o suporte técnico de servidores lotados na Funai em Brasília/DF.

A aplicação dos recursos referentes ao Plano e Aplicação do exercício de 2012, consistiu em dar prioridade à manutenção dos equipamentos adquiridos com recursos o Projeto, bem como apoiar as atividades já implantadas (roças tradicionais e criação em pequena escala de bovinos), foi programado a realização de um curso de corte e costura para as mulheres da aldeia, porém não foi possível sua execução, ficando sua realização pra ser novamente discutida com a comunidade indígena no próximo exercício.

3.2.1.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Sararé” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena Sararé”, compostas por cerca de 130 indígenas, a reversão para a legalidade dos índios aliciados pelos madeireiros, valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida com segurança alimentar e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade como: renda local gerada pelo artesanato, palmito, criação de gado e manejos; zelo com os recursos financeiros, bens materiais e serviços bem como, a vigilância indígena regular cominada com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional em questão firmou parcerias locais com as prefeituras de Conquista D’Oeste e Vila Bela/MT, Funasa e com a Escola Indígena Sararé.

3.2.1.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT tem buscado na execução do “Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Hahaintsu” e do “Projeto de Gestão Territorial Indígena”, a reversão para a melhoria de moradias dos indígenas, dando qualidade de vida aos mesmos e barrando dos aliciamentos de madeireiros, bem como valorizando o interesse indígena pelo seu modo de vida e bem estar nas aldeias; a inclusão da comunidade na gestão sócio econômica de sua realidade com maior usufruto indígena dos recursos da terra tradicional protegida.

A Coordenação Regional firmou parcerias locais com as prefeituras de Comodoro/MT.

3.2.1.15 – Kondá - 194222

A Coordenação Técnica Local da Funai de Chapecó/SC disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto. Além da estrutura utilizada, o Projeto conta com o suporte técnico de servidores da Coordenação Regional Interior

Sul/RS, FUNAI Brasília/DF, Técnicos Convidados bem como de Parceiros e da própria Comunidade Indígena.

3.2.1.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, com equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto em referência.

Além da estrutura utilizada pela regional em questão, o Projeto contou com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 46 indígenas.

3.2.1.17 – Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios -- 194238

A Coordenação Regional de MG – ES utiliza na execução do “Projeto Comunidade Indígena Comboios, composta por cerca de 100 famílias indígenas, servidores, infra-estrutura, equipamentos e veículos disponíveis nos municípios de Governador Valadares/MG e Aracruz/ES onde encontra-se localizada a Terra Indígena Comboios, além de contar com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF.

A referida Regional, por meio da Coordenação Técnica de Comboios, tem buscado construir parcerias com instituições públicas e privadas localizadas no Estado do Espírito Santo, principalmente com o Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural/INCAPER, visando oportunizar a Comunidade Indígena Tupiniquim de Comboios acesso a conhecimentos técnicos que poderão garantir a sustentabilidade dos subprojetos.

3.2.1.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

A Coordenação Regional da Funai do Baixo São Francisco/BA disponibiliza para a execução do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô, composta por cerca de 360 indígenas, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos necessários para o desenvolvimento das atividades propostas.

3.2.1.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce – CVRD – Tucumã – 194242

A Coordenação Regional da Funai de Kaiapó Sul do Pará/PA disponibiliza servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto ainda com o suporte técnico de servidores desta Fundação lotados em Brasília/DF e com indígenas da própria comunidade da região, composta por cerca de 3.000 indígenas.

3.2.1.20 – Projeto Alto Turiaçu - 194229

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contanto com o suporte técnico de servidores da Funai lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena do Alto Turiaçu, composta por cerca de 97 indígenas.

3.2.1.21 - Projeto Guajarara/Caru – 194234

A Coordenação Regional da Funai do Maranhão/MA disponibilizam servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos para o cumprimento do Projeto, contando também com o suporte técnico de servidores da FUNAI lotados em Brasília/DF, Técnicos Convidados, Parceiros e da própria comunidade indígena, composta por cerca de 380 indígenas.

3.2.1.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250

194211 - BR 163

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194212 - BR 163

A Coordenação Regional da Funai do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria Funai e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194240 - BR 163

A Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso/MT tem adotado uma metodologia de execução, acompanhamento e avaliação dos resultados do programa que vai de encontro com as expectativas da própria comunidade indígena.

Tem-se buscado a participação efetiva das famílias na decisão sobre o uso dos investimentos e sobre o custeio, promovendo assim, uma melhor produção e um bem-estar na comunidade. Para a excelência na execução do Projeto, a Coordenação Regional do Norte do Mato Grosso dispõe de equipamentos e servidores da própria FUNAI e, em casos excepcionais, da utilização de serviço de terceiros, principalmente serviços de locomoção.

194241 - BR 163

No PBA, cada um dos subprogramas tem projetos específicos para atender a um grupo de impactos socioambientais previamente identificados e assim contribuir para o objetivo geral do programa. Com relação à duração do programa, apresentam-se uma proposta de cinco anos de duração para os subprogramas de Alternativas Econômicas Sustentáveis, Educação Ambiental e Melhoramento de Vias de Acesso. A necessidade de continuidade ou alteração das atividades deverá ser objeto de avaliação, tendo como base os resultados do subprograma de Coordenação e Monitoramento. Para os subprogramas de Coordenação e Monitoramento e de Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas, sugere-se que os mesmos tenham duração permanente e que sua continuidade esteja condicionada à avaliação e ao planejamento baseado nos dados de monitoramento.

194250 - BR 163

Não houve plano de aplicação no exercício de 2012.

3.2.1.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH's Complexo Juruena - 194243,

194244, 194245, 194246, 194247 e 194248

194243 - Programa Juruena Enawene-Nawe

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado na execução do Programa Enawene-Nawe PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

194244 - Juruena Rikbaktsa

A Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT, sediada em Juína/MT tem buscado, na execução do Programa Rikbaktsa PCH Juruena, estabelecer uma relação amistosa entre os empreendimentos e a preservação da cultura indígena.

194245 - Juruena Paresi

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, o que demanda alterações no programa original.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, governamentais ou não, e das Prefeituras Municipais de Conquista do Oeste, Tangara da Serra e Sapezal.

194246 - Juruena Menku

Após o Decreto nº. 7.778/12, a Coordenação Regional da Funai do Noroeste de Mato Grosso/MT passou a dar continuidade no acompanhamento dos programas, antes em Tangará da Serra/MT. Devido às longas discussões, que se prolongaram por anos, as necessidades dos índios também foram se modificando, com isso serão necessárias algumas alterações nos programas iniciais, em razão de algumas atividades estarem sendo articuladas através da Prefeitura Municipal e outros parceiros governamentais e não governamentais.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis, com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, como a Prefeitura Municipal de Brasnorte, o IBAMA, a OPAN, entre outros.

194247 - Juruena Nambikwara

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela execução do programa. As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dos diversos órgãos parceiros, tais como a Prefeitura Municipal de Sapezal, Associação Moxi, Associação Waklitsu, IBAMA, OPAN e Universidade.

194248 - Juruena Nambikwara

A Coordenação Regional da Funai de Cuiabá/MT é a responsável pela coordenação e execução do programa. Para isso, utilizam servidores lotados na CR Cuiabá e na CTL Vilhena, infraestrutura, equipamentos e veículos dessas unidades, além de contar com o suporte técnico de servidores lotados em Brasília/DF.

As ações serão desenvolvidas buscando o máximo de parcerias possíveis com a

finalidade de minimizar os custos e aumentar a eficiência dos diversos projetos a serem implantados. O apoio logístico e técnico será dado pela Prefeitura Municipal de Comodoro e pela Associação Nambikwara.

3.2.1.24 - Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251

Gestão junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, quanto à liberação da primeira parcela dos recursos destinados ao referido programa a fim de atender à Coordenação Geral de Índios Isolados e de Recente Contato – CGIIRC/DPDS/FUNAI.

3.2.1.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo’e Índios Isolados - 194252

A Coordenação Regional do Centro Leste do Pará – PA utilizou na execução do Projeto Comunidade Indígena Zo’e, servidores, infraestrutura, equipamentos e veículos disponíveis na Coordenação.

3.2.1.26 – CGPIMA – 194040/194200

A Renda do Patrimônio Indígena utiliza a toda a estrutura funcional da Funai em Brasília/DF no apoio técnico à todas Unidades Descentralizadas da Função que executam recursos da mencionada renda.

3.3 EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

3.2.2) Análise do plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão

Conforme citado no item 2.1.2 a análise do plano de ação também será apresentado por programas/projetos específicos, como segue:

3.2.2.01 - Programa Artíndia - 194223, 194230 e 194231.

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, no programa Artíndia, a receita prevista foi de R\$ 1.783.568,73 (cento e cinquenta e três mil reais). Atingiu-se o montante de R\$ 1.696.172,82 (cem mil e quinhentos e dez reais e vinte centavos), sendo R\$ 1.119.048,23 (setenta e oito mil e cento e setenta e seis reais e vinte centavos) referentes ao saldo do exercício anterior e R\$ 577.124,59 (vinte e dois mil e trezentos e trinta e quatro reais) como previsão de vendas de artesanato indígena. Conforme determina a Portaria nº. 643/PRES/2010 de 05 de maio de 2010, a Loja Artíndia do Museu do Índio fica vinculada ao Museu do Índio.

O valor das despesas previstas para o exercício de 2012 foi de R\$ 560.606,20 (quinhentos e sessenta mil e seiscentos e seis reais e vinte centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 21.625,00 (vinte e um mil e seiscentos e vinte e cinco reais), sendo R\$ 13.980,00 (treze mil e novecentos e oitenta reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 7.645,00 (sete mil e seiscentos e quarenta e cinco reais) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 1.674.547,82 (um milhão e seiscentos e setenta e quatro mil e quinhentos e quarenta e sete reais e oitenta e dois centavos) na conta única das UG's: 194230, 194231, 194223 e 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 1.783.568,73

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.696.172,82

Percentual alcançado: 95,10 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 560.606,20

Total das Despesas Realizadas/Meta FinanceiraR\$ 13.980,00
Percentual alcançado: 2,49 %

A loja CEV – Artíndia Brasília - está subordinada à Diretoria de Administração e Gestão - DAGES.

3.2.2.02 – 194202 – Projeto de Desenvolvimento Comunidade Indígena Chiquitano

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto de Desenvolvimento da Comunidade Indígena Chiquitano a receita prevista foi de R\$ 23.278,65 (vinte e três mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 41.571,82 (quarenta e um mil e quinhentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 20.978,65 (vinte mil e novecentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) e o restante no valor de R\$ 20.593,17 (vinte mil e quinhentos e noventa e três reais e dezessete centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional e do cancelamento de restos a pagar. Foi prevista uma despesa no montante de R\$ 23.278,65 (vinte e três mil e duzentos e setenta e oito reais e sessenta e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 19.586,85 (dezenove mil e quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo R\$ 18.907,82 (dezoito mil e novecentos e sete reais e oitenta e dois centavos) como valores pagos e R\$ 679,03 (seiscentos e setenta e nove reais e três centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 22.664,00 (vinte e dois mil e seiscentos e sessenta e quatro reais) aplicado na conta única da UG: 194202, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 23.278,65

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 41.571,82

Percentual alcançado: 178,58 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 23.278,65

Total das Despesas Realizadas/Meta FinanceiraR\$ 19.586,85

Percentual alcançado: 84,14 %

- Em relação à atividade de Reocupação e Gestão Territorial foi promovido o acompanhamento junto ao MPF, DPF, PFE, de Regularização Fundiária e ameaças contra os Chiquitanos. Foi promovida a recuperação e construção de moradas e roças. Feito acordo judicial MPF, PFE/AGU e Fazendeiro garantindo a permanência da Comunidade Vila Nova Barbecho em suas terras até a identificação e demarcação.

- Na atividade de revitalização cultural na etapa de edição de cartilha histórico e cultural, não foi realizado a edição de cartilha em função da priorização de outras mentas. Apoio ao IPHAN no levantamento arqueológico e cultural objetivando a comprovação da ocupação tradicional chiquitano.

- Na atividade de Segurança Alimentar e Geração de Renda foram implementados parcialmente roças comunitárias em decorrência da manutenção do maquinário e conflito fundiário, aquisição e distribuição de cestas básicas, foi realizado acompanhamento Projeto MMA, não realizado reforma no barracão/Projeto em função da demora na construção do barracão MME, impossibilitando a desocupação do mesmo para instalação do maquinário de arroz.

- No que tange ao Fortalecimento das redes de sustentação social, foi realizado o apoio e construção do centro comunitário (escola/saúde) Vila Nova Barbecho e escolas em Acorizal e Central, apoio a atuação da pastoral da criança e melhoria da casa da FUNAI, não foi realizado

em função da priorização de outras metas.

3.2.2.03 – 194203 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD

Para o exercício de 2012, foi previsto recurso no montante de R\$ 902.563,98 (novecentos e dois mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 1.071.091,25 (um milhão, setenta e um mil, noventa e um reais e vinte e cinco centavos), sendo proveniente do saldo do exercício de 2011 o valor de R\$ 812.563,98 (oitocentos e doze mil e quinhentos e sessenta e três reais e noventa e oito centavos), somados aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2012 no valor de R\$ 114.398,22 (cento e quatorze mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte e dois centavos) e do valor de R\$ 144.129,05 (cento e quarenta e quatro mil, cento e vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos) devido a cancelamento de restos a pagar.

O valor previsto das despesas para o cumprimento do programa, no exercício de 2012, foi de R\$ 902.562,38 (novecentos e dois mil, quinhentos e sessenta e dois reais e trinta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 489.476,05 (quatrocentos e oitenta e nove mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinco centavos), sendo R\$ 348.256,77 (trezentos e quarenta e oito mil e duzentos e cinquenta e seis reais e setenta e sete centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 141.219,28 (cento e quarenta e um mil e duzentos e dezenove reais e vinte e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 722.834,48 (setecentos e vinte e dois mil e oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos) aplicado na conta única da UG: 194203, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem..... R\$ 902.563,98
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.071.091,25
 Percentual alcançado: 118,67 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 902.562,38
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 489.476,05
 Percentual alcançado: 54,23 %

PI	FINALIDADE
ADMINISTRAÇÃO	Aquisição de Óleo Diesel para execução de projetos
	Diárias para deslocamento de servidores
	Serviços Técnicos Profissionais
	Aquisição de Peças para veículos
	Manutenção e Conservação de Veículos
	Locação de Veículos
AWÁ	Aquisição de Veículo Caminhão Mercedes Benz
	Aquisição de Aparelhos e equipamentos de comunicação (rádio receptor portátil)
	Aquisição de Aparelhos e utensílios domésticos (Freezer Horizontal)
	Aquisição de semoventes e equipamentos de montaria
	Aquisição de Máquinas e ferramentas e utensílios para oficina
	Aquisição de utensílios hidráulicos e elétricos (bomba água)
BACURIZEIRO	Aquisição de Materiais e Bens Imóveis/Instalação
	Aquisição de sementes, mudas de plantas e insumos

GUAJÁ	Aquisição de fornos quadrados
	Aquisição de prensas metálicas para mandioca
JANUARIA	Aquisição de Cevador para ralar mandioca
	Manutenção de Veículos
JURITI	Aquisição de Bomba d água manual
	Serviços de instalação elétrica casa de farinha
MAÇARANDUBA	Aquisição de Veiculo Caminhão Mercedes
	Aquisição e Arame Farpado, areia, cimento, pregos, parafusos e estacas
NOVO PLANETA	Aquisição de 2 gadanhos destinados as comunidades indígenas da aldeias novo planeta inerentes ao acordo de cooperação FUNAI/VALE
PIÇARRA	Aquisição de forno quadrado para aldeia capitão mira, fim atender plano anual de trabalho relativo ao acordo de cooperação firmado entre FUNAI/VALE
	Aquisição de 55 rolos de arame farpado destinado a atender demandas constantes no acordo de cooperação funai/vale 2011, relativo a aldeia piçarra preta
	Reforço a NE fim complementar quantidade solicitada e constante certame licitatório
	Aquisição de facao de 20´´para atender as atividades das comunidades indígenas da aldeia piçarra preta
	Aquisição de enxadas destinadas à utilização nas atividades produtivas das comunidades indígenas da aldeia piçarra preta
	Aquisição de novilha bovina destinada à comunidade indígena da aldeia piçarra
	Aquisição de garrote e boi reprodutor destinado as comunidades indígenas residentes na aldeia piçarra, pregão 08/2011
	Aquisição de pacotes de 1 kg contendo grampos para cerca destinados a comunidade indígena contemplada no acordo de cooperação funaixvale
	Aquisição de cavadeiras as comunidades indígenas da aldeia piçarra preta fim atender o objeto do acordo de cooperação funiaxvale
PIQUIZEIRO	Aquisição de enxadas fim atenderem o constante no plano anual oriundo do acordo de cooperação funaixvale, pregao 022011
	Aquisição de lima chata para atender as atividades de projetos estruturantes do acordo de cooperação funaixvale
	Aquisição de 3 martelos destinados a utilização pelas comunidades indígenas da aldeia piquezeiro
	Aquisição de machados fim atenderem demanda das comunidades indígenas da aldeia piquizeiro conf. Pat/2011
	Aquisição de foices destinadas as comunidades indígenas da aldeia piquizeiro, conforme plano anual de trabalho 2011 do acordo de cooperação funaixvale
	Aquisição de cavadeira destinada às comunidades indígenas da aldeia piquizeiro
	Aquisição de grampos para cerca pacotes de 1 kg destinados as

	comunidades indígenas contempladas no acordo de cooperação funaixvale
TABOCAL	Aquisição de boi reprodutor destinado comunidade indígenas aldeia tabocal conforme acordo de cooperação funaixvale
	Aquisição de reprodutor e matriz suína destinadas as comunidades indígenas da aldeia tabocalo, pregão 08/2011
	Aquisição de novilhas destinadas às comunidades indígenas da aldeia tabocal
TIRACAMBU	Aquisição de tijolos e cimento destinados a comunidade indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE
	Aquisição de lima chata destinada às comunidades indígenas da aldeia tiracambu, conf. Acordo de cooperação FUNAI/VALE
	Aquisição de ferramenta facão de 18'' destinados as comunidades indígenas da aldeia tiracambu conforme acordo de cooperação funaixvale
	Aquisição de plantadeiras destinadas as comunidades da aldeia tiracambu conforme acordo de cooperação funaixvale
TURIZINHO	Aquisição de cocho de madeira destinado a comunidade indígena da aldeia turizinho - pregão 007/2011
	Aquisição de bomba d'água destinada a comunidade indígena da aldeia turizinho - pregão 07/2011
	Aquisição de prensa metálica destinadas a casa de farinha da aldeia turizinho - pregão 07/2011
	Aquisição de radio receptor destinado a aldeia turizinho conforme plano de trabalho anual oriundo do acordo de cooperação FUNAI/VALE-pregão 07/2011
	Aquisição de equipamentos para indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE
	Construção de casa de farinha na aldeia turizinho conforme consta em autos de processo
	Elaboração de projeto básico para reforma de casa de farinha nas aldeias contempladas com o acordo FUNAI/VALE
ZÉ GURUPI	Aquisição de fornos destinados a comunidade indígena da aldeia zé gurupi - pregão 007/2011
	Aquisição de roçadeira costal a gasolina com corte de fio destinada atender programa de trabalho 2011 oriundo do acordo de cooperação FUNAI/VALE - pregão 07/2011
	Aquisição de radio destinado as comunidades indígenas da aldeia zé gurupi conforme pta do acordo FUNAI/VALE 2011-pregão 07/2011
	Aquisição de equipamentos para comunidades indígenas contempladas com acordo FUNAI/VALE
	Prestação de serviços com construção de casa de farinha em conformidade com o constante nos autos do processo
	Referente prestação de serviço na elaboração de projeto básico destinado a definir padrões de reforma de casas de farinha e tanque de piscicultura nas aldeias contempladas com acordo FUNAI/VALE
	Aquisição de lima chata destinadas as comunidades indígenas da aldeia zé gurupi em atendimento ao constante no plano anual de trabalho funaixvale

Aquisição de cavadeira boca de lobo destinada a utilização pelas comunidades indígenas da aldeia ze gurupi, conf. Plano anual
Aquisição de facao de 18'' destinados a atender plano anual de trabalho do acordo funaixvale na aldeia aldeia zé gurupi
Aquisição de facão tipo catana curta destinados as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi visando continuidade dos projetos oriundos do acordo de cooperação funaixvale 2011, pregão 02/2011
Aquisição de mudas frutíferas para atender projetos produtivos oriundos do acordo funaixvale 2011 na aldeia ze gurupi
Aquisição de muda de abacate v.s.f. destinados a comunidade indígena da aldeia ze gurupi em continuidade aos projetos oriundos do acordo funaixvale pregao 02/2011
Aquisição de mudas frutíferas destinadas atender projetos das comunidades indígenas da aldeia ze gurupi, pregao 02/2011
Aquisição de mudas frutíferas de limão, manga, caju e jaca destinada às comunidades indígenas da aldeia ze gurupi
Aquisição e mudas de acerola destinadas as comunidades indígenas contempladas no acordo cooperação funaixvale
Aquisição de roçadeiras manual sem cabo - foice - destinado as comunidades indígenas ze gurupi
Aquisição de mudas de coco anão destinado as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi destinados as comunidades indígenas contempladas no acordo de cooperação funaixvale pregão 02/2011
Aquisição de plantadeiras destinadas às comunidades indígenas residentes na aldeia ze gurupi fim atender plano de trabalho 2011, pregao 06/2011
Aquisição de limas destinadas as comunidades indígenas da aldeia ze gurupi em cumprimento ao objeto do acordo de cooperação funaixvale

3.2.2.04 – 194205 – Projeto Comunidade Indígena Kayapó

No Plano de Aplicação, exercício de 2012, deste projeto, foi prevista uma receita de R\$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 30.437,62 (trinta mil e quatrocentos e trinta e sete reais e sessenta e dois centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 o valor R\$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos) proveniente do leilão de madeira apreendida em Terras Indígenas, o valor de R\$ 29,79 (vinte e nove reais e setenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e o restante no valor de R\$ 2.203,49 (dois mil e duzentos e três reais e quarenta e nove centavos) é proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional. Foi prevista uma despesa no montante de R\$ 28.204,34 (vinte e oito mil e duzentos e quatro reais e trinta e quatro centavos, atingindo-se um montante de despesas realizadas no valor de R\$ 22.613,13 (vinte e dois mil e seiscentos e treze reais e treze centavos), sendo o valor de R\$ 21.582,71 (vinte e um mil e quinhentos e oitenta e dois reais e setenta e um centavos) como despesas pagas e o restante no valor de R\$ 1.030,42 (um mil e trinta reais e quarenta e dois centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 8.854,91 (oito mil e oitocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e um centavos) na conta única da UG: 194205, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 28.204,34

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 30.437,62
Percentual alcançado: 107,92 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 28.204,34
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 22.613,13
Percentual alcançado: 80,18%

O projeto em questão tem por objetivo aplicação dos recursos provenientes do leilão de madeira Kayapó km 14 em benefício das comunidades indígenas das aldeias Kororotí, Omeikrãkum e Kakâkubem assim discriminados com a proteção e fiscalização da Terra Indígena e apoio a produção de roças tradicionais.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	9.512,61
GENEROS DE ALIMENTACAO	2.396,68
MATERIAL DE CACA E PESCA	2.000,00
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	199,44
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	2.580,21
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	994,25
SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES	2.881,00
FERRAMENTAS	198,94
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	850,00
EMBARCACOES	1.000,00

3.2.2.05 – 194233 - Projeto Comunidades Indígenas Apyterewa e Ipixuna (Parakanã)

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Integrado Apyterewa e Ipixuna, sob a gestão da Coordenação Regional de Belém, possuía uma receita prevista de R\$ 752.953,57 (setecentos e cinquenta e dois mil e novecentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos). Atingiu-se uma receita de R\$ 748.218,20 (setecentos e quarenta e oito mil e duzentos e dezoito reais e vinte centavos), oriundos do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 678.353,57 (seiscentos e setenta e oito mil e trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e sete centavos), acrescidos dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 69.268,63 (sessenta e nove mil e duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e três centavos) e o restante no valor de R\$ 596,00 (quinhentos e noventa e seis reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 199.630,00 (cento e noventa e nove mil e seiscentos e trinta reais), tendo sido empenhadas despesas no valor de R\$ 29.008,01 (vinte e nove mil e oito reais e um centavo), sendo R\$ 7.804,31 (sete mil e oitocentos e quatro reais e trinta e um centavos) como valores pagos e R\$ 21.203,70 (vinte e um mil e duzentos e três reais e setenta centavos) inscritos em restos a pagar, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 740.413,89 (setecentos e quarenta mil e quatrocentos e treze reais e oitenta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194233, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 752.953,57

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 748.218,20
Percentual alcançado: 99,37%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 199.630,00
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 29.008,01
Percentual alcançado: 14,53 %

O projeto em questão tem por objetivo proporcionar o uso sustentável das Terras Indígenas Apyterewa e Araweté Igarapé Ipixuna por meio da implantação de sistemas agroflorestais múltiplos, ampliação da agricultura de subsistência, execução do extrativismo vegetal, ações de proteção/recuperação/conservação das nascentes/cursos d'águas das terras indígenas/entorno e criação de gado leiteiro como suplemento alimentar para crianças.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.804,31
MATERIAL DE CACA E PESCA	3.709,60
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	5.561,10
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	5.640,00
FERRAMENTAS	4.093,00
MAQUINAS E EQUIPAM. DE NATUREZA INDUSTRIAL	2.200,00

3.2.2.06 – 194204 – Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Suruí/Sororó possuía uma receita prevista de R\$ 16.269,67 (dezesseis mil e duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e sete centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 16.965,90 (dezesseis mil e novecentos e sessenta e cinco reais e noventa centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 7.326,98 (sete mil, trezentos e vinte e seis reais e noventa e oito centavos), mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 1.506,23 (um mil e quinhentos e seis reais e vinte e três centavos) e do valor de R\$ 8.132,69 (oito mil e cento e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 8.132,69 (oito mil e cento e trinta e dois reais e sessenta e nove centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 7.689,24 (sete mil e seiscentos e oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos), sendo o valor de R\$ 3.157,00 (três mil e cento e cinquenta e sete reais) como créditos empenhado liquidado e R\$ 4.532,24 (quatro mil e quinhentos e trinta e dois reais e vinte e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 9.276,66 (nove mil e duzentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos) aplicados na conta única da UG: 194204; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 16.269,67
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 16.965,90
Percentual alcançado: 104,28%
Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 8.132,69
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 7.689,24
Percentual alcançado: 94,55%

Para atender os veículos da Associação Indígena Aikewara foram adquiridos combustíveis, óleo diesel, lubrificantes e para o veículo Nissan Frontier pertencente à Associação Aikewara foi feita manutenção com aquisição de filtro de óleo, filtro de ar, correia dentada, filtro de combustível, e pastilhas de freio.

3.2.2.07 – 194208 e 194209 - Projeto Comunidade Indígena Guarani/BR-101 - PACIG

Da receita prevista, no ano de 2012, no valor de R\$ 16.636.555,20 (dezesesseis milhões, seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), atingiu-se o montante de R\$ 6.622.491,66 (seis milhões, seiscentos e vinte e dois mil, quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), sendo o saldo do exercício anterior no valor de R\$ 6.249.555,20 (seis milhões, duzentos e quarenta e nove mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), do valor de R\$ 352.617,66 (trezentos e cinquenta e dois mil e seiscentos e dezessete reais e sessenta e seis centavos) proveniente dos rendimentos da aplicação dos recursos na Conta Única do Tesouro Nacional, do valor de R\$ 20.318,80 (vinte mil e trezentos e dezoito reais e oitenta centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar, tendo sido realizadas despesas no montante de R\$ 4.590.956,01 (quatro milhões, quinhentos e noventa mil e novecentos e cinquenta e seis reais e um centavo), passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 2.031.535,65 (dois milhões, trinta e um mil, quinhentos e trinta e cinco reais e sessenta e cinco centavos), sendo parte dele aplicada na conta Única do Tesouro Nacional – UG: 194040, Gestão: 19209 e o restante disponível na conta limite de saque das UG's: 194208 e 194209, Gestão: 19209.

Com relação à Gestão Financeira do Convênio, informamos que no exercício de 2012, os recursos foram utilizados da seguinte maneira:

Em Reais (R\$):

SEDE	CR LITORAL SUL	CR PASSO FUNDO	TOTAL
0,00	4.590.956,01	0,00	4.590.956,01

PI Monit	PI Fund	PI Infra	PI Socio	TOTAL
6.000,00	0,00	4.558.229,47	26.726,54	4.590.956,01

Saldo Previsto para 2013: R\$ 2.031.535,65

Ressalta-se que os recursos do Convênio estão aplicados na Renda Indígena e podem ser realocados de acordo com a necessidade de cada subprograma.

Os rendimentos provenientes da Renda Indígena serão utilizados nos subprogramas do PACIG, uma vez que já foi verificada uma defasagem orçamentária e financeira para a execução do Convênio, tendo-se em vista o atraso em sua execução.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 16.636.555,20

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 6.622.491,66

Percentual alcançado: 39,81%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 16.636.555,20
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 4.590.956,01
 Percentual alcançado: 27,60%

O projeto em questão tem por objetivo implementar programas e/ou projetos de apoio às Comunidades Indígenas Guarani (Cambirela, Praia de Fora, Morro dos Cavalos, Massiambu, Cachoeira dos Inácios, Campo Bonito, Barra do Ouro, Varginha e Riozinho), afetadas pelos impactos socioambientais decorrentes das obras de duplicação da BR-101, trechos Florianópolis-SC e Osório-RS, assim discriminados com a subprograma fundiário, monitoramento, sócio econômico ambiental e infra estrutura com a construção de casas para moradias para atender as famílias das Comunidades Guaranis.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
DIARIAS NO PAIS	27.187,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.225,00
MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO	5.500,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	7.349,39
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	9.555,80
FERRAMENTAS	10.370,15
PASSAGENS PARA O PAIS	7.800,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	6.000,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	2.745,00
OBRAS EM ANDAMENTO	4.510.223,67

3.2.2.08 – 194207 - Projeto Comunidade Indígena Ava-Canoeiro

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Avá-Canoeiro apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 4.589.895,21 (quatro milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, oitocentos e noventa e cinco reais e vinte e um centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 4.574.499,44 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 2.764.924,08 (dois milhões, setecentos e sessenta e quatro mil, novecentos e vinte e quatro reais e oito centavos); o pagamento de royalties em 2012 no valor de R\$ 209.909,13 (duzentos e nove mil, novecentos e nove reais e treze centavos), o pagamento do PAAC – Programa de Apoio aos Ava - Canoeiro no Valor de R\$ 1.199.071,13 (um milhão, cento e noventa e nove mil e setenta e um reais e treze centavos), dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R\$ 361.995,10 (trezentos e sessenta e um mil, novecentos e noventa e cinco reais e dez centavos) e do valor de R\$ 38.600,00 (trinta e oito mil e seiscentos reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, não houve execução de atividades, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 4.574.499,44 (quatro milhões, quinhentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e quarenta e quatro centavos) aplicados na conta única da UG: 194207 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 4.589.895,21
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 4.574.499,44
 Percentual alcançado: 99,66%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 0,00
 Percentual alcançado: 0,00%

3.2.2.09 – 194239 - Projeto Comunidade Indígena Kayapó

O Plano de Aplicação, exercício de 2011, do Projeto Comunidade Indígena Kayapó, sob a gestão da Coordenação Regional de Tucumã possuía uma receita prevista de R\$ 603.284,63 (seiscentos e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 593.561,82 (quinhentos e noventa e três mil e quinhentos e sessenta e um reais e oitenta e dois centavos) compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 543.284,63 (quinhentos e quarenta e três mil e duzentos e oitenta e quatro reais e sessenta e três centavos) mais os rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 15.332,69 (quinze mil e trezentos e trinta e dois reais e setenta e nove centavos) no exercício de 2012 e de cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 34.944,50 (trinta e quatro mil e novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 256.418,12 (duzentos e cinquenta e seis mil e quatrocentos e dezoito reais e doze centavos), sendo R\$ 232.229,20 (duzentos e trinta e dois mil, duzentos e vinte e nove reais e vinte centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 24.188,92 (vinte e quatro mil e cento e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 337.143,70 (trezentos e trinta e sete mil e cento e quarenta e três reais e setenta centavos) aplicado na conta única das UGs: 194239 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 603.284,63
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 593.561,82
 Percentual alcançado: 98,39 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 400.000,00
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 256.418,12
 Percentual alcançado: 64,10 %

O projeto em questão tem por objetivo de proporcionar o uso sustentável da Terra Indígena Mekrãnotire, aldeias Kubenkokre e Pykany, etnia Kayapó, bem como a gestão territorial coibindo possíveis invasões da terra indígena. Será dada continuidade às atividades de agricultura de subsistência, infraestrutura, corte e costura e coleta de castanha.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
DIARIAS NO PAIS	12.390,00
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	41.058,22
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	4.004,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	18.241,80
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	11.200,00
MATERIAL DE CACA E PESCA	15.055,50
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	12.496,00

MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	45.994,90
MATERIAL DE COPA E COZINHA	3.597,50
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	11.493,20
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	5.442,00
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	5.308,00
FERRAMENTAS	12.972,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	57.165,00

3.2.2.10 – 194216 – Programa Museu do Índio/Renda Indígena

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Museu do Índio – Renda Indígena possuía uma receita prevista de R\$ 103.092,00 (cento e três mil e noventa e dois reais). Atingiu-se um montante de R\$ 80.231,82 (oitenta mil e duzentos e trinta e um reais e oitenta e dois centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 na ordem de R\$ 46.921,98 (quarenta e seis mil e novecentos e vinte e um reais e noventa e oito centavos) e o restante no valor de R\$ 33.309,84 (trinta e três mil e trezentos e nove reais e oitenta e quatro centavos) referentes à taxa de visitação, aos cancelamentos de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 103.092,00 (cento e três mil e noventa e dois reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 60.940,50 (sessenta mil e novecentos e quarenta reais e cinquenta centavos), sendo R\$ 52.963,40 (cinquenta e dois mil e novecentos e sessenta e três reais e quarenta centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 7.977,10 (sete mil e novecentos e setenta e sete reais e dez centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 19.291,32 (dezenove mil e duzentos e noventa e um reais e trinta e dois centavos) disponível na conta única das UGs: 194216 e 194040; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 103.092,00
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 80.231,82
 Percentual alcançado: 77,83%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 103.092,00
 Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 52.963,40
 Percentual alcançado: 51,37 %

A presença de público nas dependências do Museu foi de 21.208 visitantes dos quais 8010 pagantes. Foram alcançados os objetivos programados para o ano de 2012, expressos no apoio às iniciativas indígenas de registro e divulgação de saberes tradicionais. As oficinas atingiram as metas de transmissão de conhecimentos sobre matérias-primas, técnicas e estética de objetos tradicionais desses povos.

O Museu organizou oficinas específicas com as etnias. A produção cultural material e os objetos produzidos serviram para desenvolver atividades com o objetivo de integrar atividades de divulgação a um público mais amplo.

O Museu do Índio realizou junto ao público visitante a divulgação de manifestações culturais dos povos indígenas, promovendo oficinas abertas e apresentações de cantos e danças tradicionais, exposições, mostras de filmes, etc..

3.2.2.11 - Projeto Comunidade Indígena Pitaguary – 194221

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R\$ 229.531,33 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos e trinta e um reais e trinta e três centavos). Atingiu-se

uma arrecadação de R\$ 259.526,02 (duzentos e cinquenta e nove mil e quinhentos e vinte e seis reais e dois centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R\$ 100.883,20 (cem mil e oitocentos e oitenta e três reais e vinte centavos); da liberação da parcela de 2012, com a devida correção, no valor de R\$ 105.948,13 (cento e cinco mil e novecentos e quarenta e oito reais e treze centavos); dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 27.653,38 (vinte e sete mil e seiscentos e cinquenta e três reais e trinta e oito centavos) e do cancelamento de restos a pagar no valor de R\$ 25.041,31 (vinte e cinco mil e quarenta e um reais e trinta e um centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 172.153,00 (cento e setenta e dois mil e cento e cinquenta e três reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 38.426,12 (trinta e oito mil e quatrocentos e vinte e seis reais e doze centavos), sendo R\$ 25.361,08 (vinte e cinco mil e trezentos e sessenta e um reais e oito centavos), como crédito empenhado liquidado e R\$ 13.065,04 (treze mil e sessenta e cinco reais e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 221.099,90 (duzentos e vinte e um mil e noventa e nove reais e noventa centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194221 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 229.531,33

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 259.526,02

Percentual alcançado: 113,07%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 172.153,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 25.361,08

Percentual alcançado: 14,73 %

Objetivando a implementação do Projeto para a melhoria de vida da Comunidade Indígena Pitaguary, foram elaboradas Agendas de Desenvolvimento Sustentável para as comunidades Monguba, Santo Antônio, Horto e Olho D'Água, com os seguintes subprojetos:

ALDEIA MONGUBA: Oficina de Corte e Costura; Manutenção e Melhorias na Casa de Apoio; Reforma e Melhorias Na Escola Indígena; Participação em Eventos; Manutenção de Veículo Utilitário e Manutenção do Projeto de Apicultura.

01 – PROJETO DE OFICINA DE CORTE E CUSTURA – Este projeto foi contemplado com valor de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), para a execução das ações de Manutenção de Máquinas de Costura, Aquisição de Máquinas de Costura Industrial e Aquisição de Aviamentos. Após reuniões na comunidade indígena já no final do exercício de 2012, a comunidade decidiu que iria dar continuidade ao referido Projeto. Das ações acima descritas foi possível realizar somente a manutenção das 05 (cinco) máquinas de costura no valor de R\$ 1.260,00, atingindo assim um percentual de execução de 15%.

02 – PROJETO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS NA CASA DE APOIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 20.464,00 (vinte mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais), para execução das ações: Pagamento de Energia Elétrica, Material de Limpeza, Pintura Artística, Aquisição de Equipamentos, Serviço de Pintura, Serviço de Revisão das Instalações Elétricas, Materiais de Construção, Manutenção de Equipamentos e Informática e Serviço Técnico Profissional. Das ações acima descritas somente foi possível executar o pagamento de energia elétrica, aquisição de material de limpeza no valor total de R\$ 1.706,55 (hum mil, setecentos e seis reais e cinquenta e cinco centavos), atingindo um percentual de execução de 8,34% do programado.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA ESCOLA INDÍGENA – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para a execução da ação

de construção de 02 (duas) salas de aulas com banheiros na Escola Indígena da Monguba, não houve manifestação da comunidade, ficando os recursos para o serem gastos no exercício seguinte.

4 – PROJETO DE PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS– Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução da ação: Ajuda de custo para participação de indígenas em evento cultural. Houve a participação de 06 indígenas no acampamento livre na cidade do Rio de Janeiro – RJ, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), atingido assim 100% da execução.

05 - PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 7.490,00 (sete mil, quatrocentos e noventa reais), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas DETRAN, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo Van Citroën Jumper, com capacidade para transportar 16 pessoas, foi adquirida em 2010. Foram executadas as ações de Aquisição de Peças, Serviços Mecânicos e Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório), no valor de R\$ 2.013,56 (dois mil, treze reais e cinquenta e seis centavos), atingido assim 26,88% da execução. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscrito em restos a pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

06 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DO PROJETO DE APICULTURA – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Gêneros Alimentícios (cera), Instalações e Equipamentos. Não houve a execução de nenhuma das ações. Em virtude da seca que o Estado do Ceará vem enfrentando o Projeto tornou inviável resumindo apenas em algumas colmeias depositadas nos fundos da casa de uma família, sem a devida assistência por parte dos responsáveis pelo Projeto.

ALDEIA SANTO ANTÔNIO: Oficina de Corte e Costura; Sistema de Abastecimento de Água; Reforma e Melhorias na Escola Indígena; Manutenção de Veículo Utilitário; Manutenção do Projeto de Apicultura; Manutenção do Projeto de Piscicultura e Manutenção do Projeto da Despoldadeira.

01 - PROJETO OFICINA DE CORTE E COSTURA– Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), para a execução da ação: Manutenção das Máquinas de Costura. Não houve a execução da ação. As obras Centro de Trabalhos Alternativos (Reforma do Prédio) foram iniciadas em meados de 2011 e concluídas somente no final do segundo semestre de 2012. Finalizado, o Centro de Trabalhos Alternativos conta com um salão para oficinas de corte e costura e outros trabalhos com confecções. Acreditamos que com a entrega do referido centro o Projeto terá continuidade em 2013. O recurso para o pagamento da terceira e última medição da obra foi pago através de restos a pagar de 2010.

02 – PROJETO DE SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 23.960,00 (vinte e três mil, novecentos e sessenta reais), para a execução das ações: Aquisição de Tubos Soldáveis para condução de água e Serviços de Automoção do Poço 01. Foi executada somente a ação de aquisição de tubos soldáveis no valor de R\$ 6.998,94 (seis mil novecentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos), atingindo 29,21% do programado. Este projeto foi bastante prejudicado em virtude do atraso da conclusão da obra de adequação do Sistema de Abastecimento de Água Bruta, para atender a comunidade indígena envolvida. Este projeto teve seu início em 2010 e seu termino somente no final de 2012, sendo pago com recursos de restos a pagar de 2010.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA ESCOLA INDÍGENA – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 8.690,00 (oito mil, seiscentos e noventa reais), para a execução das ações: Serviço de Construção de uma telhoça na Escola Indígena; Manutenção de Equipamentos de Informática e Pagamento de Serviços Técnicos Profissionais (Contabilidade). Foi executada somente a ação de Manutenção de Equipamentos de Informática no valor de R\$ 747,60 (setecentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos). Quanto à ação de construção da telhoça ficou no aguardo de definição por parte da Comunidade Indígena envolvida.

4) - PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 4.740,00 (quatro mil, setecentos e quarenta), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas Detran, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo Kombi. Foi executada somente a ação de Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório) no valor de R\$ 146,54 (cento e quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos), atingido assim 3,09% da execução. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscritos em restos a pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

5) - MANUTENÇÃO DO PROJETO DE APICULTURA– Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Gêneros Alimentícios (cera), Instalações e Equipamentos. Não houve a execução de nenhuma das ações. Em virtude da seca que o Estado do Ceará vem enfrentando o Projeto tornou inviável resumindo apenas em algumas colmeias depositadas nos fundos da casa de uma família, sem a devida assistência por parte dos responsáveis pelo Projeto.

06 – MANUTENÇÃO DO PROJETO DE PISCICULTURA - Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), para a execução das ações: Instalações de Equipamentos e Ração para Peixes. Não houve a execução de nenhuma das ações. A conclusão da construção das três lavanderias comunitárias inviabilizou a execução do referido Projeto. Fizemos, ainda, contato com a EMATERCE, através do seu Setor de Agronegócio, e estávamos com uma boa perspectiva para essa capacitação acontecer também em 2013, mas, pelo mesmo motivo supracitado, não aconteceu. A Prefeitura de Maracanaú através de seus técnicos responsáveis pela obra nos informou que as mesmas ficariam prontas até o final do exercício de 2013, as obras estão em fase de acabamento. Esperamos que quando da elaboração do Plano de Aplicação de 2013 seja dada a continuidade neste Projeto, buscando assim nova fonte de alimentação e de renda.

07 – MANUTENÇÃO DO PROJETO DA DESPOLPADEIRA - Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 12.830,00 (doze mil, oitocentos e trinta reais), para a execução da ação: Aquisição de uma Câmara. Não houve a execução da ação. As obras do Centro de Trabalhos Alternativos (Reforma do Prédio) foram iniciadas em meados de 2011 e concluída somente no final do segundo semestre de 2012. Finalizado, o Centro contará com sala para armazenamento de mel de abelhas e ainda outras três salas nas quais serão desenvolvidos trabalhos relacionados à produção de polpa de frutas. Acreditamos que com a entrega do referido centro o Projeto terá continuidade em 2013.

ALDEIA HORTO:Manutenção do Centro Cultural; Agricultura de Subsistência Irrigada; Reforma e Melhorias na Casa de Farinha e Oficina de Corte e Costura.

01 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DO CENTRO CULTURAL

Não houve execução.

02 – PROJETO DE AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA IRRIGADA

Não houve execução.

03 – PROJETO DE REFORMA E MELHORIAS NA CASA DE FARINHA

Não houve execução.

04 – PROJETO DE OFICINA DE CORTE E COSTURA

Não houve execução.

Observação: Com mudança da gestão das Associações Indígenas ficou acordado que os recursos alocados para a execução dos projetos acima citados serão reaplicados no Exercício de 2013, de acordo com a decisão do Conselho Gestor junto com a comunidade indígena.

ALDEIA OLHO D'ÁGUA: Manutenção e Melhorias no Salão de Corte e Costura; Festa do Milho; Criação de Gado Leiteiro e Manutenção de Veículo Utilitário.

01 – PROJETO DE MANUTENÇÃO E MELHORIAS NO SALÃO DE CORTE E COSTURA – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 11.259,00 (onze mil, duzentos e cinquenta e nove reais), para a execução das ações: Aquisição e Instalação de Prateleiras em Mármore; Construção de Muretas na área do Terraço, Conserto do Portão; Tampo de Mesa; Serviço Técnico Profissional (contabilidade); Portões de Entrada do Salão; Manutenção de Equipamentos de Informática; Serviços de Internet; Aquisição de Máquinas de Costura e Aquisição de Máquinas de Costura. Houve uma reprogramação de algumas ações deste Projeto para a o Projeto de Instalação e Pagamento de Energia Elétrica do Salão de Corte e Costura, uma vez que sem energia elétrica não seria possível executar algumas das ações programadas, utilizando assim o valor de R\$ 1.352,95 (um mil e trezentos e cinquenta e dois reais e noventa e cinco centavos). Atingindo assim 12,01% do programado. As demais ações envolvendo infraestrutura por problemas técnicos na Coordenação regional não possível sua execução, esperamos que com a instalação da energia elétrica e com a vontade das mulheres indígenas envolvidas neste Projeto, o mesmo tenha continuidade no exercício de 2013.

02 – PROJETO FESTA DO MILHO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 7.450,00 (sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), para a execução das ações: Aquisição de Gêneros Alimentícios, Material de Limpeza e Produtos descartáveis. Somente a ação de Aquisição de Gêneros alimentícios foi executada no valor de R\$ 2.998,68 (dois mil novecentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos). O saldo restante da ação acima foi reprogramado par atender uma emergência na área assistência, com o pagamento de auxílio financeiro para o indígena Valdeci para aquisição de gêneros alimentícios durante o período de 04 (quatro) meses, período este onde o mesmo encontrava-se de atestado médico em virtude de um acidente quando o mesmo participava da construção de uma casa dentro da aldeia indígena. Portanto foi utilizado o valor de R\$ R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais), com a anuência da comunidade indígena devidamente registrada em ata. Valor total executado neste Projeto foi de R\$ 4.398,68 (quatro mil trezentos e noventa e oito reais e sessenta e oito centavos). As demais ações não foram executadas.

03 – PROJETO DE GADO LEITEIRO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 3.040,00 (três mil e quarenta reais) para a execução das ações de: Aquisição de Ração para Animais e Instalação e pagamento Energia Elétrica. A ação de aquisição de ração foi executada no valor de R\$ 979,00 (novecentos e setenta e nove reais) atingindo assim 97,9% do programado e a ação referente à energia elétrica foi empenhada e esta no aguardo da instalação por parte do Órgão Estadual responsável (COELCE).

A Comunidade, com recursos próprios construiu algumas instalações e cercas de arame, porém constatamos a morte de alguns animais adquiridos com o Projeto em exercícios anteriores, em virtude da grande seca que vem afetando o Estado do Ceará. Também tivemos problemas para adquirir a ração necessária em tempo hábil pelo motivo da falta de

documentação dos fornecedores da ração. A Comunidade e os próprios servidores da Coordenação adquiriram as vacinas para imunizar os animais nas duas campanhas de 2012.

04 – PROJETO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO – Este projeto foi contemplado com o valor de R\$ 6.940,00 (seis mil, novecentos e quarenta reais), para a execução das ações: Aquisição de peças, Serviços Mecânicos, Seguro Veicular, Taxas DETRAN, Pagamentos de Despachante, para a manutenção do veículo utilitário Kombi. Foram executadas as ações de Aquisição de Peças, Serviços Mecânicos e Pagamento de Taxas DETRAN (Licenciamento e Seguro Obrigatório), no valor de R\$ 2.757,26 (dois mil e setecentos e cinquenta e sete reais e vinte e seis centavos), atingido assim 39,72% do programado. A ação de Seguro Veicular foi devidamente empenhada e passou como restos a pagar e ação de Pagamentos de Despachante não foi executado porque os serviços foram executados pelos servidores da Coordenação regional Nordeste II. O veículo foi abastecido com recursos da FUNAI; com recursos do próprio projeto inscrito em restos a pagar (processo licitatório) e também com recursos da própria da comunidade indígena.

3.2.2.12 – Programa Ambiental Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã – Chupinguaia - 194218

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Ambiental das Comunidades Indígenas Aikanã, Latundê e Kwazã apresentou uma receita prevista de R\$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 101.446,25 (cento e um mil e quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos), sendo composta pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), e do valor de R\$ 12.518,00 (doze mil e quinhentos e dezoito reais) referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 88.928,25 (oitenta e oito mil e novecentos e vinte e oito reais e vinte e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 65.040,70 (sessenta e cinco mil e quarenta reais e setenta centavos), sendo R\$ 25.983,92 (vinte e cinco mil e novecentos e oitenta e três reais e noventa e dois centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 39.056,78 (trinta e nove mil e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 36.405,55 (trinta e seis mil e quatrocentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), disponível na conta das UG's: 194218, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 88.928,25
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 101.446,25
Percentual alcançado: 114,08%	

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....	R\$ 88.928,25
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....	R\$ 25.983,92
Percentual alcançado: 29,22%	

1. Sustentabilidade Organizacional

- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes.
- foram realizados serviços de manutenção e conservação de veículos.
- foram adquiridas passagens terrestres destinadas a indígenas e servidores, atendendo à programação.
- foram adquiridos materiais de construção.

- foram adquiridos peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
- despesas com deslocamento de servidores.

2. Sustentabilidade Socioeconômica

- Aquisição e materiais de construção.
- Aquisição e suplementação mineral para o gado.
- Aquisição e sementes e insumos agrícolas.
- Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator
- Aquisição de medicamentos de uso veterinário.
- Deslocamento de servidores.
- Serviços de manutenção e conservação de veículos
- foram adquiridos combustíveis e lubrificantes para veículo e trator agrícola.

3. Sustentabilidade Socioambiental

- Aquisição de combustíveis e lubrificantes.
- Aquisição de peças para manutenção do veículo, incluindo pneus para o trator.
- Deslocamento e servidores.
- Serviços de manutenção e conservação de veículos

3.2.2.13 – Projeto de Desenvolvimento Sararé - Santa Elina - 194232

No Plano de Aplicação de 2012, para os recursos provenientes do Termo de Compromisso entre a Funai e a Mineração Santa Elina, foi previsto um montante no valor de R\$ 735.705,02 (setecentos e trinta e cinco mil e setecentos e cinco reais e dois centavos). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 725.328,56 (setecentos e vinte e cinco mil e trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R\$ 521.543,90 (quinhentos e vinte e um mil e quinhentos e quarenta e três reais e noventa centavos), somados à liberação da parcela de 2012, com a devida correção, no valor de R\$ 141.261,12 (cento e quarenta e um mil e duzentos e sessenta e um reais e doze centavos) e aos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 61.810,28 (sessenta e um mil e oitocentos e dez reais e vinte e oito centavos) e do valor de 713,26 (setecentos e treze mil e vinte e seis centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 413.887,10 (quatrocentos e treze mil e oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 90.772,95 (noventa mil e setecentos e setenta e dois reais e noventa e cinco centavos), sendo R\$ 55.028,21 (cinquenta e cinco mil e vinte e oito reais e vinte e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 35.744,74 (trinta e cinco mil e setecentos e quarenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) como restos a pagar inscritos, passando superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 634.555,61 (seiscentos e trinta e quatro mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194232, Gestão: 19209 .

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 735.705,02

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 725.328,56

Percentual alcançado: 98,59 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 413.887,10

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 55.028,21

Percentual alcançado: 13,30 %

1. Gestão Socioambiental da Terra Indígena

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1 - Gestão sócio ambiental da terra indígena	- Implementar 3 acampamentos de pesca caça e coleta interiorizando o manejo comunitário indígena e ambiental na TI Sararé; manutenção operacional e de reparos dos tratores e barcos pelo Projeto Sararé	- Foram feitas varias incursão com a comunidade, bem como a manutenção dos equipamentos e maquinários da comunidade.
	- apoio em deslocamentos dos índios, viabilizar acesso terrestre e fluvial no interior e no entorno da reserva, sendo: 15 km p/acampamento Kananxuê, 12km p/acampamento córregos Banhado / Paukalirajausu e 08 km p/limite sul (ex-garimpos 1996) no entorno interno da TI Sararé.	- foram adquiridos motor de popa, para viabilizar a trafego dos indígenas no interior da T.I, bem como melhoria do acesso a no entorno da T.I
	- aquisição de material permanente solicitado pelos índios: 1 oficina rural artesanal; implementos agrícolas complementares, máquina de solda, roçadeira motorizada, grade aradora com pneus e roçadeira motorizada; 02 celulares/cartão com antena móvel (15m);carreta agrícola; frezer; equipamentos e quatro animais de montaria.	- foram adquiridos parte dos equipamentos e quanto aos demais foi devido a dificuldade de adquirem na praça local
	- aquisição de materiais de construção, hidráulico e elétrico para manutenção das reformas implantadas e previstas em 2011	- foram adquiridas partes de materiais para recuperação e pequenos reparos
	Colaboração eventual de servidores da Funai e outros na implementação do Projeto Sararé em campo.	- foi feita atravez do Chefe da CTL
	- 2 vistorias / mensal no entorno externo da TI Sararé e Paukalirajausu, 2 vistorias / mensal no entorno interno da TI Sararé;	- foram feitas varias vistorias por parte da comunidade, chefe da CTL, serviores da CR, IBAMA e DPF

2. Manejo econômico das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da T.I. sararé

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
2 - Manejo sócio-econômico e cultural das dependências de bens e serviços entre os grupos étnicos da TI Sararé	- Disponibilizar, em condições de uso, para as aldeias, trator, equipamentos, gerador e barco/motor de popa, cota mensal de diesel, gasolina e lubrificante; Manutenção e reparos de viaturas e equipamentos a serviço do Projeto Sararé.	- foram dadas as condições, para manutenção dos equipamentos da comunidade no atendimento do dia a dia da comunidade
	- Manutenção e manejo do rebanho bovino, como vetor	- foram comprados insumos

<i>de renda aos índios da TI Sararé; manutenção de currais, cercas e pastagens.</i>	para atendimento de parte da demanda da comunidade.
<i>- Manter a garagem oficina nas aldeias, em condições de atender as demandas de pequenos consertos que podem ser feitos pelos índios;</i>	- não foram feita esta atividade, tendo em vista as viaturas serem mandadas para oficinas regulares
<i>- Aquisição e incentivo à manutenção de ferramentas e utensílios domésticos nas aldeias;</i>	- foram comprados utensílios e ferramentas conforme a solicitação da comunidade
<i>-Manutenção operacional da base experimental do Projeto Sararé e da Coordenação local, incluindo viatura a disposição em serviço.</i>	- nada foi feito, pois se aguardava a reforma da sede da CTL, que não foi ainda concluída
<i>- Implantação de um centro cultural de multi uso, destinado a guardar os equipamentos, oficina e atividades comunitárias e culturais.</i>	- não foi construído devido a problemas de licitatório
<i>Manutenção operacional e aquisição de víveres em atenção a serviços prestados por índios na implementação do Projeto Sararé.</i>	- foi atendido de acordo com a demanda da comunidade
<i>Realização de 2 intercâmbios para conhecimento de experiências de produção sustentável</i>	- não foi possível devido a outras demanda da comunidade

3. Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto a comunidade indígena.

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
3 – Colaboração de servidores da FUNAI e outros para implemento do projeto junto à comunidade indígena	- Colaboração eventual de servidores da FUNAI e outros na implementação do projeto	- Foi disponibilizado servidor desta Coordenação Regional para acompanhamento nas atividades de fiscalização dos garimpos e na retirada ilegal de madeira, bem como nas atividades cotidianas da comunidade - Monitoramento do entorno da Terra Indígena

3.2.2.14 - Projeto de Desenvolvimento Sararé - Leilão Madeira - 194224

Quanto aos recursos originados do leilão de madeira apreendida na terra indígena no ano de 1995, para o ano de 2012 foi previsto um montante de R\$ 181.514,00 (centos e oitenta e um mil e quinhentos e quatorze reais). Atingiu-se uma arrecadação de R\$ 184.696,84 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), provenientes do saldo financeiro de 2011 no valor de R\$ 163.514,00 (cento e sessenta e três mil e quinhentos e quatorze reais), dos rendimentos da aplicação financeira no valor de R\$ 18.980,70 (dezoito mil

e novecentos e oitenta e reais e setenta centavos) e do valor de R\$ 2.202,14 (dois mil e duzentos e dois reais e quatorze centavos) referentes ao cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 0,00 (zero reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), sendo R\$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 184.696,84 (cento e oitenta e quatro mil e seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e quatro centavos), disponível na conta de aplicação financeira da UG: 194224 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 181.514,00

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 184.696,84

Percentual alcançado: 101,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira.....R\$ 0,00

Percentual alcançado: 0,00 %

Não houve execução no exercício de 2012.

3.2.2.15 – Kondá - 194222

Dos recursos previstos para o exercício de 2012, no valor total de R\$ 200.674,74 (duzentos mil e seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), atingiu-se o montante de R\$ 207.444,33 (duzentos e sete mil e quatrocentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 98.656,50 (noventa e oito mil e seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos), do valor de R\$ 17.558,94 (dezessete mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e noventa e quatro centavos) provenientes dos rendimentos da aplicação na Conta Única do Tesouro Nacional, e o restante no valor de R\$ 91.228,89 (noventa e um mil e duzentos e vinte e oito reais e oitenta e nove centavos) provenientes do cancelamento de restos a pagar. No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 200.674,74 (duzentos mil e seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 128.842,94 (cento e vinte e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos), sendo R\$ 128.842,94 (cento e vinte e oito mil e oitocentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 78.601,39 (setenta e oito mil e seiscentos e um reais e trinta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194222 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 200.674,74

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 207.444,33

Percentual alcançado: 103,37 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 200.674,74

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 128.842,94

Percentual alcançado: 64,20 %

No exercício de 2012 as seguintes atividades foram desenvolvidas na Comunidade Kaingang reserva do Kondá:

- **Rocas de subsistência e geração de renda**

- Mutirão para limpeza do pomar da comunidade (aprox. 10 hectares de plantio de laranja).

OBS: A produção foi utilizada para consumo da comunidade e comercializada pela mesma.

- Agricultura: encontramos resistências por parte da comunidade, de forma geral, pois pelo despreparo, pela falta de aptidão e pelo tempo deslocado desta atividade, causando com isso o desperdício de tempo, recursos, constatados no baixo rendimento obtidos em todas as linhas de investimentos tidos até então. Exemplificamos:

Em 2012 houve plantio de soja e feijão em 60 hectares, sendo que na colheita não obtivemos a participação da Comunidade comprometendo a produção.

Foi investido R\$ 25.111,52 (vinte e cinco mil cento e onze reais e cinquenta e dois centavos) em manutenção de tratores e implementos agrícola, porém constantemente necessitando de reparos e consertos. Da mesma forma, foi investido R\$ 7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais) em insumos e sementes, o que poderia produzir aproximadamente 1.500 sacas de soja, dessa previsão não foi colhido 100% devido a falta de colheitadeira e participação dos índios na colheita manual, bem como, a estiagem que assolou esta região, reduzindo drasticamente a colheita.

Pecuária: A Aldeia Kondá é uma área em processo de formação em que pequenas propriedades são adquiridas, já existem áreas com pastagens permanentes formadas, com diferentes espécies de grama.

- Foi investido em aquisição de materiais e medicamentos de uso veterinário R\$ 6.645,00 (seis mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Área ambiental: ainda não há delimitação final da referida Terra Indígena, o que dificulta a criação de espaços de reserva ambiental. No entanto, já havia nas propriedades adquiridas áreas reflorestadas, o que está sendo mantido.

- Há um projeto encaminhado ao MPT a ser executado na quantia de 7.500 mudas de eucalipto.

- **Manutenção e conservação de veículos**

- Manutenção do veículo foi investida um valor de R\$ 3.075,00 (três mil e setenta e cinco reais) para o veículo Ranger.

- **Manut. e conserv. de máquinas e equipamentos**

- Manutenção de tratores e implementos agrícolas.

- **Combustíveis e lubrificantes**

- Aquisição de combustíveis e Lubrificantes para tratores e veículo de apoio a comunidade.

- **Suplementação Alimentar** (cestas básicas e alimentação índios em trânsito)

- Distribuição de uma cesta básica mensal por família durante 6 meses.

- Fornecimento de Alimentação aos indígenas em trânsito.

- **Acompanhamento das ações do Projeto**

- Aquisição e fornecimento de passagens para o deslocamento dos indígenas da Aldeia a cidades, para comercialização dos artesanatos e obtenção de documentos.

- Locação de veículos para transporte de indígenas.

OBS: Estes veículos foram utilizados para transporte da comunidade a outras aldeias para

velórios, reuniões, busca de matéria prima para confecção dos seus artesanatos e outros, de acordo com a necessidade da comunidade.

3.2.2.16 – Projeto Juruti Guajá – Terra Indígena Awa-Guajá - 194235

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Juruti Guaja – Terra Indígena Awa-Guajá apresentou uma receita prevista no valor de R\$ 2.943,51 (dois mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 2.907,14 (dois mil e novecentos e sete reais e quatorze centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 2.652,51 (dois mil e seiscentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e um centavos) e dos rendimentos de aplicação financeiro na ordem de R\$ 254,63 (duzentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 2.943,51 (dois mil e novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e um centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo R\$ 500,00 (quinhentos reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 2.407,14 (dois mil e quatrocentos e sete reais e quatorze centavos) aplicado na conta única das UGs: 194235; Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.943,51

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 2.907,14

Percentual alcançado: 98,76%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 2.943,51

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 500,00

Percentual alcançado: 16,99%

O projeto em questão tem por objetivo de reformar parte elétrica do posto.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	500,00

3.2.2.17– Projeto Petrobrás/Gasoduto Lagoa Parda – Comunidade Indígena Comboios - - 194238

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Comboios possuía uma receita prevista de R\$ 1.075.176,47 (um milhão e setenta e cinco mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.074.768,82 (um milhão e setenta e quatro mil e setecentos e sessenta e oito reais e oitenta e dois centavos), sendo saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 968.176,47 (novecentos e sessenta e oito mil e cento e setenta e seis reais e quarenta e sete centavos), e dos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única Tesouro Nacional no valor de R\$ 106.592,35 (cento e seis mil e quinhentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 977.050,00 (novecentos e setenta e sete mil e cinquenta reais), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 155.524,03 (cento e cinquenta e cinco mil e quinhentos e vinte e quatro reais e três centavos), sendo R\$ 95.728,13 (noventa e cinco mil e setecentos e vinte e oito reais e treze centavos) como crédito empenhado liquidado e pago e o valor de R\$ 59.795,90 (cinquenta e nove mil e setecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos) como restos a pagar inscritos, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 919.244,79 (novecentos e

dezenove mil e duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e nove centavos) aplicado na conta única da UG: 194238 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 1.075.176,47

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.074.768,82

Percentual alcançado: 99,96%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 977.050,00

Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:.....R\$ 95.728,13

Percentual alcançado: 9,80 %

1. Apoio a Atividade Silvicultura

Foi adquirido combustível, peças para manutenção dos veículos que atendem os projetos de tratos culturais da rebrota de 400 ha de eucalipto.

2. Construções

Quanto à construção do píer, o material foi adquirido no exercício de 2009, segundo informação do servidor Ronaldo Pereira Batista – CTL Aracruz/ES, ainda não houve condições de iniciar a obra, ficando esta etapa para ser executada em 2013.

Foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo de um galpão e centro de convivência.

Quanto à construção do galpão para abrigar veículos e do centro de convivência na Terra Indígena Comboios, foi elaborado o Projeto Arquitetônico, básico e executivo, onde falta elaboração do termo de referencia e edital para licitação das duas obras, estamos dependendo da orientação do engenheiro civil da FUNAI, já solicitada.

3. Aquisição de Máquinas, Veículos, Equipamentos e Matéria Prima

Foi solicitada aquisição de um veículo com capacidade para cinco passageiros, mas os preços apresentados, por duas vezes, foram superiores ao preço de mercado. O senhor pregoeiro esta encaminhando o processo de licitação para parecer jurídico (dispensa de licitação). Não houve solicitação para aquisição referente aos outros itens do subprojeto.

4. Seguro e licenciamento do veículo

As metas desse subprojeto foram realizadas de acordo com as solicitações da Comunidade para atender os veículos da Renda Indígena no desenvolvimento das atividades dos projetos.

5. Apoio ao estudante

Foi realizado nesse exercício cursos profissionalizantes na Fundação São João Batista e na Premier Educação Profissional Ltda. para alunos indígenas indicados pela comunidade.

6. Projeto social de melhorias habitacionais

Não houve solicitação da comunidade.

7. Projeto social de apoio atividade pesqueira

Foram adquiridos barcos para atender a comunidade indígena de Comboios.

8. Projeto social aquisição de trator agrícola

Aquisição encontra-se em fase de licitação.

9. Projeto social agropecuária e silvicultura

Foi adquirido material para construção de cerca para a criação de novilhas e aquisição de motosserras para manejo do eucalipto.

10. Projeto social pagamento de energia elétrica

Pagamento de debito de energia elétrica das famílias da comunidade indígena de Comboios.

3.2.2.18 – Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô - 194236

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto Comunidade Indígena Fulni-ô possuía uma receita prevista de R\$ 555.144,01 (quinhentos e cinquenta e cinco mil e cento e quarenta e quatro reais e um centavo). Atingiu-se o montante de R\$ 574.403,41 (quinhentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e três reais quarenta e um centavos), compostos pelo saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 130.144,01 (cento e trinta mil e cento e quarenta e quatro reais e um centavo), pelas parcelas de indenização do exercício de 2012 no valor de R\$ 424.091,50 (quatrocentos e vinte e quatro mil e noventa e um reais e cinquenta centavos) e pelos rendimentos de aplicação financeira na Conta Única do Tesouro Nacional no valor de R\$ 20.167,90 (vinte mil e cento e sessenta e sete reais e noventa centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 553.912,67 (quinhentos e cinquenta e três mil e novecentos e doze reais e sessenta e sete centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 479.706,26 (quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e seis reais e vinte e seis centavos), sendo R\$ 479.706,26 (quatrocentos e setenta e nove mil e setecentos e seis reais e vinte e seis centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 no valor de R\$ 94.697,15 (noventa e quatro mil e seiscentos e noventa e sete reais e quinze centavos) disponível na conta única da UG: 194236 Gestão: 19209

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 555.144,01
Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 574.403,41
Percentual alcançado: 103,47 %

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 553.912,67
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 479.706,26
Percentual alcançado: 86,60%

O projeto em questão tem por objetivo de oferecer melhores condições de vida aos indígenas, a fim de suprir as necessidades das famílias carentes em termos nutricionais, através de atividades de geração de renda que garantam a subsistência da comunidade, assim discriminados com as práticas sustentáveis de produção de alimentos, apoio à implantação, operação e manutenção da infraestrutura de produção e comercialização de produtos indígenas, capacitação de indígenas na elaboração, execução, monitoramento e avaliação de projetos produtivos e apoio às mulheres indígenas.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	7.989,00
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	7.962,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	8.000,00
ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	7.999,98
MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.996,61
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	7.999,66
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	7.950,00
FERRAMENTAS	8.000,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.200,00
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	23.956,00
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	4.791,20

3.2.2.19 – Projeto Companhia Vale do Rio Doce - CVRD Tucumã – 194242

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R\$ 59.394,08 (cinquenta e nove mil e trezentos e noventa e quatro reais e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 59.217,04 (cinquenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e quatro centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 53.494,08 (cinquenta e três e quatrocentos e noventa e quatro reais e oito centavos) e o restante no valor de R\$ 5.722,96 (cinco mil e setecentos e vinte e dois reais e noventa e seis centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 59.394,08 (cinquenta e nove mil e trezentos e noventa e quatro reais e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 0,00 (zero reais), sendo R\$ 0,00 (zero reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,06 (seis centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 59.217,04 (cinquenta e nove mil e duzentos e dezessete reais e quatro centavos) disponíveis na conta única da UG: 194242 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 59.394,08
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 59.217,04
Percentual alcançado: 99,70%	

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....	R\$ 59.394,08
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....	R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00 %	

3.2.2.20 – Projeto Alto Turiaçu – 194229

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R\$ 87.491,68 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 87.419,08 (oitenta e sete mil e quatrocentos e dezenove reais e oito centavos), provenientes do saldo do exercício de 2012 no valor de R\$ 82.492,00 (oitenta e dois mil e quatrocentos e noventa e dois reais) e o restante no valor de R\$ 4.927,08 (quatro mil e novecentos e vinte e sete reais e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 87.491,68 (oitenta e sete mil e quatrocentos e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos), sendo R\$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 8.650,51 (oito mil e seiscentos e cinquenta reais e cinquenta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 78.768,57 (setenta e oito mil e setecentos e sessenta e oito reais e cinquenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG: 194229 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....	R\$ 87.491,68
Total das Receitas Realizadas/Origem.....	R\$ 87.419,08
Percentual alcançado: 101,15 %	

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....	R\$ 87.491,68
Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....	R\$ 0,00
Percentual alcançado: 0,00%	

3.2.2.21 - Projeto Guajajara/Caru – 194234

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R\$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.308,15 (um mil e trezentos e oito reais e quinze centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 1.248,00 (um mil e duzentos e quarenta e oito reais), sendo R\$ 1.248,00 (um mil e duzentos e quarenta e oito reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 60,15 (sessenta reais e quinze centavos) disponíveis na conta única da UG: 194234 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 1.308,15

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.308,15

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 1.308,15

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 1.248,00

Percentual alcançado: 95,40%

O plano de aplicação elaborado contemplava 08 rolos de arame, no entanto, foram adquiridos 28 rolos, que serviu para ampliação do projeto inicial. Dessa forma as cercas em volta da pastagem foram recuperadas na totalidade.

3.2.2.22 - Programa de Compensação Ambiental da BR-163 - – 194211, 194212, 194240, 194241 e 194250

O Plano de Aplicação, exercício de 2012, do Projeto BR 163 apresentou uma receita prevista de R\$ 8.535.862,07 (oito milhões e quinhentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e dois reais e sete centavos). Atingiu-se um montante de R\$ 8.416.243,27 (oito milhões, quatrocentos e dezesseis mil e duzentos e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), sendo o saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 3.571.881,71 (três milhões e quinhentos e setenta e um mil e oitocentos e oitenta e um reais e setenta e um centavos) e de R\$ 257.535,87 (duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos e trinta e cinco reais e oitenta e sete centavos) referentes aos rendimentos da aplicação financeira no exercício de 2012, do valor de R\$ 2.381,79 (dois mil e trezentos e oitenta e um reais e setenta e nove centavos) referentes a cancelamento de restos a pagar e do valor de R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais) referentes à 2ª parcela do convenio FUNAI – DNIT.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 2.960.077,41 (dois milhões e novecentos e sessenta mil e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), tendo sido realizadas despesas no montante de R\$ 2.585.689,17 (dois milhões e quinhentos e oitenta e cinco mil e seiscentos e oitenta e nove reais e dezessete centavos), sendo R\$ 2.426.335,32 (dois milhões e quatrocentos e vinte e seis mil e trezentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) como valores pagos e R\$ 159.353,85 (cento e cinquenta e nove mil e trezentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos) como restos a pagar a liquidar, passando um superávit para o exercício de 2013 no valor de R\$ 5.830.554,10 (cinco milhões e oitocentos e trinta mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) que estão disponíveis nas Unidades Gestoras: 194211, 194212, 194241 e 194040, Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 8.535.862,07

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 8.416.243,27
Percentual alcançado: 98,60%

Total das Despesas Previstas/Meta Financeira.....R\$ 2.960.077,41
Total das Despesas Realizadas/Meta Financeira:....R\$ 2.426.335,32
Percentual alcançado: 81,97%

194211 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	19.282,25
GENEROS DE ALIMENTACAO	4.673,71
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	990,00
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	760,00
SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES	3.010,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	24.478,23
FERRAMENTAS	636,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	9.998,70
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	9.260,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.120,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	20.311,00
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	1.652,00
OBRAS EM ANDAMENTO	1.465,00
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICACAO	5.459,00
EMBARCACOES	45.340,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	12.025,00

194212 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como o subprograma fiscalização, subprograma atividades Extrativistas, subprograma fortalecimento cultural e subprograma atividades aviculturas.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	25.676,52
GENEROS DE ALIMENTACAO	9.133,43

ANIMAIS PARA PESQUISA E ABATE	3.000,00
MATERIAL DE CACA E PESCA	1.720,00
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	3.500,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	6.911,51
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	1.180,60
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	1.968,00
SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	2.845,77
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	20.498,13
FERRAMENTAS	4.376,00
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	6.994,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	2.743,50
SERV. DE APOIO ADMIN., TECNICO E OPERACIONAL	2.334,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	600,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	25.999,73
SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	1.200,00
HOSPEDAGENS	1.477,98
CONTRIB.PREVIDENCIARIAS-SERVICOS DE TERCEIROS	466,80
VEICULOS DIVERSOS	2.982,42

194240 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
GENEROS DE ALIMENTACAO	1.080,00

194241 BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com as ações piloto da BR-163 sustentável conforme PBA BR-163.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	4.189,68
GENEROS DE ALIMENTACAO	3.999,40
SOBRESSAL. MAQ.E MOTORES NAVIOS E EMBARCACOES	7.998,30

194200 CONVÊNIO BR 163

O projeto em questão tem por objetivo mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais, assim discriminados com o convênio FUNAI e o Instituto Kabu.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
INST.DE CARATER ASSIST.CULT.E EDUCACIONAL	2.281.352,51

3.2.2.23 – Programa de Compensação e Mitigação – PCH’s Complexo Juruena 194243, 194244, 194245, 194246, 194247 e 194248.

194243 - Juruena Enawene-nawe

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R\$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), atingiu-se o montante de R\$ 249.518,46 (duzentos e quarenta e nove mil e quinhentos e dezoito reais e quarenta e seis centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 222.876,61 (duzentos e vinte e dois mil e oitocentos e setenta e seis reais e sessenta e um centavos), e no valor de R\$ 25.581,36 (vinte e cinco mil e quinhentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 1.060,49 (um mil e sessenta reais e quarenta e nove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 243.014,08 (duzentos e quarenta e três mil e quatorze reais e oito centavos), sendo R\$ 107.817,04 (cento e sete mil e oitocentos e dezessete reais e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 135.197,04 (cento e trinta e cinco mil e cento e noventa e sete reais e quatro centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 6.504,38 (seis mil e quinhentos e quatro reais e trinta e oito centavos) disponíveis na conta única da UG 194243 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 248.484,94
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 249.518,46
 Percentual alcançado: 100,42%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 248.484,94
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 107.817,04
 Percentual alcançado: 43,39%

Da totalidade dos recursos deste programa, foram definidas no Plano de Aplicação de 2012 despesas previstas no valor de R\$ 248.484,94 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos e oitenta e quatro reais e noventa e quatro centavos) que contemplariam inicialmente os seguintes subprogramas:

Sustentabilidade Organizacional (SUSTORG) – haviam ficado previsto somente as despesas com deslocamento das lideranças e diretores da Associação Indígena.

Sustentabilidade Econômica (SUTECON) – Duas ações formam o eixo de sustentabilidade econômica: avicultura e piscicultura; quanto ao primeiro (avicultura) pode-se afirmar que as ações que eram previstas para o ano anterior acabaram ficando para este exercício,

tendo sido executadas com êxito, a piscicultura teve sua implementação total, porém devido a questões ambientais ocorreu a perda dos alevinos.

Sustentabilidade Ambiental (SUSTAMB) – Algumas ações de monitoramento ambiental e territorial foram executadas no exercício, também foi adquirido um caminhão de porte médio para apoiar as ações de monitoramento.

Sustentabilidade Cultural (SUSTCULT) – Dentre as atividades previstas foram realizadas ações ligadas a prática ritual do grupo, sendo adquirido combustível e pescado in natura. Todas as ações previstas foram executadas satisfatoriamente, sendo supridas as demandas previstas no Plano de Aplicação do exercício de 2012.

194244 - Juruena Rikbaktsa

Para o exercício de 2012 foram previstos recursos no montante de R\$ 505.147,05 (quinhentos e cinco mil e cento e quarenta e sete reais e cinco centavos), atingiu-se o montante de R\$ 511.249,61 (quinhentos e onze mil e duzentos e quarenta e nove reais e sessenta e um centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 444.498,02 (quatrocentos e quarenta e quatro mil e quatrocentos e noventa e oito reais e dois centavos), do valor de R\$ 55.034,45 (cinquenta e cinco mil e trinta e quatro reais e quarenta e cinco centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 11.717,14 (onze mil e setecentos e dezessete reais e quatorze centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 505.147,05 (quinhentos e cinco mil e cento e quarenta e sete reais e cinco centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 80.998,44 (oitenta mil e novecentos e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos), sendo R\$ 68.111,63 (sessenta e oito mil e cento e onze reais e sessenta e três centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 12.886,81 (doze mil e oitocentos e oitenta e seis reais e oitenta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 430.251,17 (quatrocentos e trinta mil e duzentos e cinquenta e um reais e dezessete centavos) disponíveis na conta única da UG 194244 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 505.147,05

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 511.249,61

Percentual alcançado: 101,21 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 505.147,05

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 80.998,44

Percentual alcançado: 16,03 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

DESCRIÇÃO

VALOR – R\$

DIARIAS NO PAIS	1.006,73
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	20.790,51
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	39.860,18
GENEROS DE ALIMENTACAO	4.998,21
MATERIAL DE CACA E PESCA	1.456,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	12.886,81

194245 - Juruena Paresi

Para o exercício de 2012 foram previstas recursos no montante de R\$ 569.956,38 (quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), atingiu-se o montante de R\$ 557.120,87 (quinhentos e cinquenta e sete mil e cento e vinte reais e oitenta e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 511.024,30 (quinhentos e onze mil e vinte e quatro reais e trinta centavos), e do valor de R\$ 43.396,38 (quarenta e três mil e trezentos e noventa e seis reais e trinta e oito centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e do restante no valor de R\$ 2.700,19 (dois mil e setecentos reais e dezenove centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 569.956,38 (quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 53.776,82 (cinquenta e três mil e setecentos e seis reais e oitenta e dois centavos), sendo R\$ 46.221,51 (quarenta e seis mil e duzentos e vinte e um reais e cinquenta e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 7.555,31 (sete mil e quinhentos e cinquenta e cinco reais e trinta e um centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 503.344,05 (quinhentos e três mil e trezentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos), disponíveis na conta única da UG 194245 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 569.956,38
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 557.120,87
 Percentual alcançado: 97,75 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 569.956,38
 Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 46.221,51
 Percentual alcançado: 8,11 %

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1. Sustentabilidade Organizacional	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos, aquisição de móveis e utensílios e diárias para servidores.	Foram feitas algumas ações na área de custeio, e apenas aquisição de móveis e utensílios em investimentos, os demais programas serão aplicados em 2013.
2. Sustentabilidade Sócioeconômica	- Aquisição de combustíveis e lubrificantes, manutenção de veículos e diárias para servidores.	O programa prevê o fortalecimento das organizações indígenas.
3. Sustentabilidade	- Manutenção de veículo, com aquisição de peças e prestação de serviço	O veículo presta apoio

Sócio Ambiental	(Gol CTL Tangara) - Aquisição de gêneros alimentícios. - Aquisição de Ferramentas.	na busca de parceria e outras atividades do projeto. - Aquisição de gêneros alimentícios e ferramentas para os trabalhos de fiscalização e proteção das Terras indígenas em parcerias com as Associações Indígenas.
------------------------	--	--

194246 - Juruena Menku

Para o exercício de 2012 foram previstas recursos no montante de R\$ 849.252,33 (oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), atingiu-se o montante de R\$ 863.157,20 (oitocentos e sessenta e três mil e cento e cinquenta e sete reais e vinte centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 675.283,26 (seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos e oitenta e três reais e vinte e seis centavos), e do valor de R\$ 85.912,07 (oitenta e cinco mil e novecentos e doze reais e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 101.961,87 (cento e um mil e novecentos e sessenta e um reais e oitenta e sete centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 849.252,33 (oitocentos e quarenta e nove mil e duzentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 184.786,41 (cento e oitenta e quatro mil e setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 44.885,91 (quarenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e cinco reais e noventa e um centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 139.900,50 (cento e trinta e nove mil e novecentos reais e cinquenta centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 678.370,79 (seiscentos e setenta e oito mil e trezentos e setenta reais e setent e nove centavos), disponíveis na conta única da UG 194246 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 849.252,33

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 863.157,20

Percentual alcançado: 101,64 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 849.252,33

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 184.786,41

Percentual alcançado: 21,76 %

O Plano de Compensação Ambiental visa atender as exigências legais, decorrentes dos empreendimentos das Pequenas Centrais Hidrelétricas integrantes do Complexo Juruena denominadas de PCH Telegráfica, PCH Sapezal, PCH Rondon, PCH Pareci, PCH Cidezal, PCH Segredo, PCH Ilha Comprida e PCH Divisa, localizadas entre os municípios de Sapezal e Campos de Júlio no Estado de Mato Grosso. O Plano Básico Ambiental apresenta as medidas mitigatórias e compensatórias apontadas nos Estudos Socioambientais e Socioculturais realizados na área de abrangência das referidas PCHs, assim como a Sustentabilidade

Organizacional, Sustentabilidade Econômica, Sustentabilidade Ambiental e Sustentabilidade Cultural.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
DIARIAS NO PAIS	3.487,78
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	100.328,93
GENEROS DE ALIMENTACAO	841,32
MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTECNICO	7.893,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	1.440,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	4.000,00
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	25.000,00
FERRAMENTAS	4.459,24
PASSAGENS PARA O PAIS	320,64
SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.500,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	536,50
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	12.500,00
MANUT.E CONS.DE B.MOVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	5.000,00
FORNECIMENTO DE ALIMENTACAO	4.150,00
AUXILIO A PESSOAS FISICAS	5.200,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRIC. E RODOVIARIOS	8.129,00

194247 - Juruena Nambikwara

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R\$ 211.096,88 (duzentos e onze mil e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), atingiu-se o montante de R\$ 209.380,94 (duzentos e nove mil e trezentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 181.551,44 (cento e oitenta e um mil e quinhentos e cinquenta e um reais e quarenta e quatro centavos), e o valor de R\$ 18.294,89 (dezoito mil e duzentos e noventa e quatro reais e oitenta e nove centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 9.534,61 (nove mil e quinhentos e trinta e quatro reais e sessenta e um centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 211.096,88 (duzentos e onze mil e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 82.966,14 (oitenta e dois mil e novecentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos), sendo R\$ 58.494,14 (cinquenta e oito mil e quatrocentos e noventa e quatro reais e quatorze centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 24.472,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$126.414,80 (centos e vinte e seis mil e quatrocentos e quatorze reais e oitenta centavos) disponíveis na conta única da UG 194247 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 211.096,88
 Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 209.380,94
 Percentual alcançado: 99,19 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 211.096,88

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 58.494,14
 Percentual alcançado: 27,71 %

- Projeto 1 – Sustentabilidade Organizacional;

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1 - Sustentabilidade Organizacional	- Pequenos reparos na sede da Associação Moxi. - Garantir a operacionalização e o fortalecimento das Associações;	- Foi feito pequenos reparos na Sede da Associação Moxi visando garantir a funcionalidade e o fortalecimento da referida Associação.

- Projeto 2 – Sustentabilidade Socioeconômica;

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
2 - Sustentabilidade sócio econômica	- Aquisição de sementes e mudas para a implantação de pastagem e pomares. - Aquisição de ração para galinhas. - Aquisição de galinhas. - Manutenção de veículo. - Aquisição de Combustíveis e lubrificantes.	-Foram adquiridas as galinhas e ração por um ano até que as roças de milho já estejam produzindo. -Foram realizado a manutenção de veículo visando dar as condições de logística para a implementação dos programas.

- Projeto 3 – Sustentabilidade Sócio Ambiental.

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
3 - Sustentabilidade Sócio ambiental	-Curso de formação de Conselheiro Ambiental Voluntário, instruindo os indígenas quanto aos aspectos básico da legislação ambientais. - Aquisição de insumos e ferramentas para a realização de fiscalização no entorno da Terra Indígena Tirecatinga. - Aquisição de combustíveis e lubrificantes.	Trata-se de um curso de noções básicas da legislação e de como proceder diante de uma infração ambiental, o que fazer como fazer e quem procurar. Foram realizadas várias fiscalização no entorno da Terra Indígena Tirecatinga.

- Projeto 4 – Sustentabilidade Cultural.

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
4 - Sustentabilidade Cultural	Fabricação de artesanatos	- Uma das alternativas encontradas e buscar os indígenas mais velhos para estimular os mais novos na fabricação de artesanatos, porque além de poder vender tem um valor cultural, ou seja, representa parte de sua cultura.

194248 - Juruena Nambikwara Cuiabá

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R\$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), atingiu-se o montante de R\$ 208.446,00 (duzentos e oito mil e quatrocentos e quarenta e seis reais), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 108.904,46 (cento e oito mil e novecentos e quatro reais e quarenta e seis centavos), e do valor de R\$ 19.083,34 (dezenove mil e oitenta e três reais e trinta e quatro centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 80.458,20 (oitenta mil e quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos), referentes a cancelamento de restos a pagar.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), tendo sido empenhadas no montante de R\$ 77.189,41 (setenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), sendo R\$ 45.834,66 (quarenta e cinco mil e oitocentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 31.354,75 (trinta e um mil e trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 131.256,59 (cento e trinta e um mil e duzentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG 194248 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 120.936,35

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 208.446,00

Percentual alcançado: 172,36%

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 120.936,35

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 45.834,66

Percentual alcançado: 37,90 %

O recurso disponível para execução do Projeto Nambikwara PCH Juruena em 2011 foi de R\$ 120.936,35 (cento e vinte mil e novecentos e trinta e seis reais e trinta e cinco centavos), todavia, foram gastos somente R\$ 77.189,41 (setenta e sete mil e cento e oitenta e nove reais e quarenta e um centavos), nos seguintes subprogramas:

- Projeto 1 – Sustentabilidade Organizacional;

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
1 - Sustentabilidade Organizacional	Aquisição de insumos e manutenção de equipamentos das	- foram atendida a demanda de acordo com a solicitação da

	associações indígenas nambiquara objetivando garantir sua operacionalização e fortalecimento;	comunidade
--	---	------------

- Projeto 2 – Sustentabilidade Socioeconômica;

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
2 - Sustentabilidade sócio econômica	Viagem de técnicos Funai/Índio na cidade de Colorado d'Oeste para visitar Cooperativa de Produtores de Urucum (Bixa orellana)	- foram feitas duas visitas de técnicos da Funai e em acompanhamento dos indígenas, bem como produtor em visita à comunidade
	Aquisição de combustíveis, alimentação, insumos e ferramentas para produção em roças tradicionais e implementação de portos pesqueiros/bases de vigilância em novas aldeias dotando-as de roças tradicionais a serem edificadas em locais estratégicos, estimulando também o plantio de urucu como fonte de renda	- foram feitas as aquisições de acordo com o programado, destinando a montagem dos portos pesqueiros.
	Aquisição de materiais e contratação de hora/máquina (trator de esteira), para construção de represa. Aquisição de alevinos e insumos para piscicultura.	- foi contratado trator para a construção de represa

- Projeto 3 – Sustentabilidade Sócio Ambiental.

Objetivos/metasp	Atividades/etapas	Obs/justificativa
3 - Sustentabilidade sócio ambiental	Aquisição e manutenção equipamento, de combustível e insumos para implementação de um sistema de vigilância, melhoria de estradas e materiais de construção de bases rústicas de vigilância em locais estratégicos.	- foram feitas de acordo com o programado

3.2.2.24 – Programa de Proteção aos Índios Isolados – BR 429 – 194251

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R\$ 2.380.481,72 (dois milhões e trezentos e oitenta mil e quatrocentos e oitenta e um reais e setenta e dois centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 1.176.161,72 (um milhão e cento e setenta e seis mil e cento e

sessenta e um reais e setenta e dois centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 1.176.034,91 (um milhão e cento e setenta e seis mil e trinta e quatro reais e noventa e um centavos) e o restante no valor de R\$ 126,81 (cento e vinte e seis reais e oitenta e um centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012.

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 1.176.161,72 (um milhão e cento e setenta e seis mil e cento e sessenta e um reais e setenta e dois centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 198.841,93 (cento e noventa e oito mil e oitocentos e quarenta e um reais e noventa e três centavos), sendo R\$ 85.146,54 (oitenta e cinco mil e cento e quarenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 113.695,39 (cento e treze mil e seiscentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 977.319,79 (novecentos e setenta e sete mil e trezentos e treze reais e setenta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194251 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 2.380.481,72

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 1.176.161,72

Percentual alcançado: 49,41 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 1.176.161,72

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 198.841,93

Percentual alcançado: 16,91%

O projeto em questão tem por objetivo desenvolver nas terras indígenas e nas referencias de índios isolados os projetos de proteção com ações de localização, monitoramento etnoambiental e manutenção das bases operacionais de campo com vigilância permanente assim como a Gestão da Proteção a Índios Isolados, Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau e Proteção a Índios isolados da Terra Indígena Massaco.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
DIARIAS NO PAIS	4.172,52
COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	65.825,55
GAS E OUTROS MATERIAIS ENGARRAFADOS	1.824,00
GENEROS DE ALIMENTACAO	7.896,90
MATERIAL FARMACOLOGICO	3.481,26
MATERIAL DE CACA E PESCA	5.076,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.443,34
MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	8.431,54
MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	2.612,00
MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	942,00
MATERIAL DE COPA E COZINHA	1.948,90
MATERIAL DE LIMPEZA E PROD. DE HIGIENIZACAO	6.438,46
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	5.996,00
MATERIAL P/ MANUT.DE BENS IMOVEIS/INSTALACOES	6.990,21
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS MOVEIS	7.919,14

MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	1.532,02
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	2.947,08
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	8.123,78
MATERIAL HOSPITALAR	919,50
MATERIAL P/ MANUTENCAO DE VEICULOS	6.660,00
FERRAMENTAS	3.979,59
MATERIAL DE SINALIZACAO VISUAL E OUTROS	1.996,00
PASSAGENS PARA O PAIS	2.431,29
LOCACAO DE MEIOS DE TRANSPORTE	7.700,00
DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	12.567,00
MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.200,00
MANUTENCAO E CONSERV. DE VEICULOS	1.153,00
SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	1.000,00
CONFECCAO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLAMULAS	4.485,00
SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	599,85
AUXILIO A PESSOAS FISICAS	4.550,00

3.2.2.25 – Programa de Comunidade Indígena Zo’e Índios Isolados - 194252

Para o exercício de 2012, foram previstos recursos no montante de R\$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos). Atingiu-se o montante de R\$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos).

No Plano de Aplicação de 2012, foi prevista uma despesa no montante de R\$ 60.645,83 (sessenta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 17.593,44 (dezessete mil e quinhentos e noventa e três reais e quanta e quatro centavos), sendo R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) como crédito empenhado liquidado e R\$ 13.493,44 (treze mil e quatrocentos e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 43.052,39 (quarenta e três mil e cinquenta e dois reais e trinta e nove centavos) disponíveis na conta única da UG: 194252 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 60.645,83

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 60.645,83

Percentual alcançado: 100,00 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 60.645,83

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 17.593,44

Percentual alcançado: 29,01%

O projeto em questão tem por objetivo de desenvolver na terra indígena Zo’é, com a comunidade indígena local, ações socioambientais e econômicas, reforçando a comunicação entre as aldeias.

De acordo com o plano de aplicação foram realizadas as seguintes despesas:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
-----------	-------------

MATERIAL DE CACA E PESCA	2.532,10
UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	1.644,00
MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	7.022,00
MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	1.500,00
MATERIAL DE PROTECAO E SEGURANCA	1.996,84
FERRAMENTAS	2.898,50

3.2.2.26 –CGPIMA - 194040/194200

Para o exercício de 2012 foi previsto recurso no montante de R\$ 307.597,03 (trezentos e sete mil e quinhentos e noventa e sete reais e três centavos), atingiu-se o montante de R\$ 7.842,27 (sete mil e oitocentos e quarenta e dois reais e vinte e sete centavos), provenientes do saldo do exercício de 2011 no valor de R\$ 6.847,03 (seis mil e oitocentos e quarenta e sete reais e três centavos) e do valor de R\$ 586,57 (quinhentos e oitenta seis reais e cinquenta e sete centavos) são provenientes dos rendimentos da aplicação financeira na conta única do Tesouro Nacional no exercício de 2012 e o restante no valor de R\$ 408,67 (quatrocentos e oito reais e sessenta e sete centavos), referentes a parcelas recebidas em 2012.

No Plano de Aplicação de 2012 foi prevista uma despesa no montante de R\$ 307.597,03 (trezentos e sete mil e quinhentos e noventa e sete reais e três centavos), tendo sido empenhadas despesas no montante de R\$ 1.884,19 (um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos), sendo R\$ 1.884,19 (um mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e dezenove centavos) como crédito empenhado liquidado e R\$ 0,00 (zero reais) como restos a pagar a liquidar, passando para o exercício de 2013 o valor de R\$ 5.958,08 (cinco mil e novecentos e cinquenta e oito reais e oito centavos) sendo que deste valor tem-se o valor de R\$ 81,31 (oitenta e um reais e trinta e um centavos) a classificar perfazendo um valor de R\$ 5.876,77 (cinco mil e oitocentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) disponíveis na conta única da UG 194040 Gestão: 19209.

Total das Receitas Previstas/Origem.....R\$ 307.597,03

Total das Receitas Realizadas/Origem.....R\$ 7.842,27

Percentual alcançado: 2,55 %

Total das Despesas Previstas/Meta Física.....R\$ 307.597,03

Total das Despesas Realizadas/Meta Física:.....R\$ 1.884,19

Percentual alcançado: 0,61 %

De conformidade com o foi previsto no plano de aplicação do mencionado projeto, foram adquiridos/contratados os seguintes itens:

DESCRIÇÃO	VALOR – R\$
ORIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	1.884,19

4.2 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 4.2.1 – AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES
--	---------

Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
31. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
32. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
33. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
34. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
35. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
36. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
37. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
38. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X		
39. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
40. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
41. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
42. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
43. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
44. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
45. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
46. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
47. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
48. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
49. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
50. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
51. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
52. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
53. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
54. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
55. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
56. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
57. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			

Monitoramento	1	2	3	4	5
58. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
59. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
60. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: A Funai tem envidado esforços no sentido de aprimorar seus controles internos tanto nas atividades desenvolvidas em sua Sede em Brasília/DF, quanto em todas as suas Unidades Descentralizadas com medida de melhoria da gestão.					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válida. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

5. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.2.4 Execução Orçamentária da Despesa

5.2.4.1 Execução da Despesa Com Créditos Originários

5.2.4.2.1 DESPESAS TOTAIS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 5.2.4.2.1.1 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
13. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	1.191.321	2.586.033	1.191.321	1.135.279
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência		8.337		
d) Pregão	1.191.321	2.577.696	1.191.321	1.135.279
e) Concurso				
f) Consulta				
14. Contratações Diretas (g+h)	640.266	1.977.120	637.084	763.381
g) Dispensa	640.266	1.165.858	637.084	763.381
h) Inexigibilidade		811.262		
15. Regime de Execução Especial				
i) Suprimento de Fundos				
16. Pagamento de Pessoal (j+k)				
j) Pagamento em Folha				
k) Diárias				
17. Outros – não aplicável	6.501.279	1.563.240	6.501.279	1.465.661
18. Total (1+2+3+4+5)	8.332.866	6.126.393	8.329.684	3.364.321

Fonte:

5.2.4.2.2 DESPESAS TOTAIS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 5.2.4.2.2.1 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
3 – Outras Despesas Correntes								
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	2.583.138	2.396.589	2.466.880	2.396.589	116.257	915.973	2.466.880	1.477.465
Material de consumo	1.539.907	1.545.542	984.777	1.545.542	555.130	620.500	981.595	890.300
Outros serviços de terceiros – pessoa física	138.996	109.063	135.496	109.063	3.500	48.399	135.496	60.664
Demais elementos do grupo	290.211	208.706	226.623	208.706	63.588	52.533	226.235	156.172
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não		Valores Pagos	

4 – Investimentos					Processados			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Obras e instalações	4.511.688	83.521	3.970.963	83.521	540.725	72.021	3.970.963	11.500
Equipamentos e material permanente	929.820	1.530.119	632.990	1.530.119	296.830	965.929	632.990	564.190
Despesas de exercícios anteriores		0		0		0		0
Demais elementos do grupo								

5.2.4.2.3 Análise crítica

- Alterações significativas ocorridas no exercício

Item 5.2.4.2.1 – houve um decréscimo significativo quanto às modalidades de pregão e dispensa e um aumento significativo quanto às outras modalidades, em especial a “não aplicável”, tendo em vista que as Coordenações Regionais valeram-se da execução por meio de convênios.

Item 5.2.4.2.2 – manteve-se a média nas despesas correntes na natureza de despesas “outros serviços de terceiros - pessoa jurídica” devido à celebração de Convênios com outras instituições para a execução de Projetos/Programas executados com recursos da renda do patrimônio indígena. Quanto às demais Naturezas de Despesas, mantiveram-se também a média das despesas para a execução dos Projetos/Programas, e quanto às demais Naturezas de Despesas do grupo de despesas “Investimentos”, houve um aumento significativo nos valores decorrente da especificidade das despesas previstas nos Planos de Aplicação no exercício de 2012.

- Contingenciamento no exercício

Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não sofrem contingenciamento por não fazerem parte do Orçamento Geral da União.

- Eventos negativos/positivos que prejudicaram/facilitaram a execução orçamentária

Negativos:

Com a ausência do regimento interno, instituído por meio da Portaria/PRES nº 1.733 de 27/12/2012, se esperimentou indefinições ou sobreposições nas atribuições de cada Coordenação-Geral da FUNAI, o que gerou dificuldades no planejamento/execução dos projetos e na aplicação dos recursos da Renda;

Deficiência no quadro de servidores da FUNAI, principalmente nas unidades descentralizadas.

Positivos:

O não contingenciamento dos recursos;

Flexibilidade da execução orçamentária, com a possibilidade de adequações no plano de aplicação de acordo com a solicitação e necessidade dos povos indígenas envolvidos, desde que não ocorra alteração do escopo do plano aprovado.

No tocante a gestão dos recursos da Renda do patrimônio Indígena, são atendidos os objetivos legais de: emancipação econômica das tribos, acréscimo do patrimônio rentável e custeio dos serviços de assistência ao índio.

6. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA
6.2 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

6.2.1 PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.2.1.1 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA Valores em R\$ 1,00

<i>Restos a Pagar Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos Acumulados</i>	<i>Pagamentos Acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2012</i>
2011	38.492		37.838	654
2010	7.444	248	7.195	
2009	277	277		
2008				
2007	280	280		
...				
<i>Restos a Pagar não Processados</i>				
<i>Ano de Inscrição</i>	<i>Montante Inscrito</i>	<i>Cancelamentos Acumulados</i>	<i>Pagamentos Acumulados</i>	<i>Saldo a Pagar em 31/12/2012</i>
2011	2.680.380	363.211	1.585.321	731.847
2010	423.873	247.968	124.033	51.872
2009	52.730	60.388		7.657
2008	864.358	17.065		847.293
2007				
...				

Fonte: SIAFI GERENCIAL

6.2.2 Análise Crítica

A Renda do Patrimônio Indígena difere do Orçamento da União. Os registros de restos a pagar ocorrem devido tanto ao controle contábil quanto às execuções orçamentária e financeira serem realizadas no SIAFI, seguindo o ciclo de registros e procedimentos à semelhança da execução do orçamento da União. Todavia, como no caso da execução dos recursos da União, ocorrem compromissos contratados cuja entrega dos bens e dos serviços ultrapassa o exercício financeiro, levando à necessidade de controle por meio do registro em RAP. Note que tais registros em RAP da Renda do Patrimônio Indígena não representam compromissos da União.

A permanência de Restos a Pagar por mais de um exercício é justificada por dificuldades na execução e/ou entrega dos bens por parte dos fornecedores, tais como empresas que apresentam problemas ao longo do processo, entregas parciais de bens e serviços entre outros.

6.3 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

6.3.1 RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>									
<i>Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>									
<i>CNPJ: 00.059.311/0019-55</i>					<i>UG/GESTÃO: 194040/19209</i>				
<i>Informações sobre as Transferências</i>									
<i>Modalidade</i>	<i>Nº do instrumento</i>	<i>Beneficiário</i>	<i>Valores Pactuados</i>		<i>Valores Repassados</i>		<i>Vigência</i>		<i>Sit.</i>
			<i>Global</i>	<i>Contrapartida</i>	<i>No Exercício</i>	<i>Acumulado até o Exercício</i>	<i>Início</i>	<i>Fim</i>	
<i>1</i>	<i>659153</i>	<i>Instituto Kabu</i>	<i>6.798.779</i>		<i>2.281.352</i>	<i>4.985.320</i>	<i>29/03/10</i>	<i>31/12/14</i>	<i>1</i>
<p>LEGENDA</p> <p><i>Modalidade:</i></p> <p>1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso</p> <p><i>Situação da Transferência:</i></p> <p>1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado</p>									
<i>Fonte: SIAFI GERENCIAL E OPERACIONAL</i>									

6.3.2 QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.2.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>						
<i>Nome:</i>	<i>FUNAI – CGPIMA</i>					
<i>CNPJ:</i>	<i>00.059.311/0019-55</i>					
<i>UG/GESTÃO:</i>	<i>194040/19209</i>					
<i>Modalidade</i>	<i>Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício</i>			<i>Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)</i>		
	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2012</i>	<i>2011</i>	<i>2010</i>
<i>Convênio</i>			<i>3</i>	<i>2.281.352</i>	<i>1.240.024</i>	<i>2.294.405</i>
<i>Contrato de Repasse</i>						
<i>Termo de Cooperação</i>						
<i>Termo de Compromisso</i>						
<i>Totais</i>			<i>3</i>	<i>2.281.352</i>	<i>1.240.024</i>	<i>2.294.405</i>

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E GERENCIAL

6.3.3 INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VICENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.3.1 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA QUE VIGERÃO EM 2013 E EXERCÍCIOS SEGUINTE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
<i>Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>					
<i>CNPJ: 00.059.311/0019-55</i>			<i>UG/GESTÃO: 194040/19209</i>		
<i>Modalidade</i>	<i>Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes</i>	<i>Valores (R\$ 1,00)</i>			<i>% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012</i>
		<i>Contratados</i>	<i>Repassados até 2012</i>	<i>Previstos para 2013</i>	
<i>Convênio</i>	<i>1</i>	<i>6.798.779</i>	<i>2.281.352</i>	<i>1.207.297</i>	<i>33,56</i>
<i>Contrato de Repasse</i>					
<i>Termo de Cooperação</i>					
<i>Termo de Compromisso</i>					
<i>Totais</i>	<i>1</i>	<i>6.798.779</i>	<i>2.281.352</i>	<i>1.207.297</i>	<i>33,56</i>

Fonte: SIAFI OPERACIONAL E GERENCIAL

6.3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.4.1 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R\$
1,00

<i>Unidade Concedente</i>					
<i>Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>					
<i>CNPJ: 00.059.311/0019-55</i>			<i>UG/GESTÃO: 194040/19209</i>		
<i>Exercício da Prestação das Contas</i>	<i>Quantitativos e Montante Repassados</i>		<i>Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)</i>		
			<i>Convênios</i>	<i>Termo de Cooperação</i>	<i>Contratos de Repasse</i>
<i>2012</i>	<i>Contas Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>	<i>3</i>		
		<i>Montante Repassado</i>	<i>5.993.623,06</i>		
	<i>Contas NÃO Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			
<i>2011</i>	<i>Contas Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			
	<i>Contas NÃO Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			
<i>2010</i>	<i>Contas Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			
	<i>Contas NÃO Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			
<i>Anteriores a 2010</i>	<i>Contas NÃO Prestadas</i>	<i>Quantidade</i>			
		<i>Montante Repassado</i>			

Fonte:

6.3.4.2 Análise Crítica

Em função da elevada demanda, e a insuficiência de servidores especializados, ficou prejudicada conclusão da análise das prestações de contas. As prestações relacionadas à primeira e à segunda parcela, referente ao convênio celebrado com o Kabu, foram encaminhadas para setor responsável em março de 2012, e atualmente estão em fase de elaboração da Nota Técnica, após a análise documental de cerca de 9.600 folhas.

Ressaltamos que por orientação da CGU/PR, foi realizada visita técnica no período de 20 a 24/08/12 com vistas a dirimir dúvidas do conveniente, tais como, contratações, licitações, dispensas, documentos comprobatórios de despesa, entre outros, e ainda, sanear questionamentos do analista da Prestação de Contas, principalmente quanto ao Plano de Trabalho, instrumento fundamental para o exame da PC, o que propiciou o término e o realinhamento das conclusões acerca da documentação encaminhada.

Restam dois convênios pendentes de análise da prestação de contas: o convênio celebrado com a MBYA e, outro com a AKWÊ. A documentação foi encaminhada em setembro de 2012 encontra-se em análise.

6.3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 6.3.5.1 - VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Valores em R\$ 1,00

<i>Unidade Concedente ou Contratante</i>					
<i>Nome: Fundação Nacional do Índio - FUNAI</i>					
<i>CNPJ: 00.059.311/0019-55</i>			<i>UG/GESTÃO: 194040/19209</i>		
<i>Exercício da Prestação das Contas</i>	<i>Quantitativos e Montantes Repassados</i>			<i>Instrumentos</i>	
				<i>Convênios</i>	<i>Contratos de Repasse</i>
2012	<i>Quantidade de Contas Prestadas</i>				
	<i>Com Prazo de Análise ainda não Vencido</i>	<i>Quantidade</i>	<i>Contas Analisadas</i>		
			<i>Contas Não Analisadas</i>		
	<i>Montante Repassado (R\$)</i>				
	<i>Com Prazo de Análise Vencido</i>	<i>Contas Analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>		
			<i>Quantidade Reprovada</i>		
			<i>Quantidade de TCE</i>		
<i>Contas NÃO Analisadas</i>		<i>Quantidade</i>		3	
		<i>Montante Repassado (R\$)</i>		7.691.280,14	
2011	<i>Quantidade de contas prestadas</i>				
	<i>Contas Analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>			
		<i>Quantidade Reprovada</i>			
		<i>Quantidade de TCE</i>			
	<i>Contas NÃO Analisadas</i>	<i>Quantidade</i>			
<i>Montante repassado (R\$)</i>					
2010	<i>Quantidade de Contas Prestadas</i>				
	<i>Contas analisadas</i>	<i>Quantidade Aprovada</i>			
		<i>Quantidade Reprovada</i>			
		<i>Quantidade de TCE</i>			
	<i>Contas NÃO</i>	<i>Quantidade</i>			

	<i>Analisadas</i>	<i>Montante Repassado</i>		
<i>Exercícios Anteriores a 2010</i>	<i>Contas NÃO Analisadas</i>	<i>Quantidade</i>		
		<i>Montante Repassado</i>		
<i>Fonte:</i>				

i. Análise Crítica

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de inadimplente

Não há conveniente inscrito como inadimplente.

Situação das transferências efetuadas no exercício frente ao disposto no Art. 35 do Decreto 93.872/86 e do art. 12 do Decreto 7.680/2012, ou legislação que o altere

Os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não constam no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social e todos os empenhos relativos aos Convênios firmados, foram efetuados dentro da dotação orçamentária de cada exercício.

Evolução das transferências efetuadas nos três últimos exercícios, quanto à quantidade e volume de recursos transferidos

Nos últimos três exercícios houve a seguintes transferências de recursos conforme decripto abaixo:

- 2010: - Associação das Comunidades Indígenas MBYA no valor de R\$ 150.900,00.
- Instituto KABU no valor de R\$ 1.463.944,04.
- 2011: - Instituto KABU no valor de R\$ 1.240.024,58.
- 2012: - Instituto KABU no valor de R\$ 2.281.352,51.

Medidas adotadas para gerir as transferências no exercício de 2012

O cumprimento das cláusulas do Convênio que estabelecem o encaminhamento do Relatório de Gestão da execução do Convênio, bem como a prestação de contas da parcela liberada no exercício de 2012.

Análise da evolução das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à conformidade das prestações de contas com os prazos regulamentares

Não ocorreu no exercício de 2012.

Análise da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências expiradas até 2012, quanto à eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como quanto à disponibilidade adequada de recursos humanos e materiais para tanto

Há insuficiência de servidores especializados na análise das prestações de contas de contratos e convênios das 38 unidades regionais descentralizadas.

Os procedimentos adotados para o exame das prestações de contas são:

0 - Termo de Convênio e Plano de Trabalho?
1 - Relatório Execução Físico-Financeira?
2 - Demonstrativo de Execução da Receita e Despesa (contendo recursos recebidos, valor contra-partida, recursos auferidos e saldo)?

3 - Relação de Pagamento?
4 - Relação de Bens Adquiridos e/ou Produzidos?
5 - Extrato de conta bancárias, desde o início até o término?
6 - Cópia de aceitação definitiva de obra, cópia do Despacho adjudicatório e homologatório e das dispensas?
7 - A soma dos demonstrativos está correta?
8 - Os valores constantes do Anexo Receita e Despesa são os mesmos da Relação de Pagamentos?
9 - Os valores debitados nos extratos bancários são os efetivamente pagos, conforme relação de pagamentos?
10 - Os demonstrativos de rendimentos e extratos bancários são concernentes à aplicação financeira?
11 - O extrato bancário apresentava saldo zero antes da liberação dos recursos?
12 - A conta corrente é a mesma indicada no Convênio?
13 - Foram apresentados todos os demonstrativos de que trata a IN 01/1997, inclusive na Prestação de Contas Final, o Relatório de Cumprimento do Objeto?
14 - Está anexado na Prestação de Contas comprovante de devolução de saldo de recursos?
15 - Os despachos adjudicatórios/homologações das licitações realizadas, se for o caso, ou as dispensas/inexigibilidades estão de acordo com o estabelecimento na Lei nº 8666/93?
16 - Os documentos de despesa (Folha de Pagamento, recibos, notas fiscais, etc) foram emitidos em nome do Convenente?
17 - Estão identificados com o número e o título do Convênio? Artigo 30 da IN 01/1997
18 - Os documentos comprobatórios das despesas foram emitidos dentro da vigência do Convênio?
19 - Os Relatórios de Atendimento foram apresentados mensalmente?
20 - As metas indicadas no Campo Físico do Relatório de Execução Físico-Financeira estão contempladas no Plano de Trabalho e se as quantidades elencadas se coadunam com as estabelecidas no referido Plano de Aplicação, para o período da Prestação de Contas?
21 - Os recursos permaneceram por período de tempo considerados longos, 30 dias, na conta corrente do Convênio sem movimentação? Se sim, deverá se solicitada a devolução do valor correspondente ao período em que deveriam ter sido aplicados) § 1º, Artigo 20, IN 01/1997.
22 - Os saques promovidos na conta do Convênio foram para pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho e se ocorreu a emissão de cheque nominativo ao credor (IN 01/1997, artigo 20)

23 - Houve Transferências de recursos da conta específica para outras contas e/ou saques de recursos para pagamento em espécies? (IRREGULARIDADES)
24 - Todos os demonstrativos estão datados, carimbados e assinados pelo responsável pela Unidade Executora e pelo Executor?
25 - Foram descontados e recolhidos conforme legislação o IRRF, ISS e INSS (empregado e empregador)?
26 - Os Salários pagos aos contratados estão de acordo com o estabelecido na Planilha de Custos anexada ao Plano de Trabalho?
27 - Os recibos estão datados, assinados pelos contratados, constatando os respectivos números do RG, CPF, bem como se estão discriminados os serviços executados e a função exercida por cada contratado?
28 - Todos os comprovantes de despesas estão lançados na Relação de Pagamentos, observando-se as datas e os respectivos valores?
29 - Existem despesas ocorridas e não previstas no Plano de Trabalho?
30 - Foram realizadas despesas com taxas bancárias, juros, multas, cujos valores deverão ser restituídos a esta Fundação devidamente atualizados?
31 - A data de validade das notas fiscais, se as mesmas estão atestadas ou certificadas, e ainda se consta o recebimento do fornecedor?
32 - Houve retirada de recursos para outras finalidades com posterior ressarcimento? (IRREGULARIDADE)
33 - Os rendimentos da aplicação financeira foram aplicados conforme finalidade do Convênio?

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

O gerenciamento das transferências é realizado através de relatório de gestão, prestação de contas e visitas in loco pelos servidores da sede e unidades descentralizadas da FUNAI, quando necessário.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UJ

Os recursos foram transferidos conforme disposições contidas nas cláusulas dos convênios.

10. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 10.1.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?			X		
	Descarte adequado de entulho em construções de casas				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
	Texto				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
	Texto				
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
	Texto				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim (X)		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
	Texto				
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.			X		
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 	Texto				
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? 			X		
Texto					
<p>Considerações Gerais: No que se refere ao nível de avaliação 3, informamos que a UJ não tem como se manifestar haja vista serem pontos novos abordados no Relatório de Gestão. É de responsabilidade das CRs a execução dos processos licitatórios para aquisição de bens ou serviços e, devido ao tempo exíguo, não obtivemos tais informações.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

11.1 DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

11.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

A Funai não foi instada pelo Tribunal de Contas da União TCU a apresentar esclarecimentos no tocante a execução orçamentária dos recursos da Renda do patrimônio Indígena no exercício de 2012.

11.2 INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Este item será preenchido pela unidade de Auditoria Interna da Fundação.

11.4 DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

QUADRO 11.4.1 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Análise Crítica

Os contratos, bem como os convênios, os contratos de repasse e os termos de parceria celebrados no âmbito desta Fundação – Renda do Patrimônio Indígena – que envolva transferência de recursos, não são lançados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios – SICONV uma vez que, os recursos da Renda do Patrimônio Indígena não fazem parte do Orçamento da União (Fiscal e Seguridade Social). Portanto, os registros dos mesmos estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

Inclusive o assunto foi objeto de determinação da Controladoria Geral da União –

CGU/PR, no sentido de levar a efeito o registro dos convênios da Renda do Patrimônio Indígena no SICONV. Diante disso, foi consultado o Ministério do Planejamento e solicitado orientações de como registrar no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV os convênios e instrumentos congêneres da Renda do Patrimônio Indígena, e segundo o Ministério do Planejamento, como os recursos não são oriundos do orçamento fiscal e/ou da seguridade social da União não devem ser registrados no referido sistema conforme Ofício nº 2151/DeGST/SLTI-MP de 20/07/2012.

12. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

12.2.1 Declaração Plena

QUADRO 12.2.1.1 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA. – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília	Data	
Contador Responsável	Roberto da Costa Grangeiro	CRC nº	MT-009374/O-4-DF

13. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

As informações relativas à gestão estão contidas nos demais itens do presente relatório.

18. RESULTADOS E CONCLUSÕES – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

18.1 ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS TRAÇADOS PARA O EXERCÍCIO 2012 – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

Os Planos de Aplicações são elaborados com a participação efetiva da comunidade indígena a ser beneficiada, que participa também da gestão dos recursos a elas destinados, por meio de manifestações expressas em reuniões de Conselho, Assembleias Deliberativas, dentre outros. Isso retrata a autonomia da comunidade indígena beneficiada de forma participativa na priorização das ações a serem desenvolvidas de acordo com os Planos de Aplicações de cada exercício.

As principais ações desenvolvidas pelos programas/projetos da Renda Indígena, referem-se a projetos nos setores agrícolas e pecuários, manejo agroflorestal e de matérias primas dos recursos naturais, proteção das terras indígenas, investimentos em infraestrutura, dentre outros, de forma a proporcionar às comunidades indígenas atendidas a possibilidade de promover sua autossustentabilidade, dando-lhes melhores condições de vida.

Os programas e projetos apresentados cumprem à determinação legal de conservação, ampliação e valorização do patrimônio indígena, bem como com os objetivos de: Emancipação econômica das tribos; Acréscimo do patrimônio rentável e Custeio dos serviços de assistência ao índio.

No que se refere à Elaboração do Relatório de Gestão, há pontos que merecem aperfeiçoamento:

- a) A capilaridade do órgão e a força de trabalho insuficiente elevam a dificuldade de acompanhamento e gestão dos projetos/programas pela Sede e Coordenações Regionais;
- b) A obtenção de informações qualificadas junto às Coordenações Regionais;
- c) Alguns conteúdos solicitados no relatório de gestão, pela Portaria TCU nº. 150/2012, por não se amoldarem às idiosincrasias da Renda do Patrimônio Indígena, são de difícil atendimento;

Com o processo de reorganização da FUNAI, iniciado em 2010 e ainda em fase de ajustes, com a publicação do Regimento Interno, que envolve diversas unidades da estrutura da Fundação na execução e acompanhamento dos projetos/programas, cria-se condições propícias para elevar a eficiência e a eficácia na gestão da renda do patrimônio indígena. A exemplo da iniciativa promovida pela instituição na realização da “1ª Oficina de Trabalho sobre a Renda Indígena e a Funai”, no Centro de Formação de Política Indigenista – Sobradinho/DF, onde foram promovidos debates com as áreas envolvidas nos projetos da renda. O evento contou com a participação das Diretorias (DAGES, DPT e DPDS), Auditoria Interna, Procuradoria e Presidência, que teve por objetivo nivelar conhecimentos acerca do tema e, discutir propostas de trabalho em relação às atribuições organizacionais, com a participação de 50 servidores nesse evento.

18.2 PRINCIPAIS AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS NO EXERCÍCIO DE 2013 PARA MITIGAR AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS – RENDA DO PATRIMÔNIO INDÍGENA

No exercício de 2013 será dada a continuidade dos trabalhos da elaboração dos Planos de Aplicação da Renda do Patrimônio Indígena, com a conseqüente execução orçamentária e financeira dos recursos, bem como o acompanhamento dos projetos apresentados de conformidade com a legislação em vigor, com os objetivos e finalidades preconizados pela legislação.